

# POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais  
Número 15 - Setembro de 1999



Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Universidade Federal da Paraíba

ISSN 0104-8015



# POLÍTICA & TRABALHO



REVISTA POLÍTICA E TRABALHO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

---

COORDENAÇÃO 1999/2001

Ariosvaldo da Silva Diniz  
Elisa Maria Cabral

---

Publicação anual do PPGS/UFPb  
nº 15 - setembro de 1999  
ISSN 0104-8015

---

CONSELHO EDITORIAL

Anthony Hall (London School - Inglaterra)	Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA)
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPb)	Marcos Ayala (UFPb)
Brasília Carlos Ferreira (UFRN)	Marion Aubrée (EHES - França)
César Barreira (UFC)	Maristela de Oliveira Andrade (UFPb)
Cláudia Fonseca (UFRGS)	Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPb)
Eliana Monteiro Moreira (UFPb)	Neide Miele (UFPb)
Elisa Maria Cabral (UFPb)	Orlando Miranda (USP)
Inaiá de Carvalho (UFBA)	Paulo Henrique Martins (UFPE)
Jacob Carlos Lima (UFPb)	Regina Novais (UFRJ)
José Arlindo Soares (UFPb)	Rubens Pinto Lyra (UFPb)
Maria Antonia Alonso de Andrade (UFPb)	Silvia Ostrowestsky (Université de Amiens - França)
Maria Carmela Buonfiglio (UFPb)	Simone Carneiro Maldonado (UFPb)
Mª de Nazareth Baudel Wanderley (UNICAMP)	Vera da Silva Telles (USP)

---

EDITOR

Paulo Tarso C. Medeiros

EDITORA ASSISTENTE

Carla Mary S. Oliveira

SECRETÁRIA DA EDITORIA

Maria Sandra Rodrigues dos Santos

REVISÃO

Paulo Tarso C. Medeiros e Carla Mary S. Oliveira

---

Os artigos e resenhas publicados nesta edição e em edições anteriores de *Política & Trabalho* estão disponíveis no seguinte endereço da Internet:

<http://www.geocities.com/CollegePark/Library/8429/>

---

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPb:

Revista Política & Trabalho  
Universidade Federal da Paraíba  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Bloco V  
Campus I - Cidade Universitária  
CEP 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil  
Telefax: (0-XX-83) 216-7204  
E-mail's: [ptreview@geocities.com](mailto:ptreview@geocities.com) / [ppgs@cchla.ufpb.br](mailto:ppgs@cchla.ufpb.br)

---

Capa (layout e arte): Carla Mary S. Oliveira

Capa (ilustração): Wassily Kandinsky, "Amarelo, Vermelho, Azul"

(1925, óleo sobre tela, 127 X 200 cm, Centre Georges Pompidou, Paris)

Impressão: Manufatura Editora

Brasil - setembro de 1999

# **POLÍTICA & TRABALHO**

**Revista de Ciências Sociais**

**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
da Universidade Federal da Paraíba  
(Campus I - João Pessoa)**

**Ano XV  
Número 15  
Setembro de 1999**

**ISSN 0104-8015**

Copyright © 1999 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPb

ISSN 0104-8015

Impresso no Brasil - Printed in Brazil

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,  
conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma  
ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 5.988/73)  
é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba**

P 769 Política & Trabalho. ano 15, n. 15 (1999). - João Pessoa:  
PPGS-UFPb, 1999.

Anual

1. Sociologia. 2. Ciências Sociais. 3. Política.  
4. Trabalho. 5. Cultura.

BC - UFPb

CDU 301

## EDITORIAL

*Este ano completam-se 15 anos da revista Política & Trabalho, publicação anual do antigo Mestrado em Ciências Sociais, hoje Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Efemérides, em geral, costumam ser mero pretexto para festejos inócuos ou, no sentido mais consistente, justo momento de reavaliação do que se fez no passado, do que se faz no presente e do que se fará (ou se sonha fazer) no porvir.*

*O tempo a jorrar, este ano o PPGS delineia uma nova etapa de seu projeto intelectual e acadêmico: a fusão com o Mestrado em Sociologia do Campus II, de Campina Grande, para a criação do curso de Doutorado em Sociologia, já regulamentado no âmbito da UFPb e em fase de reconhecimento pela CAPES. Enlace inédito digno de menção, pois promissor.*

*Da nossa parte, por ora, além de um novo projeto gráfico menos ranzinza, renova-se, nestas páginas, a força da pesquisa como móvel de definição e sustentação de um Programa de Pós-Graduação marcado pela pluralidade, pela presença de temas tradicionais da Política, do Trabalho e da Cultura e pela sensibilidade às temáticas emergentes e o constante revisar de perspectivas e estilos.*

*O essencial é que, num tempo em que a louvação da banalidade e o privilégio da cultura-mercadoria descartável definem o terreno das idéias, o atalho do exercício do pensamento crítico livre e independente resista, insista e intente criações: papel insubstituível das Universidades Públicas e das revistas acadêmicas, alérgicas aos falsos consensos e à fácil sedução mercadológica.*



## SUMÁRIO

### ARTIGOS

- AS PROPOSTAS "CLÁSSICAS" DE DEMOCRACIA DIRETA E O INEDITISMO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA ..... 11  
*Rubens Pinto Lyra*
- CONCEITOS ONTO-POLÍTICOS NO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE:  
"MINORIA" COMO "DEVIR-MINORITÁRIO" ..... 21  
*Hélio Rebello Cardoso Jr.*
- TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DO *WELFARE STATE* ..... 29  
*Maria Ozanira da Silva e Silva*
- PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA ..... 43  
*Marcos Costa Lima*
- O ESTADO PÓS-64: INTERVENÇÃO PLANEJADA NA CULTURA ..... 63  
*Alexandre Barbalho*
- O PARTIDO COMUNISTA E OS INTELLECTUAIS ..... 79  
*Antonio Albino Canelas Rubim*
- TRABALHO, TEMPO, ESPAÇO E SUBJETIVIDADE ..... 93  
*Eliana Monteiro Moreira*
- NOVAS FORMAS, VELHOS CONTEÚDOS: DIVERSIDADE PRODUTIVA E EMPREGO PRECÁRIO  
NA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO ..... 121  
*Jacob Carlos Lima*
- EM BUSCA DAS METÁFORAS PERDIDAS: UMA EXPERIÊNCIA DE REALIZAÇÃO  
DE VÍDEOS A PARTIR DA OBRA DE GASTON BACHELARD ..... 141  
*Elisa Maria Cabral*
- DOBRAS E REDOBRAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE O BARROCO E SUAS INTERPRETAÇÕES ..... 151  
*Carla Mary S. Oliveira*
- ESPAÇO, PODER E VIOLÊNCIA EM *CENTRAL DO BRASIL* ..... 167  
*José Ernesto Pimentel Filho*
- EPIDEMIA: HISTÓRIA EPISTEMOLÓGICA E CULTURAL DE UM CONCEITO ..... 179  
*Ariosvaldo da Silva Diniz*
- PIERRE BOURDIEU E O ESTRUTURALISMO ..... 193  
*Maria Valéria Vasconcelos Rezende*
- A MISÉRIA DA SOCIOLOGIA: RUMO A UMA ARQUEOLOGIA DO SABER SOCIOLÓGICO ..... 205  
*Adriano de Léon*

## TRADUÇÃO

BREVE INCURSÃO PELA SOCIOLOGIA DO SEGREDO .....	217
<i>Simone Carneiro Maldonado</i>	

O SEGREDO .....	221
<i>Georg Simmel</i>	

## RESENHAS

IMAGEM: PRODUÇÃO E USO QUE NOS DESAFIAM .....	229
<i>Teresa Cristina Furtado Matos</i>	

LA METÁFORA ROTA .....	231
<i>Maristela Oliveira de Andrade</i>	

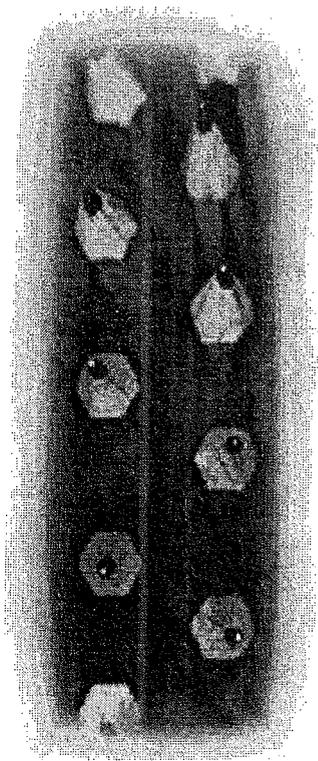
UMA DELÍCIA DE DEVANEIO AOS OLHOS QUE BUSCAM EXPERENCIAR O SONHO .....	235
<i>Mauro Guilherme Pinheiro Koury</i>	

A FLOR FORJADA: O SOCIAL E O POLÍTICO NA PÓS-MODERNIDADE SEGUNDO BOAVENTURA DOS SANTOS .....	238
<i>Luís Antônio Mousinho Magalhães</i>	

AGRADECIMENTOS .....	245
----------------------	-----

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO .....	247
------------------------------	-----

# Artigos





## AS PROPOSTAS "CLÁSSICAS" DE DEMOCRACIA DIRETA E O INEDITISMO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Rubens Pinto Lyra<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Raramente, em Ciência Política, um conceito terá assumido tanta elasticidade e multiplicidade de sentidos como o da democracia participativa.

Que o cidadão apenas vote e existe quem entenda que, se o voto for livre, já está, *ipso facto*, configurada a democracia participativa, esta se confundindo com a própria democracia representativa.

Com efeito,

*"o conceito de participação política consagrou-se nas formações liberal-democráticas em referência à participação institucional, isto é, aquela voltada à tomada de decisões de poder, por meio de representantes escolhidos pelo sistema eleitoral."* (Cotta, 1979, apud Doimo, 1995: 34)

Como esclarece Benevides, o cidadão, de acordo com tal concepção,

*"é titular de direitos e liberdades em relação ao Estado e a outros particulares - mas permanece situado fora do âmbito estatal, não assumindo qualquer titularidade quanto às funções públicas. Mantém-se, assim, a perspectiva do constitucionalismo clássico: direitos do homem e do cidadão são exercidos frente ao Estado, mas não dentro do aparelho estatal."* (Benevides, 1994: 08)

Os defensores da democracia representativa formal vão mais além, chegando a entender a participação direta da cidadania como negativa para a consolidação da democracia (Lamounier, 1991; Sartori, 1994, apud Silva, 1997: 75).

Mas, para os que assim não pensam, só há participação política efetiva quando existe democracia participativa, quando o cidadão pode *"apresentar e debater propostas, deliberar sobre elas e, sobretudo, mudar o curso da ação estabelecida pelas forças constituídas e formular cursos de ação alternativas"* (Battini, 1993). Ou seja, mais precisamente, sempre que houver formas de o cidadão participar, decidindo e (ou) opinando, diretamente, ou de forma indireta, por meio de entidades que integra, a respeito de uma gama diversificada de instituições, no âmbito da sociedade (famílias, empresas, mídia, clubes, escolas, etc) ou na esfera pública (plebiscito e referendo, orçamento participativo, conselhos de direitos, ouvidorias, etc).

Fica claro, portanto, que a democracia participativa, tal como a acabamos de definir, não abrange a democracia representativa. Embora possa

---

<sup>1</sup> Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Direito da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa), e Ouvidor Geral da mesma instituição.

perfeitamente coexistir com ela, como aliás ocorre no Brasil.

Nas palavras de Silva: "*os constituintes optaram por um modelo de democracia representativa, com temperos de princípios e institutos de participação direta do cidadão no processo decisório governamental*" (1995: 145).

Por outro lado, é de se observar o envelhecimento precoce de teorias sobre a democracia, e, mais especificamente, da sua modalidade mais destacada: a direta. E, também, *pari passu*, o surgimento de formas *sui generis* de participação, como as que estão em curso no Brasil. Transformações deste porte impõem uma redefinição do conceito de democracia participativa e de suas modalidades, assim como uma nova compreensão do seu significado político.

Com efeito, em que pese diferenças profundas entre as concepções de democracia direta de teóricos de destaque como Macpherson, Bobbio ou Poulantzas, suas análises têm em comum ou a destacada referência à Comuna de Paris e ao modelo soviético, e (ou) a associação entre mecanismos de democracia direta com a luta pela implantação do socialismo.

Ora, o desmoronamento do Muro de Berlim, ao desnudar as excrescências do suposto "socialismo real", fortaleceu as instituições democráticas consideradas "burguesas" pelo lenilismo, tornando remota a possibilidade, por um período razoável, de uma ruptura em direção ao socialismo.

Tais mudanças esvaziaram, em grande parte, as objeções embutidas nas teorias sobre o tema.

## MACPHERSON E O SISTEMA PIRAMIDAL DE DEMOCRACIA DIRETA

Macpherson considerava o regime soviético uma forma de institucionalização, ainda que falha, da democracia direta. Mesmo se o estudo do caráter dos regimes ditos socialistas está longe de ter avançado, poucos sustentariam hoje que eles tenham configurado algum tipo de democracia. *A fortiori*, muito pouco teriam a ver as atuais experiências de democracia direta com os modelos conceituais formulados por Macpherson.

No seu livro *A Democracia Liberal*, este renomado cientista político canadense mostra-se favorável à democracia participativa, combinada com a representativa: "*um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base*" (Macpherson, 1977:110). Trata-se de um "*sistema de delegação sequenciado para cima, com a organização de conselhos de cidades, de região, até o topo da pirâmide, com a organização de um conselho nacional.*" Este sistema piramidal, de acordo com Macpherson, "*existia, mesmo que no papel, na União Soviética.*"

Todavia, no caso de uma democracia representativa, pluripartidária,

*"seria mantida a atual estrutura de governo e os partidos operariam com o estilo de participação piramidal, passando a haver uma democracia participativa configurada pela democracia direta na base em convívio com a democracia representativa a cada nível sequencial superior."* (apud Brandão, 1997:120)

Em seu livro *Ascensão e Queda da Justiça Econômica*, Macpherson se

rende às dificuldades para a construção de uma democracia participativa nos moldes das democracias ocidentais, estimando que os grupos de pressão organizados na sociedade civil, assim como os partidos políticos, não teriam condições de harmonizar a lógica interna de seu funcionamento e (ou) a defesa de seus interesses particulares, com o envolvimento de seus integrantes em práticas participativas voltadas para o bem comum. (Macpherson, 1991).

Tendo como referência a democracia direta formalmente existente na URSS, as formulações de Macpherson sobre o tema mostram-se bastante defasadas da democracia participativa na atualidade. Em particular da que floresce no Brasil, profundamente distante do modelo soviético e caracterizada pela rica diversidade de suas experiências participativas.

### CRÍTICA À CRÍTICA DE BOBBIO SOBRE A DEMOCRACIA DIRETA

As concepções de Bobbio são largamente condicionadas pelo rescaldo da Guerra Fria e, em particular, pelo contexto de radicalização da vida política italiana com a ação dos grupos terroristas nos anos setenta, que culminou com o assassinato do premier Aldo Moro.

Preocupa-se Bobbio com uma democracia direta que viesse a exigir dos cidadãos a sua "participação em todas as decisões a eles pertinentes". Temia que se configurasse, senão o "homem total", de Marx, o "cidadão total" de Rousseau: "*a outra face igualmente ameaçadora do Estado total*".

Segundo Bobbio, os partidários da democracia direta, conforme a "tradição do pensamento socialista", a colocam em oposição à democracia representativa, "considerada como a ideologia própria da burguesia mais avançada, como a ideologia 'burguesa' da democracia. A democracia direta, assim concebida, tem como característica o mandato imperativo, na tradição marxiana e leniniana, e a representação de interesses, ou orgânica, "característica do pensamento inglês do século passado".

Na verdade, Bobbio considera esse gênero de democracia "anfíbio", sendo que a democracia direta, no sentido próprio da palavra, seria apenas a "*assembléia dos cidadãos deliberantes sem intermediários e o referendium*" (Bobbio, 1992:42, 43, 48, 49, 52 e 53).

Segundo este raciocínio, o único **modus operandi** da democracia direta - a ser moderadamente utilizado - é o plebiscito, face à inexecutabilidade de assembleias como a acima referida. Razão pela qual, para Bobbio, só restaria como espaço para aprimoramento democrático, via práticas participacionistas, a esfera das relações sociais, onde o protagonista não é o cidadão, mas sim "*o indivíduo "... considerado na variedade de seus status e de seus papéis específicos, por exemplo o de empresário, de trabalhador, de cônjuge, de professor, de estudante, até mesmo de pais de estudante..."*".

Conclui então Bobbio que o processo de democratização consiste, não na passagem da democracia representativa para a direta, mas na ocupação, pelas formas ainda tradicionais da democracia, como é a representativa, de espaços até agora dominados por organizações de tipo hierárquico e burocrático. "*Tudo pode ser resumido na seguinte fórmula: da democratização do Estado à democratização da sociedade*" (Bobbio, 1992: 54-55).

Não há dúvidas, porém, que o ceticismo de Bobbio em relação à democracia

participativa na esfera pública tem um pano de fundo político-ideológico, que alimenta a descrença do renomado cientista político italiano tanto no que se refere à possibilidade de reformas estruturais quanto à participação da cidadania nos negócios do Estado. Sobre o perigo das reformas:

*"Quem pode excluir a possibilidade de que a tolerância do sistema tenha um limite, além do qual ele se estilhaçará ao invés de dobrar-se?"* (Apud Anderson, 1992: 54)

Sobre os limites da ação política, na síntese de Anderson:

*"Nas sociedades democráticas, as principais mudanças sociais não são geralmente, de modo algum, resultantes da ação política, mas do progresso da capacidade tecnológica e da evolução das atitudes culturais [que são] processos moleculares involuntários..."* (Apud Anderson, 1992: 60)

Entendemos que, aceitas tais premissas, qualquer processo de participação popular na gestão do Estado seria, quanto ao meio empregado, perigoso, já que poria em risco a democracia (que democracia!), na medida em que amplia o clamor pelas reformas. E, quanto ao fim almejado, inócuo, pois que, para Bobbio, a mudança virá, não como fruto de iniciativas políticas, mas sim através de *"processos moleculares involuntários"* (grifo meu).

Ora, a experiência do orçamento participativo, entre outras, demonstra que ela não põe em risco a democracia. Ao contrário, aprofunda-a, constituindo-se em importante instrumento de correção de mazelas políticas e, também, de injustiças na alocação dos recursos provenientes do Erário público.

É fácil constatar que as teorizações de Bobbio sobre a democracia direta tem pouco a ver com o contexto e os institutos em que se materializa a democracia participativa no Brasil.

**Primo**, esta última não foi instituída, como veremos adiante, em antagonismo com a democracia representativa, nem como instrumento de implantação de uma ordem socialista revolucionária.

Tarso Genro, principal mentor da mais importante experiência de democracia direta do Brasil, já citada - o Orçamento Participativo de Porto Alegre - esclarece, a esse respeito, que

*"dar força cogente ao controle público não-estatal significa aprofundar o regime democrático e dar conseqüência à combinação da democracia representativa com a democracia direta, prevista no art. 1º, par. único, da própria Constituição."*

Esta combinação

*"civiliza' o Estado, gerando um controle externo, capaz de limitar sua lógica corporativa, ou seu atrelamento a interesses puramente privados."* (Genro & Genoino, 1995)

**Secundo**, predomina amplamente no Brasil, no âmbito da democracia participativa, a sua modalidade semi-indireta, como é o caso dos diferentes conselhos (de saúde, da criança e do adolescente, dos direitos humanos, etc). Nestes, com efeito, o cidadão não participa pessoalmente da gestão pública, ou

de sua fiscalização, mas através de representantes da entidade que integra - os quais detêm, via de regra, mandato fixo<sup>2</sup>.

*Tertius*, a representação de interesses, tão combatida por Bobbio, existe apenas em alguns colegiados. Predomina a presença de organizações da sociedade civil voltadas para o interesse público, cultivando, nesse processo, uma postura crítica em relação ao corporativismo.

No caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre, a crítica ao corporativismo chega a se constituir no *leitmotiv* de Tarso Genro - exatamente o oposto do que temia Bobbio.

Segundo Genro, ex-Prefeito da capital do Rio Grande do Sul, os oito anos de experiência do Orçamento Participativo levaram a comunidade a uma compreensão crescente do que *"é preciso incorporar as suas reivindicações às lutas mais gerais do povo por transformações estruturais da sociedade brasileira"*. Nesse processo, as lideranças *"passam a compreender não só os limites do poder público, como também a própria relatividade de suas necessidades, comparando-as com outras mais urgentes e importantes"*. Assim, a prática participativa se aperfeiçoa na medida em que *"o que era carecimento, necessidade, demanda muda de qualidade mediante o processo participativo e adquire natureza política, fazendo do indivíduo um cidadão"* (Genro & Souza, 1997: 50-51).

Por outro lado, por sua própria natureza, muitos órgãos semi-estatais que não se envolvem com a disputa pela apropriação do excedente, tais como Conselhos de Direitos Humanos, Tutelares, de Segurança, etc, vêm contribuindo decisivamente para a construção de um *ethos* voltado para o fortalecimento da *res publica*, tendo como fulcro questões de interesse universal e coletivo.

Mesmo os órgãos que definem e implementam políticas setoriais - onde a questão central é a de como repartir o fundo público - ainda que portadores de um certo viés corporativista, não são necessariamente dominados por ele. Na avaliação de Doimo, os Conselhos setoriais, vinculados à definição e implementação de políticas sociais, seriam até *"alternativas deliberadamente formulados dentro do espírito ativo-propositivo, voltado a romper o corporativismo pontual das demandas locais e a instaurar perspectivas para toda a coletividade, através de políticas regulatórias"* (Doimo, 1995: 215-126)<sup>3</sup>.

## A "SUPERACÃO DIALÉTICA" DAS CONCEPÇÕES DE POULANTZAS SOBRE A DEMOCRACIA DIRETA

A teoria de Nicos Poulantzas sobre a democracia direta distingue-se ideologicamente das de Bobbio e de Macpherson pelo seu caráter marxista e

---

<sup>2</sup> Todavia, Pontes entende que, no caso dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente pode existir mandato imperativo "porque é possível identificar o grupo de entidades que escolhe cada organização não-governamental (ONG) como membro do Conselho de Direitos. Isso tem por conseqüência o fato de haver a possibilidade de mudança dos representantes da sociedade civil pelas entidades que o escolheram, antes de findar o mandato". Mas Pontes reconhece que tal processo só poderia ocorrer caso esteja previsto na lei que criou o Conselho, no seu regimento ou no fórum de entidades que escolhe os representantes das ONG's, o que não parece estar ocorrendo (Pontes, 1993: 51).

<sup>3</sup> Por essas razões, quer-nos parecer inconsistente a hipótese aventada por Silva, que considera a fragmentação e o desenvolvimento de relações clientelísticas como efeitos perversos da participação (Silva, 1997: 78).

revolucionário. Por essa razão, e pelo fato de ter sido formulada nos anos setenta, a democracia direta de Poulantzas é concebida, antes de tudo, como um instrumento de luta contra o capitalismo. Embora esse autor inove, pretendendo compatibilizar democracia direta com democracia participativa.

Ocorre que, na perspectiva de Poulantzas, a disseminação da democracia direta, sob a forma de "focos embrionários de poder popular" se confundiria com o desabrochar das instituições socialistas.

Dessarte,

*"este longo processo de tomada do poder pela via democrática, rumo ao socialismo, consiste, essencialmente, em reforçar e coordenar os centros de resistência difusos de que as massas dispõem no âmbito do aparelho de Estado, criando e desenvolvendo novos, de tal forma que estes centros se tornem, no terreno estratégico que é o Estado, os centros efetivos do poder real. Não se trata de reformas progressivas, mas, claramente, de um processo de rupturas efetivas cujo ponto culminante - e sempre existirá forçosamente um - reside na mudança de correlação de forças em favor das massas populares no terreno estratégico do Estado."* (Poulantzas, 1978: 285-286)

Em outras palavras, a transição do capitalismo para o socialismo consiste em "impulsionar a proliferação de centros de democracia direta, a partir das lutas populares que extravasam sempre, e de muito, o Estado". Enquanto que "limitar-se ao terreno do Estado, por muito que se adote uma estratégia denominada de rupturista, equivale a deslizar-se insensivelmente para a social-democracia" (Poulantzas, 1983:75).

Portanto, "No processo de ruptura, a função dos organismos paralelos será a de polarizar uma larga fracção do aparelho de Estado pelo movimento popular, e estes em aliança, enfrentarão os setores reacionários do aparelho do Estado apoiados pelas classes dominantes contra-revolucionárias".

Vimos assim que "as posições de poder no âmbito do Estado existem enquanto dispositivo de resistência, como elemento de corrosão, ou de acentuação das contradições internas do Estado" (Poulantzas, 1982: 133 e 136).

\*\*\*

A associação entre a participação direta do cidadão na gestão pública e o projeto de instalação de um poder popular, de viés conselhistas, existiu de fato até meados dos anos oitenta quando se realizaram, nas prefeituras governadas pelo PT, as primeiras experiências "participacionistas". Com efeito, a proposta de formação de Conselhos Populares era mais associada a princípios gerais, originários da Comuna de Paris, de que propriamente a experiências colhidas na realidade local. Objetivava-se realizar uma transferência de poder para a classe trabalhadora organizada. Com isso seria gradativamente substituída a representação política tradicional, vinda das urnas, pela democracia direta.

Trata-se, como reconhece Tarso Genro, de uma visão "simplista" do poder, que foi abandonada após o fracasso das experiências conselhistas, notadamente em São Paulo, na gestão de Luiza Erundina (Genro & Souza, 1997:23).

Mesmo persistindo certa ambiguidade nos mecanismos de democracia

direta, consubstanciados no Orçamento Participativo de Porto Alegre, em relação ao ordenamento constitucional vigente, o manto da legalidade recobre, desde 1997, a experiência porto-alegrense, oficializada pela Lei Orgânica do Município (Genro & Souza, 1997:48). Já do ponto de vista de sua legitimidade política, o Orçamento Participativo da capital gaúcha de há muito conquistou a opinião pública, tendo, na última eleição para Prefeito, em 1996, os candidatos de todas as tendências se comprometido em respeitá-lo.

Para a esquerda que considera socialismo e democracia indissociáveis, e a reforma instrumento válido para a transformação social, a democracia participativa se constitui em ingrediente fundamental para a construção de uma alternativa socialista. Isto, porém, não significa atrelar a luta pela democracia à uma estratégia determinada, tendo como meta a implementação de um programa socialista. Um militante socialista da cidadania trabalhará pelo aprimoramento desta, quer esteja posta ou não na ordem do dia a ruptura com o capitalismo, e o fará sem subordinar o seu trabalho, e a fidelidade a seus princípios, a considerações de caráter político-partidário.

Atualmente, a luta pela ampliação dos direitos da cidadania se insere em um espaço ético dotado de uma práxis e de uma eticidade política próprias, lastreada no respeito às regras do jogo vigentes, no âmbito de uma democracia essencialmente representativa.

Esta esquerda entende, à maneira de Carlos Nelson Coutinho, que *"a ampliação da cidadania - esse processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que caracteriza a modernidade - termina por se chocar com a lógica do capital"*<sup>4</sup>. Haveria, assim, a longo prazo, uma *"contradição entre cidadania e classe social: a universalização da cidadania é, em última instância, incompatível com a existência da sociedade de classes"*. Desta forma *"Só uma sociedade sem classes - uma sociedade socialista - pode realizar o ideal pleno da democracia. Ou, o que é o mesmo, o ideal da soberania popular, e, como tal, da democracia"* (1997: 158-159).

Todavia, para estes socialistas, a superação do capitalismo não requer a destruição das instituições existentes, mas o seu aprimoramento, pela irradiação da seiva democrática, sob a forma de participação direta e semi-indireta da cidadania, em todos os poros da sociedade, tendo como árbitro supremo o sufrágio universal.

## CONCLUSÃO

Não consideramos, como alternativas excludentes, como faz Silva, a participação como técnica para se organizar os conflitos com os capitalistas, ou seja, como instrumento de mudanças substantivas, ou para negociar uma melhor qualidade de vida para todos, sem questionar o sistema (Silva, 1997:76). A

---

<sup>4</sup> Nesse mesmo sentido, mas indo mais além, Tarso Genro observa que *"a simples e pura aplicação da lei... volta-se hoje contra uma nova acumulação 'primitiva' produzida pela corrupção e volta-se igualmente contra os interesses de 'desmontagem' da legalidade, pretendida pelos monopólios"*. Por essas razões, *"a magistratura, as Procuradorias, os Promotores de Justiça, podem desempenhar um grande papel democratizador no Estado atual, mesmo que apenas consigam relativizar a desconstituição que as classes dominantes precisam fazer da atual legalidade, para reduzir os direitos e poderes do cidadão comum e aprofundar a manipulação das consciências"* (Genro: 1995).

participação é uma prática de aprofundamento da democracia e como tal poderá ou não concorrer para abalar o capitalismo. Dependendo da correlação de forças existentes, a luta pela democracia participativa aprimorará um regime de capitalismo democrático, ou favorecerá a sua progressiva superação.

Aliás, entre os partidários da democracia participativa estão não apenas os socialistas, que impulsionam as suas experiências mais avançadas, como o Orçamento Participativo, mas também liberais de diversos matizes, entre estes, André Franco Montoro, Ulysses Guimarães e Mário Covas, que conferiram **status** constitucional à participação popular. Mas também, o Ministro de Estado da Administração, Bresser Pereira, com sua proposta de "organizações sociais" controladas pela sociedade, apoiada com entusiasmo pelo sociólogo Betinho (Souza, 1995)<sup>5</sup>.

Trata-se, então, para os socialistas, de disputar a "hegemonia", através do processo de consolidação da **práxis** inovadora ensejada pelos institutos da democracia participativa.

Se é verdade, como quer Tarso Genro, que a simples aplicação da lei, no Brasil, é algo revolucionário, que frutos não poderiam colher os socialistas, em práticas que aproximam a democracia "realmente existente" da plenitude democrática? Esta, com efeito, se tornaria possível "se aqueles que exercem poderes em todos os níveis puderem ser controlados em última instância pelos possuidores originários do poder fundamental, os indivíduos singulares" (Bobbio, 1992:13).

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. (1995). *Zona de compromisso*. São Paulo: UNESP.
- ARGUELLO, Kati. (1996). *Direito e Democracia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- BATTINI, Odária. (1993). *O fortalecimento da gestão social da política pública de assistência à criança e ao adolescente pela via da descentralização político-administrativa*. In: BATTINI, Odária (org.). *A Criança e o adolescente em questão: contruindo uma metodologia de trabalho (Relatório de Pesquisa)*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, pp. 12-24.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. (1994). *Cidadania e democracia*. *Lua Nova* (32): 5-16.
- BOBBIO, Norberto. (1992). *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra.
- BRANDÃO, Assis. (1977). *Sobre a democracia participativa: Poulantzas, Macpherson e Carole Pateman*. *Serviço Social e Sociedade XVIII* (54): 123-131.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1997). *Notas sobre cidadania e modernidade. Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social 1* (1): 14-165.
- DOIMO, Ana Maria. (1995). *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará.
- GENRO, Tarso. (1995). *Estado globalizado e esfera pública civil*. *Folha de São Paulo*. 18/jul/1995.
- GENRO, Tarso & GENOINO, José. (1995). *O controle público do Estado*. *Folha de São Paulo*. 23/mar/1995.
- GENRO, Tarso & SOUZA, Ubiratan. (1997). *O Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- MACPHERSON, C. Brough. (1978). *A democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.

<sup>5</sup> Se bem que a "gestão participativa" de Bresser Pereira, centrada nas organizações Sociais (O.S.), possa ser vista como uma descaracterização da efetiva participação popular na esfera pública. Com efeito, as O.S. contariam com representantes da sociedade civil tanto na formulação quanto na avaliação do desempenho dessas organizações. Porém, não influiriam na determinação do montante do fundo público posto a sua disposição. Além do mais, as O.S. ficam subordinadas à racionalidade competitiva e à lógica gerencial.

- \_\_\_\_\_. (1991). *Ascensão e queda da justiça econômica*. São Paulo: Paz e Terra.
- PONTES JÚNIOR, Felício. (1993). *Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Malheiros.
- POULANTZAS, Nicos. (1978). *L'Etat, le pouvoir, le socialisme*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_. (1982). *O Estado e a transição ao socialismo*. *Teoria Política* (4): 129-152.
- \_\_\_\_\_. (1983). *O Estado, os movimentos sociais, Partido: última entrevista*. *Espaço e Debates* (9): 70-79.
- SILVA, José Afonso da. (1995). *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros.
- SILVA, Gustavo Tavares de. (1996). *Neo-corporativismo e políticas públicas*. *Política Hoje* (6): 89-109.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Democracia Representativa e 'gestão participativa'*. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes. *Política e Contemporaneidade no Brasil*. Recife: Bagaço, pp. 75-110.
- SOUZA, Hebert de. (1997). *As organizações sociais*. *Folha de São Paulo*, 7/jan/1997.

## RESUMO

AS PROPOSTAS "CLÁSSICAS" DE  
DEMOCRACIA DIRETA E O  
INEDITISMO DA EXPERIÊNCIA  
BRASILEIRA

A Constituição de 1988 conferiu status jurídico às experiências de democracia participativa que se desenvolveram no Brasil, na década de oitenta, e ampliou-as, com a introdução de novas formas de participação, com destaque para os Conselhos de Cidadania. Este trabalho busca demonstrar o caráter *sui generis* da experiência participacionista no Brasil. Esta se distingue das concepções e práticas "clássicas" de democracia direta nos seguintes aspectos fundamentais: a) por conviver harmonicamente com as instituições da democracia representativa; b) pela forte presença de formas semi-diretas, vinculadas ao Estado, de participação da cidadania; c) pela orientação claramente anti-corporativista dos principais defensores e teóricos da democracia participativa brasileira; d) pela formação de um espaço público de cidadania, dotado de eticidade própria, que objetiva o aprimoramento da consciência democrática e o respeito aos direitos do cidadão.

**PALAVRAS-CHAVE:** democracia participativa no Brasil; democracia participativa e democracia direta; cidadania e gestão pública.

## RÉSUMÉ

LES PROPOSITIONS "CLÁSSIQUES"  
DE DÉMOCRATIE DIRECTE ET LE  
INEDITISME DE L'EXPÉRIENCE  
PARTICIPATIVE AU BRÉSIL

Le Constitution de 1988 a conféré un status juridique aux expériences de démocratie participative qui se sont développées au Brésil, dans les années 80, et les a amplifiées, en introduisant de nouvelles formes de participation, notamment les "Conseils de Citoyenneté". Ce travail cherche à démontrer le caractère *sui generis* de l'expérience participative au Brésil. Celle-ci se distingue des conceptions et des pratiques classiques de démocratie directe dans les aspects fondamentaux suivants: i) pour convivre en harmonie avec les institutions de la démocratie représentative; ii) par la forte présence de formes semi-directes, liées à l'État, de participation de la citoyenneté; iii) par l'orientation clairement anti-corporative des principaux défenseurs et théoriciens de la démocratie participative brésilienne; iv) par la formation d'un espace public de la cytonneté, doté d'une éticité spécifique, ayant pour but le perfectionnement de la conscience démocratique et le respect aux droits du citoyen.

**MOTS-CLEFS:** démocratie participative au Brésil; démocratie participative et démocratie directe; citoyenneté et gestion publique.



## CONCEITOS ONTO-POLÍTICOS NO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE: "MINORIA" COMO "DEVIR-MINORITÁRIO"

Hélio Rebello Cardoso Jr.<sup>1</sup>

No pensamento de Deleuze, a criação de uma noção política está sempre envolta por uma dimensão ontológica. À princípio, esta característica da reflexão política em Deleuze adquire um traço curiosamente clássico; no entanto, ao observarmos a definição dos conceitos que assim são criados, veremos que seu alcance renova determinadas noções políticas que tomamos por estabelecidas.

Procuraremos apresentar esse elo do pensamento deleuzeano através da caracterização do conceito de "minoria" que inclui, em sua consistência, problemas ontológicos referentes ao conceito de "acontecimento"/"devir". "Acontecimento" e "devir" são, dessa forma, componentes do conceito de "minoria" e determinam sua alçada onto-política.

### CONCEITO DE "ACONTECIMENTO"

Destacaremos a noção de "acontecimento" em dois de seus aspectos, os quais serão importantes para os desdobramentos subsequentes. Em primeiro lugar, veremos como o acontecimento exige uma certa expressão da temporalidade. Em segundo lugar, trataremos do que Deleuze denomina a "estrutura dupla do acontecimento".

Segundo o sistema estóico, nos informa Deleuze, há dois tipos de tempo. Em primeiro lugar, o *Cronos* que diz respeito à mistura de corpos ou estados de coisa e por isso preside à ordem das causas; é caracterizado pela sucessão de instantes, ou seja, sua gênese deve-se à "forma cíclica do infinito" onde um eterno presente, que contrai todos os instantes, se descontrai em presentes pontuais que são passados ou futuros uns em relação aos outros. Em segundo lugar, há o *Aion* que diz respeito aos "incorpóreos", que são os efeitos dos encontros de corpos, e por isso é caracterizado pela fuga incessante do presente seja no sentido do passado seja no sentido do futuro, ou seja, sua gênese deve-se à "forma da linha reta ilimitada".

A partir dessas configurações relativas à temporalidade, o problema deleuzeano será o de acoplar o tempo cíclico infinito ao tempo retilíneo ilimitado, por este motivo o acontecimento será nomeado como a instância que participa de ambos os registros temporais, de modo que haja encarnação dos acontecimentos nos corpos e estados de coisa, bem como acontecimento puro (incorpóreo), caracterizado nas palavras de Deleuze como "*sempre qualquer coisa que acabou de passar ou que vai se passar, simultaneamente, jamais qualquer coisa que se passa*" (Deleuze, 1969: 79).

A versão temporal do acontecimento tem sua correspondente no problema da vontade.

Para cada acontecimento tomado em sua efetuação como indivíduo ou

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina (PR).

peessoa, é preciso atingir um instante pré-individual ou impessoal. Trata-se da "estrutura dupla de todo acontecimento", indica Deleuze (Deleuze, 1969: 176). O importante a este respeito é que ao mesmo tempo que se efetua um acontecimento se saiba operar nele uma contra-efetuação. Não contra-efetuar um acontecimento no momento mesmo em que ele acontece é perder o que de mais profícuo pode haver na efetuação.

Trata-se de surpreender no acontecimento efetinado, naquilo que acontece, a parte do acontecimento que permanece irredutivelmente pura, pois projeta-se no *Aion*. A contra-efetuação é uma *vontade* de que somos portadores desde que se reverte nossa posição em relação à ordem causal da mistura dos corpos ou estados de coisa. Quer dizer, se no momento de efetuação o incorpóreo ou acontecimento puro é um efeito com relação ao acontecimento efetinado, na contra-efetuação, uma vontade torna o acontecimento puro *quasi-causa* daquilo que nos acontece.

Aprofundemos esse quadro inicial do conceito de acontecimento, procurando interrelacionar os dois aspectos acima. Como veremos, a fusão entre o aspecto físico (temporal) e o aspecto ético (vontade) do acontecimento permitirá nos aproximarmos de uma idéia de "ação" que lhe seja pertinente.

O *Cronos* possui duas dimensões, a saber, uma formada por presentes relativos, isto é, passados e futuros relativos ao presente, como expressões dos encontros dos corpos entre si, pois desses encontros sempre se conserva algo como passado ou resta ainda algo como futuro; a outra dimensão do *Cronos* refere-se à reunião de todos esses presentes num presente cósmico, circular, onde o acontecimento se efetua. Aí, numa leitura estóica, o tempo é a relação das causas da mistura dos corpos, e o passado e o futuro, por vezes, parecem querer tornar desmesuradas essas relações, eles querem distorcê-las para se vingarem da sua relatividade em face do presente e para desestabilizar a circularidade em que o presente cósmico os prendeu. Contudo, esta desestabilização que sofre o tempo das causas e dos corpos ficaria mal compreendida, ou ainda, seria temida se não entrasse em jogo uma outra dimensão temporal que fornecesse uma salvaguarda ética aos corpos que se vêem acudados em seu presente.

O *Aion* também possui duas dimensões. Numa delas, de certa maneira, redime-se o presente dos corpos, os incorpóreos esgueiram-se por entre as causas de que são efeitos, fazendo com que o presente se subdivide automaticamente em passado e futuro, sem que tenha tempo de relativizar os encontros de corpos. Ou, para utilizar a linguagem estóica, o que se comunica nessa primeira dimensão do *Aion* são os efeitos dos encontros de corpos. Em sua segunda dimensão, essa temporalidade dos efeitos conta com o "instante" ou acontecimento puro, que quebra a circularidade do presente cósmico; como um raio ele remete o acontecimento efetinado ao acontecimento puro, onde é reencontrada a potência através da qual ele retira algo do que acontece.

Uma ação não se situa nem no presente do *Cronos*, em que a efetuação do acontecimento se encadearia na circularidade do presente cósmico, nem é ela o presente que se dissolve segundo a primeira dimensão do *Aion*.

Se a ação fosse identificada a essas dimensões da temporalidade, no primeiro caso, ela expressaria tão somente a relatividade dos presentes,

necessitando de uma instância superior para que fosse possível representar a marcha do tempo. No segundo caso, se a ação estivesse imersa no próprio elemento de dissolução do presente, somente representaria o tempo corrosivo que desestabiliza o presente cósmico. Antes, no entanto, que o presente da relatividade e o presente da dissolução reverberem entre si, o instante ou acontecimento puro, um novo presente, exige que ação equivalha não ao acontecimento efetuado ou a subversão que ele impõe ao presente, mas a ele próprio e seu poder de desbloquear as singularidades e de apresentar o ponto aleatório que as une, ou seja, seu poder de problematizar o tempo.

O instante, esse presente acontecimental, é um ponto aleatório que faz com que o presente se abra à ação, liberando as singularidades que estavam distribuídas nos indivíduos, e, portanto, reencontra um acontecimento puro onde essas singularidades estão ligadas tão somente por relações diferenciais.

Quando, sob a ação do acontecimento, o instante esquiva o presente, este perde a oportunidade de opor o antes e o depois, a relatividade do passado e do presente se esvai, de modo que todo o tempo reflui para a realidade incorpórea ou virtual do acontecimento. Assim, todas as dimensões do tempo tornam-se simultâneas, o que significa, em última análise, que o acontecimento transforma o tempo em "devir" ou "forma pura do tempo"<sup>2</sup>.

## MINORIAS

O devir possui um caráter eminentemente político que está presente em todo tipo de ação, tão logo um acontecimento abra as coordenadas extensivas de espaço e tempo de um determinado fenômeno ou acontecimento efetuado (um indivíduo/sujeito, um alguém, um fato histórico) para um complexo de linhas, para toda uma geografia de espaços intensivos, de mapas de devires que desenham fluxos no campo dos acontecimentos, posto que *"cada indivíduo é uma multiplicidade infinita, e toda a Natureza uma multiplicidade de multiplicidades perfeitamente individuada"*, como afirmam Deleuze e Guattari (1980: 311). A liberação de uma singularidade é um acontecimento na ordem política. Vejamos por quê.

O princípio da democracia representativa pode ser ilustrativo sobre a maneira pela qual se pode entender a lição política dos devires. Uma maioria é definida politicamente pela quantidade, maioria simples ou proporcional. Antes, porém, de ser caracterizada por uma expressão numérica, uma maioria é um padrão, um "Alguém" onde o senso comum aprisionou determinadas singularidades/acontecimentos e no qual os indivíduos devem-se enquadrar através da exclusão ou submissão de outras singularidades. Contudo, como a base da maioria quantitativa é um padrão restrito, os indivíduos componentes dessa maioria tornam-se, por uma razão ou outra, mal acomodados a ela sempre que algumas dessas singularidades que não cabem no padrão estabelecido escapam. Quer dizer, toda maioria freme com a agitação em que essas singularidades/acontecimentos aprisionados fervilham.

Na verdade, como mostra Deleuze, o poder de uma maioria somente se

---

<sup>2</sup> Mengue (1994: 31-32) enfatizou essa ligação entre acontecimento e devir.

sustenta pelo senso comum, pois os indivíduos que compõem sua supremacia numérica a submetem a uma variação intensiva contínua, pois cada um, potencialmente, é uma minoria que quer se libertar de seu jugo. Por isso, as minorias são muito mais numerosas que a maioria, pois aquelas detêm o segredo de sustentação desta última. As minorias são "multidões" cuja organização desestabiliza o consenso das majorias e sua ordem política<sup>3</sup>. Neste caso, minoria não representa apenas a expressão numérica daqueles grupos que não se enquadram no padrão estabelecido pelo senso comum da maioria, mas, intensivamente, minorias são a respiração vital da maioria, ou seja, elas formam um "dever-minoritário" que diz respeito a todos; até mesmo àqueles indivíduos que parecem encarnar o modelo de Alguém para a maioria e constroem sua variação em torno do padrão vigente. O dever-minoritário, em outras palavras, é um dever universal, enquanto a maioria representa apenas um estado determinado de aprisionamento de singularidades/acontecimentos, criando a ilusão de sua universalidade ao colocar-se como representante de uma vontade, de um poder.

Um dever-minoritário é um efeito dos encontros de corpos que caracterizam uma maioria e, como tal, torna-se a quasi-causa (incorpóreo) que a libera de sua relatividade numérica. Por isso, conclui Deleuze, com propriedade, analisando um determinado veio político do teatro contemporâneo, "minorias designa aqui a potência de um dever, enquanto maioria designa o poder ou impotência de um estado, de uma situação"; as mesmas observações são válidas com respeito às imagens do cinema, pois através delas uma minoria pode passar pelo dever universal de um povo do futuro (Deleuze & Bene, 1979: 129,123-125; Deleuze, 1983: 101; Deleuze, 1985: 282-286; ver tb. Deleuze & Guattari, 1980: 133-134; Deleuze, 1990: 235). O dever, independente da matéria que ele venha a percorrer, instaura uma política do acontecimento e não uma política baseada no estado reconhecido dos indivíduos num determinado tempo e espaço.

Um dever é sempre uma questão de velocidade, sempre se entra em um dever para experimentar que se é mais rápido que uma maioria, para saber que esta última sempre chega depois, atarantada que fica, lerda que é, em seu esforço contínuo de deter as singularidades que dela querem escapar a todo custo. Ou, para apresentar o problema em termos aritméticos, como faz Deleuze, diz-se que a maioria forma entre seus elementos conjuntos ligados por uma relação axiomática, e, por isso, são como números que podem ser contados e recombinados sempre que o conjunto e, portanto, o princípio axiomático se sente ameaçado. Pode-se mesmo romper com a organização inicial e se entrar em uma nova axiomática que supostamente inclua e faça valer a representação de uma minoria.

<sup>3</sup> Hardt (1993) esclarece que "a multidão permanece contingente na medida em que está sempre aberta para o antagonismo e o conflito, mas em sua dinâmica de incremento de poder, ela atinge um plano de consistência, tem a capacidade de fazer da normatividade social o direito civil. A multidão é a multiplicidade que se torna poder" (p. 110); este mesmo autor acredita ter encontrado em Deleuze "algumas ferramentas para a constituição de uma democracia radical" (p. 119), por isso, "fazer a passagem da multiplicidade para a multidão permanece para nós o projeto central de uma prática política democrática" (p. 122). Sobre a articulação 'minorias-dever' ver Guattari & Rolnik (1993: 73-76).

Já a minoria, no devir-minoritário, é formada por elementos cujo único elo de ligação é a adição, lógica do "e", por isso eles formam "conjuntos fluidos", que não podem ser numerados, pois quando se tenta numerá-los, imediatamente sua natureza se transforma, isto é, as conexões entre seus elementos se distribuem de uma maneira completamente diversa, pois os encontros dos indivíduos/corpos que formam uma maioria sempre causam efeitos/incorpóreos que não se detêm a uma realidade numérica ou representacional. Por isso eles não são axiomatizáveis, não servem a nenhum tipo de representatividade, embora exerçam sua ação política. Numa minoria, então, *"o que caracteriza o inumerável não é nem o conjunto nem os elementos; é antes a conexão, o «e», que se produz entre os elementos, entre os conjuntos, e que não pertence a nenhum dos dois, que lhes escapa e constitui uma linha de fuga"*, asseveram Deleuze e Guattari (1980: 587). Assim, por estar entre os conjuntos, por estabelecer relações em um meio que escapa à "elementarização" dos indivíduos, a minoria é anterior, e, portanto, mais universal que as relações entre os elementos de um conjunto.

Com efeito, minoria é uma *"figura universal"* que percorre, ou melhor, somente se deixa captar numa lógica cujas relações os conjuntos não podem dar conta, uma lógica do acontecimento, onde se desliza em *"multiplicidades de fuga ou de fluxo"*, quando um grupo ou alguém *"se torna todo mundo"*, pois *"o próprio da minoria é fazer valer a potência do inumerável, mesmo quando ela é composta de um único membro. É a fórmula das multiplicidades"*, ou seja, onde *"o devir e a multiplicidade são uma e a mesma coisa"*, pois na multiplicidade de devires, dizem Deleuze Guattari a respeito do cinema, *"os personagens e as formas valem apenas como transformações de uns nos outros"* (Deleuze & Guattari, 1980: 305, 588; Deleuze, 1985: 189).

Os próprios conjuntos e as relações axiomáticas ou numeráveis entre seus elementos têm sua gênese garantida pelo elemento inumerável das multiplicidades, de modo que o que diferencia definitivamente maioria e minoria não é a comparação numérica entre elas, mas uma relação interna ao número, relativa ao devir, que prova que as minorias, o devir-minoritário, convida todas as maiorias a se desfazerem em multiplicidades, a fim de que elas se tornem mais universais do que supõe a generalidade ou abstração de um espaço e tempo dados extensivamente e que garante o preenchimento dos valores de verdade de uma lógica axiomática ou dos conjuntos. A contra-efetuação como catalisador da lógica do acontecimento torna-se, assim, um agente genético das efetuações.

Mas, o que acontece entre uma minoria e uma maioria, tendo em vista as definições acima?

Deleuze e Parnet mostram que uma boa maneira de analisar situações políticas é mapeá-las, realizando uma cartografia de suas linhas. A maioria é uma *"linha dura"* ou *"molar"*, assim como o são nossos papéis individuais ou sociais - família, escola, caserna, fábrica, profissão, são segmentos em que se subdivide essa linha. A linha segmentada é trabalhada por *"linhas moles"* ou *"moleculares"*, sendo esta composta por devires que conduzem nossos papéis definidos a encontros não previstos em sua segmentaridade dura. Toda vida, todo papel, participa de intensidades não contidas em sua história, ou seja,

numa biografia de família, numa memória da formação geral de um indivíduo ou grupo, no suposto consenso de uma maioria política.

Ambas as linhas são imanentes uma a outra. O mais importante para a realização dessa imanência, nessa cartografia, é que a linha molecular realiza importantes conexões de devires que não aparecem no nível da linha molar, ou seja, aquela atribui a esta última intensidades que sua segmentaridade dura não pode representar.

Por exemplo, há uma maioria em um indivíduo ou em grupo social que é trabalhado imperceptivelmente por minorias, devires moleculares, mesmo que os segmentos que formam a maioria permaneçam inalterados. Apesar da relativa inércia molar, a linha molecular de uma minoria pode estar cruzando "limiares" que magnetizam intensivamente a segmentaridade da maioria, estabelecendo conexões não previstas (Deleuze & Parnet, 1977: 151-152).

Por isso entre o molar e o molecular não há também uma oposição entre o coletivo e o individual/pessoal; a molecularidade também se define por seu aspecto 'populacional', multitudinário. Existem minorias em uma pessoa, assim como as minorias são as agitações moleculares das maiorias sociais e/ou políticas.

Maioria e minoria (devir-minoritário) atuam em planos diversos. A minoria não atua como um número, como um segmento; o que acontece em uma e em outra não pode ser avaliado pelo mesmo padrão de ocorrências.

No entanto, como se explica que a oposição minoria-maioria se coloque do ponto de vista político, tanto que um dos objetivos da representação democrática é estabelecer em seus mecanismos um contrapeso para a expressão das minorias? Se num confronto direto a maioria se sobreporia às minorias, cabe criar dispositivos que garantam a sobrevivência dessas últimas, assegurando-lhes representatividade apesar de sua menoridade quantitativa.

Essas oposições são possíveis apenas como expressões da linha segmentada, onde a maioria se coloca. Deleuze e Parnet, aprofundando sua cartografia ou "micropolítica", chamam a atenção para o fato de que a linha de segmentaridade possui três características (Deleuze & Parnet, 1977: 155-157).

Em primeiro lugar, há as "máquinas binárias" que, no caso, criam oposição entre maioria e minoria, como se ambos fossem segmentos de uma mesma linha; a binarização do conflito, pode-se adiantar, é uma maneira de cercar o caráter molecular das minorias. Naturalmente, a dicotomia entre minoria e maioria pode receber projeções de binarizações em outras oposições de segmentos, tornando complexos seus encontros; por exemplo, o problema que se coloca do ponto de vista da linha segmentada é: o que é maioria e minoria num modo de ser, numa sexualidade, numa família, entre duas classes sociais? Desta forma, a minoria é tomada como um segmento, onde o modo de expressão é a oposição.

Em segundo lugar, continuam Deleuze e Parnet, minoria e maioria como segmentos envolvem cada uma um "dispositivo de poder" que as codifica. Este é o padrão para todos os segmentos de uma dada linha dura, afinal somente na medida em que cada um deles constitui um "centro de poder" pode estabelecer com outro uma relação binária. O poder, portanto, não é central, não é uma privilégio da maioria, ele se dissemina pela linha segmentada. Além

disso, há entre tais segmentos uma “máquina abstrata de sobrecodificação” que cria equivalências entre os códigos de segmentos; desta forma, por exemplo, a oposição entre minoria e maioria pode ser avaliada e fixada. Uma máquina abstrata, sobrecodificando todos os cortes entre segmentos, pode enfim ‘traduzir’ e coordenar as dicotomias criadas pelas máquinas binárias e oferecendo-lhes um meio de conversibilidade.

É através das máquinas de sobrecodificação, então, que o impasse minoria-maioria pode ser encaminhado por meio de uma solução que preserve a determinação de uma minoria em face de uma maioria; neste caso, estamos diante da efetivação da máquina abstrata, o que já caracteriza o aparelho de estado como terceiro elemento da segmentaridade dura. O estado é apenas a sobrecodificação efetiva de centros de poderes que dele não emanam.

Mas isso é apenas o que ocorre na linha de segmentaridade dura ou molar.

Na linha mole ou molecular não há segmentos, apenas limiares; trata-se de uma linha não segmentada e não codificada, onde a relação entre seus elementos constituintes, que são os devires, dá-se, não através de binarizações que levam a uma sobrecodificação, mas entre ritmos. A linha molecular não anuncia apenas que o segmento dominante mudou ou que seria possível um terceiro termo que superasse a dualidade entre minoria e maioria. Pelo contrário, ela passa entre os segmentos, oferece-lhes um fluxo de descodificação, de modo que as máquinas que conduzem os devires são “máquinas mutantes” que desfazem as oposições molares. Neste caso, a minoria não é mais um segmento da linha molar, mas um fluxo (devir minoritário) que faz tanto a maioria quanto a minoria segmentarizadas fugirem de seus códigos e, portanto, de seus dispositivos de poder.

Eis a definição molecular de um conceito renovado de minoria.

Contudo, o fato de podermos observar a minoria sob o ponto de vista de duas linhas imanentes, não explica ainda porque a minoria, no sentido molecular, constitui a maioria como segmento da linha molar. Por que, afinal, a minoria teria a precedência?

Acontece que os fluxos de fuga proporcionados pela agitação da minoria não são uma passagem para fora do campo social, não são uma fuga *do* campo social. Ao contrário, as linhas moleculares são constitutivas do campo social, isto é, de suas segmentaridades duras. São as minorias em seus movimentos de fuga que traçam os devires e as fronteiras do político em um campo social. São elas, enfim, que participam da lógica do acontecimento, contra-efetuando as oposições da linha segmentada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELEUZE, Gilles. (1969). *Logique du sens*. Paris: Minuit.  
\_\_\_\_\_. (1983). *Cinéma 1: l'image-mouvement*. Paris: Minuit.  
\_\_\_\_\_. (1985). *Cinéma 2: l'image-temps*. Paris: Minuit.  
\_\_\_\_\_. (1990). *Pourparlers*. Paris: Minuit.  
DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. (1977). *Dialogues*. Paris: Flammarion.  
DELEUZE, Gilles & BENE, Carmelo. (1979). *Superpositions*. Paris: Minuit.  
DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. (1980). *Capitalisme et schizophrénie: mille plateaux*. Paris: Minuit.

- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. (1993). *Micropolítica: cartografias do desejo*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.
- HARDT, Michael. (1993). *Gilles Deleuze: an apprenticeship in Philosophy*. Minneapolis/ London: University of Minnesota Press.
- MENGUE, Philippe. (1994). *Gilles Deleuze ou le Système du Multiple*. Paris: Kimé.

## RESUMO

CONCEITOS ONTO-POLÍTICOS NO  
PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE:  
"MINORIA" COMO  
"DEVIR-MINORITÁRIO"

Procuraremos apresentar um elo prático do pensamento deleuzeano através da caracterização do conceito de "minoria" que inclui, em sua consistência, problemas ontológicos referentes ao conceito de "acontecimento"/"devir". "Acontecimento" e "devir" são, dessa forma, componentes do conceito de "minoria" e determinam sua alçada onto-política: "devir-minoritário".

**PALAVRAS-CHAVE:** minoria; devir minoritário; Deleuze.

## ABSTRACT

ONTO-POLITICAL CONCEPTS IN  
GILLES DELEUZE'S THOUGHT:  
"MINORITY" AS  
"MINORITY BECOMING"

We attempt to present a practical chain in the Deleuze's thought through the definition of "minority" as a concept. This concept includes, in its consistency, ontological problems due to its relations to the concept "happening" (*événement*) / "becoming" (*devenir*). "Happening" and "becoming" are components of the concept of "minority" and determine its onto-political sweep: "minority becoming".

**KEYWORDS:** minority; minority becoming; Deleuze.

## TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DO *WELFARE STATE*

Maria Ozanira da Silva e Silva<sup>1</sup>

### PRELIMINARES

Qualquer reflexão sobre Políticas Públicas de corte social implica na compreensão do conceito de política social, cuja recorrência prévia se expressa pela necessidade de uma reflexão sobre as origens e o desenvolvimento do que se convencionou denominar de *Welfare State*.

O termo política social, enquanto referenciado à atuação governamental no campo das Políticas Públicas de corte social, se expressa por um emaranhado conceitual que aponta uma maior recorrência a três modelos explicativos:

a) Um modelo eminentemente de caráter econômico que procura explicar o surgimento e desenvolvimento da política social enquanto ação voltada para a qualificação da força de trabalho, bem como de sua recuperação, tendo em vista atender às demandas do sistema capitalista de produção.

b) Um modelo explicativo, de conteúdo evolucionista, que indica a evolução da vida social moderna, com conseqüente destruição dos mecanismos tradicionais de solidariedade gerador de necessidade da ação pública como substitutiva das práticas baseadas na solidariedade e na ação mútua enquanto determinação para a emergência e desenvolvimento da política social nas sociedades capitalistas.

c) Um modelo de base política que aponta a necessidade de legitimação do poder como explicação da atuação estatal no âmbito das políticas sociais que, além de constituir uma base valorativa comum na sociedade, atenderia às demandas universais.

Outras explicações, menos recorrentes, para justificar as políticas sociais, expressam a necessidade de normatização da vida social, domesticando, sobretudo, as camadas sociais subordinadas através da dissiminação de um modo de vida considerado apropriado pelas classes dirigentes; o interesse das burocracias em alargar sua esfera de poder e aumentar sua visibilidade, o que se faria através das políticas governamentais; demandas de grupos organizados que dão origem a políticas voltadas para o atendimento de suas necessidades.

Todavia, é no estudo de Alber (1986) que busco o fundamento para as explicações teóricas mais sistematizadas, capazes de dar conta das origens e do desenvolvimento do *Welfare State*. Nesse sentido, considero dois modelos básicos, representados pelos Pluralistas e pelos Marxistas, ambos apresentando uma vertente de tradição funcionalista e outra de tradição conflitualista.

Em termos gerais, os Pluralistas assumem uma posição que atribui às origens do desenvolvimento do *Welfare State* como decorrência do desenvolvimento do capitalismo em termos de modernização, industrialização

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Serviço Social e do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

e urbanização. Isto é, o *Welfare State* é produto geral dos processos de crescimento e diferenciação decorrentes da modernização da sociedade.

Na versão funcionalista, os Pluralistas percebem as políticas sociais como relacionadas às exigências impostas pelo crescente aumento dos riscos decorrentes dos processos de industrialização e urbanização.

Na versão conflitualista, os Pluralistas admitem que as políticas sociais expressam demandas crescentes em decorrência dos processos de mobilização social e política.

Para os Marxistas, a política social é produto específico do desenvolvimento capitalista, considerada indispensável para garantir a acumulação do capital, bem como para regular os conflitos de classe.

Na versão marxista funcionalista, a política social é vista como exigência do próprio desenvolvimento econômico, considerando a ameaça que esse processo representa para a reprodução da força de trabalho, a partir da exacerbação da exploração capitalista.

Na versão conflitualista, os Marxistas partem das transformações estruturais, mas relacionam, mais especificamente, o desenvolvimento das políticas sociais ao processo político da luta de classes.

Guardadas suas especificidades, Pluralistas e Marxistas assumem uma posição dedutivista que aponta como determinação fundamental do *Welfare State* uma explicação de base estrutural que destaca as exigências do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo que os Pluralistas e Marxistas Conflitualistas privilegiam, no quadro de explicação que formulam, as demandas sociais provenientes "de baixo" (movimento operário) e iniciativas "do alto" (elites ou setores dominantes na defesa do próprio poder).

A seguir, desenvolvo uma argumentação mais detalhada desses modelos, ilustrando com alguns autores, de modo a explicitar os pontos comuns das duas abordagens, mas sobretudo, suas especificidades.

## OS PLURALISTAS

Os Pluralistas, que apresentam perspectiva funcionalista, são vinculados a um corpo teórico de tradição durkheiminiana (Wilenski, Lebeaux, Achinger) que considera o *Welfare State* como produto de uma crescente necessidade de tutela social em decorrência da desorganização produzida pela industrialização e urbanização, com generalização de situações de riscos crescentes em termos do número de trabalhadores dependentes, de desempregados, de anciões, ao mesmo tempo em que se verifica um declínio do potencial assistencial das redes e grupos sociais primários, ampliando-se as oportunidades de individualização. Por outro lado, verifica-se crescente disponibilidade de recursos nas mãos do Estado, em decorrência do próprio desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, o *Welfare State* é percebido como mecanismo centralizado capaz de criar novas formas de solidariedade para resolver os problemas da divisão e especialização do trabalho.

A teoria da modernização, que fundamenta essa perspectiva, percebe, como geral e inexorável, o progresso que vai conduzir o surgimento e desenvolvimento do *Welfare State*.

A partir desse quadro, os Pluralistas Funcionalistas apontam as seguintes

hipóteses para justificar o *Welfare State*:

- \* os sistemas de seguridade social são introduzidos em todos os países industrializados e urbanizados;
- \* as variações podem ser explicadas pelo início do processo de industrialização (variável temporal);
- \* com o desenvolvimento do capitalismo, dá-se o crescimento do número de trabalhadores dependentes e de anciões, ampliando-se as situações de risco e diminuindo o potencial assistencial dos grupos primários; a diferenciação e mobilidade social, bem como crescente disponibilidade de recursos à disposição do Estado propiciam a advento do *Welfare State* (Aureliano & Draibe, 1989: 102-104).

Os Pluralistas Conflitualistas, por sua vez, levam em conta a dinâmica dos conflitos sociais e políticos, para além das hipóteses meramente de carácter estrutural, sendo que uns enfatizam as pressões "de baixo", decorrentes da ação dos setores subalternos e outros destacam as pressões oriundas "do alto" decorrentes das ações das elites dominantes.

Para os primeiros, são levantadas as seguintes hipóteses:

- \* os sistemas de seguridade social decorrem da universalização do direito de voto;
- \* esses sistemas decorrem da mobilização e organização operária.

Para os segundos, as hipóteses são outras:

- \* quanto menor a legitimidade democrática do regime, tanto maior a disposição das elites em introduzir políticas em resposta à mobilização operária;
- \* quanto mais fraca a burguesia, mais a política social é introduzida como resposta preventiva à mobilização operária (Aureliano & Draibe, 1989: 103).

Em resumo, os funcionalistas conflitualistas realçam a institucionalização dos direitos de cidadania e a elevação da demanda por "equidade", tendo como pano de fundo o princípio da igualdade perante a lei, bem como realçam a competição pelo voto, a crescente influência dos sindicatos, o maior peso da representação parlamentar dos partidos operários como determinação do *Welfare State*. Nessa perspectiva, destaca-se Marshal (1967; 1975) que situa o surgimento da política social como decorrência da institucionalização dos direitos sociais em relação ao desenvolvimento dos direitos civis e políticos numa luta social que durou três séculos.

No campo funcionalista de tradição durkeiminiana da teoria da modernização, convém ressaltar a figura de Peter Flora como representante do que se denomina de Modelos Integrados, na medida em que este autor procura conciliar elementos da teoria da modernização com elementos da teoria do desenvolvimento político a partir da indicação de três categorias de fatores: os processos de mobilização que estimulam soluções políticas, as iniciativas estatais voltadas para garantir a ordem interna e a solidariedade política internacional.

Portanto, procurando associar a explicação de base estrutural com

explicação política, Flora admite que o *Welfare State*, nas sociedades industriais, emerge face a problemas originados da modernização, todavia, admite que, no plano institucional, as soluções variam conforme fases e características do processo de desenvolvimento político. Isto significa que são os processos mais gerais da modernização que configuram o quadro explicativo mais relevante para compreensão das origens do *Welfare State*, porém esses processos devem ser considerados apenas como ponto de partida para essa explicação, à qual devem ser acrescidas outras condições no campo político e político-institucional.

Nesse sentido, as variações do *Welfare State* se explicam pela variação dos problemas sociais e políticos, determinados pelo processo de modernização quanto pela potencialidade das estruturas sociais intermediárias, constituindo-se resposta à crescente demanda por igualdade sócio-econômica, o que se relaciona com alto grau de centralização política, o nível de envolvimento em conflitos internacionais e a menor influência dos conflitos confessionais, técnicos e lingüísticos (Flora & Hindemeiner, 1982; Flora, 1981).

## OS MARXISTAS

Os Marxistas Funcionalistas, de modo geral, consideram a política social como resultado do desenvolvimento sócioeconômico, mas como uma exigência do próprio modo de produção capitalista. A proteção social se expande devido aos efeitos negativos e crescentes do processo produtivo e a socialização crescente dos custos de reprodução da força de trabalho.

A tese central é que a política social emerge como resposta às exigências do sistema para fazer face aos efeitos negativos crescentes do processo produtivo e da crescente socialização dos custos de reprodução da força de trabalho, o que se desdobra nas seguintes teses:

- \* a política social nasce com os primórdios do capitalismo industrial para regular a participação - exclusão no mercado de trabalho;
- \* nasce para proteger o desemprego, fenômeno típico e cíclico do processo de acumulação capitalista;
- \* é introduzida e institucionalizada por exigência da dinâmica monopolista de acumulação de capital para atenuar a conseqüente explosão da mão-de-obra excedente, tornando a intervenção do Estado necessária para garantir a mais-valia, através da reprodução da força de trabalho e do controle sobre as classes sociais (garantia de paz social).

Para os Marxistas e Neomarxistas Conflitualistas, a indicação estrutural é apenas uma determinação genérica, o que destacam é a força crescente do movimento operário, considerado o principal sujeito dos sistemas de proteção social, ao apresentar demandas e provocar reações no comportamento dos setores dominantes. Nesse sentido, as pressões "de baixo" produzem forte correlação positiva entre os graus da consciência e da organização da classe operária, a organização sindical e política dos trabalhadores e a emergência do *Welfare State* provocam uma reação "do alto", isto é, a mobilização operária provoca mais concorrência entre os setores dominantes que são obrigados a constituir aliança, bem como conduzem à maior centralização e autonomia do aparato estatal, propiciando as condições para o desenvolvimento das políticas

sociais.

Enquanto os Pluralistas Conflitualistas destacam o poder do voto universal, a capacidade administrativa crescente do Estado e a busca de ampliação de poder e competência da burocracia, os Marxistas Conflitualistas destacam os protestos e as greves como pressão da organização operária na demanda por proteção social.

Considerando a heterogeneidade do campo marxista na explicação das origens e desenvolvimento do *Welfare State* no quadro construído por Alber (1986)<sup>2</sup>, o autor destaca três explicações para o *Welfare State*:

- \* aqueles que apresentam a política social como tutela da acumulação capitalista, o Estado assumindo a correção dos efeitos negativos;
- \* aqueles que percebem a política social como estratégia de controle social;
- \* e o que denomina de modelos integrados que procura associar a determinação estrutural com a determinação política<sup>3</sup>.

Ilustrativamente, passo a considerar alguns autores que apresentam esses modelos explicativos.

#### *Política Social como Tutela da Acumulação Capitalista*

Nesse campo se situam Offe/Lehardt e O' Connor.

Offe (1972), considera o conceito de *Welfare State* muito vago, permitindo a qualquer um formular sua definição, mas registra consenso entre conservadores, liberais e socialistas sobre sua existência em sociedades capitalistas enquanto instrumento eficiente de controle econômico, apresentando-se como mecanismo econômico, social e político do capitalismo avançado, o qual não alterou substancialmente a coexistência de pobreza e afluência e, muito menos, resolveu a contradição básica de toda sociedade capitalista: lógica da produção industrial por lucro e lógica das necessidades humanas, que tem sido apenas suavizada e modificada em poucos aspectos.

O autor aprofunda sua reflexão apresentando o que denomina características negativas do *Welfare State*, assim formuladas:

- a) O *Welfare State* não apresenta semelhança ao que os teóricos marxistas consideram processo revolucionário, isto é, mudança estrutural básica. O que ocorre é a identificação de novos elementos no interior das sociedades capitalistas, mas não mudanças básicas, posto que não são alteradas as relações econômicas e políticas de poder;
- b) Apesar do termo *welfare* apresentar uma conotação que sugere atitude paternalista por parte do Estado em benefício das classes inferiores, empresas corporativas de negócio têm sido contempladas com uma proporção maior de benefícios;
- c) O *Welfare State* não pode lidar diretamente com necessidades humanas primárias; apenas procura compensar os novos problemas que são

---

<sup>2</sup> Esse quadro se encontra, em português, no trabalho de Aureliano & Draibe (1989: 93-94).

<sup>3</sup> Alber apresenta uma quarta explicação: aquela que enfatiza as políticas sociais como programas de qualificação impostos pelos interesses do Estado e aponta Vobruda como representante dessa abordagem.

criados no desenvolvimento industrial, tornando-se mecanismo compensatório da deterioração da vida social causada pelo capitalismo industrial;

- d) O desenvolvimento do *Welfare* ocorre em relativa independência da controvérsia do debate ideológico, apresentando limites estreitos, de modo que os programas partidários e as eleições parecem ter pouca influência sobre o orçamento estatal destinado a programas sociais. O mais importante para determinar políticas são variáveis econômicas e sociais, como: aumento da produtividade, mobilidade social, nível tecnológico das indústrias básicas, tamanho e competição da força de trabalho, idade da população e outros indicadores macroeconômicos e macrosociológicos.

Em resumo, Offe admite, no texto citado, que a lógica do *Welfare State* não expressa objetivos de caráter humano, mas a prevenção de um desastre social potencial em decorrência da contradição básica do capitalismo: lucro e necessidades humanas. Nessa mesma linha de raciocínio, Offe & Lenhardt partem do questionamento sobre como surge a política social a partir dos problemas específicos de uma estrutura econômica de classes, baseada na valorização privada do capital e no trabalho livre e quais são as funções que assume face a essas estruturas. A partir das questões, os autores admitem que "a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado" (Offe & Lenhardt, 1984: 15).

Para fundamentar esse conceito, referem-se a uma proletarização "passiva" e "ativa", sendo que a primeira decorre da destruição das formas de trabalho e de subsistência existentes, não significando que os indivíduos atingidos por esta "desapropriação" passem espontaneamente para o Estado denominado de proletarização "ativa", ou seja, passem a oferecer automaticamente sua força de trabalho no mercado, desenvolvendo a socialização necessária à constituição de uma classe de trabalhadores assalariados, isto é, uma socialização segundo o modelo da mercadoria.

Nesse sentido, a política social se constitui numa estratégia estatal de integração da força de trabalho na relação de trabalho assalariado, sendo sua principal função regulamentar a proletarização, portanto, não constituindo reação do estado aos "problemas" da classe operária, mas, antes, contribui para sua própria constituição (Offe & Lenhardt, 1984: 22).

Além da função constitutiva da classe operária, o *Welfare State* desempenha outras:

- \* preparação repressiva e socializadora da proletarização;
- \* estabilização da coletivização compulsória dos riscos;
- \* controle quantitativo do processo de proletarização através da prestação de serviços e regulamentação do uso "adequado" de tais serviços (Offe & Lenhardt, 1984: 22).

O'Connor (1977) é também evocado como aquele marxista que situa a política social como tutela da acumulação capitalista ao desenvolver a tese de que o crescimento do setor monopolista exige a socialização dos custos relativos

à força de trabalho, além de produzir um excesso que também requer a política social para pacificação.

Segundo esse autor, o Estado capitalista é obrigado a desempenhar duas funções básicas e, muitas vezes, contraditórias: acumulação e legitimação, de modo que se faça possível uma lucrativa acumulação de capital. Ao se envolver no processo de acumulação tem que fazê-lo mistificando sua política. Daí as despesas estatais apresentam caráter duplo correspondente às duas funções básicas que exercem: capital social e despesas sociais.

Capital social é a despesa exigida para acumulação privada, apresentando-se como investimento social (despesas com projetos e serviços que rebaixam o custo de reprodução do trabalho).

As despesas sociais se referem a projetos e serviços exigidos para manutenção da harmonia social.

O'Connor ressalta que quase todas as agências estatais ficam envolvidas nas funções de acumulação e legitimação e quase todas as despesas públicas têm esse duplo caráter.

A partir desse referencial, o autor sugere duas teses básicas.

A primeira é a de que o crescimento do setor estatal e da despesa estatal constitui base do crescimento do setor monopolista e da produção total, isto é, o "o crescimento do Estado, tanto é causa quanto efeito do capital monopolista" (O'Connor, 1977: 21). Isso significa que "*a socialização dos custos do investimento social e do capital de consumo de caráter social aumenta com o tempo e é cada vez mais necessária à acumulação lucrativa do capital monopolista*" (O'Connor, 1977: 21). Isso porque o crescimento do setor monopolista, segundo O'Connor, é irracional no sentido de provocar desemprego, pobreza, estagnação econômica etc. e, para que a realidade das massas seja assegurada e garantida a legitimidade do Estado, este tem de responder às demandas daqueles que sofrem os "custos" do crescimento econômico. Em resumo, "o crescimento do capital monopolista gera a expansão crescente das despesas sociais" (O'Connor, 1977: 22).

A segunda tese básica formulada por O'Connor indica a acumulação de capital social e de despesas sociais como um processo contraditório que cria tendências para crises econômicas, sociais e políticas, fazendo com que "*a socialização dos custos e a apropriação privada dos lucros gerem uma crise fiscal, ou uma 'brecha estrutural' entre as despesas do Estado e suas rendas*" (O'Connor, 1977: 22). Em segundo plano, o autor considera a apropriação do poder do Estado para finalidades particularistas como causa de exacerbação da crise fiscal.

### ***Política Social como Estratégia de Controle Social***

Ainda no campo marxista, a discussão sobre origens e desenvolvimento do *Welfare State*, que situa a política social como estratégia de controle social, pode ser ilustrada por Piven & Cloward. Esses autores realizaram um vasto estudo sobre a sociedade norte-americana, situando o desenvolvimento das políticas sociais no contexto do movimento da estabilidade e das depressões cíclicas da economia daquele país e, a partir daí, defendem a tese de que os sistemas de proteção social se expandem ou se contraem conforme as flutuações cíclicas da economia capitalista, atuando, nessa dinâmica, como forte mecanismo de controle social. Assim é que, nos anos de estabilidade (1940-1960), se verificou

lenta expansão do sistema de proteção social nos Estados Unidos, quadro esse alterado no período de crises urbanas com a explosão do sistema Welfare nos anos 60:

*"as a result of agitation, litigation, and publicity, peoples attitudes toward going on welfare had changed; many had come to believe that they have a 'right' to assistance. As the recession deepened, therefore, applications for welfare surged, and with the approval level high, a renewed explosion occurred."* (Piven & Cloward, 1972: 324)

Nesse sentido, ou autores entendem que, no período de expansão econômica, os sistemas de proteção social se tornam supérfluos, mas, no período de depressão, são absolutamente necessários, posto que o desemprego decorrente subtrai grupos da disciplina do trabalho, elevando, conseqüentemente, a agitação social, sendo o Estado obrigado a criar um sistema alternativo de controle social, instituindo os sistemas públicos de seguridade para reabsorver as massas que foram expulsas do sistema produtivo, estabelecendo a ordem social através da submissão das massas expulsas a uma nova disciplina.

### *Modelo Integrado de Política Social*

Finalmente, ainda no campo marxista, merece referência o que pode ser denominado de Modelo Integrado pelo afastamento de tendências que privilegiam um único elemento de interpretação. Gough (1979) é aqui apresentado como um autor que formula, de maneira clara e coerente a perspectiva do Modelo Integrado, situando-se no campo marxista.

Ao tratar das origens do *Welfare State*, o autor parte de dois problemas: o papel do conflito de classes e os requerimentos funcionais do sistema capitalista, a partir das quais pode ser formulada uma teoria do Estado capitalista:

- \* é um sistema de exploração e, portanto, contém conflito de classes endêmico, num nível mais geral, entre capital e trabalho;
- \* é um sistema econômico com sua dinâmica e leis próprias.

A partir dessa concepção, o autor entende que a economia política marxista é uma teoria que encampa uma visão estrutural da economia e uma teoria da luta de classe. Nesse sentido, o conflito se situa num modo de produção.

Com esse referencial, Gough procura o efeito do conflito de classe sobre as políticas de bem-estar, o modo como o Estado representa o interesses do capital e a interrelação entre esses dois conjuntos de forças.

Considera o papel de pressões de classes subordinadas e outros grupos organizados de pressão de relevante importância para explicar a introdução de medidas de bem-estar. Todavia, os modos pelos quais a pressão de classe gera reformas de bem-estar variam. Num extremo, resultam da pressão de massa extra-parlamentar; de outro, as reformas podem decorrer de representações da classe dirigente do Estado.

O autor considera ainda que a estrutura de classes nas sociedades de capitalismo avançado é muito complexa, devendo ser consideradas as implicações da forma do conflito econômico, político e ideológico nas sociedades

particulares.

Gough entende, a partir daí que o conflito de classe não é suficiente para explicar as origens e desenvolvimento do *Welfare State*, visto que muitas políticas sociais são introduzidas pelo Estado com vista a preservar as relações capitalistas, inclusive contra os interesses das classes trabalhadoras. Ou, ainda, certas políticas, originariamente resultantes da luta de classes, são adaptadas para servir os interesses do capital.

Para avançar na sua tese, o autor considera a interação entre a classe trabalhadora em desenvolvimento e as formas o Estado e rejeita as seguintes explicações sobre a política social:

- \* uma visão evolucionista pela qual o Welfare State representa uma harmonia de interesses na sociedade;
- \* a visão de alguns marxistas que percebem a luta da classe trabalhadora por reformas no campo do bem-estar, sempre, em última instância, trabalhando no interesse do capital.

Ao rejeitar as explicações acima, apresenta a seguinte formulação:

*"It is this context that periods of innovation and growth in the policies can be understood. Both of the major classes see this policies as in their interest, but for quite different reasons. The Working class because any policy which mitigates hardship or which modifies the blind play of market forces is to be welcomed. The capitalist class because it reduces Working-class discontent, provides an added means of integrating and controlling the working class, and offers economic or ideological benefits too."* (Gough, 1979:66)

Nas suas reflexões, o autor aponta três fatores que influenciam o desenvolvimento de políticas sociais: luta de classe, centralização do Estado e influência da luta de classe sobre o Estado, demonstrando como e porque a pressão de classe e a centralização do Estado geram o *Welfare State* moderno do mundo capitalista do pós-guerra.

## UM ESFORÇO DE SÍNTESE DAS PERSPECTIVAS ANALÍTICAS APRESENTADAS

Em termo de identificar as aproximações e diferenças básicas das posições apresentadas, verifica-se que os Pluralistas e Marxistas Funcionalistas realçam, nas suas argumentações sobre as origens e desenvolvimento de *Welfare State*, uma perspectiva de caráter dedutivista com destaque às determinações estruturais. Todavia, os Pluralistas Funcionalistas apontam o *Welfare State* como uma tendência geral do processo de modernização, com destaque à industrialização e à urbanização, enquanto os Marxistas Funcionalistas destacam o *Welfare State* como produto do capitalismo, portanto, historicamente datado, com realce na sua fase monopolista.

No quadro analítico funcionalista, porém, tanto os Pluralistas como os Marxistas não negam a questão dos conflitos de natureza política que atravessam as políticas sociais, mas estas são explicadas, essencialmente, como ação de

natureza preventiva, ou seja, como uma necessidade sistêmica para desenvolver e conservar a sociedade.

Os autores que se situam no campo conflitualista, por outro lado, buscam além das considerações estruturais, os fatores políticos que se manifestam no campo das relações de força, de confronto de interesses, enquanto explicação privilegiada da origem e desenvolvimento do *Welfare State*. Entendem não ser possível que as respostas do Estado, em forma de políticas, sejam deduzidas diretamente da estrutura sócioeconômica, embora esse aspecto deva ser considerado no processo. Isso significa que é a interpretação da realidade sócioeconômica e a ação da sociedade sobre essa realidade que transformam as exigências estruturais em necessidades que originam os desafios políticos, a partir dos quais são formuladas as respostas institucionais (Aureliano & Draibe, 1989: 96). Ou seja, só a ação da sociedade é capaz de transformar uma situação estrutural num problema que passa a integrar a agenda pública. Isso significa que um problema social só se transforma numa questão social, prevalecendo no campo político, pelo êxito das lutas sociais situadas numa relação de força entre os segmentos em confronto.

Marshall, já citado, expressa a tradição conflitualista quando se refere ao processo de desenvolvimento dos direitos civis, políticos e sociais como resultante da luta social de três séculos.

No campo de abordagem conflitualista, o que distingue os Marxistas dos Pluralistas, ressalvadas as variações existentes, é que os primeiros desenvolvem a explicação da política social pelas relações de classes e pela função de controle dos sistemas de seguridade social sobre os conflitos sociais, enquanto os Pluralistas destacam, na sua explicação, a ação dos grupos de interesse na sociedade, entre estes, a própria burocracia estatal e o movimento operário.

Para os Conflitualistas, portanto, os conflitos sociais se situam como núcleo dinâmico do processo das políticas sociais, com destaque à presença organizada da classe operária que, através das lutas sociais, ou do confronto de interesses, impõem seus próprios objetivos ou provocam reações preventivas ou de estratégia política no comportamento das elites e do Estado.

A partir das abordagens apresentadas, pode-se inferir três modelos básicos para análise de políticas públicas. Um primeiro que decorre da perspectiva Funcionalista que se apoia em estudos e verificações de caráter empírico, em pouco contribuindo para a compreensão das diferenças nos processos do *Welfare State*, nas diferentes formações econômico-sociais, tornando-se, portanto, incapaz de explicar as razões da introdução de fortes sistemas de Seguridade Social em países que não apresentam nível mais elevado de desenvolvimento capitalista, em termos de industrialização e urbanização (caso da Europa Ocidental) e o contrário, como o caso dos Estados Unidos.

A partir dessa perspectiva que destaca o ingresso do país num estágio mais avançado de desenvolvimento como determinação para o surgimento do *Welfare State* (sendo que os Marxistas Funcionalistas sublinham um desenvolvimento descontínuo devido às crises cíclicas da economia e os Pluralistas Funcionalistas se pautam por uma expansão contínua) surge o movimento da Convergência Internacional que se pauta numa lógica comum do desenvolvimento capitalista e em características gerais do processo de

modernização. Nesse sentido, a perspectiva da Convergência Internacional imputa aos aspectos comuns e gerais do processo capitalista de industrialização o desenvolvimento dos sistemas de proteção social pública que ocorrem nas economias industriais contemporâneas do pós-guerra.

A tese da Convergência Internacional ou do determinismo tecnológico tem fundamentado a maioria dos estudos comparados sobre política social. Ao privilegiar a industrialização como principal determinante do *Welfare State*, pauta-se na premissa central de que existem certas "necessidades básicas" que precisam ser atendidas, afastando dessa premissa a variável política que expressa a questão do poder.

A preocupação dos estudos comparativos orientados por essa abordagem é revelar uma forte relação entre o montante de gasto público em programas sociais (com destaque à previdência, saúde e educação) e os indicadores do desenvolvimento econômico: industrialização, urbanização (Cutright, 1965). Destaca, portanto, o nível de desenvolvimento econômico de uma sociedade com o dispêndio público em dispêndios sociais, desconsiderando a dinâmica política, o que aproxima a "tese da convergência" da tese que preconiza o "fim das ideologias".

O campo teórico que fundamenta a perspectiva da Convergência Internacional é o mesmo que orienta a perspectiva Pluralista Funcionalista, representada pelas teorias positivas, mais especificamente pelas teorias da vertente empirista e pelas teorias da modernização, de base durkheiminiana. A teoria positiva dos gastos públicos lida com variáveis mensuráveis de base empírica para determinar a relação custos/benefícios dos gastos públicos e a partir daí planejar ações (Pryor, 1968). Por sua vez, as teorias da modernização se fundamentam na argumentação durkheiminiana que aponta a divisão social do trabalho que, ao enfraquecer a solidariedade, conduz a uma individualização crescente, anomia e a desigualdades sociais mais acentuadas. Assim, a política social surge como mecanismo integrativo capaz de regular as relações entre sujeitos diferenciados e especializados. Como tal, representa um processo integrativo constituído pelo mercado, enquanto mecanismo regulador de troca, por grupos de interesses que desenvolvem novos tipos de solidariedade e pelas burocracias estatais responsáveis pela administração das tarefas coletivas (Flora & Hindenheimer, 1982).

Buscando comprovação empírica para o *Welfare State*, a tese da Convergência Internacional privilegia como variável dependente um padrão mínimo de vida a ser mantido pelo Estado para todos (educação, saúde, previdência, habitação). As variações no padrão mínimo são explicadas pelas variáveis independentes que se relacionam ao desenvolvimento econômico, com destaque ao PNB, ao crescimento da população e das burocracias. Um crescimento marginal e contínuo do sistema de *Welfare* é propiciado pelos orçamentos de tendência incrementalista.

Esse modelo se configura por isolar a política social de sua dimensão política, reeditando o "modelo ecológico" que destaca variáveis sócioeconômicas para explicar as políticas públicas, sem levar em conta o processo político de

sua formulação<sup>4</sup>. As críticas a esse modelo sugerem a mediação entre variáveis ecológicas e políticas para dar conta da complexidade das situações (Souza, 1974).

Do que foi exposto, considero como relevante, para análise de políticas públicas, o modelo que se situa no campo da teoria conflitualista, privilegiando a perspectiva conflitualista marxista; e o outro modelo que destaco é o Modelo Integrado que se situa no campo marxista, representado, nessas reflexões, por Gough.

## WELFARE STATE: MODALIDADES ESTRUTURAIS E FUNCIONAMENTO

Os estudos comparativos sobre o *Welfare State* evidenciam que raízes e condições históricas distintas revelam variações substantivas e formais com indicação de tendências e padrões que se expressam por complexas variações no que se refere ao movimento de inclusão x exclusão, seja nos aspectos redistributivos como nas suas relações com o sistema político (Aureliano & Draibe, 1989). Na base dessas variações encontram-se as raízes e condições históricas distintas que permitem se desenvolverem padrões mais progressistas; mais conservadores; mais universalistas, institucionalizados e estatizados; mais privatistas e residuais; mais generosos ou mais seletivos e assistencialistas, na cobertura, na diversificação dos benefícios e serviços distribuídos; mais autônomos ou mais atrelados em relação aos mecanismos e dinâmica político-partidária e eleitoral; clientelistas, etc.

Além das diversificações enumeradas, registram-se diferenças no que se refere ao padrão de financiamento e a gastos sociais, assim como no plano institucional referente ao aparelho burocrático-administrativo de sustentação das políticas sociais.

A partir das indicações acima, é que situo Aureliano & Draibe, interpretando o pensamento de Flora & Heidenheimer, sobre o *Welfare State* como "*bem mais que um mero produto da democracia de massas. Constitui-se pela transformação fundamental do próprio Estado, de sua estrutura, de suas funções e de sua legitimidade... é, não só uma resposta à demanda por igualdade sócio-econômica, mas, também, uma resposta à demanda de segurança sócioeconômica*" (Aureliano & Draibe, 1989: 108). Daí o *Welfare State* ostentar objetivos contraditórios de Segurança e Igualdade, marcados, num polo, por um processo de redistribuição que permita um patamar mínimo de acesso a bens e serviços nacionais (igualdade de mínimos) ou por um processo que se pautar pela meritocracia (igualdade de oportunidade).

Para dar conta desse quadro é que Draibe (1990) tem se utilizado da tipologia clássica adotada nos estudos de caso ou estudos comparativos sobre o Estado de Bem-Estar Social, organizada por Titimus no seu livro *Social Policy*

---

<sup>4</sup> Sobre o orçamento incrementalista e o "modelo ecológico", veja-se: Isabel R. O. G. Souza, *O Incrementalismo e a política orçamentária brasileira*. Sobre trabalhos na linha apontada ver: R. Dawson & J. Robinson, *Inter-party competition, economic variables and Welfare politics in American States*; R. Hofferbert, *The relations between public policy and some structural and environmental variables in the American States*; Thomas Dye, *Mallaportionment and public policy in the States*.

- *an introduction*, no qual desenvolve uma classificação dos vários tipos e padrões de política social, apresentando três modelos:

- a) *The Residual Model of Social Policy* (Modelo Residual), em cujas bases, a política social intervém ex-post, isto é, quando os canais "naturais" e "tradicionais", representados pela família, rede de parentesco e mercado, não apresentam condições de atender determinadas necessidades do indivíduo. Nesse caso, a intervenção é temporalmente limitada, devendo cessar com a eliminação da emergência social e dirige-se a grupos particulares de indivíduos, o que dá a esse modelo um caráter residual e seletivo;
- b) *The Industrial Achievement Performance Model of Social Policy* (Modelo Meritocrático-Particularista) que se fundamenta no pressuposto de que cada um deve ter condições de atender suas próprias necessidades a partir do seu trabalho, com mérito próprio. A política social intervém apenas parcialmente para corrigir a ação do mercado, sendo o sistema de welfare uma complementação das instituições econômicas.

Ambos os modelos destacam o papel fundamental do mercado, sendo que, no primeiro, a política social ocupa um espaço marginal e é direcionada exclusivamente aos extratos pobres da população, que não querem ou não podem atender suas necessidades através dos mecanismos do mercado. No segundo modelo, embora sejam enfatizadas as virtudes e possibilidades do mercado, supõe-se, entretanto, a necessidade da ação corretiva e complementar do Estado, isto é, supõe-se a constituição de um sistema de Welfare.

- c) O terceiro modelo é denominado por Titimus de *The Redistributive Model of Social Policy* (Modelo Institucional Redistributivo) no qual o sistema de welfare é percebido como elemento importante e constitutivo das sociedades capitalistas contemporâneas, tendo em vista a produção e distribuição de bens e serviços sociais "extramercado", numa perspectiva de direitos sociais universais, portanto, devendo ser garantidos a todos os cidadãos renda mínima e um sistema público gratuito de prestação de serviços essenciais.

Ressalvadas as variações históricas do *Welfare State*, alguns elementos de sua constituição podem ser configurados:

- \* ação estatal na organização e implementação das políticas;
- \* relação Estado / mercado, marcada pela alteração do livre movimento e dos resultados socialmente adversos do mercado por parte do Estado;
- \* noção de substituição da renda por perda temporária ou permanente;
- \* referência menos ao trabalhador contributivo e mais ao cidadão (realça a noção de direito).

A esses elementos pode ser acrescida a noção de um sistema público, nacionalmente articulado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBER, J. (1986). *Dalla Carita Allo Stato Sociale*. Bologna: Il Mulino.
- AURELIANO, Líliliana & DRAIBE, Sônia Miriam. (1989). *A especificidade do 'Welfare State' brasileiro*. In: MPAS/CEPAL. *Economia e desenvolvimento - vol. I: reflexões sobre a natureza do bem-estar*. Brasília: MPAS/ CEPAL .

- CUTRIGHT, Phillips. (1965). *Political structure, economic development and national security program. The American Journal of Sociology* LXX (5).
- DAWSON, R. & ROBINSON, J. (1963). *Inter-party competition, economic variables and Welfare politics in American States. Journal of Politics* (XXV): 265-289.
- DRAIBE, Sônia Míriam. (1990). *As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas - vol. 4: políticas sociais e organização do trabalho.* Brasília: IPEA/IPLAN.
- DYE, Thomas. (1965). *Mallaportioument and public policy in the States. Journal of Politcs* (XXVII): 586-601.
- FLORA, p. & HEINDENHEIMER, A. (1982). *The development of Welfare State in Europe and America.* New Jersey: Trabsation Books.
- FLORA, P. (1981). *Soluzione o fonte di crisi? II 'Welfare State' in perspectiva storica. In: FERRERA, M. (org.). Lo Satato del benessece, una crisi senza uscita?* Firenze: Le Monier.
- GOUGH, Ian. (1979). *The political economy of the Welfare State.* London: Macmillan.
- HAY, J. R. (1980). *The origins of the liberal Welfare reforms: 1906-1914.* 3<sup>rd</sup> ed. London: Macmillan.
- HOFFERBEART, R. (1966). *The relations between public policy and some structural and environmental variables in the American States. American Political Science Review* (LX): 73-82.
- MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status.* São Paulo: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1975). *Social Policy.* 4<sup>th</sup> ed. London: Hutchison University Library.
- OFFE, Claus. (1984). *Contractions of the Welfare State.* Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (1972). *Advanced capitalism and Welfare State. Politics & Society* (2).
- \_\_\_\_\_ & LENHARDT, Jero. (1984). *Teoria do Estado e Política Social.* In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- O'CONNOR, James. (1977). *USA: a crise do Estado capitalista.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PIVEN, Frances Fox & CLOWARD, Richard, A. (1972). *Regulating the poor: the functions of public Welfare.* London: Vintage Books.
- PRYOR. (1968). *Public expenditure capitalist and communist countries.* London: Irwin Homewood.
- SOUZA, Isabel. R. O. G. (1974). *O incrementalismo e a política orçamentária brasileira.* Rio de Janeiro: IUPERJ (Dissertação de Mestrado).

#### RESUMO

#### TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DO WELFARE STATE

Esse estudo aborda as teorias mais recorrentes na literatura para explicar a emergência e o desenvolvimento do *Welfare State* enquanto estrutura integrante do capitalismo dos países desenvolvidos, fenômeno com grande destaque no período que vai do pós-guerra aos meados dos anos 70. Para essa explicação são privilegiadas as abordagens que se centram nas argumentações dos Pluralistas e dos Marxistas e suas vertentes de tradição funcionalista e conflitualista.

**PALAVRAS-CHAVE:** marxismo; pluralismo; política social.

#### ABSTRACT

#### ORIGIN AND DEVELOPMENT OF THE WELFARE STATE: MORE RECURRENT EXPLAIN THEORIES

This study approaches the more recurrent theories to explain the origin and the development of the *Welfare State* as an integrated structure of the capitalism of the developed countries. This is presented as a phenomenon with great eminence in the period from the World War II till the middle 70's. For that explanation, it is emphasised pluralist and Marxist approaches, applying functionalist and conflictualist arguments.

**KEYWORDS:** Marxism; pluralism; social policies.

## PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Marcos Costa Lima<sup>1</sup>

*"Em conjunto com uma antropologia pessimista, o neoliberalismo nos acostuma dia a dia a uma situação mundial em que desigualdade e exclusão passam por fatos naturais. Ao longo dos dois últimos séculos, nossas constituições haviam incorporado uma perspectiva bastante diversa. Precisaremos, talvez, de uma linguagem renovada para que, contra a mera adequação a imperativos funcionais, essa visão normativa das coisas não caia de vez em esquecimento."*

Habermas

## TOTALIDADE OU FRAGMENTAÇÃO?

As dramáticas transformações que vêm ocorrendo no sistema econômico internacional deram novo impulso ao **Regionalismo** e estão a exigir a retomada de certas discussões fundamentais. Os efeitos destas transformações não podem ser entendidos de forma clara se não se recorrer ao desmonte do socialismo real e ao fim da Guerra Fria. Embora ainda transitórias, estas mudanças sinalizam para novas formas e expressões de poder, hegemonias diferenciadas a partir do fim da bipolaridade Leste-Oeste.

No universo das polaridades definidas que caracterizava a Guerra Fria, seria equivocado entendê-lo como estático, em que pese o processo vertiginoso da debâcle da URSS ter deixado a maior parte dos analistas políticos estupefatos. Ainda sob a vigência da bipolaridade, surgiram fatos novos a demonstrar que a agenda internacional não se circunscrevia ao confronto Washington X Moscou.

A temática Norte/Sul inscreveu-se aí, e mesmo contaminada pela polarização maior, criou especificidades na arena internacional. Ao mesmo tempo, o fortalecimento de novas áreas de poder com estratégias distintas, a exemplo da Comunidade Européia, liderada pela Alemanha, e a "Comunidade Asiática", tendo a frente o Japão, na imagem da revoada dos cisnes, são confirmações do reequilíbrio das forças econômicas e da capacidade de geração de projetos próprios, multipolarizando o sistema internacional, em termos econômicos e geo-políticos.

Lester Thurow, citando um dos mais respeitados especialistas de Harvard em globalização e mercados internacionais, o professor George C. Lodge, afirma que está em jogo uma competição entre duas formas de capitalismo: de acordo com Lodge, a forma de capitalismo individualista anglo-saxão se defrontará com as variantes do capitalismo comunitário alemão e japonês (Thurow, 1993: 33):

*"Um dos processos marcantes dessa evolução é a dinâmica da*

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco.

*integração regional. De fato, hoje, mesmo depois da Rodada Uruguai, a tentativa de saber se prevalecerão, no sistema econômico, forças globalizantes ou regionalizantes, permanece atual. Outro ponto, ainda ligado à integração é o de indagar como funcionam os pólos econômicos no mundo pós-Guerra Fria.”*  
(Lafer & Fonseca Jr., 1994: 53)

É interessante a reflexão desenvolvida por Lafer e Fonseca Jr., quando apontam para dois momentos Pós-Guerra Fria, compondo o primeiro, um quadro otimista, onde a articulação do liberalismo de mercado e a democracia se tornariam universais, em uma dinâmica de forças centrípetas; e o segundo momento, de decomposição, de fragmentação, de retorno dos nacionalismos em dinâmica de forças centrífugas. No primeiro pós-Guerra Fria, a visão iluminista prevaleceria, com a expansão da razão, do fortalecimento da globalização com maior poder das instituições internacionais, como as Nações Unidas. A segunda etapa Pós-Guerra Fria se inaugura com a decomposição da URSS e a ressurgência dos nacionalismos, bem como a fragmentação da Iugoslávia. Esta fase estaria associada ao Romantismo, enquanto expressão filosófica, reforçando as identidades nacionais e a auto-determinação. Aqui prevalece a lógica da fragmentação (Lafer & Fonseca Jr., 1994: 60). Mas não seria apenas a constatação dos nacionalismos étnicos a vicejar: quando se percebe as dificuldades encontradas pela União Européia de fazer valer os planos estabelecidos em Maastricht ou ainda os desentendimentos quando do fechamento da Rodada Uruguai do GATT. O processo de globalização se depara com interesses nacionais específicos, quando os Estados vêem diminuídas suas possibilidades de formular políticas monetárias ou de regular suas economias.

A questão do papel do Estado no contexto dos movimentos de globalização e fragmentação, como afirmou-se anteriormente, é um elemento central. No limite, poder-se-ia afirmar que o Estado sofre pressões em diversos sentidos, ora por medidas protecionistas, ora por medidas de livre-comércio. O exemplo recente do plano Real, de sustentação da moeda brasileira explicita bem a questão. Uma outra questão de relevo neste contexto é avaliar em que medida os Estados nacionais, periféricos ou não, serão capazes de interferir sobre a força de poderosas transnacionais, com grande espectro de autonomia em diversos países, ou ainda sobre o mercado financeiro global e os fluxos especulativos e voláteis do “hot money”.

Embora considerando a intensa dinâmica da globalização -sobretudo dos processos financeiros - também não se pode dissociar os aspectos da incerteza, da transitoriedade e da instabilidade que presidem hoje a ordem econômica mundial. Trata-se, portanto, de um fenômeno complexo, eivado de contradições e muito mais nebuloso do que se fazia crer quando derrubaram o Muro de Berlim e teve fim a polarização Leste-Oeste (Lima, 1993).

O economista e Prêmio Nobel da Economia James Tobin, há poucos anos atrás, propôs um imposto global para transações financeiras de curto prazo em moeda estrangeira. Esta alíquota sobre a massa diária de *hot money* geraria, em um ano, a bagatela de US\$ 1,4 trilhão, o que seria mais do que suficiente para financiar programas sociais nos países da periferia (Beting, 1995).

Uma outra questão de destaque quando se discute o percurso entre as lógicas da unificação ou da fragmentação é o progresso tecnológico, que está na raiz da globalização - as novas redes de informação - e que deve ser encarado, tanto em seus aspectos positivos, quanto pelos efeitos perversos que produz.

Avaliando os prováveis cenários da economia mundial o SELA<sup>2</sup> fez recentemente o seguinte diagnóstico:

*“Em sua essência, o processo de globalização não conduz a um impulso gerador de um incremento uniforme do progresso e do desenvolvimento, ao contrário, tem favorecido somente a certas regiões, países e áreas destes países. Surge uma globalização fragmentada que concentra as vantagens do desenvolvimento em uma porção relativamente reduzida da população mundial, contribuindo para criar profundas brechas - em termos de situação de riqueza e pobreza, qualidade de vida, acesso a bens econômicos, políticos e culturais - entre diferentes segmentos das sociedades nacionais nos países industrializados, em desenvolvimento e entre ambos grupos de países.” (SELA, 1993, n.13)*

Na contra-corrente da globalização, está um núcleo de estudiosos que não aceita -- por falta de evidência empírica -- este processo, enquanto representando um novo estágio qualitativo no desenvolvimento do capitalismo internacional. Para estes autores a economia mundial é aquela em que as principais entidades são os Estados Nacionais, e envolve o processo de crescentes interconexões entre economias nacionais. Outro aspecto importante, e decorrente da premissa anterior, é o fato de as corporações transnacionais, as maiores agentes na economia mundial, terem clara base nacional e estarem sujeitas à regulação no país de origem (Hirst, 1992; Anderson, 1992).

Existem ainda argumentos mais categóricos sobre a temática:

*“A idéia de que a globalização incorpora alguma lógica histórica predeterminada que caminha inexoravelmente, seja para a criação da sociedade mundial, seja para alguma forma de governo mundial não se sustenta. A evidência histórica se posiciona contra ela. A globalização estimula as forças de oposição que caminharão justamente no sentido da fragmentação, desde que as interconexões e desconfianças entre países diferentes alimentarão a tensão e o conflito.” (McGrew, 1992: 23)*

A dificuldade em se estabelecer um sistema multilateral de comércio exterior estável e transparente se reflete na aceleração da formação de blocos regionais. Embora o artigo XXIV do GATT permita uniões alfandegárias, os blocos regionais ferem o espírito do GATT. Toda a idéia de livre mercado está muito associada à crença, segundo a qual, a competição é a mola mestra do crescimento e da dinâmica econômicas. A teoria do livre comércio, a partir de Adam Smith e seus discípulos era uma teoria unilateral: compraremos pelo melhor preço onde quer que seja. Era uma idéia atraente para um país que

---

<sup>2</sup> Sistema Econômico Latino Americano, com sede em Caracas.

possuía vantagem competitiva tão grande em novos produtos industriais, que não precisava preocupar-se com o mercado de exportação.

A reciprocidade fez valer seus direitos e a idéia básica de tratamento a nações mais favorecidas foi consagrada no tratado anglo-francês de 130 anos atrás. O protecionismo tinha fortes defensores na maioria dos países, dentre eles, os Estados Unidos e, se observados os níveis de comércio internacional na primeira metade deste século, verificar-se-á que são ínfimos em relação à segunda metade, levando-se ainda em consideração que, no período entre as duas guerras mundiais, este comércio praticamente desabou.

Nos últimos anos tem havido significativa mudança no comércio exterior, no sentido da sua liberalização e, para alguns autores, sejam quais forem as razões, há um novo estado de espírito e uma abordagem mais pragmática e menos ideológica da participação na economia mundial, que todos os países reconhecem ser essencial para seu desenvolvimento e prosperidade. Goran Ohlin (1992) e Monica Arroyo (1993) acreditam que a oposição entre o movimento de globalização e regionalização é apenas aparente. Blocos de comércio não devem ser encarados como alternativas ou ameaças a um sistema aberto de comércio exterior, mas sim como blocos construtivos de um sistema de comércio mais liberal. O Regionalismo, controlando o protecionismo nacional, pode também promover a liberalização externa, sobretudo quando os parceiros estiverem fortemente empenhados no comércio mundial, tanto quanto no comércio dentro da região.

Os números do comércio mundial confirmam as avaliações - elevando-se de 11.9% em 1965, para 19.0% em 1987, sem falar nas transações financeiras internacionais que deram o salto de 1.5%, em 1965, para 24.9% em 1987 (Funcex, 1991).

Segundo dados do FMI e do Banco Mundial, até 1980 os movimentos de capital correspondiam a 14.3% do PIB dos países desenvolvidos e, em 1992, já somavam 89% (Folha de São Paulo, 19/03/95, p 1-8). Ao mesmo tempo em que se ampliava, esse comércio se concentrava. No ano de 1989, mais de 80% do comércio mundial foi realizado entre os países da OECD. Já em relação aos investimentos diretos externos (FDI), o grupo dos Cinco Países Mais Ricos (G5) receberam 75% do total. Portanto, **pode-se inferir desses números, que o processo de globalização atua de forma não homogênea, e com velocidade diferenciada sobre o conjunto das economias nacionais.**

Apenas para se ter uma noção da disparidade do volume do investimento internacional privado entre países e, tomando o Brasil como comparação, país de economia mediana, sabe-se que, como sócio menor da globalização, o país conseguiu absorver 1,1% da oferta de crédito privado mundial em 1993 - o equivalente a 10,9% dos recursos destinados aos chamados países emergentes. Naquele ano, US\$ 85,4 bilhões foram emprestados aos países emergentes e outros US\$ 80 bilhões ingressaram como investimento direto.

O espetacular crescimento do comércio mundial esteve por sua vez associado à redução das tarifas alfandegárias nos principais países industrializados. Em 1987, a tarifa média ponderada para as importações era somente de 4.3 nos EUA; 6% na CEE e 2.9% no Japão. Ao lado da interdependência entre países, **a concorrência entre empresas extrapola para a**

concorrência entre países, estimulando o processo de integração regional.

A força do Regionalismo fica evidente quando se sabe que a Europa Ocidental, em 1980, transacionou 67.5% do total de suas exportações e importações na própria Europa Ocidental, passando para 71,9% em 1990.

---

**BLOCOS REGIONAIS: EXPORTAÇÕES INTRA-BLOCOS - 1992 (%)**

---

BLOCO	EXPORTAÇÕES
América do Norte	33.4
Bloco Europeu	71.9
Espaço Asiático	40.5

---

FONTE: GATT, 1993.

O confronto entre os três grandes pólos econômicos, centrado basicamente no controle das tecnologias-chave e no fortalecimento da competitividade industrial de alto conteúdo tecnológico, tem provocado o fortalecimento e a criação de mercados regionais: CEE, EFTA, NAFTA, ASEAN, MERCOSUL, PACTO ANDINO, CORECOM, MAGRHEB, entre outros.

Exemplos recentes sobre conflitos de interesses entre nações não faltam, como o litígio nas relações econômicas entre Japão e os EUA, na década de 80. Em 1986, os EUA impuseram tarifas *anti-dumping* contra os *chips* de computador japonês. Diversas leis norte-americanas sobre comércio exterior foram aplicadas nesta década. O artigo 301 da Lei de Comércio Exterior de 1974 e sua emenda sancionada em 1988, a Super 301, possibilitam aos EUA retaliarem terceiros países contra o que consideram práticas desleais de comércio, mesmo que tais práticas firam qualquer compromisso mundial<sup>3</sup>.

A formação de blocos regionais poderia ser considerada como um esforço para ampliar a segurança econômica de países imersos na instabilidade do sistema econômico mundial. Os blocos regionais poderiam vir a defender um grupo de países contra mudanças imprevisíveis exteriores ao bloco e aumentar a capacidade de um país, para resistir a pressões explícitas vindas de fora do bloco.

## O CONCEITO DE REGIÃO

Pierre Bourdieu, em sua obra *O Poder Simbólico*, escreveu todo um capítulo onde desenvolve uma reflexão crítica sobre a idéia de *região*, importante num trabalho que tem como eixo central a formação específica de um bloco regional, o MERCOSUL. Como é próprio do autor, a discussão inicial gira em

---

<sup>3</sup> O governo Bill Clinton impôs sanções à Argentina no dia 15 de abril de 1997, para punir aquele país por sua lei de patentes de medicamentos. A Argentina havia postergado para 2001 uma alteração em sua lei, passando a pagar pelas patentes registradas em outros países somente a partir deste ano. A represália norte-americana se fará pelo aumento da alíquota de importação nos EUA para 133 produtos argentinos que perdem os benefícios derivados do Sistema Generalização de Preferência. As sanções incluem produtos químicos, manufaturados, metais e agrícolas o que pode representar um corte de US\$ 260 milhões nas exportações do país aos EUA. Sabe-se que a origem deste contencioso está no interesse das multinacionais de fármacos norte-americanas em enfraquecer a indústria argentina de medicamentos (*Folha de São Paulo*, 16/abr/1997, Caderno "Dinheiro", p. 5).

torno dos usos e apropriações do conceito de região pelas ciências sociais, mais diretamente pelos geógrafos, economistas e sociólogos. Bourdieu, portanto, tem como objetivo submeter os instrumentos de uso mais comum nas ciências sociais a uma *“crítica epistemológica alicerçada na história social da sua gênese e da sua utilização, que encontra no conceito de região uma justificação particular.”* (Bourdieu, 1989:107)

O sociólogo estabelece, a princípio, 3 campos de utilização do termo :

- \* campo literário - estereótipo dos romancistas regionalistas;
- \* campo universitário - unidade física e social delimitada pelos historiadores, pelos geógrafos, pelos politólogos;
- \* campo social - unidade política reivindicada pelos movimentos regionalistas.

No campo universitário o conceito de região está em jogo, como objeto das lutas entre os cientistas. Os geógrafos, por estarem diretamente ligados à questão do espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima; os historiadores, etnólogos sobretudo - desde que existem políticas de *“regionalização”* e movimentos *“regionalistas”* - os economistas e sociólogos. O autor chama a atenção para a diferença de abordagens entre os geógrafos, por um lado, e os economistas e sociólogos, por outro. Os primeiros fariam uma abordagem que privilegiaria o pequeno, o particular, o concreto, a descrição. Já os segundos, o grande, o geral, o abstrato e a teoria.

A segunda observação de Bourdieu diz respeito aos aspectos simbólicos que permeiam o conceito:

*“A procura dos critérios ‘objetivos’ de identidade ‘regional’ ou étnica não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios (p.ex, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objetos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações ‘objetuais’, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.), ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e de seus portadores.”*  
(Bourdieu, 1989: 112)

As lutas ou os embates regionais têm a função de se fazerem ver e de se fazerem crer, de marcar uma diferença, impor uma definição legítima das divisões do mundo social, mas, para tal, necessitam se impor ao conjunto de um grupo, realizar o sentido e o consenso sobre a identidade e a unidade do grupo. Neste sentido, a região é um espaço estigmatizado.

A definição etimológica de REGIÃO estabelecida por Emile Benveniste (1969), descreve a palavra *regio*, como conduzindo ao princípio da divisão, ato mágico, propriamente social, de *diacrisis* que introduz *“por decreto”* uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço mas também entre as idades, os sexos, etc.) (Bourdieu, 1989: 113):

*“Regere Finis, o ato que consiste em ‘traçar as fronteiras em linhas retas’, em separar ‘o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro’, é*

*um ato religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o rex, encarregado de regere sacra, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito (...) A regio e as suas fronteiras (finis) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz finis), em impor a definição (outro sentido de finis legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e de território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social.” (Bourdieu, 1989: 114)*

Portanto, não parece haver o que se possa chamar de região natural mas, o que se denomina região fabricada por autoridade: *“As classificações mais “naturais” apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior de relação de forças no campo das lutas pela definição legítima”*. E ainda: *“Nada há, nem mesmo as “paisagens” ou mesmo os “solos”, caros aos geógrafos, que não seja herança, quer dizer, produtos históricos das determinantes sociais”* (Bourdieu, 1989: 115).

Para Bourdieu, a região, ao se reconhecer como espaço estigmatizado, como “província” em relação a um “centro”, em termos de distância econômica e social (e não geográfica), ao se reconhecer despossuída de capital (material e simbólico) concentrado na capital, reivindica a sua existência:

*“é porque existe uma unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar para alterarem sua definição (...) e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos – assume a forma de reivindicação regionalista.”* (Bourdieu, 1989: 130)

Ao discutir o critério de tamanho do território - conforme faziam os teóricos marxistas, para determinarem a viabilidade dos Estados, no sentido de serem capazes de oferecer um mercado suficientemente extenso e diversificado e de se auto-protegerem, Bourdieu aponta para uma questão bastante atual, ou seja, à medida em que se generaliza a dependência dos Estados em relação à economia internacional e em relação às empresas internacionais, esta nova ordem internacional acomoda muito bem essas unidades oficialmente autônomas, que se tornam incapazes de impor constrangimentos aos capitais estrangeiros - visto que os poderes locais podem encontrar ganhos evidentes em cederem a sua dependência às grandes potências econômicas.

Do ponto de vista marxista - que tem escassa formulação sobre o conceito de região, num sistema de base capitalista - existe uma **tendência** para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer “desaparecer” as regiões (Oliveira, 1978: 27).

A bem da verdade, a questão do desaparecimento das regiões pelo avanço da homogeneização não é privilégio dos marxistas. Lévi-Strauss, num pequeno grande livro de 1952 já chamava a atenção para o lugar da civilização ocidental, para a sua “superioridade” técnica:

*“Desde a século e meio, a civilização ocidental tende, quer na*

*totalidade, quer para alguns dos seus elementos-chave como a industrialização, a expandir-se no mundo; e que na medida em que as outras culturas procuram preservar alguma coisa de sua herança tradicional, esta tentativa reduz-se geralmente às superestruturas, isto é, aos aspectos mais frágeis e que podemos supor serem varridos, pelas profundas transformações que se verificam.” (Lévi-Strauss, 1973: 59)*

Para Francisco de Oliveira, o “fechamento” de uma região só acontece quando suas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação:

*“A ‘abertura’ da região, por sua vez, e a conseqüente ‘integração’ nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, quando a relação social não pode mais ser reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a perda da hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional.” (Oliveira, 1978: 31-32)*

Se a afirmativa do economista é verdadeira, o Brasil teria já ultrapassado a questão regional, uma vez que a integração nacional tenha se consumado. O assunto, por si só é polêmico, pois a presença do Regionalismo ainda é forte na vida nacional. Leve-se em conta que ao nível da esfera política, os candidatos a presidente da República na eleição deste ano, estabeleceram alianças regionais a partir da região mais desenvolvida – o Sudeste lançou o presidente, e o Nordeste, região atrasada e com forte perfil oligárquico, mas com grande número de eleitores, indicou o vice-presidente. Da mesma forma a composição da Câmara Federal: é necessário reportar-se ao artigo 58 da Constituição Brasileira de 1946 que, sob o argumento de solidificar o federalismo no país, funcionava mais como uma articulação das oligarquias dos Estados maiores com os menores, a fim de restringirem a representação dos setores emergentes dos grandes centros urbanos e industrializados. O artigo, ao superdimensionar a bancada nordestina, com perfil majoritariamente oligarca, serviu como instrumento para impedir medidas que porventura pudessem favorecer os interesses dos trabalhadores (Lima, 1985: 122-125).

O Nordeste brasileiro estaria, portanto, “integrado” à economia nacional e à uma certa divisão social do trabalho, muito embora as oligarquias locais reforcem o discurso dos desníveis regionais como condição para a barganha política e econômica de classe. Contudo, no momento, o Estado, em função do processo de globalização, não mais consegue implementar um projeto político nacional, que não tem o controle cambial e monetário, muito menos está apto a implementar uma política regional interna. O “definhamento” de sua histórica instituição para o desenvolvimento regional, a SUDENE, é prova maior do argumento. À falta de uma política para a região, seus Estados componentes passam a disputar, via incentivos fiscais de toda ordem, os investimentos privados nacionais e internacionais, abandonando por completo o pertencimento regional.

É possível, talvez, no contexto global, que mesmo a integração nacional já

não seja mais suficiente para dar conta da reprodução social pelas classes dominantes nacionais, o que exigiria uma articulação mais abrangente e plurinacional, como o MERCOSUL. Portanto, o MERCOSUL seria um novo espaço estigmatizado que busca realizar sua identidade.

O que determina, enfim as regiões? O que estabelece esta ou aquela diferença? As regiões participam diferentemente do processo de acumulação de capital em escala nacional (quando o Estado é forte), e multinacional (quando os Estados são fracos economicamente). A região aparece ao evidenciar as formas de inserção específicas na matriz produtiva nacional, com as respectivas diferenças em nível de organização da produção e das relações de trabalho, pela regionalização efetiva dos processos econômicos e sociais (Corragio, 1980).

Admitindo-se que o movimento do capital realize-se através de dois processos simultâneos e complementares, a saber - **concentrador** (irradiador de diferenças que estabelecem a heterogeneidade espacial e, **homogeneizador** (da reprodução do capital e de suas formas), pode-se inferir que a *"definição de região deve pressupor a mudança de seu recorte espacial-territorial, o seu desaparecimento e o surgimento de novas regiões"* (Carleial, 1993: 43).

A questão regional está sendo recolocada de forma acentuada ao nível mundial, não só enquanto problema de países *late-commers*, a exemplo da reestruturação do Estado no Reino Unido - processo conhecido como *devolution*, no qual a Escócia e o País de Gales recuperam, em níveis distintos, poderes de Estado soberano:

*"Os governos Conservadores falharam em se ajustar às novas realidades políticas, por exemplo, quando de seu apego a tradicionais concepções de estruturas institucionais do estado-nação, no momento em que estavam pretendendo reformar o papel desse mesmo Estado. No processo, não reconheceram que no contexto da globalização, as comunidades regionais, fundadas em grande parte no contexto histórico das identidades nacionais, procuravam reafirmar suas autonomias cultural e política, e precisavam definir a própria capacidade, na promoção dos seus interesses econômicos. Por esta razão os Trabalhistas estão reformando radicalmente a estrutura de governo em relação a Escócia e Gales, e potencialmente para as regiões inglesas, está completando o processo de ajuste do Estado Britânico no mundo moderno."* (Bradbury, 1997: 36)

Em termos de região, a América Latina também vem passando por modificações substantivas, bastando sinalizar para a incorporação do México ao NAFTA, o que, sem sombra de dúvidas altera a geopolítica regional, a consolidação do MERCOSUL e a virtualidade da ALCA, em fase de negociação. O avanço destes processos poderá criar novas regiões, redefinir a divisão inter-regional do trabalho e talvez redesenhar novos processos de concentração espacial da produção.

## A REGIONALIZAÇÃO

O comentário mais genérico que se pode fazer sobre o processo de regionalização talvez seja a multiplicidade de suas formas, assimetrias que remetem para diferenças de dimensão geográfica, de população, de nível de industrialização e desenvolvimento, de regimes econômicos e políticos. Tão pouco é necessário recorrer a Aristóteles para afirmar a riqueza de definições sobre o conceito de integração econômica interpaises.

Para certos autores, o processo de integração econômica consiste na abolição total das barreiras aduaneiras entre diferentes unidades econômicas nacionais (Balassa, 1964: 1). Esta abordagem foi historicamente definida por J. Viner, em 1950, que diferenciava os conceitos teóricos: **criação de trocas comerciais** e **desvio de comércio**. O primeiro efeito seria positivo e o segundo, negativo. Os efeitos líquidos de uma União Aduaneira sobre o bem estar econômico dependeria, assim, do equilíbrio destas forças antagônicas.

Em termos gerais, o comércio internacional traz uma série de benefícios, por exemplo, quando torna disponível aos consumidores produtos de menor custo. Mas, ao se formar uma zona de livre comércio, se estabelecem dois movimentos diferenciados: quando um parceiro compra ao outro um conjunto de produtos que antes produzia internamente, melhora sua eficiência pelo preço mais baixo dos produtos adquiridos, ainda que a criação de comércio exija processos de reconversão específicos, naqueles setores internos de baixa produtividade; contudo, o comércio também sofre um desvio, quando se deixa de comprar a um terceiro, para se comprar ao sócio. Agora, no momento em que um país se vê obrigado a comprar mais caro de um sócio, o que antes comprava de um terceiro por melhor preço, o desvio implicará em perda de bem estar. De qualquer forma, são muitas as possibilidades de sucesso quando da integração econômica: aumentar a eficiência, incorporar tecnologia, induzir economias de escala e novas inversões, elevar a competitividade internacional dos países membros:

*“Un intercambio comercial potenciado contribuiria a sentar las bases de esquemas de especialización y regimenes de competencia que facilitarían la transformación de las estructuras productivas de cada país. De esse modo se explotarian mejor las ventajas comparativas intraregionales y las oportunidades de complementación sectorial y intrasectorial.” (Lahera, 1992: 47)*

A abolição das barreiras inter-países deveria ser acompanhada da eliminação de todo tipo de obstáculo à mobilidade dos fatores - incluída a mobilidade social - ao nível nacional. Este ponto de vista foi sustentado por Gunnar Myrdal em seu estudo *Perspectivas de uma economia internacional*, quando a integração econômica internacional era entendida como “a realização do mesmo ideal de igualdade de oportunidades nas relações dos povos de diferentes nações” que, muito embora difícil de ser praticada em função da “pouca coesão e solidariedade ante as fronteiras nacionais e pelo fato de que a técnica para um convênio político internacional é (...) primitiva e escassamente eficaz” (1967: 32). Mesmo assim, Myrdal afirmava que a premissa específica de valor do seu estudo consistia em

"afirmar que a integração econômica, nesse sentido - internacional ou mesmo nacional - é coisa desejável" (1967: 29).

A integração econômica pode igualmente significar a unificação de diversas economias, onde reinaria uma total mobilidade, bem como uma unificação total das políticas, sob a direção de instituições centralizadas. Este ponto de vista foi sustentado por J. Tinbergen em 1954, prêmio Nobel que publicou um livro intitulado *A integração econômica internacional*, identificando-a com o livre comércio mundial de produtos industriais e agropecuários (Tinbergen, 1968).

Ainda há aqueles que consideram os aspectos institucionais como cruciais e a **integração** como sendo, portanto, o processo pelo qual o Estado-Nação transfere determinados poderes à uma entidade maior <sup>4</sup>.

O impulso à integração poderia advir de acontecimentos políticos maiores, como se deu com a Comunidade Econômica Européia no período de reconstrução do pós-guerra (Cohen & Rosenthal, 1977: 22). Os Estados Unidos, logo após a Segunda Guerra Mundial, criaram uma organização, intitulada Economic Cooperation Administration, que, dirigida por Paul Hoffman, lutou com afincos para estimular os europeus a criarem uma unidade econômica, com dois propósitos: impulsionar o desenvolvimento econômico e barrar as veleidades expansionistas da União Soviética (Conesa, 1982: 3).

A integração econômica visa criar uma estrutura capaz de trazer maior desenvolvimento às regiões, e ocorre através da supressão dos impostos aduaneiros, das restrições quantitativas e qualitativas às importações e de diversos entraves à livre circulação de fatores, no interior de uma área: produtos, força de trabalho e capital.

A eliminação destas barreiras frequentemente provoca prejuízos a uma série de setores econômicos e, portanto, é um processo que vem ocorrendo gradativamente, através de fases e estágios, no sentido da integração, a saber:

- \* **Zona de Preferências** - forma mais elementar e imperfeita de integração. Sabe-se que o Tratado Geral do GATT estabelece, em seu artigo 1º, a cláusula da nação mais favorecida, pela qual toda vantagem, ou privilégio comercial que um país signatário outorgue a outro, se transfere *ipso jure* aos demais países signatários. Ou seja, que as preferências comerciais estão proibidas pelo GATT. Muito frequentemente, o Tratado não reza;
- \* **Zona de Livre Comércio** - abolição completa das barreiras ao comércio de mercadorias entre os territórios da área, embora conservem suas tarifas de importações aos países não membros;
- \* **União Aduaneira** - os Estados membros adotam uma política comercial homogênea em relação a países exteriores à União, consolidando uma Tarifa Externa Comum (TEC);
- \* **Mercado Comum** - quando se estabelece a livre circulação de fatores produtivos, capital e trabalho;
- \* **União Econômica** - harmonização das políticas econômicas dos Estados membros, passando-se a adotar uma só política monetária, fiscal, social e de desenvolvimento para todo o conjunto. Ao mesmo tempo delega-se a

---

<sup>4</sup> Conforme Hass (1967) e Schmitter (1971).

um órgão central os poderes para elaborar e aplicar estas políticas.

Talvez a definição mais difundida de integração econômica seja a de Bela Balassa, que dizia tratar-se de *"processo ou estado de coisas pelas quais diferentes nações decidem formar um grupo regional"* (Balassa, 1964).

Na literatura econômica ocidental, as discussões tratavam, sobretudo, das diversas etapas de integração. Iniciando-se com formas "inferiores" e evoluindo para formas "superiores", esta avançava através da liberação das trocas (*trade integration*), da liberação da movimentação de fatores, da harmonização das políticas econômicas nacionais (*policy integration*), até a unificação completa destas políticas (*total integration*). Estas definições foram contestadas, seja pelo papel que desempenhava o Estado nas economias de mercado, seja pelas situações particulares dos países em desenvolvimento (Ahmed, 1992: 69).

Alguns autores estabelecem, no plano analítico, uma distinção entre duas abordagens da integração: a **micro** e a **macro** (Cohen & Rosenthal, 1977: 22).

A primeira integração, no plano **micro**, ou a partir de projetos específicos e pontuais, visa promover a interdependência através de atividades específicas. Estas, não necessariamente, levam a uma unidade mais importante. A segunda, no plano **macro** ou globalizante, cobre todos os aspectos do desenvolvimento aos quais se aplica um tratamento comum. Visa promover a integração do conjunto do aparelho produtivo dos países participantes. Na abordagem **macro** pode-se distinguir duas variantes: uma, de caráter liberal e apoiada no mecanismo de mercado, e a outra, que implica numa participação ativa do Estado.

O que distingue, nitidamente, as abordagens **macro** ou **micro** é que esta, tida como complementar, não substituirá o esforço de desenvolvimento nacional, sendo essencial identificar os domínios de cooperação de interesse comum e criar as estruturas para a realização dos objetivos específicos estabelecidos. Portanto, não necessita de instituições regionais de características supranacionais. Já a abordagem **macro** visa promover a integração do conjunto do aparelho produtivo dos países associados.

## AS LIÇÕES PRÁTICAS DO EXERCÍCIO DA INTEGRAÇÃO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Um dos aspectos mais destacados das relações econômicas internacionais do pós-guerra são as numerosas tentativas de integração econômica tentadas por países em desenvolvimento na América Latina, África e Ásia. Os resultados, até então, jamais estiveram à altura das expectativas. Em certos casos alguns dos países abandonaram as tentativas como o Chile, no caso do Pacto Andino; Honduras, no caso do Mercado Comum Centro Americano; o Tchad, no caso do UDEAC, da mesma forma que muitas experiências não avançaram, como aquela do Mercado Comum Árabe:

*"Se nos anos 50 a integração era a melhor alternativa que se oferecia aos países em desenvolvimento para acelerar seu crescimento, um certo número de efeitos perversos ocorreram e puseram em perigo os processos em curso: distribuição desigual dos benefícios,*

*protecionismo excessivo, transnacionalização das empresas, excessiva acentuação das atividades industriais, concentração de renda e da riqueza.” (Ahmed, 1992: 72)*

De qualquer forma, podem ser considerados como efeitos positivos: as novas oportunidades de investimento, o estímulo à divisão de trabalho, o reforço às economias de escala, o crescimento da concorrência, o maior poder de negociação dos países membros em relação a terceiros países.

De acordo com J. Meade (1952), o bem estar econômico pode ser ampliado no contexto de um comércio regional se:

- \* as economias dos países membros são concorrentes mas potencialmente complementares;
- \* a proporção das trocas comerciais entre membros em relação ao seu comércio total é grande;
- \* a proporção do comércio exterior de cada país membro em relação a seu mercado nacional é fraco.

O estudo clássico de Raymond Vernon<sup>5</sup> sobre o ciclo do produto - o comércio intrafirma das sociedades transnacionais que, segundo dados da UNCTAD-1993, representam 50% do comércio de bens, e a propensão crescente que deriva da internacionalização das transações, a influência determinante da Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) e o potencial científico e tecnológico na competitividade internacional - aponta alguns elementos que nuanciam a relação entre **integração** e **desenvolvimento**. Neste contexto, um considerável volume do comércio internacional se realiza em acordos estabelecidos entre companhias transnacionais, dos países exportadores e empresas ou governos dos países importadores. Esses acordos, tidos como voluntários e conhecidos como “Voluntary Restraint Agreement” - VRA - têm sido cada vez mais utilizados como forma de resolução de conflitos setoriais, impedindo práticas como o *dumping* e os subsídios (Vernon, 1966).

Estima-se hoje, que 40% do comércio internacional é administrado via VRA, a exemplo do Acordo Multifibras para os têxteis e com prazo de duração de dez anos; o Acordo multilateral do Aço, em negociação; o VRA sobre produtos alimentares na União Européia; o VRA sobre eletro-eletrônicos nos EUA e UE; o VRA sobre automóveis nos EUA e UE contra o Japão:

*“Outro tipo de comércio administrado envolve acordos bilaterais setoriais como o de semicondutores e autopeças entre os EUA e Japão que inclui, além de restrições das exportações para os EUA, uma quota de 20% de compra de produtos americanos pelo Japão.” (Thorstensen, 1994: 5)*

Não é necessário entrar em maiores detalhes para se entender que países em desenvolvimento e, sobretudo, aqueles que resumem sua pauta de

---

<sup>5</sup> Segundo Vernon, o comércio internacional de produtos manufaturados seria explicado pela dinâmica da inovação nas corporações transnacionais, inicialmente no país de origem, em seguida pelas exportações e, logo, investindo no exterior. Quando o produto entra em declínio, ele continua a ser produzido apenas no exterior, enquanto introduz no mercado doméstico um novo produto.

exportação a um pequeno número de produtos ou que não pratiquem o multilateralismo no comércio exterior são muito mais frágeis para se defender das retaliações, pressões ou restrições dos países de maior volume de comércio, a exemplo da relação México/EUA. Lizano (1983) afirma que a integração não tem o mesmo sentido para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Para os países do Sul, a inserção num processo de integração oferece a vantagem considerável de se constituir em um meio termo, entre as estratégias de desenvolvimento autárquicas e as estratégias de exportação, fundadas sobre a exportação de alguns produtos de base. Da autarquia, a integração retém o princípio da proteção da zona integrada, em relação ao resto do mundo, via imposição de uma tarifa externa comum (TEC). Das estratégias de exportação, se retém o princípio da abertura dos mercados nacionais de cada Estado membro à competição regional. Assim, a integração nos países periféricos se parece mais com uma alternativa de desenvolvimento, onde a industrialização é o vetor. O essencial para esses países seria examinar as oportunidades que a integração abre ao crescimento e à diversificação de suas economias, entre outras, a possibilidade de estabelecer novas atividades produtivas, sobretudo industriais (Lizano, 1974).

A integração permite a promoção industrial a um custo inferior àquele da autarquia, reforçando o poder de negociação dos países membros em relação a terceiros países.

É necessário, também, compreender as condições específicas que dirigem o processo de inovação e as razões ou forças que estão por trás da integração.

O processo de integração econômica é, portanto, um fenômeno social, produzido em situações concretas, beneficiando ou desfavorecendo atores em função de interesses econômicos e políticos específicos. Os resultados da integração econômica não são neutros, sua legitimidade social dependerá dos resultados sócio-econômico-políticos que obtiver. É preciso ressaltar que a integração vitoriosa não significará *ipso facto* a redução da dependência.

Existem, de fato, diversas combinações possíveis, de alianças entre os grupos locais e estrangeiros que promovem o processo de integração e que podem fazer crescer a dependência ou gerar benefícios exclusivos.

É indiscutível que a presença massiva das transnacionais torna o processo de integração nos países da periferia totalmente diferente do que foi na história das uniões aduaneiras ou de cooperações regionais. Anteriormente, a exclusão dos produtos de terceiros países, graças ao **muro protetor comum**, significava igualmente a exclusão física dos atores econômicos externos. Hoje, as transnacionais podem reforçar suas posições, se localizando ao abrigo do muro, no interior do espaço integrado.

Feitas estas considerações, pode-se dizer que a integração econômica, enquanto estratégia de desenvolvimento, não se limita à escolha de um certo número de instrumentos e a pôr em prática um quadro institucional capaz de valer para todos os países a qualquer momento. A integração econômica está mais próxima de um processo dinâmico, cuja legitimidade social e substância dependem das estruturas sócio-políticas e econômicas herdadas; dos objetivos estabelecidos, concernindo às necessidades de desenvolvimento; das condições futuras e novas, incluindo a dinâmica interna e os efeitos da integração, bem

como ressaltando os aspectos externos oriundos da globalização.

Isto posto, algumas conseqüências da integração em países periféricos assim podem ser expressas:

- \* a integração econômica deve se concentrar, prioritariamente, no âmbito setorial ou intersetorial, na realização funcional das tarefas e objetivos específicos (a integração não é um fim em si mesma). Os grandes esquemas de integração global não são pertinentes, ao menos em seu início;
- \* toda política de harmonização prevista não pode ser mais que parcial e limitada à realização dos objetivos estabelecidos. Isto pode levar a certas incoerências, se levadas em consideração a interdependência dos fatores no plano macroeconômico, sobretudo; estas políticas podem ser reduzidas a políticas de coordenação e de programação estritas. A escolha é portanto entre um custo de cooperação regional perfeitamente identificável e entre a ação das forças de desintegração de uma abordagem global;
- \* a integração econômica supõe que sejam selecionados os domínios onde existe uma possibilidade de expansão massiva da fronteira da produção do grupo, sempre consolidando as relações econômicas com o resto do mundo e notadamente as sociedades transnacionais, que poderiam vir a estabelecer, mediante acordos governamentais, núcleos de pesquisa em P& D nos países em que se instalem;
- \* os governos e as instituições supraregionais são chamadas a jogar um papel central na etapa de integração. Um papel excessivamente importante do setor privado pode indicar um controle maior das sociedades transnacionais sobre as decisões econômicas dos países membros e a absorção dos benefícios da integração por estes últimos;
- \* a vontade política e suas manifestações concretas constituem uma condição *sine qua non* do sucesso do processo de integração.

Uma rápida tentativa de avaliar as experiências de integração nos países periféricos deve levar em consideração que não há nada mais em comum entre os novos países da Ásia e, por exemplo, os países da África Sub-Saariana que continuam marginalizados na economia internacional. Os países do SUL - como diz Philippe Hugon - "*aparecem pelo menos com três velocidades: novos países industrializados; países com alto potencial de industrialização e países em via de marginalização*" (1993: 737).

De qualquer forma, em que pesem estas diferenças e a inadequação do conceito de Terceiro Mundo para realidades tão díspares, resta explicar, em termos de processos de integração regional em países periféricos, por que, ao menos no período que vai do início dos anos 60 até o fim dos 80, todas as tentativas de regionalização fracassaram.

Se se acredita na abordagem neo-funcionalista-linear e cumulativa da integração - a manutenção do dinamismo do processo de integração implica no crescimento regular do número de atividades e de setores submetidos ao tratamento comum. No caso da América Latina, as tentativas do Mercado Comum Centro Americano, entre 1966 e 1975, visando ampliar o processo de integração para novos domínios, permaneceram fragmentários e sem difusão. Alguns sucessos ocorreram no tratamento conjunto de atividades diretamente ligadas ao comércio: infra-estrutura de estradas; estabelecimento de câmaras de compensação; estímulos fiscais para novas indústrias. Contudo, poucos

sucessos foram obtidos em outros setores tais como, agricultura, energia, harmonização das políticas de desenvolvimento e de sistemas fiscais, política comercial exterior comuns (Cohen & Rosenthal, 1977: 33).

Levando em consideração o caso da ALALC, Associação Latino-Americana de Livre Comércio, que reunia a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, o Paraguai, o Peru e o Uruguai, estabelecida em 1960 sob os auspícios da CEPAL para estabelecer um mercado comum num prazo de 12 anos, os resultados também não foram auspiciosos. Tendo sido negociadas multilateralmente reduções tarifárias através de "listas comuns", bem como a extinção de restrições não-tarifárias, a integração pouco avançou até o final dos anos 70<sup>6</sup>.

O mesmo insucesso foi observado no CARICOM, Comunidade Caribenha de Livre Mercado, após as decisões tomadas pela Guiana e pela Jamaica, de restringirem suas importações da região, confrontadas que estavam pelos graves problemas de balança de pagamentos resultantes das altas do preço do petróleo.

No caso da Ásia, fenômeno semelhante ocorre com o comércio intramembros da ASEAN - Malásia, Indonésia, Filipinas, Singapura e Tailândia - caindo de 27.6% para 17.3% entre 1960 e 1974 (Ahmed, 1992: 80). À exceção de Singapura, os demais países do bloco ainda estão passando pela mudança da substituição de importações para a expansão das exportações, com o setor industrial ainda muito prejudicado pela fraqueza de suas estruturas. Estes são países fortemente nacionalistas, o que fez com que a ASEAN cooperasse mais sobre questões externas de interesse comum do que sobre questões intra-regionais. A incapacidade, senão a recusa, em oferecer um tratamento preferencial aos produtos dos projetos industriais comuns -- que afetariam necessariamente as indústrias locais -- inviabilizou a iniciativa: projetos como os dos motores a diesel, as máquinas ferramentas e os tubos de televisão não prosperaram.

Quanto ao Mercado Comum Árabe, criado em 1965 pela Síria, Iraque, Kuwait, Jordânia e Egito, cujo tratado se constitui numa cópia do Tratado de Roma, seus resultados foram ainda mais decepcionantes. Esta união visava não apenas a supressão das barreiras alfandegárias mas, igualmente, a instauração de uma tarifa externa comum para o resto do mundo; a livre circulação de pessoas e de capital, uma política monetária comum e o livre comércio. O Kuwait se retirou alguns meses após o tratado e os demais integrantes não souberam concretizar a união aduaneira, sendo que a livre circulação de mercadorias não passou de figura de retórica.

Algumas considerações podem talvez explicar os fracassos destas experiências de integração. Tudo se passa como se após um primeiro período de entusiasmo caracterizado pelo processo rápido, quicá espetacular, sobretudo quando da formação dos livres mercados, a integração econômica nos países periféricos atinja seus limites "objetivos", e que antes de se propagar por outros domínios, tenha efeito regressivo.

Existe um paralelismo entre este processo e aquele da substituição de importações. Na fase inicial sucede a substituição mais complexa e mais custosa

---

<sup>6</sup> Conforme Lima (1998) e Araújo Jr. (1990), onde os processos da ALALC e ALADI são discutidos.

no domínio dos bens intermediários e de bens de capital. Os impasses tecnológicos, de dimensão de mercado, de balança de pagamentos e de renda, estão na origem daquilo que os economistas latino-americanos qualificaram de esgotamento da substituição de importação.

A fraca interdependência econômica entre os países membros - histórica herança do colonialismo; o forte vínculo nas relações econômicas com um país ou um grupo de países desenvolvidos; o mecanismo das trocas desiguais, da dependência tecnológica; a não transferência pelos Estados-membros dos poderes necessários para a consolidação de instituições supra-nacionais com poderes de decisão, constituem alguns elementos explicativos do fracasso dos processos de integração entre os países periféricos.

Outro aspecto relevante diz respeito à redistribuição dos frutos da integração. A teoria das uniões aduaneiras ensina que um dos problemas mais difíceis da integração é que esta afeta diferentemente cada um dos membros integrantes, sendo as perdas desiguais. A questão da perda fiscal é uma delas: os bens antes taxados estão disponíveis na zona de livre comércio, donde ocorre a perda de receita aduaneira. A perda pode ser igualmente resultante do preço local mais elevado dos bens. Alguns países verão crescer a demanda por seus produtos, outros a estagnação da demanda ou mesmo sua diminuição. De fato, os benefícios são raramente distribuídos igualmente e eles são tanto menores quanto são desiguais os níveis de desenvolvimento dos Estados membros e forte a heterogeneidade que os caracterizam.

As assimetrias e a propensão rumo à polarização do desenvolvimento em favor de alguns países, sendo cumulativas, constituem-se em grandes óbices à viabilidade dos processos de integração. Como, nestas condições, regular a integração de modo a torná-la aceitável a todos?

A forma mais simples tem sido o pagamento de uma compensação fiscal corrigindo as desigualdades decorrentes do jogo de mercado. Esta fórmula tem, contudo, inconvenientes que são conhecidos e que precisam de novas avaliações.

De qualquer forma, os processos de integração têm virtualidades e se impõem por diversos motivos:

- \* como reforço do poder de negociação dos países da região num momento onde a regionalização das trocas mundiais se torna uma realidade cada dia mais concreta;
- \* não exclusivamente, como ganhos em economia de escala, podendo garantir especializações intra-indústrias, afim de criar em cada país membro certas capacidades tecnológicas e gerenciais;
- \* na implementação e partilha dos custos de grandes projetos de interesse comuns, a exemplo de hidroelétricas e pesquisas em tecnologia de ponta;
- \* num certo padrão de competitividade interno, ampliando-se a capacidade de inserção internacional, ou ainda no estabelecimento de níveis diferenciados de complementariedade comercial e indústria.

Sintetizando, a integração não deve basear-se apenas nas atividades cujo valor e contribuição possam ser apreciados em medidas de produção de bens e serviços. Algumas atividades comportam externalidades substantivas, notadamente as de padrão tecnológico, que exigem ênfase sobre processos de seleção de projetos e mecanismos de decisão, acordos intragovernamentais,

avaliação de aspectos locacionais. Dessa forma uma estratégia avançada de integração reforçaria não apenas uma melhor alocação de recursos, mas a criação de novas fronteiras de produção, baseadas em saltos econômicos e tecnológicos, através de mudanças qualitativas nas estruturas produtivas e organizacionais. Para tanto, a definição conjunta de uma política de P & D com metas e agenda definidas seria uma estratégia oportuna. Neste caso, o papel do Estado mantém-se como crucial em todas as etapas do processo.

É essencial não superestimar o papel das trocas comerciais na integração. As experiências passadas têm demonstrado que os países membros atingem rapidamente um teto nas suas exportações intra-regionais. Frequentemente, a liberalização das trocas só faz progredir as substituições de importação superficiais, porque não levam a mudanças significativas nos aparelhos produtivos e nas tecnologias existentes. A liberalização das trocas indiscriminadas pode se tornar uma séria fonte de desintegração e desindustrialização. Por outro lado é fundamental insistir no fato de que o processo de integração em países da periferia é significativamente distinto daquele que ocorre entre países desenvolvidos, ou que têm países economicamente poderosos como locomotiva.

No caso latino-americano há que considerar as distâncias, em função da dimensão continental do Brasil e da região amazônica. Na Europa, as pequenas distâncias entre um grupo significativo de grandes capitais e cidades são portadoras de sinergia interpaises, o que é mais difícil no sub-continente americano. Portanto, não se trata apenas de racionalizar a atividade econômica e promover a especialização, mas de distribuir e acelerar o desenvolvimento. As profundas desigualdades estruturais das economias periféricas estão a exigir uma visão de longo prazo, articulada a objetivos mais precisos e factíveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMED, A. Sid. (1992). *MAGHREB: quelle intégration a la lumière des expériences dans le Tiers Monde? Revue Tiers Monde* XXXIII (129): 67-93.
- ARAÚJO Jr., José Tavares. (1990). *A política comercial brasileira e a integração latino-americana. Texto para Discussão* (233). Rio de Janeiro: IE/UFRJ.
- ANDERSON, Benedict. (1992). *The last empires. New Left Review* (193).
- ARROYO, Monica. (1993). *Mercosul: novo território ou ampliação de velhas tendências*. In: SCARLATO, F. Capuano; SANTOS, Milton; SOUZA, M<sup>te</sup> Adélia; ARROYO, Monica. *Globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: Hucitec/Anpur, pp. 122-131.
- BALASSA, Bela. (1974). *Types of economic integration. Working Paper* (185).
- \_\_\_\_\_. (1964). *Teoría de la integración económica*. México: UTEHA.
- BENVENISTE, E. (1969). *Le vocabulaire des institutions indo-européennes, II: pouvoir, droit, religion*. Paris: Minuit.
- BETING, Joelmir. (1995). *Jornal do Comércio*, 19/mar/1995, p. 8.
- BOURDIEU, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRADBURY, Jonathan. (1997). *State restructuring in the United Kingdom and the changing role of regional and local government since 1979*. Swansea: Dept. of Politics - University of Wales.
- \_\_\_\_\_. & MAWSON, John (1997). *The Changing Politics and Governance of British Regionalism*. In: BRADBURY, Jonathan & MAWSON, John (ed.). *British Regionalism and Devolution*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- CARLEIAL, Liana M. F. (1993). *A questão regional no Brasil contemporâneo*. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F. & NABUCO, M. R. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*.

- São Paulo: Hucitec/ANPUR, pp. 187-203.
- COHEN, I. & ROSENTHAL, G. (1977). *Reflexions sobre el marco conceptual de la integración económica centro-americana*. *Revista de la CEPAL* (s.r.): 23-51
- CONESA, Eduardo R. (1982). *Conceptos fundamentales de la integración económica*. *Integración Latino Americana* (s.r.): 2-27.
- CORRAGIO, J. L. (1980). *On social spaceness and the concept of region*. Texto apresentado no *First World Regional Science Congress*. Cambridge(Mass.).
- FUNCEX (Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior. (1992). *Mercosul em Debate*. *Seminário*. *Revista Brasileira de Comércio Exterior* (nº especial).
- HAAS, Ernst. (1967). *The uniting of Europe and the uniting of Latin America*. *Journal of Common Market Studies* (5).
- HABERMAS, J. (1995). "O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização". *Novos Estudos CEBRAP* (43): 87-101.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. (1998). *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1992). *The problem of Globalization, International Economic Relations, National Economic Management and the Formation of Trading Blocs*. *Economy and Society* 21 (4).
- HUGON, Philippe. (1993). *Europe et Tiers Monde, entre la mondialization et la regionalization*. *Revue du Tiers Monde XXXIV* (136): 725-748.
- LAHERA, P. Eugenio. (1992). *Fundamentos y opciones para la integración de hoy*. *Revista de la CEPAL* (43).
- LAFER, C. & FONSECA Jr., G. (1994). *Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas*. In: LAFER, C. & FONSECA Jr., G. (org.). *Temas de Política Externa Brasileira II - vols. I e II*. São Paulo: Paz e Terra.
- LAVAGNA, R. (1991). *Integração Argentina - Brasil: origem, resultados e perspectivas*. In: VEIGA, P. M. (ed.). *Cone Sul: a economia política da integração*. Rio de Janeiro: Funcex.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1973). *Raça e História*. Lisboa: Editorial Presença.
- LIMA, Marcos Costa (1998). *O Mercosul como estratégia de enfrentamento*. In: *O MERCOSUL no contexto da nova ordem mundial*. Campinas: UNICAMP/IFCH, pp. 102-113 (Tese de Doutorado).
- \_\_\_\_\_. (1993). *Capitalismo: crise ou avatar? Temáticas* (1): 1-36.
- \_\_\_\_\_. (1985). *Nordeste brasileiro: tempos modernos (ideologia e política na SUDENE: 1959/1964)*. Recife: UFPE/ Deptº de Ciências Sociais (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- McGREW, Lewis. (1992). *Conceptualizing global politics*. In: McGREW, Lewis et alii. *Global Politics*. Cambridge: Polity Press.
- MEADE, J. E. (1952). *A geometry of international trade*. London: Allen & Unwin.
- MYRDAL, Gunnar. (1967). *Perspectivas de uma economia internacional*. Rio de Janeiro: Saga.
- NYE, Joseph. (1968). *International regionalism*. Boston: Little Brown & Company.
- OHLIN, Goran. (1992). *Blocos de comércio internacional*. *Política Externa* 1 (2): 55-60.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1978). *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes
- SCHMITTER, Philippe. (1971). *A Revised Theory of Regional Integration*. In: LINDBERG, Leon & SCHEINGOLD, Stuart (eds.). *Regional Integration: Theory and Research*. Cambridge: Harvard University Press.
- THORSTENSEN, Vera. (1994). *A política de comércio externo da União Européia e seu impacto sobre o Mercosul*. São Paulo: FIESP/CIESP.
- THUROW, Lester. (1993). *Cabeça a Cabeça. A batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Rocca.
- VERNON, Raymond (1996). *International investment and international trade in the product cycle*. *The Quarterly Journal of Economics* (80).
- VINER, Jacobs. (1950). *The Customs Union Issue*. *Carnegie Endowment for International Peace*.

RESUMO  
PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO  
ECONÔMICA

O processo de Globalização, entendido como fenômeno complexo e contraditório, tem correntes prós - que o admitem como irreversível, e contra, afirmando tratar-se de uma ideologia bem estruturada, resultante da visão neoliberal do pensamento único.

Quaisquer que sejam as respostas, há um novo impulso em relação à questão regional, sobretudo pela formação de blocos econômicos como a União Européia, o NAFTA, o MERCOSUL, entre outros, que remetem às dificuldades de regulação dos Estados Nacionais.

Este trabalho é sub-dividido em quatro partes: a primeira, analisa as tendências do capitalismo à totalidade ou à fragmentação; a segunda discute o conceito de região a partir de Bourdieu; a terceira, os processos de integração econômica e finalmente, a última, as lições práticas do exercício da integração nos países periféricos.

**PALAVRAS-CHAVE:** regionalização; globalização; integração econômica.

ABSTRACT  
ECONOMIC INTEGRATION  
PROCESS

Globalization, understood as a complex and controversial process, has defenders, who allege it as irrevocable, and prosecutors, who affirm that is a well structured ideology, emerging from the neoliberal stream of the "unique thinking".

Whatever are the answers, there is a new claim toward the regional question, inspired in the consolidation of economic Blocs such as the European Union, NAFTA, MERCOSUL, which address to the national states difficulties on regulation.

This article is sub-divided in four parts: the first analyse the capitalist tendency between totality or fragmentation; the second, argues the concept of region in terms of Bourdieu definition; the third part, the process of economic integration and, finally, the fourth, the results of these integrations in the peripheral countries.

**KEYWORDS:** regionalization; globalization; economic integration.

## O ESTADO PÓS-64: INTERVENÇÃO PLANEJADA NA CULTURA

*Alexandre Barbalho*<sup>1</sup>

Observando as relações entre Estado e cultura no Brasil é possível localizar o momento de nossa história no qual ocorre, pela primeira vez, a intervenção sistemática e planejada do Estado no campo cultural: o período do regime militar instaurado no país com o Golpe de 1964.

Preocupadas em garantir a integração da Nação, as elites dirigentes percebem a cultura como elemento central na garantia da nacionalidade. Outro motivador da presença estatal na cultura é a existência, principalmente a partir dos anos 70, de uma forte indústria cultural em crescimento no país.

Esses elementos interferem profundamente na forma como o Estado lidará com os intelectuais, o que resultará na tentativa de planejamento das intervenções culturais em planos nacionais.

No entanto, a sistematização das políticas culturais não implica que o Estado tenha alcançado o pleno controle sobre a produção cultural, ou muito menos imposto sua ótica a esta. A presença dos governos militares na cultura é marcada pelas relações de força entre intelectuais e artistas dentro do campo cultural. Ou seja, entre aqueles que participam, direta ou indiretamente, da política cultural do Estado, os que a rejeitam e conformam-se com o mercado privado e os que, além de rejeitarem o espaço estatal, negam também o privado, propondo um circuito alternativo de produção, circulação e consumo cultural.

O resultado de todas essas inter-relações está bem longe da homogeneidade e do imobilismo, o que exige do observador um olhar atento às constantes transformações da situação, fugindo de leituras reducionistas e estereotipadas.

### INTEGRAR A NAÇÃO, INTEGRANDO A CULTURA

A partir do Golpe Militar, em 1964, ocorre uma reorganização econômica e política do país, na qual o Estado procura operar dentro de uma lógica cada vez mais planejada. Num primeiro momento, percebe-se esse planejamento na política econômica. Depois, ele se estende a outras áreas da ação do Governo.

No plano da cultura, a preocupação do regime militar passa pela perspectiva de um mercado de bens simbólicos unificado e de uma nação integrada cultural e politicamente. De fato, o Estado brasileiro preocupa-se em criar uma rede de comunicação ligando todo o país, ao mesmo tempo em que a indústria cultural cresce num ritmo vertiginoso, principalmente nos anos 70. Com isso, pretende alcançar uma uniformidade nas informações que circulam no território nacional, padronizando a cultura e seu consumo diante das diversidades regionais.

Nesse momento, adequa-se à sociedade brasileira a caracterização da sociedade autoritária, trabalhada por Chauí (1986: 53). Ou seja, uma sociedade

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará.

que produz uma ideologia da união nacional como forma de neutralizar as contradições. Com isso, a cultura popular, elemento central dessa ideologia, é apropriada pela classe dominante através de determinada visão do nacional-popular que remete à representação de uma sociedade unificada. O nacional reforça a identidade diante do que vem do exterior, enquanto o popular atua nesse mesmo reforço, no interior do país. A junção das duas instâncias ocorre através do Estado. Compreende-se, então, porque a consolidação nacional se constitui, no regime militar, em políticas culturais do "Estado para o Estado"<sup>2</sup>.

Uma forma encontrada para viabilizar a unificação da política cultural é a promoção de encontros nacionais de cultura, nos quais participam representantes culturais de todos os Estados da Federação. No Encontro de Secretários de Cultura realizado em julho de 1976 em Salvador, por exemplo, o tema central é "Política Integrada de Cultura". Os encontros nacionais de cultura estão inseridos naquela busca pelo poder de alcançar o monopólio de interpretação do país, apontada já na época por Octavio Ianni (1978: 217). A cultura passa, então, a ser estimulada, desde que sob o controle do poder nacional.

### O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA E O PENSAMENTO CONSERVADOR

Após o Golpe, o Governo necessita de uma política para tentar impor sua posição às outras forças atuantes no campo cultural. Nesse sentido, é preciso lembrar a grande efusão intelectual, marcadamente de esquerda, pela qual passava o país no início dos anos 60. Como apontam Coutinho (1979: 41) e Hollanda & Gonçalves (1986: 20), o período populista de 1945/1964 permitiu a formação de uma geração de intelectuais e artistas engajada nas questões do desenvolvimento e da emancipação nacional. De modo que, em 1964, os militares encontraram um ambiente intelectual profundamente hostil e de oposição ao regime, que era preciso neutralizar.

Por outro lado, o Estado militar não pretende restringir-se a uma ação repressora na cultura. Há o interesse em atuar na área, como forma de colocá-la sob sua orientação, justamente por perceber a dimensão e a força política da produção simbólica. Dessa forma, é criado em 1966 o Conselho Federal de Cultura (CFC). O CFC reúne intelectuais renomados, de perfil conservador, e escolhidos entre instituições consagradas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras. Intelectuais bastante próximos ao poder e que participam ativamente, inclusive, da criação do Conselho. A criação do CFC corresponde à necessidade do regime de elaborar uma determinada visão de cultura mais adequada aos seus interesses. Em outras palavras, a sua função pode ser entendida como a de defesa da "cultura legítima", segundo a ótica estatal, contra seus concorrentes capazes de motivar práticas contestatórias.

---

<sup>2</sup> Observamos como o nacional-popular, segundo a visão oficial, apontada por Chauí, em nada se refere ao conceito como foi trabalhado por Gramsci (1978). Como lembra Martin Cézár Feijó (1983), o pensador italiano não se referia ao "nacionalismo" enquanto visão patriótica e reacionária e nem ao "populismo", referência ao povo pelo sistema dominante. O conceito em Gramsci era visto como um instrumento para a elaboração de uma "política cultural transformadora, democrática e popular" por parte das classes subalternas na luta pela hegemonia.

Os intelectuais reunidos em torno do CFC optam por trabalhar dentro de um plano nacional, entendido como a melhor forma de divulgar a "cultura legítima" para todo o país, como aponta a elaboração das *Diretrizes* para uma Política Nacional de Cultura em 1973. As *Diretrizes* foram fundamentais no longo processo de gestação que resultaria na Política Nacional de Cultura (PNC) dois anos depois, como veremos.

Sobre o papel do CFC, elaborando uma política cultural adequada ao regime, Cohn afirma que o Conselho representava as forças de retaguarda do Estado na luta do campo cultural da época, enquanto "*na linha de frente se travava uma batalha mais árdua para desbaratar as forças adversárias e neutralizar a sua produção, com vistas a assumir o controle do processo cultural no passo seguinte*" (Cohn, 1984: 88).

Estudando o CFC, Maria Madalena Quintella (1984: 121) percebe nessa instituição uma formação que a caracteriza como grupo social, ou seja, pessoas reunidas não só burocraticamente e aleatoriamente em torno de um trabalho, mas que possuem unidade e coesão interna. Nesse sentido, o principal elemento unificador do CFC é a reverência ao passado, legitimando e explicando a ação presente e respaldando a posição desses intelectuais dentro do Conselho. O forte apelo ao passado, com um viés conservador, é fundamental na própria direção que o CFC dá à sua concepção de política cultural.

Com isso, o Estado alcança também uma continuidade com o passado, e o golpe apresenta-se não como uma ruptura, mas como a continuação com as raízes de um pensamento já estabelecido sobre a cultura nacional<sup>3</sup>, principalmente nos anos do Estado Novo. Ou seja, é função desses intelectuais traçar um passado brasileiro propício ao regime militar e transformá-lo em "tradição".

Podemos perceber, assim, a responsabilidade do CFC dentro do Ministério da Educação e Cultura. Espaço que se mantém mesmo com a entrada de novos agentes no campo cultural estatal, os técnicos culturais, que vêm resolver o problema da relação entre Estado, cultura e desenvolvimento, entre governo, arte e mercado.

## O ESTADO, A CENSURA E O MERCADO CULTURAL

Antes de observarmos a atuação dos técnicos culturais, temos que compreender a especificidade do mercado cultural e sua relação com Estado, pois há uma diferenciação entre mercado de bens materiais e de bens simbólicos, que reflete-se nas políticas estatais. Como esclarece Ortiz (1989: 114), o mercado de bens culturais traz consigo uma dimensão simbólica que remete a elementos ideológicos, presente nos próprios produtos veiculados, o que os difere dos outros bens. O controle dessa espécie de mercadoria era feito, principalmente, através da censura.

Durante o regime militar, portanto, os bens de consumo material são estimulados sem restrições, enquanto que os bens culturais crescem nos limites

---

<sup>3</sup> A continuidade é um dos traços do intelectual tradicional, resquício de contexto anterior da formação social, como aponta Gramsci. Assim, estes intelectuais "*sentem com 'espírito de grupo' sua ininterrupta continuidade e sua 'qualificação'*" (Gramsci, 1985: 06).

impostos pelo pensamento autoritário. Isso porque a censura não possui apenas o aspecto negativo. Ela não caracteriza-se por inviabilizar o produto cultural em si. A censura age de forma seletiva, ou seja, incidindo sobre aquela mercadoria, nas mais diversas áreas culturais, que vai de encontro aos interesses ideológicos do Estado. A produção que não apresenta “riscos” pode circular normalmente.

Por outro lado, a tentativa de orientar a cultura no país durante os vinte anos do regime militar não conhece somente a censura como linha de atuação. Ela é bem mais complexa, como veremos. Vale adiantar que a diversidade de estratégias não significa que o Estado tenha conseguido o controle total sobre os produtores culturais. Isso nunca ocorreu, nem mesmo nas instituições governamentais de cultura que foram, em muitos momentos, locais de resistência e denúncia ao governo. Mário Machado (1984:10), por exemplo, afirma que no período do regime militar existia uma certa autonomia por parte dos órgãos culturais do governo. Autonomia ampliada através de alguns setores, que perceberam nesses órgãos campos de luta política, possibilitando a conquista de espaços.

Paralelo ao papel do Estado e em ligação com este, ocorre o desenvolvimento da indústria cultural, que corresponde à necessidade de um crescente mercado consumidor de bens simbólicos. A partir dos anos 60, o volume de produtos simbólicos se multiplica. Ao mesmo tempo, passa por um processo de diferenciação, acompanhando a crescente segmentação do público. Como aponta Ortiz (1989: 121), durante o regime militar se consolidam as grandes empresas de comunicação de massa e da indústria cultural, empresas marcadas pelo capital estrangeiro, configurando-se numa área quase exclusiva das multinacionais. Temos, assim, os dois grandes investidores na cultura pós-64: o governo e as multinacionais.

Fixar essa dimensão econômica é necessário para compreendermos o outro lado da presença estatal na cultura. Presença que não tinha somente o sentido estritamente ideológico, mas que também estava interessada no desenvolvimento econômico do país, do qual o mercado de bens simbólicos representava uma falta considerável e em expansão.

A indústria cultural assume, por sua vez, papéis que transcendem o meramente econômico. Ela reforça, como mostra Certeau, o postulado de passividade das massas, necessitadas de uma elite dirigente:

*“Atenho-me aqui somente a um ‘modelo’ cultural: a idéia (...) de que um fenômeno de massa se explica pela ação de uma elite; de que a multidão é por definição passiva, arregimentada ou vítima, segundo os ‘líderes’ desejem seu benefício ou dele se desinteressem (...) A partir de então, a política do mass media parece ampliar, mas não modificar, essa concepção social da relação entre a elite e a massa”*  
(Certeau, 1995: 166-167)

No caso brasileiro, como observa Moniz Sodré (1984: 140), a indústria cultural serve para forjar um controle sobre as massas, e é oferecida às diferentes camadas sociais na forma de “democratização” do acesso à cultura. A idéia de “organização pela cultura de massas” vai influenciar diretamente a política

cultural do Estado, quando essa começa a valorizar a massificação e o consumo dos produtos culturais promovidos pelo governo. A industrialização da cultura e seu planejamento, segundo valores econômicos, transformam-na em espetáculo, e o "povo", em "público".

No campo da cultura, portanto, o Estado desenvolve o papel fundamental de organizador e dinamizador. Flora Sussekind (1985) aponta no mínimo três estratégias diferentes de atuação cultural utilizados pelo Estado: a "estética do espetáculo", com o expansionismo da televisão controlado pelo Estado levando às massas entretenimento e lazer; a repressão e a censura, acompanhadas de um plano de cultura; e a cooptação dos intelectuais e artistas. Longe de se excluírem, as estratégias se completam e são utilizadas em conjunto. No entanto, em determinados momentos, uma pode receber mais incentivo que as outras.

Na medida em que investe de diversas formas na área, a política estatal assume uma presença inquestionável na produção e no mercado culturais. Como sugere Heloísa Buarque de Holanda (1980: 91), o Estado, que até então não tinha fornecido alternativas para a produção cultural, passa a financiar as "manifestações de caráter nacional" dentro das exigências do mercado.

A "onipresença" do estado na cultura, de certa forma, levou a um conflito com o setor privado. Mais do que no papel de investidor cultural, as divergências ocorrem quando das outras funções do Estado, que são as de regulamentador e de censor. O Estado implementa a censura, bem como a repressão, para viabilizar uma política de livre empresa, porém são essas instituições que, num determinado momento, dificultam a ação dos investidores. Estes, em várias ocasiões, vêem seu investimento inviabilizado, total ou parcialmente, pelos órgãos censores. Ou seja, o conflito, quando ocorre, quase nunca é por questões políticas, mas por motivos econômicos - o produtor cultural que fica impossibilitado de vender seu produto. Acatar, dentro de certos limites, a censura, é o preço pago pela iniciativa privada para atuar no mercado cada vez mais promissor dos bens simbólicos.

Dessa forma, o confronto entre setor privado e estatal nunca vai às últimas conseqüências, pois o primeiro sabe o quanto o segundo promove o mercado. Até porque o Estado procura investir na esfera da cultura popular ou de elite, deixando o setor mais lucrativo da cultura de massas para os empresários. Ou, então, atuam em conjunto. Devemos lembrar como o Estado garantiu a infraestrutura para a instalação das redes nacionais de televisão.

Ou seja, a "construção institucional" do Estado militar na cultura ficou quase que limitada às áreas de mercado restrito e dependentes de uma produção artesanal (música erudita, artes plásticas, teatro etc.). Como aponta Miceli (1984 b: 102), motivado por uma tendência "conservacionista" ou "patrimonialista", o estado assume o papel de protetor do acervo histórico e artístico nacional e dos gêneros que só conseguem sobreviver com o apoio governamental.

Contudo, com uma atuação mesmo que limitada na indústria cultural e participando indiretamente do setor, o governo precisa de especialistas para atuar neste campo, que foge à competência dos intelectuais conservadores do CFC. Nesse momento, entram em cena os técnicos culturais que citamos anteriormente.

## O INTELLECTUAL CONSERVADOR E O TÉCNICO CULTURAL: DUAS VISÕES DE POLÍTICA PARA A CULTURA

Os intelectuais do CFC, por sua formação tradicional, viam com desconfiança o discurso tecnocrático defendido pelo governo e a atenção concedida à indústria cultural. Para tentar livrar-se da massificação inerente à técnica, os intelectuais do CFC procuram diferenciar a personalidade cultural brasileira através da valorização da cultura popular, em detrimento da cultura de massa.

Porém, o confronto entre cultura e técnica é sinal de descompasso entre os intelectuais tradicionais e o regime militar. Apesar da afinidade ideológica em torno do conservadorismo, o golpe de 64 não é apenas um movimento político. Ele propõe profundas mudanças na organização do capitalismo brasileiro. O humanismo dos intelectuais do CFC não encontra muito espaço num Estado preocupado em planejar a economia. Diante do fato, o regime procura filtrar as idéias desses intelectuais, adotando algumas, como é o caso do popular como paradigma da cultura brasileira, e descartando outras.

No momento de elaborar um plano nacional de cultura, o Estado convoca um outro tipo de intelectual, que apresenta uma ligação mais orgânica com a ideologia do regime: os administradores. A presença desses técnicos garantiria para o plano um olhar "econômico" ao lado do olhar "humanista" dos intelectuais do CFC. A esse respeito, cabe lembrar a observação de Gramsci:

*"...cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político."* (Gramsci, 1985: 03-04)

Dessa forma, podemos compreender, tal como ocorrera em outros setores governamentais, a constituição de um grupo de dirigentes para a atividade cultural que, apesar de incluir alguns intelectuais ligados ao CFC, é formado basicamente por administradores profissionais e será o principal responsável pelos projetos no setor. Estes técnicos-intelectuais, defensores dos interesses do estado, formam a elite burocrática que se contrapõe aos intelectuais conservadores, que pecam pelo "intelectualismo em demasia".

Podemos ver, na separação entre intelectuais conservadores e técnicos culturais, os dois tipos de intelectuais apontados por Noberto Bobbio (1996: 73): os "ideólogos" e os "expertos". Os primeiros legitimam as ações estatais, conformando-as aos princípios "guiadores" da nação. Os "expertos" indicam os meios mais adequados para alcançar os fins, racionalizando a ação.

Podemos perceber também, nesses especialistas ou técnicos culturais, a caracterização do que Marilena Chauí (1989: 07) denomina de "*discurso competente*". Segundo Chauí, o "*discurso competente*" é aceito como verdadeiro porque perdeu as referências de suas origens. É um discurso instituído, ou seja, indissociável da posição legitimada do enunciante: alguém fala algo a outro alguém em determinado local e circunstância, onde toda essa cadeia é

devidamente autorizada por esse poder.

Contudo, é possível argumentar que essas são características de todo discurso que fala em nome de um poder constituído. Nesse ponto, os intelectuais do CFC em nada diferem dos administradores culturais. Eles também possuem um discurso competente. Porém, ele não corresponde a determinados desejos nutridos pela tecnocracia governamental – as metas desenvolvimentistas.

Aí é que os dirigentes culturais entram em cena. A diferença está no lugar do poder de onde falam, qual sua força dentro do projeto estabelecido. E esse poder, em nome do qual falam os administradores culturais, representa o poder predominante na nova ordem instalada pela ditadura, o da burocracia amparada pela idéia de organização. Em outras palavras, a presença desses administradores representa a chegada, na cultura, do processo de racionalização, que implica numa tecnoburocracia em busca de organizar e sistematizar as ações estatais na área, com vistas ao mercado.

São os administradores que irão valorizar aquelas áreas sempre desprezadas pelo CFC: a distribuição e o consumo. Enquanto os intelectuais tradicionais pensam uma política de cultura baseada na preservação do patrimônio, os técnicos envolvidos com os órgãos culturais procuram pensar dentro da lógica do mercado. É o que Miceli (1984 a: 59) denomina de luta entre a visão “patrimonial” e a “executiva”.

Para os técnicos culturais, era necessário uma política de promoção, produção e distribuição de novos bens culturais, possibilitando o seu consumo. Nesse ponto, a lógica do mercado se une ao discurso da “democracia”, uma vez que, estabelecido o mercado cultural, coloca-se à disposição do público vários bens possíveis de ser consumidos. Para o Estado, “democratizar a cultura” passa a significar o consumo de bens culturais. O resultado é que o nível quantitativo desta consumação, independente da qualidade dos produtos, passa a ser critério de avaliação da própria política cultural.

Porém, Edgar Morin depõe contra o “desenvolvimento” e a “democratização” culturais, via cultura de massa, e aponta seu caráter mitificador:

*“O saber sobre o qual se funda a cultura de massas é aparentemente um ‘mosaico’ (...) é constituído por um agregado de informações não ligadas entre si (...). O código é pobre, porque se trata, para a indústria cultural, de comunicar-se com o público mais vasto possível (...).*

*Aqui, vamos desembocar no problema do desenvolvimento cultural. Se este desenvolvimento visa a estender quantitativamente o setor de influência da cultura ilustrada, isto restringe singularmente a política e o desenvolvimento culturais (...).*

*É, pois, uma simbiose parasitária antagônica a que se constitui hoje em dia entre a cultura e seu amigo-inimigo protetor-sufocador que lhe dá vida e asfixia: o estado-providencial, os grandes poderes constituídos.*

*No estado-providencial, as camadas dirigentes tecnocráticas hoje têm necessidade de considerar em seus programas de desenvolvimento material um desenvolvimento perfumado de espiritualidade que seria*

*o da cultura.*" (Morin, 1981: 101-102)

Assim, dentro desse "*desenvolvimento perfumado*" da cultura, o CFC teria uma função normativa de elaborar um pensamento que desse conta da especificidade do "Ser Brasileiro". Aos administradores cabia a função de criar programas de ação cultural legitimados por esse pensamento, porém viáveis dentro da lógica do mercado.

De qualquer modo, a presença dos intelectuais, tradicionais ou técnicos, é que permite a ligação entre a "cultura do povo", em sua essência diversificada, e a "cultura nacional", que precisa ser unificada, para cumprir seus papéis ideológicos de identidade e integração da nação. Não há um conflito radical entre os dois tipos de intelectuais e suas atuações. Na realidade, ambos apresentam propostas que são, no fundo, partes de um mesmo sistema.

Como lembra Bobbio (1996: 74), a realidade não é uma esfera onde podemos criar dois pólos que se excluem totalmente. Dessa forma, conclui, a divisão entre "ideólogos" e "expertos" não é tão clara, como também não é fácil distinguir as discussões concretas de cada um.

## POLÍTICAS NACIONAIS DE CULTURA

A preocupação do governo militar com a cultura, como podemos observar, vem desde os primeiros momentos de sua instauração, ao contrário dos governos imediatamente anteriores, mais preocupados com a área da educação. O presidente Castelo Branco afirmava que a "revolução" não seria completa se não tocasse nos "problemas da cultura nacional".

A presença do regime na cultura tem várias motivações: integração nacional de acordo com a ideologia de Segurança Nacional; questões de mercado; preocupação em neutralizar a produção crítica do meio intelectual; e, ao mesmo tempo, promover uma outra mais adequado ao regime. Todas elas apontam para a necessidade dos militares de legitimar o governo não apenas através da coerção, mas também pelo consenso. O que implicava um ordenamento da sociedade inteira. Na definição de Canclini (1985: 158), o Estado pós-1964 amplia sua interferência na sociedade civil de modo "quase gramsciano".

Na tentativa de exercer o controle sobre o campo cultural, o Estado necessita construir espaços onde possam ocorrer suas promoções. O que se comprova com a criação do Conselho Federal de Cultura e do Instituto Nacional do Cinema, ambos em 1966. Contudo, essa estruturação ganha nova dinâmica no governo Geisel (1974/1979), durante a gestão de Ney Braga no Ministério de Educação e Cultura (MEC). Esse período representa o ápice da busca em adequar uma ação cultural às pretensões políticas do regime.

É quando a área da cultura passa por um amplo desenvolvimento com a implantação do Conselho Nacional de Direito Autoral e do Conselho Nacional de Cinema, o lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a reformulação da EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Filmes, a criação da FUNARTE - Fundação Nacional de Artes, a expansão do Serviço Nacional do Teatro, entre outros acontecimentos. Em 1975, é lançada também a Política Nacional de Cultura (PNC), primeiro plano de ação governamental no país que

trata de princípios norteadores de uma política cultural<sup>4</sup>.

Antes da PNC, ocorreram, no mínimo, duas tentativas de implementar uma política cultural no país. Em 1969, Afonso Arinos de Mello Franco, membro do CFC, foi autor de um trabalho contendo propostas para uma política nacional de cultura entregue ao Ministério da Educação pelo CFC. O trabalho acabou retido - e depois reprovado - no Ministério do Planejamento. Em 1973, foram elaboradas e rapidamente descartadas as *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*.

Apesar de não terem sido concretizadas, as *Diretrizes* apontam alguns elementos que estarão presentes na PNC. Um confronto entre esta e as *Diretrizes* demonstra uma continuidade ideológica entre os dois projetos. Há, na realidade, um conjunto de questões comum a todos os planos de cultura lançados no regime militar. Marilena Chauí, Antonio Candido, Lélia Abramo e Edélcio Mostaço (s/d: 37) destacam algumas permanências entre as diversas políticas culturais de Estado pós-64: 1) centralização das decisões culturais nos Ministérios e Secretárias de Educação e Cultura; 2) vínculo entre cultura e segurança nacional; 3) vínculo entre cultura e desenvolvimento nacional; e 4) vínculo entre cultura e integração nacional, isto é, o uso da cultura como fator de unificação nacional.

Contudo, apesar das continuidades, as políticas culturais possuem diferenças, importantes por demonstrarem as modificações de orientação do poder estabelecido. No plano administrativo, por exemplo, o documento de 1973 propunha a criação de um Ministério da Cultura. Além da competência administrativa adquirida através do CFC, a criação do novo Ministério é justificada, com argumentos baseados na ideologia da Segurança Nacional, através da conservação do caráter nacional. Por sua vez, na PNC não existe qualquer referência a um ministério autônomo para a cultura. Pelo contrário, ela reforça a atuação do MEC na área.

Na parte conceitual, as *Diretrizes* apontam para um conceito amplo de cultura, resultado de toda criação humana e da qual todos participam ("*idéias e ideais partilhados pelos brasileiros*"). A criação é universal e, portanto, não apresenta problemas. Ela, em si, não é discriminatória nem contraditória. Contudo, o acesso final à criação é restrito e diferenciado, o que resulta na necessidade de intervenção junto às classes menos favorecidas.

Tem-se, portanto, a idéia conservadora do espontaneísmo cultural, que recusa o acesso elitista aos produtos culturais. Atrás da "democratização", da recusa à produção cultural "erudita", e da valorização da "cultura do povo", está a percepção de que grande parcela dos intelectuais se opõe ao regime, identificando-se com os setores de oposição. Assim, valorizar a "cultura espontânea" e as "fontes populares" é uma forma de poder descartar aquela

---

<sup>4</sup> A PNC surge dentro de um contexto internacional de promoção de políticas estatais de cultura incentivada pela UNESCO. Na avaliação de Benedito Silva (1977), no contexto mundial, os anos 70 serão marcados pelo desenvolvimento cultural. Para a América Latina, a orientação da UNESCO assume a busca de uma suposta identidade latino-americana, segundo Felipe Herrera, então Presidente do Conselho Administrativo do Fundo Internacional de Promoção da Cultura: "*A verdadeira definição da América Latina é ter sido o cadinho ativo da absorção cultural recíproca do ibérico, do indígena e do africano durante os três últimos séculos*"(Herrera, 1977:23).

produção de elite, pelo menos na sua versão contestadora. A "elite" da qual se trata é aquela formada por intelectuais e artistas de esquerda, que agita o cenário cultural do país e que tanto interessa ao regime neutralizar. Analisando o destaque dado à cultura popular nos planos de governo, conclui Teixeira Coelho:

*"(...) isto tinha um objetivo político: combinar a produção cultural da elite intelectual e artística, que no Brasil tem sido em sua quase totalidade de esquerda, a qual, por sua vez, tem detido a hegemonia dessa produção, apesar da direita instalada no poder. Esse combate sempre foi promovido em duas frentes: diretamente, através da censura, e indiretamente, negando apoio econômico à produção, já que a prioridade ia para 'o povo' e para a 'cultura popular'. Nunca foi, está claro." (Coelho, 1986:102)*

A presença, na política cultural do governo, de um discurso aparentemente crítico, de valorização daquilo que vem do povo, pode ser vista como a capacidade do regime capitalista em apropriar-se de concepções as mais diferentes, inclusive opostas ao capitalismo, segundo apontou Walter Benjamin (1987:128). Alfredo Bosi constata essa elasticidade no contexto brasileiro, exemplificando, inclusive, com as propostas culturais lançadas em 1975:

*"O sistema parece ter uma certa margem de indulgência para com tudo quanto não fira, a rigor, a sua autoconservação econômica (...) E é próprio da ideologia da modernização trocar às vezes de aparência para vender melhor. Daí, aquela inconsistência das normas que regulam a expressão verbal, forma por excelência de nossa cultura; daí também a prática de incorporar ao discurso oficial o jargão da cultura crítica (...) Um exemplo probante dessa facilidade de assimilação retórica vê-se na linguagem meio sociológica meio dialética que permeia o último Plano Setorial de Cultura (1975-9) (...).*

*O exemplo foi aduzido apenas para acentuar a tese principal destas páginas, que afirma a existência de correntes díspares (especular e crítica), a sua coexistência e, mais ainda, o caráter centrípeto do sistema cultural. Este consegue, às vezes, trazer para o seu discurso as cadências da oposição, tendo, naturalmente, o cuidado de diluí-las em um ideário progressista e desenvolvimento vago herdado da situação anterior (1946-64)." (Bosi, 1992: 318-319)*

Seguindo a concepção generalista de cultura da qual falávamos, as *Diretrizes* definem a cultura brasileira como resultado da miscigenação de várias influências e o sincretismo final como o próprio retrato do "Ser Brasileiro". São essas "raízes sociais de um povo" que torna-se necessário conservar e promover, pois só assim será mantida a identidade nacional. Nesse momento, tem-se a interligação entre política cultural e política de segurança nacional.

Na PNC há uma continuidade conceitual e temática em relação às *Diretrizes*. Contudo, as condições são mais propícias à implementação de uma política pública para a cultura. Dessa forma, apesar das semelhanças nos fundamentos ideológicos, a PNC não precisa mais legitimar o plano para os

militares e tecnocratas, preocupação bem visível nas *Diretrizes*, pois ela soma à visão essencialista do anteprojeto de 1973 uma visão instrumental, o que aponta para a participação dos técnicos culturais. A base do argumento deixa de ser somente o conjunto das questões de segurança nacional e engloba a necessidade de desenvolvimento, visto não só como econômico, mas também como social, incluindo-se aí o cultural.

Conservar (visão essencialista) e desenvolver (visão utilitarista) passam a ser os dois pólos onde tramita a política nacional de cultura. Essa dubiedade, segundo a análise de Cohn (1984: 92), acaba por inviabilizar a PNC. Mesmo com poder de atuação limitado, a Política Nacional de Cultura representa um marco nas relações Estado-cultura no Brasil. Sua existência aponta para as diversas motivações da presença estatal na cultura, nem todas alcançadas, mas indicativas do campo político-cultural brasileiro no período.

### AS RAZÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA - PNC

Mesmo que a PNC não tenha alcançado plenamente seus objetivos, ela se torna importante porque representa uma iniciativa, e não uma mera reação por parte do Estado a pedidos ou projetos particulares dos artistas e intelectuais. Tomar a iniciativa nunca foi a prática predominante das ações governamentais no campo da cultura, campo sempre desprestigiado em relação a outras áreas de investimento social.

Dessa forma, podemos compreender a PNC como uma tentativa de ampliar esse investimento na trilha aberta pelo "milagre econômico". Para Miceli (1984 a: 57), a PNC significou a incorporação da cultura nas metas da política de desenvolvimento social do governo, primeiro momento da nossa história em que o governo formaliza diretrizes de atuação no setor, prevendo colaborações de outros setores do poder federal, dos poderes estaduais e municipais, além do setor privado.

A ampliação da política de desenvolvimento, além da importância estratégica conferida à política cultural, somam-se a influência e a capacidade de pressão por parte dos grupos a que pertencem o ministro Ney Braga, e sua equipe no MEC, para explicar o investimento cultural pós-1975. Nesse sentido, é fundamental o papel dos dirigentes na ampliação da ação cultural. Ou dos parentes de figuras poderosas dentro do Governo, que usam de suas influências para apoiar artistas e intelectuais. Isso demonstra que mesmo com um plano de cultura, a atuação é muito aleatória e baseada em critérios personalistas, mantendo as relações de clientelismo e assistencialismo.

A incorporação da cultura nas preocupações oficiais faz parte de um movimento geral do sistema capitalista contemporâneo. A sociedade produtivista requer esse tipo de investimento por diversos motivos, como mostra Michel de Certeau:

*"A importância crescente dos problemas culturais está inserida em um amplo contexto. Em primeiro lugar, ele se caracteriza pela lógica de uma sociedade produtivista que correspondeu às necessidades elementares da população contribuinte e que, para se ampliar, deve analisar, desenvolver e satisfazer necessidades*

*'culturais' de sua clientela (...).*

*Acrescenta-se a isso a inadequação das ações ou das planificações econômicas para responder verdadeiramente ao mal-estar que, depois de um certo limite, é gerado pelo próprio progresso." (Certeau, 1995:192)*

A razão do maior investimento na cultura a partir de 1975 está, também, no desgaste político da ditadura. O regime não pode manter-se no poder apenas através da força. Torna-se necessário alcançar algum tipo de hegemonia. Procura-se, então, novas bases de apoio. É o que pensa, por exemplo, Margarida Autran (1980: 94). Para Autran, com a crise do "milagre econômico", a partir de 1973, o regime perde a razoável credibilidade que possuía, obrigando-o a buscar outras formas de aproximação da sociedade civil, principalmente da classe média.

A intensificação no projeto de obter o controle sobre a produção cultural resulta, segundo Cohn, do descompasso entre o Estado e seus opositores na área:

*"A busca de uma política nacional de cultura realmente existe nessa fase crucial dos anos 70, e seu objetivo era bem definido: a codificação do controle sobre o processo cultural. Tudo isso tem a ver, sem dúvida, com a posição de desvantagem em que o regime se encontrava nesse terreno, visto que as posições mais importantes ainda estavam ocupadas pelos 'adversários'. Continuava válido naquela etapa aquilo que Roberto Schwarcz apontara em 1969 (...)"<sup>5</sup>.*

*O regime pode não ter logrado alcançar a hegemonia cultural, mas certamente a buscou e lhe deu importância, à sua maneira." (Cohn, 1984: 88)*

Como falamos anteriormente, o regime, em nenhum momento, consegue atrair toda a intelectualidade para seus projetos, muito menos alcançar a hegemonia no campo cultural. Os setores de esquerda continuam produzindo em oposição ao sistema. Pécaut (1995) aponta três fatores que ajudam a compreender a permanência dessa produção crítica em plena ditadura. Primeiro, o surgimento de novas instituições intelectuais e a permanência das existentes; segundo, uma certa coesão mantida pelos intelectuais de esquerda, uma vez que o campo cultural acaba funcionando como um "subsistema político", possuindo instâncias próprias de poder e, portanto, de cooptação; terceiro, a própria dubiedade do regime militar em relação aos intelectuais, aplicando simultaneamente a repressão e a promoção culturais.

Se a PNC aponta para uma abertura na área da política cultural pública, o resultado é o apoio de parte da categoria ao projeto governamental, cuja adesão mais ruidosa foi a de alguns dos artistas ligados ao Cinema Novo, com Gláuber

---

<sup>5</sup> A observação de Roberto Schwarcz (1978), comentada por Cohn, aparece no ensaio "Cultura e política, 1964-1969". Nele, Schwarcz aponta que, apesar da ditadura militar, a esquerda continua com uma certa hegemonia no que se refere à produção artística e intelectual no país. Isso porque a repressão foi, pelo menos até o AI-5, seletiva, ou seja, incidiu sobre as lideranças que estavam em contato direto com os movimentos de massa, deixando a intelectualidade com certo espaço de atuação.

Rocha (1986: 37) à frente, chamando o General Golbery de "gênio da raça". De uma maneira geral, no caso do cinema, o apoio relaciona-se com o reconhecimento que os cineastas têm da necessidade da Embrafilme. Sua importância, segundo Roberto Pereira (1984: 231), está em fortalecer os mecanismos para a criação de uma "hegemonia cultural brasileira nas telas". Apesar disso, a produção cinematográfica brasileira, segundo Pereira, não teria sofrido de "grosseira 'normalização ideológica'".

Por suas fortes ligações com o Estado, surge entre os cineastas o debate em torno da "patrulha ideológica" exercida pela esquerda, que depois espalha-se por todas as outras áreas artísticas. É por isso que a difícil relação Estado-cultura encontra, na área cinematográfica brasileira, um ambiente propício ao debate, como sugerem Heloísa B. de Hollanda e Carlos Alberto M. Pereira (1980: 09). Por outro lado, a Embrafilme é vista como um meio de retomar o cinema nacionalista do início dos anos 60, o que aponta para a utilização da máquina estatal na produção de filmes que, eventualmente, são contrários ao ideário do regime. Para José Mário Ortiz Ramos (1983:95), os cineastas procuram, nesse momento, desvincular a questão econômica e política da cultural, tentando alcançar o máximo de autonomia e controle sobre seus produtos.

Devemos dizer, contudo, que a adesão às verbas oficiais não é geral e nem tranqüila. O movimento é visto como uma faca de dois gumes por alguns cineastas. Ao mesmo tempo em que permite a concretização de certos planos, por outro limita, em grande parte, as críticas ao regime. Essa posição dúbia da intelectualidade brasileira pode ser entendida de acordo com sua posição no campo social. A ambivalência do intelectual em relação ao "povo" e às "elites" relaciona-se com a posição dominada que o campo cultural ocupa no campo mais amplo do poder, como lembra Bourdieu (1996).

Segundo Alberto Guerreiro Ramos (1982: 531) nunca, na história brasileira, uma parcela significativa de nossa intelectualidade ficou fora da estrutura social vigente. Análise próxima é a de Miceli (1985: 129), que aponta a prática dos intelectuais brasileiros, de pensar o Estado acima das classes. Dessa forma, permanecem imaculados, ao servirem para este como "fiadores da ordem social" ou "futurólogos".

Não há, portanto, nenhuma anomalia na constituição de espaços de atuação em comum entre o Estado e os intelectuais em pleno regime militar. Com uma política baseada em posições amplas e ambíguas, são estabelecidas alianças entre as duas partes. Alianças, como apontam Hollanda e Gonçalves (1980: 37), "politicamente desejáveis", transformando o Estado no grande mecenas do período.

A relação entre o produtor cultural e o Estado não se restringe ao apoio deste às iniciativas do primeiro. Durante o regime, porém com mais força na década de 70, os órgãos oficiais de cultura empregam uma grande quantidade de intelectuais e artistas. O Estado transforma em seus funcionários, inclusive, os opositores e ex-perseguidos políticos. A relevância do empreguismo, enquanto cooptação, aumenta quando se observa o período de recessão no país com o fim do "milagre econômico". Sem condições de sobreviver com seu produto artístico, inclusive com a retração na indústria cultural, o artista vê no emprego público a solução para continuar produzindo.

Ou seja: se, por um lado, o regime censura e promove as artes - o que já é uma atitude ambígua - por outro, encontra grande receptividade entre setores intelectuais e artísticos, motivada por razões as mais diversas, como podemos deduzir das colocações dos diversos autores aqui citados. Na realidade, a relação Estado-cultura, no Brasil, foge a qualquer olhar reducionista ou simplista, e traz as marcas da contradição. Tanto as marcas presentes no campo político quanto no cultural, resultado das questões internas a cada um, quanto as específicas, que surgem do contato entre ambos.

A atuação de alguns dos personagens envolvidos nesse processo, como não podia deixar de ser, está carregada de ambigüidade e ilustra o contexto: como funcionários públicos, a participação ativa nos projetos governamentais, do lado de fora, como artistas e intelectuais, uma produção crítica e de denúncia ao autoritarismo.

Por outro lado, a década de 70, ao mesmo tempo em que assiste ao crescimento do Estado na área da cultura, observa uma grande parcela de intelectuais e artistas negando esse espaço e o grande esquema de produção montando pela indústria cultural. É o que se denominou, comumente, de arte marginal ou alternativa, com presença forte no cinema, na literatura, no jornalismo, no teatro etc. Os artistas, criando um circuito independente do espaço estatal ou industrial, subvertem o modo de produção cultural dominante. A produção cultural alternativa, influenciada pelas idéias da contracultura, teve como antecessor imediato o movimento Tropicalista (1967/69). Depois, espalha-se por todo o país, principalmente pelas mãos dos poetas e jornalistas <sup>6</sup>.

Diante de fatos como esse é preciso, sempre, relativizar a aproximação nos anos 70 entre produtores culturais e governo. Não podemos esquecer que o Estado brasileiro é autoritário, que se vive em tempos de ditadura, sem liberdades e em plena vigência da censura. Esses elementos são constantemente lembrados pela categoria dos intelectuais e artistas. De modo que, por maior quer fosse o investimento estatal na área, em momento algum o Estado consegue aglutinar em torno de si toda a categoria ou, ao menos, sua parte mais significativa.

Como aponta Roberto Pereira (1984: 231), ex-diretor da Funarte, ocorrem diversas tensões na relação dos produtores culturais e o Estado no período. Tensões alimentadas pelo temor da cooptação ideológica e do dirigismo cultural, mas também pela crítica dos intelectuais e artistas a aspectos da política cultural, como os critérios de favorecimento regional.

A não participação de vários e importantes produtores culturais acaba por limitar a atuação governamental na área. Apesar da "construção institucional" na cultura, vários projetos não se concretizam, por interferência da censura ou por decisão dos artistas. Essas circunstâncias vão, aos poucos, limitando a atuação do Estado na cultura.

Como podemos concluir, o projeto cultural do regime não se concretiza de acordo com o que foi planejado. Desde as dificuldades econômicas até o boicote de parte significativa da intelectualidade, passando pela complexa relação com aqueles que participaram do projeto, o controle estatal sobre a cultura fica muito aquém do que esperavam ou desejavam os militares.

<sup>6</sup> Ver, a esse respeito, Bernardo Kucinski (1991) e Carlos A.M. Pereira (1981).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTRAN, Margarida. (1980). *O Estado e o músico popular: de marginal a instrumento*. In: NOVAES, Adauto (org.). *Anos 70 - Música*. Rio de Janeiro: Europa, pp.91-100.
- BENJAMIN, Walter. (1987). *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense.
- BOBBIO, Noberto. (1996). *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da UNESP.
- BOSI, Alfredo. (1992). *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. (1996). *As regras da Arte*. São Paulo: Cia. das Letras.
- CANCLINI, Néstor García. (1985). *Campo intelectual y crisis socioeconómica*. In: SOARES, Maria S. A. (org.). *Os intelectuais no processo político da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, pp.151-162.
- CERTEAU, Michael de. (1995). *A cultura no plural*. Campinas: Papiрус.
- CHAUÍ, Marilena. (1986). *Conformismo e resistência: aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez.
- CHAUÍ, Marilena; CANDIDO, Antonio; ABRAMO, Lélia & MOSTAÇO, Edécio (s.d.). *Política Cultural*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- COELHO, Teixeira. (1986). *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COHN, Gabriel. (1984). *A concepção oficial da política cultural nos anos 70*. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, pp.85-96.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1979). *Cultura e democracia no Brasil*. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira* (17): 19-48.
- FEIJÓ, Martin César. (1983). *O que é política cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- GRAMSCI, Antonio. (1978). *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1985). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HERRERA, Felipe. (1977). *Entre a modernização e a alienação: reflexões culturais latino-americanas*. In: *Novas frentes de promoção cultural*. Rio de Janeiro: FGV, pp.21-40.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (1980). *Impressões de viagem; CPC, vanguarda e desbunde*. São Paulo: Brasiliense.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. (1980). *Política e literatura: a ficção da realidade brasileira*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Literatura - anos 70*. Rio de Janeiro: Europa, pp.07-79.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. (1986). *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de & PEREIRA, Carlos A. Messeder. (1980). *Patrulhas ideológicas: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Brasiliense.
- IANNI, Otávio. (1978). *O Estado e a organização da cultura*. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira* (1): 216-241.
- KUCINSKI, Bernardo. (1991). *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta.
- MACHADO, Mário Brockmann. (1984). *Notas sobre política cultural no Brasil*. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, pp.05-20.
- MICELI, Sérgio. (1984 a). *O processo de 'construção institucional' na área cultural federal (anos 70)*. In: *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, pp.53-84:
- \_\_\_\_\_. (1984 b). *Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil*. In: *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, pp.97-112:
- \_\_\_\_\_. (1985). *Os intelectuais brasileiros e o Estado*. In: SOARES, Maria S. A. (org.). *Os Intelectuais no processo político da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, pp.124-129.
- MORIN, Edgar. (1981). *Cultura de massa no século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- ORTIZ, Renato. (1989). *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- PÉCAUT, Daniel. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a Nação*. São Paulo: Ática.
- PEREIRA, Carlos A.M. (1981). *Retrato de época: poesia marginal, anos 70*. Rio de Janeiro: Funarte.
- PEREIRA, Roberto. (1984). *Estado e cultura: fomento 'versus' paternalismo*. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, pp.223-240.
- QUINTELLA, Maria Madalena D. (1984). *Cultura e poder ou 'Espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?'*. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, pp.113-134.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. (1982). *A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980*. In: *A Revolução de 30 - Seminário Internacional*. Brasília: Ed. UnB, pp.527-548.
- RAMOS, José Mário Ortiz. (1983). *Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50/60/70*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ROCHA, Gláuber. (1986). *Ideário de Gláuber Rocha*. Rio de Janeiro: Philobiblon.
- SCHWARCZ, Roberto. (1978). *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra.
- SILVA, Benedicto. (1977). *A vez da cultura*. In: *Novas frentes de promoção cultural*. Rio de Janeiro: FGV, pp.61-72.
- SODRÉ, Muniz. (1984). *O mercado de bens culturais*. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, pp.135-144.
- SUSSEKIND, Flora. (1985). *Literatura e vida literária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

**RESUMO**  
**O ESTADO PÓS-64:**  
**INTERVENÇÃO PLANEJADA**  
**NA CULTURA**

Este artigo procura discutir as complexas relações entre Estado e cultura no Brasil durante o regime militar. Apesar destas relações acontecerem desde o Império até hoje, é possível caracterizar o período pós-64, em especial a década de 70, como o primeiro no qual ocorre uma intervenção sistemática e planejada do Estado no setor. O artigo analisa as diversas motivações e estratégias de tal intervenção, os atores envolvidos, a ambigüidade e o alcance real da política de cultura dos governos militares.

**PALAVRAS-CHAVE:** política cultural; governo militar; anos 70.

**RÉSUMÉ**  
**L'ÉTAT BRÉSILIEN DEPUIS 1964:**  
**INTERVENTION PLANNÉE A LA**  
**CULTURE**

Cet article cherche à discuter les rapports complexes entre l'État et la culture au Brésil pendant le régime militaire. Même si ces rapports existaient depuis l'Empire jusqu'à nos jours, on pouvait affirmer que la période post-64, en particulier les années 70, a été la première où on remarque une participation systématique de l'Etat dans le secteur culturel. En plus, il analyse les plusieurs motivations et stratégies de cette intervention les acteurs touchés, l'ambigüité et le vrai rôle de la politique culturelle, des gouvernements militaires.

**MOTS-CLEFS:** politique culturelle; governemet militaire; l'années 70.

## O PARTIDO COMUNISTA E OS INTELLECTUAIS

Antonio Albino Canelas Rubim<sup>1</sup>

*"O intelectual verdadeiro, por tudo isso, sempre há de ser um homem revoltado e um revolucionário, pessimista, cético e cínico: fora da lei."*

Mário de Andrade

### CENA 1 - APRESENTAÇÃO

Olhar a relação Partido Comunista e intelectuais no Brasil é ter como ponto de partida uma constatação impressionante. Algo que poderia sinteticamente ser formulado nos seguintes termos: em determinados momentos da história brasileira, para ser intelectual progressista era quase necessário estar próximo ou passar pelo Partido Comunista.

Esta percepção histórica não se impõe somente aos brasileiros. James Amado, irmão do escritor e ex-militante comunista, também ele ex-membro do partido, em entrevista declarou que o Partido Comunista da União Soviética via o PC no Brasil como um partido cheio de intelectuais e publicações.

Hoje sem qualquer dúvida a situação é radicalmente distinta. Partidos comunistas e intelectuais estão bastante distantes no Brasil, como aliás acontece na maioria dos países onde ainda existem estes partidos.

Apesar do significado passado desta relação, os estudiosos da esquerda e/ou da cultura no Brasil ainda não buscaram investigar com profundidade as ligações entre PC e a intelectualidade. Em tese de doutorado realizada sobre *Partido Comunista, Cultura e Política Cultural* constatou-se tal lacuna bibliográfica<sup>2</sup>.

Não só a lacuna, mas também o significado desta relação PC e intelectuais sugerem a realização de uma reflexão sobre o tema. Neste estudo, tanto o passado quanto o presente estão em jogo. O passado, porque é preciso compreender o papel que esta relação desempenhou na formação da cultura/pensamento e intelectualidade brasileiras. E mais na história do próprio Partido Comunista. O presente, porque a complexa questão das relações entre intelectuais/ política/ partidos/ transformação social é algo sempre problemático e atual: um dilema em busca de respostas.

### CENA 2 - MARXISTAS E INTELLECTUAIS

Não se pretende neste momento analisar em profundidade ou esgotar as relações historicamente dadas entre marxistas e intelectuais, mas tão somente assinalar alguns pontos problemáticos e visões numa primeira e assistemática aproximação.

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia.

<sup>2</sup> A rigor, este texto é uma extensão da tese, e neste sentido a bibliografia e as fontes ali indicadas informam igualmente este texto. Ver Antônio Albino Canelas Rubim (1986; 1995).

Para início de conversa, a preocupação "marxista" com os intelectuais aparece com o intelectual Karl Marx. São por demais conhecidos seus trechos que apontam a origem do trabalho intelectual na divisão social do trabalho historicamente desenvolvido pelas sociedades humanas. Igualmente são difundidos os textos de Marx que indicam os intelectuais como representantes e ideólogos de determinadas classes sociais. Indo além, já no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels buscam entender também o rompimento desta relação intelectuais - classes sociais. Ao se referirem aos descolamentos de parcelas das classes que acontecem em momentos de intensificação da luta de classes, Marx e Engels afirmam que tal ocorre principalmente com o "... setor dos ideológicos burgueses que chegaram a compreender teoricamente o movimento histórico em seu conjunto" (Marx & Engels, 1977: 93). Deste modo, Marx e Engels em verdade buscam uma auto-explicação para sua própria situação de intelectuais rompidos com sua classe social de origem e em seqüência ligados ideologicamente a outra classe social.

A importância dada aos ideólogos/intelectuais aparece portanto em inúmeros textos de Marx, inclusive porque é através de um processo de assimilação e crítica de outros autores que o próprio Marx constrói seu pensamento. Aliás como costuma acontecer com os grandes intelectuais.

Vale ressaltar ainda que na época de Marx as relações entre intelectuais e movimento dos trabalhadores já apareciam como tensas e evadidas de problemas. Em certas ocasiões Marx se posicionou claramente contra a discriminação de militantes - inclusive dele mesmo - por sua condição de intelectuais. Exemplo disto são suas ações e reflexões em episódios vividos na Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional)<sup>3</sup>. Mas as tensões - oriundas inclusive da complexidade do objeto real - estão presentes também nas formulações de Marx e Engels. Este último em determinados momentos atacou ferozmente os senhores "cultos" provenientes de outras classes sociais que tentavam se aproximar do movimento dos trabalhadores<sup>4</sup>.

Apesar da recorrência da observação sobre o tema dos intelectuais, certamente não existe no pensamento de Marx e Engels uma reflexão mais sistemática sobre a questão. Também na maioria dos mais significativos autores marxistas a temática aparece sob a forma de pequenas observações ou breves análises. É isto que ocorre, por exemplo, com os ideólogos da Revolução Russa, especialmente Lenin e em parte Trotsky, que tenta uma reflexão mais abrangente no seu livro *Literatura e Revolução* ao discutir uma questão correlata: a dos artistas "companheiros de viagem" da revolução. Quanto a Lenin, ressalte-se sua problemática retomada das formulações kaustkianas de consciência socialista

<sup>3</sup> Um exemplo: por ocasião dos debates preparatórios ao Congresso de Genebra, é apresentada uma moção - dirigida inclusive contra Marx - que pretende excluir todos aqueles que não sejam trabalhadores manuais, primeiro da AIT, depois da possibilidade de ser eleitos delegados ao Congresso. Acerca disto, Marx escreve a Engels em 20 de setembro de 1866: "Eu declarei que em nenhum caso poderia aceitar esta solução..." (Marx & Engels, 1975: 67-68).

<sup>4</sup> Em carta a J.Ph. Becker de 22 de maio de 1883, Engels critica os senhores "cultos" que com sua "ignorante confusão universitária" se pretendiam mestres-escolas dos operários e propõe apenas tolerar essas pessoas sem lhes confiar qualquer responsabilidade ou influência na direção do partido, mesmo porque a ruptura com eles é considerada apenas questão de tempo (Marx & Engels, 1978: 184-185).

produzida fora do proletariado e as implicações decorrentes desta tese para a temática dos intelectuais (Lenin, 1973: 39).

Debate mais sistemático sobre a questão dos intelectuais acontece por volta da primeira metade dos anos 90 do século passado no interior da social-democracia em torno da temática do revisionismo. Tal polémica é motivada pela forte expansão numérica das chamadas classes médias, inclusive do estrato intelectual, e pelo crescente interesse despertado pelo marxismo na cultura europeia<sup>5</sup>. Como o tema dos intelectuais é colocado em discussão pela ala revisionista de Bernstein, a resposta da corrente chamada ortodoxa foi, em boa medida, identificar a questão como uma das formas de atacar a autonomia ideológica e política da classe operária. Além disto, um dos elementos constitutivos do debate, a relação entre social - democracia e intelectualidade, é encarada através de um viés fortemente economista, própria daquela interpretação do marxismo. Isto é cristalino no artigo "A inteligência e a social-democracia", escrito por um dos expoentes desta corrente, Karl Kaustky. Nesse texto, Kaustky, depois de reconhecer a importância do problema da "conquista da inteligência", analisa as características da intelectualidade, suas ligações com o proletariado e conclui que, com relação à "aristocracia da inteligência", só é possível conquistar elementos isolados, devido entre outros aspectos aos diversos conflitos de interesse que separam proletariado e intelectuais. Distinta, ainda que não fácil, é a conquista do "proletariado da inteligência". A proletarianização de setores intelectuais neste caso permitiria uma mais ampla aproximação entre eles e a social democracia (Kaustky, 1980: 255-281)<sup>6</sup>.

Diferente da Alemanha, a social-democracia na Áustria, no final do século passado e início deste, teve forte penetração no meio intelectual. Certamente isto e o tipo específico de elaboração teórica desenvolvida neste partido, que se convencionou chamar de "austro-marxismo", são elementos determinantes para uma outra visão do tema dos intelectuais. Um dos textos mais significativos nesta perspectiva chama-se "O socialismo e os intelectuais", escrito pelo militante/filósofo Max Adler e publicado pela primeira vez em 1910.

Max Adler descarta de imediato qualquer explicação pura ou predominantemente econômica para entender a relação dos intelectuais com o socialismo. Como considera o socialismo, antes de tudo, um movimento cultural - só num plano subordinado ele seria um movimento político - Adler propõe esta relação como eminentemente cultural, inclusive porque, segundo o autor, os interesses culturais são parte necessariamente integrante das condições de vida dos intelectuais. Em meio a sua interessante análise, Max Adler afirma que o socialismo, compreendido como movimento cultural, se relacionaria com os intelectuais através de quatro aspectos significativos. Em primeiro lugar, aparecendo como sociedade em transformação destinada a fazer possível pela primeira vez uma real comunidade de vida. Em segundo, como uma teoria da prática humana. Em terceiro lugar, manifestando-se como movimento que

<sup>5</sup> Ver o interessante texto/introdução de Paggi (1980: 7-114).

<sup>6</sup> Este artigo é significativo não só pelo peso de seu autor, como também por ter sido publicado praticamente no final dos debates sobre o tema dos intelectuais acontecidos na social-democracia. Também Lukacs em sua juventude acreditava que só enquanto indivíduos isolados os intelectuais poderiam se colocar ao lado do movimento socialista (Lukács, 1978: 9-12).

objetiva a realização da cultura, através da luta dos trabalhadores e, finalmente, como superação da frustração do trabalho intelectual imposta aos criadores pela sociedade capitalista. Entre os mecanismos causadores desta frustração, Adler aponta, por exemplo, a subordinação da produção cultural à lógica do capital que não só degrada o trabalho intelectual, forçando rotinas, especializações rígidas etc., com a conseqüente proletarização dos segmentos ligados a estes setores de atividade cultural, como também impõe interesses e orientações estranhas à produção simbólica, dificultando a realização do intelectual e de seu trabalho<sup>7</sup>.

A recolocação do tema dos intelectuais numa perspectiva cultural e não privilegiadamente econômica guarda em Max Adler íntima correlação com a sua concepção do marxismo como pensamento que se constitui e se desenvolve necessariamente através da confrontação com outras correntes de pensamento contemporâneos e não pelo isolamento e retração a um gueto de vida intelectual.

A compreensão da relevância da cultura, da hegemonia e direção intelectual e moral são os elementos que levam outro importante marxista, o italiano Antônio Gramsci, a se voltar atentamente para o tema dos intelectuais. Como suas elaborações do partido como intelectual coletivo, sobre os intelectuais orgânicos e tradicionais, sobre a cultura nacional - popular são amplamente conhecidas, cabe apenas assimilar a distinção hierárquica - rica de conseqüência analíticas - operada por Gramsci entre os intelectuais criadores - grandes intelectuais nos diversos ramos culturais que elaboram as concepções do mundo - e os intelectuais organizadores e educadores, aos quais cabe administrar ou divulgar estas idéias produzidas<sup>8</sup>.

Finalmente, para concluir esta cena que já se torna longa - ainda que inúmeros outros atores talvez devessem estar aqui presentes - vale lembrar dois outros pensadores marxistas. O primeiro deles, um sociólogo voltado aos problemas culturais, o francês Lucien Goldmann, traz inúmeras contribuições ao estudo da temática dos intelectuais. Entre estes destacam-se, sem dúvida, a sua concepção do sujeito da criação cultural como trans-individual e as implicações de tal noção para a análise dos intelectuais<sup>9</sup>. O segundo, Michael Lowy, realizou, pelo menos, dois importantes estudos sobre intelectuais marxistas: um sobre Marx e outro centrado em Lukács. Este último trabalho, em especial, dada a sua preocupação mais abrangente com a intelectualidade radicalizada, engloba diversas contribuições para uma análise da relação entre os intelectuais e a atividade revolucionária (Lowy, 1972; 1979)<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> Ver os textos de Adler (1980: 117-186). As análises deste autor sobre a subordinação do trabalho intelectual ao capital são, sem dúvida, importantes e, em certo sentido, incomuns entre os marxistas, especialmente de seu tempo. Poucos autores trabalham esta questão até os anos recentes. Vale citar entre eles, Adorno e Horkheimer, filósofos influenciados pelo marxismo, que nas suas formulações sobre a indústria cultural, retomaram implicitamente este tema. Com a preocupação contemporânea com temáticas como processo e divisão de trabalho e com a noção de subsunção/subordinação de Marx certamente a questão reaparece com força. Michael Chanan, por exemplo, analisa o problema da produção cinematográfica sob o capital. Ver Chahan (1977) e Rubim (1983).

<sup>8</sup> Como a bibliografia gramsciana - dele própria ou escrito a respeito de suas elaborações - é ampla e conhecida, acredita-se não ser necessário indicá-la.

<sup>9</sup> Com relação a este ponto, ver especialmente Goldmann (1972; 1973).

## CENA 3 - PARTIDOS MARXISTAS E INTELECTUAIS

O relacionamento entre partidos de orientação marxista e os intelectuais tem sido complexo e variável, histórica e geograficamente. Para compor esta cena um rápido panorama geral pode ser traçado. Nas décadas finais do século XIX, enquanto o partido social-democrata alemão, marcadamente constituído de operários, tinha influência marginal na intelectualidade, como acontecia com outros partidos social-democratas europeus menores, dois partidos de orientação ideológica semelhante, em particular, se caracterizavam por uma forte relação com os intelectuais, especialmente jovens.

O partido russo era predominantemente composto de intelectuais. Aliás, dois elementos destacam-se na vida do país naqueles anos: a quase identidade entre os termos "intelectuais" e "intelectuais de esquerda", ao menos no que se refere aos jovens e a crescente influência do marxismo, utilizado inclusive pelos ideólogos de desenvolvimento capitalista na Rússia, para justificá-lo, os chamados "marxistas legais".

Fenômeno semelhante acontece na Áustria-Hungria. Neste país, a social-democracia - no plano cultural, o marxismo - torna-se momento quase inevitável da experiência dos jovens intelectuais. Como já foi visto, o partido social-democrata austríaco e o "austro-marxismo", corrente marxista com características nacionais marcantes e com abertura para os interesses culturais, tiveram influência significativa na cultura e na intelectualidade, chegando a reunir relevantes intelectuais marxistas, como Otto Bauer, Max Adler, Rudolf Hilferding, Karl Renner, Gustav Eychstein e mesmo Karl Kaustky, fundador da "ortodoxia" marxista (Hobsbawn, 1982 a: 75-124).

A vitória de revolução soviética de 1917 abre outro momento de aproximação entre os partidos marxistas e parcelas de intelectualidade. Mesmo na Rússia, onde parte dos intelectuais havia se afastado com a derrota da revolução de 1905, isso acontece. Este segundo momento - marcado também por acontecimentos como a Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929, as intensas lutas de classe dos anos vinte e trinta e por fim a Segunda Guerra Mundial - caracteriza-se, no Ocidente, por novas aproximações e afluxo de intelectuais aos partidos comunistas, via pensamento leninista e, depois, por paradoxal que pareça, através de Stalin. França, Itália e Alemanha parecem exemplos razoáveis disto (Hobsbawn, 1982 b: 36-41).

Enquanto na União Soviética o autoritarismo se consolida através de uma política cultural que impõe o "marxismo-leninismo", versão stalinista do marxismo; o realismo socialista nas artes; a censura de toda produção intelectual; a perseguição, o medo, a tortura e a morte aos intelectuais não stalinistas: enquanto tudo isto acontece na URSS, boa parte da intelectualidade, particularmente dos países ocidentais, aproxima-se e adere aos partidos e ao "guia genial dos povos". Parecem ser elementos explicativos desta aproximação, entre outros: a polarização ideológica acontecida naqueles anos em decorrência das intensas lutas de classe, aí incluída a crescente opção da burguesia pelo

---

<sup>10</sup> No primeiro livro Lowy, ainda na introdução, faz alguns reparos acerca da passagem de Marx e Engels do Manifesto do Partido Comunista, citada no início do artigo.

fascismo como forma de dominação político-ideológica; o crescimento econômico da URSS; certa imagem de desenvolvimento social e político do "país dos soviéticos" - aquela altura já completamente destruídos - difundida eficazmente nos outros países, inclusive pelos partidos comunistas devidamente atrelados à política externa soviética; a visão da URSS - em certos casos correta e em outros totalmente falsa - como pátria da revolução mundial em andamento, também ela construída pelas organizações internacionais comunistas subordinadas totalmente aos interesses da União Soviética e por fim a vitória do povo soviético contra o invasor nazista. Exemplo trágico desta adesão é a fidelidade cega, a fé e a louvação bajulatória que inúmeros intelectuais consagrados internacionalmente dedicaram a Stálin. Feridas profundas e certamente objeto obrigatório de reflexão para aqueles que pretendem buscar criticamente verdades. Outro exemplo dramático, ainda que não trágico, é a participação bastante ativa de numerosos intelectuais de todo o mundo nos movimentos pela paz mundial, efetuados nas décadas de 40 e 50 principalmente. A denúncia dos crimes de Stálin e do totalitarismo "soviético"; a quebra do monopólio da URSS sobre o movimento comunista internacional e sobre o marxismo; bem como as intervenções "soviéticas" em países socialistas e os seus conflitos, entre outros episódios, sem dúvida, levaram a um afastamento crescente, na maioria dos países, entre intelectuais e partidos comunistas. Este é o quadro atual desta relação: um quadro de quase total ruptura.

#### CENA 4 - REFLEXÕES DE MEIO DE CAMINHO

Antes de chegar ao Brasil e tentar acompanhar a trajetória do relacionamento entre Partido Comunista e intelectualidade no país, cabe fazer algumas considerações como fecho deste panorâmico cenário inicial. No campo das práticas predominam indiscutivelmente as tensões, na maioria das vezes mal resolvidas, entre partidos e intelectuais. Hobsbawn, no segundo artigo citado, anotou:

*"As relações entre intelectuais e partidos comunistas têm sido tempestuosas, embora talvez menos do que se escreveu em torno delas, já que os intelectuais destacados, sobre os quais mais se escreveu, não são necessariamente uma amostragem representativa da média."* (1982 b: 37)

Logo abaixo, no entanto, volta a observar: "... não pode haver dúvida sobre o caminho atribulado daqueles que efetivamente aderiram aos partidos comunistas" (Hobsbawn, 1982 b: 37). A este clima de tensão, de relacionamentos não bem delimitados, acrescenta-se a complexidade de características específicas desta relação, as razões de aproximação e de afastamento, não trabalhadas na história prática dos partidos.

No campo teórico, uma avaliação preliminar das formulações dos partidos - e mesmo dos marxistas em geral - sobre o tema dos intelectuais é bastante deficiente. A trágica "evolução" do marxismo, primeiro com forte viés economicista (II Internacional) e depois como "marxismo-leninismo-stalinismo" - que no plano teórico tem viva influência até hoje em inúmeros países e partidos, por pequenos que sejam - deixou seqüelas profundas e um grande atraso tanto

para um desenvolvimento realmente teórico do marxismo, quanto para a análise da modernidade, das configurações do capitalismo e do chamado "socialismo real" e da contemporaneidade. Este grave empobrecimento do marxismo se manifesta de forma contundente no estudo específico dos problemas culturais: nas alterações profundas ocorridas no imaginário da sociedade contemporânea; nas mudanças drásticas ocasionadas na produção e na circulação de bens simbólicos, nos meios de produção de cultura e comunicação, pelo seu processo de subsunção à lógica do capital e pelo surgimento de novas sócio-tecnologias; nas modificações acontecidas, enfim, no trabalho intelectual e na própria intelectualidade contemporânea. Assim, igualmente no campo teórico, a situação aparece como bastante grave.

### CENA 5 - PARTIDO COMUNISTA E INTELLECTUAIS NO BRASIL: BREVE HISTÓRIA DE UMA RELAÇÃO

Conforme Astrogildo Pereira, a fundação do Partido Comunista no Brasil em 1922 não teve nenhuma repercussão imediata nos meios intelectuais (Pereira, 1979: 79)<sup>11</sup>. Até o final da década de 20, em verdade, o partido é um pequeno agrupamento de trabalhadores e "pequenos-burgueses" com atuação privilegiada nos sindicatos. Na fase final desta década e no início dos anos 30, através de iniciativas mais amplas do próprio partido como a publicação do diário *A Nação* (1927) e da atividade do Bloco Operário Camponês (1927-1930) e principalmente por circunstâncias acontecidas ao nível internacional e nacional, muitas delas à revelia do Partido Comunista, a situação começa a mudar, primeiro com a aproximação de estudantes universitários, jovens intelectuais e, já na década de 30, com o engajamento de certos intelectuais que, apesar de jovens, tinham ou estavam adquirindo na época notoriedade.

O descompasso entre aproximação dos intelectuais e a política de proletarização realizada pelo partido nestes anos é patente. Enquanto os intelectuais estão se voltando para o partido, este substitui os poucos intelectuais que estão nos seus órgãos dirigentes por proletários e um intelectual propõe que só possam votar no Comitê Central os trabalhadores manuais. A proletarização abrange até o privilegiamento de comportamentos e formas de vestir. Na literatura do período, dois romances tentam retratar de pontos de vista bastante desiguais este processo, ainda que suas autoras tivessem ligação com o partido. Patrícia Galvão - Pagú - utilizando o pseudônimo de Mara Lobo - escreveu *Parque Industrial*, mostrando-se favorável à proletarização do partido, enquanto Raquel de Queirós retrata criticamente este processo no livro *Caminho de Pedras*. Quando da publicação deste romance, Raquel de Queirós havia se desligado do partido há pouco tempo, devido a tentativa de censura partidária a seu livro anterior, *João Miguel*.

Deste modo, ainda que alguns poucos intelectuais possam ter sido atraídos

---

<sup>11</sup> Pouquíssimos intelectuais se aproximaram do partido num primeiro momento e entre eles - citados por Astrogildo nas páginas 79 e 80 - nenhum tinha grande projeção no meio intelectual brasileiro. Como a bibliografia trabalhada sobre o PC e a cultura para a tese de doutorado foi bastante extensa, as citações desta parte do artigo serão somente as consideradas essenciais. Portanto muitas das informações indicadas têm por base a bibliografia e as fontes enumeradas na tese e também no livro citado.

- de forma masoquista - pela proletarização, a maioria dos jovens intelectuais que se aproximava do partido certamente o fazia por determinantes internacionais - alguns deles indicados no cenário inicial - ou nacionais. Dentre as razões nacionais, sem dúvida, se destacam: a preocupação com os problemas nacionais desenvolvida com grande presença nos anos 30; a forte desilusão causada em determinados segmentos sociais pelo não cumprimento das propostas/promessas do movimento de 1930 - exemplo maior disto é a busca do Partido Comunista como solução mais radical empreendida por Caio Prado Jr. depois de sua frustração com aquele movimento - e finalmente a polarização ideológica da década de 30 no Brasil, com a criação pelo partido da frente Aliança Nacional Libertadora em 1934/35. Some-se a estes fatores de atração dos intelectuais a presença de Prestes e de inúmeros "tenentes" desiludidos com o governo de Getúlio Vargas na ANL e a criação de entidades e canais aglutinadores dos intelectuais progressistas, como são as publicações - inclusive diárias - do PC/ANL e de associações como o Clube de Cultura Moderna. Nestes anos ingressaram no partido, entre outros, intelectuais como: Caio Prado Jr., Mário Schenberg; Di Cavalcanti; Jorge Amado; Edison Carneiro; Oswald Andrade; Raquel de Queirós; Patrícia Galvão; etc. Na Bahia, numeroso grupo de estudantes vai sendo conquistado pelo partido, entre eles Armênio Guedes, Milton Cayres de Brito; Carlos Marighella; Diógenes Arruda, Fernando Santana <sup>12</sup>.

A repressão ao levante militar de 1935 e ao governo popular de Natal e o golpe do Estado Novo, em 1937, barram esta aproximação entre o partido e os intelectuais, mas, pelo menos em alguns casos, isso não é totalmente correto: intelectuais não comunistas, ex-militantes da ANL, tornada ilegal pelo governo mesmo antes do levante de 35, aderem então ao partido. Este, por exemplo, é o caso de Graciliano Ramos. Com a ditadura, a repressão, a tortura e os assassinatos do Estado Novo, o Partido Comunista é desarticulado enquanto partido nacional centralizado, restando apenas pouquíssimos comitês estaduais organizados desenvolvendo uma atividade muito limitada <sup>13</sup>.

A campanha pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial e pela luta contra o nazi-facismo ajudam não só o partido a ir se articulando, como a se aproximar da intelectualidade progressista. Esta ação interna e principalmente o prestígio de Prestes - preso desde a repressão ao levante de 1935 -; a vitória contra o nazi-facismo e a fascinação despertada pela URSS, inclusive por seu papel durante a guerra, aparecem como elementos determinantes - dentre outros - da verdadeira invasão dos intelectuais acontecida em 1945. Filiam-se ou aproximam-se do partido, além dos já assinalados, intelectuais como: Cândido Portinari, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Dyonélio Machado, Dalcídio Jurandir,

---

<sup>12</sup>Na primeira fase dos anos 30, uma importante publicação cultural - espécie de *Leia Livros* da época - o *Boletim de Ariel* chegou a abrir suas páginas para o esboço de um debate acerca da cultura/literatura proletárias. Seria preciso investigar a relação entre o debate - do qual participaram intelectuais já comunistas - e a política de proletarização do PC. Com a fundação da ANL, e superada aquela política, parece que a política cultural torna-se mais aberta, buscando uma valorização da temática social e da renovação moderna conhecida nas artes brasileiras do período.

<sup>13</sup>Consultar sobre o período, além das fontes e bibliografia citadas na tese, o depoimento de um dirigente comunista baiano, em Falcão (1988).

Alina Paim, Nelson Pereira dos Santos, Quirino Campofiorito, Aníbal Machado, Villanova Artigas, Oscar Niemeyer, Dorival Caymmi, Arnaldo Estrela, Ruy Santos, Walter da Silveira, etc.

Apesar de alguns conflitos entre o partido e certos intelectuais que vão gerar afastamentos - como foi o caso de Carlos Drummond de Andrade, que nunca se filiou ao PC - o período entre 1945-1947 é quantitativamente o mais rico da coexistência com os intelectuais. Nestes anos, o partido estrutura um conjunto relativamente articulado e bastante numeroso de entidades culturais e meios de produção simbólicos, além de influenciar outros existentes. Deste conjunto - que certamente é um fator adicional de penetração e aproximação com o meio intelectual - fazem parte: oito jornais diários e inúmeros semanários nas principais capitais e cidades brasileiras; uma agência de notícias, a InterPress; inúmeras revistas, inclusive uma voltada ao campo cultural, a revista *Literatura*, dirigida por Astrogildo Pereira; duas editoras; um serviço de cine-jornal, depois tentado transformar em produtora cinematográfica, a Liberdade Filmes, e vários outros meios e entidades. Junte-se a tudo isto uma atuação cultural flexível, talvez não decidida intencionalmente, mas fruto da não reflexão do partido sobre a temática cultural, o que não deixa de ser problemático nestas circunstâncias.

O desdobramento dessa atividade do partido entre os intelectuais é brechado pela imposição autoritária da ilegalidade do Partido Comunista (1947) e da cassação dos mandatos de seus parlamentares (1948). Este retrocesso democrático acontece num contexto internacional de intensificação da Guerra Fria e da polarização do mundo em dois blocos: um subordinado aos Estados Unidos e outro à União Soviética. A resposta do partido, no campo político-cultural, é o acirramento da chamada luta ideológica. O PC procura organizar, controlar e instrumentalizar associações de intelectuais, como é o caso da Associação Brasileira de Escritores - ABDE; desenvolve lutas, nas quais os intelectuais devem ser integrados, como o movimento nacional e internacional dos partidários da paz; privilegia a criação e desenvolvimento de aparelhos ideológicos, em especial a partir de 1950, sejam eles escolas de partido, com os cursos Lenin ou Stalin, ou revistas "teórico-culturais". Até os anos de 1955/56, o partido vive sua fase de maior definição de uma política cultural. Seus objetivos são a stalinização do partido; a imposição/absorção do realismo socialista nas artes - via sua versão mais sectária, o *zhdanovismo* - e do "marxismo-leninismo" - de acordo com a interpretação dos manuais stalinistas - nas ciências da sociedade. Também a "ciência proletária" de Lyssenko e companhia passa a ser difundida.

Esta política implica igualmente no acirramento intencional da polarização existente no meio intelectual. De um lado, estão os intelectuais filiados - ainda em número significativo - e próximos que são trabalhados de modo sistemático pelo partido, através de todo um espaço cultural alternativo construído e controlado pelo PC. São revistas "teórico-culturais"; suplementos culturais de jornais; produção literária em jornais, revistas e livros; clubes de gravura; ilustrações de publicações; edição de livros; concursos, cursos, associação de intelectuais nacionais e internacionais; campanhas reivindicatórias; encontros e movimentos nacionais e internacionais envolvendo intelectuais, etc. De outro lado, os intelectuais conservadores e aqueles - mesmos progressistas - que foram levados a uma posição conservadora ou simplesmente de não concordância e

aceitação acrítica das orientações político-ideológica-culturais do comunismo stalinista. A revista *Paratodos*, órgão "teórico-literário" do partido, editada no Rio, é o exemplo maior desta política de acirramento da polarização ideológica no seio da intelectualidade. Em quase todos os números da publicação, ao lado de críticas agressivas a determinados intelectuais, encontram-se exaltação de outros, textos de orientação estético-ideológica, divulgação de atividades culturais e difusão de produtos simbólicos da nova cultura pretendida. Institui-se um verdadeiro gueto cultural, análogo ao gueto político que se tornou o PC na época. Um gueto altamente centralizado, controlado, disciplinado e ferozmente militante.

A morte de Stálin (1952), o lento abrandamento acontecido em seguida, a manutenção da política do partido com pequenas modificações e principalmente o XX Congresso do Partido Comunista da URSS (1956), onde Krushev denunciou os crimes do período stalinista, vão levar o partido a uma crise profunda nos anos 56/58. A repercussão desta crise entre a intelectualidade e, em particular, entre os intelectuais membros da organização é avassaladora. Certamente foi este o setor partidário que mais se sensibilizou com a crise. Como aconteceu em outros países, inúmeros intelectuais abandonaram ruidosamente o partido, tornando-se até, em alguns casos, raivosos anticomunistas. Outros simplesmente renunciaram à militância. A crise, além do afastamento de grande número de intelectuais e da desarticulação final da rede ideológica/cultural mantida pelo PC, tem duas importantes conseqüências. Nela está o embrião do fracionamento mais contundente do movimento comunista no Brasil e da quebra do monopólio do PC sobre o marxismo no país.

Com a declaração de 1958 e as posteriores resoluções do V Congresso (1960), o partido redefine sua política, com base numa crítica limitada às orientações anteriores. A partir de então o PC busca articular uma frente nacionalista que vai desembocar nos movimentos de massa pelas Reformas de Base, acontecidos até o Golpe Militar de 1964. A redefinição política e a participação no movimento nacionalista pelas Reformas de Base, bem como a Revolução Cubana, são fatores explicativos de um novo afluxo de jovens intelectuais ao partido. Eles estão envolvidos no ideário e pela prática desenvolvida pelo Partido Comunista e buscam elaborar uma cultura "nacional-popular" que ajude a luta pelas reformas, pensadas como parte integrante da revolução brasileira. O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, hegemônico pelos jovens comunistas, destaca-se nesse sentido.

A nova política, por outro lado, provoca conflitos no interior do partido, ocasionando o racha acontecido em 1962. A política reformista é assumida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a manutenção matizada da orientação stalinista é assumida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sendo que este último tem pouca repercussão no seio da intelectualidade.

Apesar do Golpe de 1964 e da repressão por ele empreendida contra o movimento progressista e os partidos comunistas, a aproximação e influência do PCB com relação ao segmento intelectual continua e talvez até se amplie em parte do período 64-68, marcado por uma efervescência cultural significativa. Roberto Schwarz escreve que esta "floração tardia" - porque fruto do período relativamente democrático anterior - caracterizava-se, "apesar da ditadura da

direita", por uma "relativa hegemonia cultural da esquerda". Mas, conforme o autor:

*"é preciso localizar esta hegemonia e qualificá-la. O seu domínio, salvo engano, concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica (...), mas daí não sai, nem pode sair, por razões policiais. (...). É de esquerda somente a matéria que o grupo - numeroso a ponto de formar um bom mercado - produz para consumo próprio." (Schwarcz, 1978: 61-92)*

A situação do PC no meio intelectual não será tranqüila nestes anos. Devido aos impasses teórico-políticos colocados pela derrota de 1964 e pela consolidação da ditadura, que provocam incontáveis cisões no PCB com o desencadeamento da luta armada, e dada uma variada gama de acontecimentos internacionais - difusão de outras e novas interpretações do marxismo; quebra da unidade do movimento comunista internacional; invasão soviética na Tchecoslováquia; Revolução Cultural Chinesa; manifestações estudantis de 1968, etc. Enfim, levando em conta todos estes movimentos, estes anos marcam por certo o fim da hegemonia do PCB com relação à intelectualidade progressista e ao marxismo no Brasil.

Esta transformação no pensamento de esquerda pode ter como indicador as mudanças acontecidas no ideário da *Revista Civilização Brasileira*, publicação política e cultural progressista de maior difusão no país entre 1965 e 1968. Carlos Guilherme Mota, com base numa análise da revista, sugere "uma viragem mental" no pensamento progressista brasileiro nos anos que vão de 1964/65 a 1967/68. Deste modo, segundo este autor, a revista, "fruto de uma era populista, modificou paulatinamente sua orientação até seu fechamento, em 1968, por volta do AI-5". E continua Carlos Guilherme:

*"(...) neste sentido, podem ser indicados dois momentos básicos na história da revista: um definido pelos compromissos com as linhas de pensamento (progressista) vigente no período anterior, cobrindo, grosso modo, os anos 1965 e 1966; o segundo, onde se percebe a emergência de novas linhas de diagnósticos, encaminhando-se para revisões radicais (inclusive criticando-se participantes do primeiro momento), perscrutando novas frentes de reflexão e afinando um novo instrumental de análise. Sobre esse segundo momento os anos 1967 e 1968, até o fechamento da revista." (Mota, 1977: 205-206)*

Abalado pelas inúmeras cisões, o PCB vai paulatinamente perdendo sua influência no seio da intelectualidade de esquerda e na elaboração marxista brasileira. O "recrudescimento" da ditadura em 1968, com o crescimento da repressão política e cultural - censura; perseguição a intelectuais, estudantes, professores, etc.; exílio; tortura e assassinatos -, complicam ainda mais a relação PCB e intelectuais. Tal relacionamento só é retomado, de forma limitada, no interior da grande frente democrática que se forja contra a ditadura e suas seqüelas culturais.

Superada a ditadura - pela velha e recorrente via da conciliação autoritária entre as elites - o quadro hoje é de nítido distanciamento entre partidos comunistas e intelectualidade, sendo a influência destes claramente marginal e

no caso específico do PCB, de fortes resquícios do passado. Aliás, parece mesmo que a tendência recente dos intelectuais progressistas tem sido se afastar dos partidos - talvez com a tênue exceção do Partido dos Trabalhadores - e até da política. E o que é, sem dúvida, mais preocupante: a influência da esquerda tem gradativamente decrescido no meio intelectual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Max. (1978). *El socialismo y los intelectuales*. In: ADLER, Max. *El Socialismo y los intelectuales*. México: Siglo XXI.
- CHAHAM, Michael. (1977). *The capitalist labour process*. *Capital & Class* (1): 7. RUBIM, Antônio Albino Canelas. (1986). *Partido Comunista, Cultura e Política Cultural*. São Paulo: USP.
- FALCÃO, João. (1988). *O Partido que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GOLDMANN, Lucien. (1972). *Pensamento dialético e sujeito transindividual*. In: *A criação cultural na sociedade moderna*. Lisboa: Presença.
- \_\_\_\_\_. (1973). *O sujeito da criação cultural*. In: *Crítica e dogmatismo na cultura moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric. (1982 a). *A cultura européia e o marxismo entre o século XIX e o século XX*. In: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1982 b). *Intelectuais e Comunismo*. In: *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KAUSTKY, Karl. (1978). *La inteligência y social democracia*. In: ADLER, Max. *El Socialismo y los intelectuales*. México: Siglo XXI.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. (1973). *Que fazer?* Lisboa: Estampa.
- LOWY, Michael. (1972). *La teoría de la revolución en el joven Marx*. México: Siglo XXI.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas.
- LUKACS, Gyorgy. (1978). *El problema de la organizacion de los intelectuales*. In: *Revolucion Socialista y Anti-Parlamentarismo*. México: Siglo XXI (Cuadernos de Passado y Presente, nº 41).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (1975). *O partido de classe II*. Porto: Escorpião.
- \_\_\_\_\_. (1977). *Manifesto do Partido Comunista*. In: *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo.
- \_\_\_\_\_. (1978). *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa: Moraes Editoras.
- MOTA, Carlos Guilherme. (1977). *Ideologia da cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática.
- PAGGI, Leonardo. (1980). *Intelectuales, teoría y partido en el marxismo de la segunda Internacional. Aspectos e problemas*. In: ADLER, Max. *El Socialismo y los intelectuales*. México: Siglo XXI.
- PEREIRA, Astrogildo. (1979). "A formação do PCB". In: *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. (1983). *Marx e a comunicação: a subsunção da produção de bens simbólicos ao capital*. *Comunicação & Política* 1 (2): 43-50.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Marxistas, Cultura e Intelectuais no Brasil*. Salvador: Edufba.
- SCHWARCZ, Roberto. (1978). *Cultura e política - 1964/1969: alguns esquemas*. In: *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

**RESUMO**  
**O PARTIDO COMUNISTA E OS**  
**INTELECTUAIS**

Este artigo tenta analisar a relação existente, no Brasil, entre a intelectualidade e o Partido Comunista, buscando preencher a lacuna deixada pelos estudiosos da esquerda e/ou da cultura no país. No entanto, pretendemos ir além disso, realizando uma reflexão sobre o tema, de tal modo que se compreenda o papel que esta relação desempenhou na formação da cultura/ pensamento e da intelectualidade brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Partido Comunista; intelectualidade; Brasil.

**ABSTRACT**  
**THE COMMUNIST PARTY AND THE**  
**INTELLECTUALS**

This article tries to analyse the existing relation, in Brazil, between the intellectuality and the Communist Party, searching to fill the gap left for the scholars of the left and/or the culture in the country. However, we intend to go moreover, carrying through a reflection on this field, in such mode that if it understands the role that this relation played in the formation of the Brazilian culture / thought and intellectuality.

**KEYWORDS:** Communist Party; intellectuality; Brazil.



TRABALHO, TEMPO, ESPAÇO E SUBJETIVIDADE <sup>1</sup>Eliana Monteiro Moreira <sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, num contexto de globalização e internacionalização dos mercados, têm provocado reflexos danosos sobre o chamado mundo do trabalho. A absorção de tecnologias altamente sofisticadas associadas à políticas de flexibilização das relações de trabalho têm sido as expressões desse processo, penalizando, com o desemprego, enormes contingentes de trabalhadores. É nesse quadro que as pequenas unidades produtivas urbanas assumem papel significativo como atividade que possibilita a absorção da força de trabalho desocupada ou recém-expulsa com os processos de reestruturação das empresas:

*"[Estas](...) constituem unidades econômicas que se ocupam da produção de bens para o mercado e onde o espaço doméstico se confunde com o espaço da produção. O cabeça do empreendimento é em geral o proprietário dos meios de produção, mas é também trabalhador e utiliza exclusiva ou parcialmente a mão de obra familiar." (Moreira, 1994: 56) <sup>3</sup>*

A importância maior ou menor conferida a essas unidades sempre esteve associada a contextos sócio-econômicos, responsáveis pelo fluxo e refluxo no conjunto das atividades produtivas. Contudo, independentemente das oscilações conjunturais, a pequena produção urbana resiste, garantindo sua presença e expansão na maioria das cidades num quadro de crescimento da informalidade.

Resultado de uma pesquisa em treze unidades de produção dos setores de alimentação e confecção espalhadas na grande João Pessoa, este estudo procura escapar da análise do papel estritamente econômico atribuído a esses espaços, propondo considerar outras dimensões não contempladas nos estudos desse universo. Este novo olhar vai na direção de tentar compreender o sentido dado a esse cenário produtivo por aqueles que dele fazem parte, ou seja, os trabalhadores, proprietários ou não, como estes vivenciam e expressam as experiências no interior desses espaços.

## A SUBJETIVIDADE NO TRABALHO

Os estudos existentes sobre a pequena produção urbana apontam para sua diversidade em termos de atividades, tamanho, organização, sendo por isso mesmo objeto de constantes controvérsias de interpretação. Ora referem-

---

<sup>1</sup> Este texto é uma retomada do capítulo teórico da tese de doutoramento apresentada à Universidade de Picardie (Amiens, França), em 1994, sob o título *Non je ne veux plus etre le serf de personne: le cas de la petite production a João Pessoa-Pb.*

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

<sup>3</sup> Tradução própria.

se ao comércio ambulante que se espalha nas ruas dos centros urbanos, ora à produção de bens e de serviços, ou ainda à produção autônoma. Essas atividades têm em comum o fato de serem realizadas por uma parcela da população que não é absorvida pelo setor "formal" da economia, estabelecendo-se por conta própria, na chamada economia submersa. É chamado também de setor informal da economia, denominação que aparece pela primeira vez num documento conhecido como Relatório do Quênia, publicado em 1970, e utilizado sempre como referência nas pesquisas realizadas pelo Bureau Internacional do Trabalho (B.I.T.) no quadro do Programa Mundial do Emprego, encarregado de definir as políticas destinadas aos países da África e da América Latina que enfrentam problemas no mercado de trabalho.

Outros aspectos dessas unidades produtivas que são destacados referem-se ao papel que desempenham no processo de acumulação, a dimensão do estatuto jurídico-legal em que funcionam, a natureza heterogênea das atividades produtivas e ocupacionais que englobam, bem como as formas específicas como se estruturam.

Procuramos complementar a discussão sobre a temática, através das evocações acerca da particularidade do mundo vivido, sentido e expresso pelos sujeitos que integram esses espaços produtivos: as representações sociais que constituem aspectos da subjetividade, expressando não somente manifestações de idéias, visões de mundo mas, também, projetos construídos no dia-a-dia. A noção de sujeito é aqui tomada no sentido de conceber o indivíduo enquanto agente construtor/realizador de ações, capaz de dar sentido às mesmas, como ser que imprime "marcas" em suas interações e inserções diversas no social.

Levando em consideração esses aspectos qualitativos, o eixo da análise se desloca do nível mais global da realidade, para o da particularidade das representações modeladas pelos meios sócio-culturais específicos. Assim, volta-se para as impressões, evocações, valores, práticas, desejos, escolhas, tais como se expressam nos discursos, incluídos aí aspectos significantes, tais como, tons afetivos ou as entonações. Nossas buscas, no entanto, não param aqui. Trata-se de retornar às formas mais gerais das representações, a fim de compreendermos não apenas como são "informadas" pela situação vivida nas estruturas econômicas, sociais e políticas mais gerais, mas de que forma "informam", por sua parte, o mundo cotidiano.

É na prática produtiva, ato primeiro do homem, que este deixa suas marcas coletivas, dando forma e sentido ao mundo real, uma vez que implica em relações entre pessoas, construindo através de sua própria experiência, sua singularidade e identidade pessoais.

Esta atividade não se faz de qualquer forma: obedece a uma seqüência, se realiza dentro de uma ordem, de uma duração, segue regras, enfim, se desenvolve dentro de um tempo determinado. Assim como o tempo, a dinâmica do espaço se faz pelo movimento das pessoas, por suas interações e sua circulação. Através da experiência concebida como "coreografia" - termo utilizado para designar a regulamentação/ordenação pela qual os movimentos (temporais) se efetuam no espaço doméstico e produtivo - os sujeitos sociais inscrevem sua presença no mundo e em suas relações com os outros.

Como toda experiência humana se estrutura tendo por referência as

dimensões espaço-temporais, é em torno delas que as representações se constroem constituindo núcleos simbólicos, a partir dos quais se dá a tessitura das representações e imagens sobre o trabalho.

As representações sociais são as formas concretas que preenchem os quadros espaço-temporais. Elas constituem, por isso, "mediações" entre a realidade e as idealizações, e vice-versa. Neste ponto de vista não se limitam apenas ao cotidiano, ampliando as noções de tempo e espaço. Aqui não se pode deixar de considerar a "ação" apreciável da memória enquanto não apenas expressão do tempo, mas igualmente das práticas significantes. Ela ocupa um lugar importante como depositária dos acontecimentos, lembranças, recordações, como organizadora das significações. Através das lembranças dos sujeitos, as representações fazem vir à tona acontecimentos vividos em outros tempos, em outras circunstâncias e momentos e, através desta "atualização", atribuem sentido ao presente.

Há ainda outras manifestações do tempo além da memória, como as recordações, as lembranças, que constituem marcas, fixando fatos, acontecimentos, momentos na memória de todo homem. É desta forma que a memória é construída e formada. Ela se apresenta como depositária destes diversos elementos, através dos quais as significações se organizam e se compõem.

Qualificar essas dimensões e torná-las significantes nos faz tocar em aspectos subjetivos, porque ligados aos afetos, aos sentimentos, às idéias e aos projetos; "subjetividade" aqui entendida, não em termos psicológicos, mas na medida onde o tempo e o espaço atualizados nas evocações, imagens, produzem formas específicas de sociabilidade e participam da construção presente e futura dos sujeitos.

Ao recuperar as significações que os sujeitos atribuem às suas experiências nos espaços produtivos, evidencia-se que estes não são consequência passiva de processos econômicos que se desenrolam exteriormente a eles, mas que agem também na representação da realidade, contribuindo, intervindo e moldando-a ideal e materialmente.

Assumimos aqui a perspectiva dada por Fischer (1983), ao discutir a noção de espaço significativo, vivo, por remeter a traços evocativos dos espaços por nós estudados, onde as pessoas estão em interação umas com as outras, construindo um espaço e um tempo próprios. Este espaço "significativo e vivo" exprime uma espécie de construção (no sentido de "bricolage") da tradição e da modernidade, da vida privada e da vida pública, da subjetividade e da racionalidade.

A complexidade do entrelaçamento social representado pelas pequenas unidades produtivas, impõe uma tentativa de complementar as questões objetivas das análises econômicas. Interessa-nos, assim, examinar o que se passa no interior destas pequenas unidades de produção, as relações que aí se alimentam, os confrontos que aí se desenham e as dimensões social e política que elas exprimem: as experiências da vida cotidiana de seus integrantes e a forma pela qual as relações sociais dão lugar a processos de identificação que se exprimem nas representações culturais dos sujeitos em relação. Estes estando determinados pelas relações sociais de produção e pela sua herança social e

cultural, criam ao mesmo tempo um mundo próprio que nós podemos perceber a partir de suas representações imaginárias (Berten, 1990; Weber, 1994).

Evocações, referências, alusões constituem elementos que se inscrevem num mesmo e único universo, onde afloram aspectos que modelam o perfil e o sentido de toda experiência humana: tempos vividos, lugares lembrados com seus tons, sons e odores. É aqui que se situa a singularidade do homem, aquela de poder trazer e resgatar o hoje, graças à memória e às práticas que atualizam tempos, lugares e espaços significantes. É por isso que as dimensões - espaço e tempo - a maneira pela qual elas são materialmente geradas, organizadas, produzidas, constituem por assim dizer, os eixos fundamentais na estruturação de toda experiência humana.

As alusões, as referências primeiras do homem, no seu processo de descoberta do mundo, giram em torno dessas dimensões. E é a partir delas que se fará o agenciamento e a organização da realidade. É o homem na sua ação, na sua intervenção contínua sobre o seu meio, que criou e marcou o espaço e o tempo.

Da Matta (1992: 09), escrevendo sobre a Antropologia da Saudade, mostra como as recordações constituem igualmente uma expressão da temporalidade. Esta toma um sentido pelo que resulta da construção, não somente das relações dos homens, mas também porque

*“A recordação (...) trata de uma experiência universal: a passagem, a duração, a demarcação e a consciência reflexiva do tempo. Assim, seria uma memória construída a partir de uma topografia sentimental, onde as relações sociais são como o dia e a noite alternados e cíclicos (...) esta temporalidade encantada da recordação que nos contamina (...) constitui, apesar de tudo, uma de nossas mais fortes razões de viver, (...) é nosso meio de ler a perda, a velhice e nossa inexorável passagem pelo tempo. É esta recordação inacreditável que permite ligar este mundo com o outro, o passado com o presente. Isto não expressa afetivamente o menor dos valores positivos: isto é um tesouro que nós possuímos sem saber e sem sequer pensar nele (...).”*

Não se trata de retomar as características antropológicas ou mesmo psicológicas de toda experiência humana, mas de mostrar como toda experiência do mundo como experiência social, como experiência de uma prática social, abre-se dialeticamente ao tempo e ao espaço como substância e significação de mundo. Daí a importância dessas dimensões como aspectos estruturantes fundamentais de toda experiência humana. É a partir delas que toda realidade social se ordena e se organiza. e é deste momento, onde estas dimensões são apreendidas, no âmbito das representações sociais, que elas têm um impacto real sobre as relações e as práticas. Daí também a importância da comunicação, da experiência da linguagem para fazer passar o sentido dessas dimensões.

Ao tentar apreender o significado dado pelos sujeitos a essas dimensões em suas experiências, assumimos aqui a abordagem das representações sociais dentro da ótica desenvolvida por Moscovici (1961: 09), onde o autor mostra a importância da dinâmica do social, quadro no qual as interações sociais se

realizam e viabilizam a "construção" da realidade pelos sujeitos. São dessas trocas, mostra o autor, que nascem os símbolos e os modelos sociais. Daí ele se referir à representação como linguagem, ...

*"car elle signifie des actes ou des situations sociales. Dans le processus de communication, nous observons la genèse des images et des modèles sociaux, leur interférence avec les règles et valeurs existantes, avant qu'ils ne deviennent un langage déterminé, parole de la société.(...)"*

E continua o autor (1961: 10-11).

*"L'étude des représentations sociales implique l'analyse des formes culturelles d'expression des groupes, de l'organisation et de la transformation de cette expression et, finalement, de sa fonction médiatrice entre les groupes, ou, plus généralement, entre l'homme et son milieu (...)"*

Deste ponto de vista, é razoável considerar o espaço de produção, tal como este se dá em contigüidade com o espaço doméstico, como o espaço que torna possível a comunicação, a interação entre os sujeitos que aí trabalham, como lugar de troca ou comunicação de saberes, de conflitos e de manifestação de afetos. De fato, como destaca Weber (1994: 42):

*"(...) O conhecimento das significações imobilizadas constitui um momento importante de um processo maior, mais amplo que envolve a construção de projetos, isto é, perspectivas de transformações do real no futuro a partir de elementos do presente, tanto do ponto de vista individual como coletivo (...)"*

Fica afastada, assim, a visão das representações sociais restritas a uma leitura imóvel, estática da realidade. Ao contrário, é um meio de mergulhar no movimento contínuo, porque histórico, da realidade social. Assim, as representações sociais não dão lugar apenas ao mesmo, mas ao diferente, ao novo, apesar de influenciadas pela efemeridade do tempo, dos acontecimentos, dos atos.

A discussão sobre a dimensão social das representações mostra que estas não se limitam a um processo de natureza individual, psicológica, mas que se desdobram, pela apropriação pessoal da realidade, dos objetos, pelo fato de se constituírem num processo inscrito num contexto social onde há a comunicação e o compartilhar de experiências pessoais com outros indivíduos em suas práticas sociais.

A apropriação da realidade se verifica a partir da maneira pela qual cada um dos sujeitos constrói pessoalmente suas próprias imagens e representações através da forma sob a qual esta realidade é então vivida e apreendida. Mesmo com este caráter singular, particular, por conta do processo de apropriação feito por todo indivíduo, este não perde seu enraizamento no social, no processo de produção de sentido.

Este processo de apropriação da realidade não é exclusivamente pessoal, pois segundo Penna (1992:59)

*"(...) as representações e também o pensamento têm uma ação estruturante ao mesmo tempo que são estruturados socialmente, uma vez que os esquemas do pensamento têm sua origem na sociedade e, como diz Bourdieu, constituídos no correr da história coletiva e adquiridos ao longo da história individual (...)."*

E continua a autora:

*"(...) a atividade estruturante dos agentes, portanto, não é totalmente livre, nem puramente pessoal ou individualizada (...) simplesmente porque sua atuação não se dá num vazio, mas num mundo social já simbolizado, um mundo em movimento carregado de significações coletivamente estabelecido."*

O domínio das trocas e interações constitui o quadro no qual se constroem as representações, e estas, mesmo se dinâmicas e variáveis, permanecem como o reflexo ou o espelho das relações sociais.

É a prática concreta, as relações sociais e a ação que exprimem seus próprios sentidos. Um tipo de sentido social do sentido: as práticas materiais, as mercadorias produzidas, do mesmo modo que a organização do espaço e do tempo, os gestos ou as relações sociais pertencem uns e outros ao mesmo espaço sócio-cultural, que é um espaço significativo. Esta dialética do social enriquece o conceito de representação, destacando o caráter dinâmico, móvel da realidade social - do que a constitui como tal - o movimento.

Dos clássicos aos contemporâneos, autores estudiosos de domínios os mais variados, como a história, a sociologia, a filosofia, a antropologia, a psicologia, a arte, entre outros, demonstram a importância do tempo e do espaço na estruturação das experiências humanas sob os mais diferenciados ângulos. (Durkheim, 1976; Weber, 1964; Marx, 1968; Piaget, 1946, 1964, 1972, 1979; Leach, 1974; Thompson, 1989; Braudel, 1979; Gorz, 1971; Marglin, 1971; Friedmann, 1974; Braverman, 1981). Do indivíduo no mundo exterior, eles têm, todos, muito a nos dizer sobre essas dimensões fundamentais da realidade que em razão justamente de sua importância, são objeto de menções de toda natureza.

Como duas dimensões constitutivas da experiência humana e do mundo do trabalho, tempo e espaço tornam-se servos e mestres de todas as transformações dos processos de trabalho ao longo da história.

## **AS PEQUENAS UNIDADES DE PRODUÇÃO EM JOÃO PESSOA**

O levar em consideração a importância das dimensões de espaço e tempo deu sentido a nossa preocupação em estudá-las, procurando observar de que forma elas seriam 'vivenciadas' dentro de um espaço de trabalho concreto, no caso, aquele formado pelas pequenas unidades urbanas de produção.

A pesquisa exploratória realizada no final da década de 80, junto a uma centena de unidades produtivas espalhadas na região urbana de João Pessoa (Moreira & Fausto Neto, 1986), forneceu as trilhas de nosso interesse. Deste primeiro momento, tivemos um perfil do cenário produtivo das unidades em termos da composição dos setores produtivos que envolviam a origem e

composição dos sujeitos que nelas trabalhavam, da organização da produção e do mercado e do caráter das relações de trabalho aí existentes.

Se importantes os aspectos descritivos obtidos nesta caracterização, foram, sobretudo, as questões de natureza mais subjetiva contidas nos relatos dos entrevistados acerca das significações atribuídas às experiências de trabalho nesses universos produtivos, que despertaram novas frentes de indagação. A pesquisa realizada nos anos 90, junto a 13 unidades produtivas teve por objeto buscar entender as questões deixadas em aberto naquele momento de investigação.

A escolha dos setores produtivos incidiu sobre os de alimentação e de confecção. No setor de alimentação foram incluídas unidades que se ocupavam da panificação ( produção de pães, biscoitos, bolachas, bolos e tortas), de vinagre e de doce em barras. Nas de confecção a linha de produtos incluía bordados em lençóis e vestimentas para bebês, roupas esportivas em "jeans" para homens e mulheres, esporte e social feminino, roupas para ginástica.

No que se refere à localização geográfica das unidades, estas se distribuíam diferentemente pelos espaços urbanos da cidade. Entre as unidades de alimentação, seis se situavam em bairros populares de João Pessoa (Cruz das Armas, Cidade dos Funcionários, Distrito Industrial), que se caracterizam por uma forte densidade demográfica, por uma população constituída de assalariados fabris e do comércio, funcionários do Estado e por pequenos estabelecimentos de comércio e de serviços.

Já as unidades de confecção, se encontravam disseminadas em bairros de configuração mais residencial (Bairro dos Estados, Tambauzinho, Torre), afastados do centro da cidade, com uma atividade comercial esparsa e reduzida, e onde a população, constituída por funcionários da administração pública e de funcionários de banco, desfrutava de uma situação econômica nitidamente mais alta.

Um ponto comum dos dois setores: em geral, o pequeno produtor detinha a propriedade da casa e era em seu interior que se desenvolviam todas as atividades produtivas. Entre as unidades estudadas, só encontramos dois casos em que havia separação do lugar de produção com o da residência.

No que se refere ao tipo e à qualidade das instalações físicas, como também do número de cômodos, estes foram alguns dos dados que variaram também em cada um dos setores, de acordo com a situação particular de cada pequeno produtor. O que observamos em relação às unidades de alimentação foi que, em geral, as construções eram bastante precárias: telhas aparentes, sem forro, chão de cimento, com predominância de peças de pequena dimensão, muito quentes, por conta da proximidade do forno para a realização das atividades, escuras, devido à ação da fumaça nas paredes, conseqüência da precariedade das instalações das chaminés impedindo o seu livre escoamento. Isto conferia um quadro insalubre, sufocante e obscuro ao ambiente.

Bastante diferente era a situação das unidades de confecção: as casas, em sua grande maioria, eram de boa qualidade, com peças amplas, forradas, chão assoalhado ou de cerâmica, varanda, áreas de jardim e quintal, não tendo, portanto, problema de espaço para a realização adequada das atividades.

Um aspecto se destacou tanto no setor de alimentação, como no da

confecção: o lugar que ocupava a casa no interior do conjunto produtivo. O que predominou em todas as unidades estudadas foi a duplicação do espaço: de um lado o lugar de habitação, de outro, aquele do trabalho. Essa contigüidade, contudo, não se fazia de uma forma homogênea: no setor de alimentação encontramos peças exteriores à casa readaptadas para a função produtiva, a exemplo das garagens, ou outra especialmente construída com esta finalidade, ocupando o espaço do quintal. No interior da casa era comum a transformação de quartos para abrigar os produtos fabricados, da cozinha para o preparo de bolos e tortas, da sala, para atender à clientela para as encomendas ou comercialização, como também para a embalagem dos produtos, como ocorria em algumas unidades de alimentação.

Este tipo de utilização dos espaços domésticos nas atividades do trabalho encontramos, igualmente, nas unidades de confecção. A varanda, muitas vezes, servia para o atendimento à clientela, onde se discutia a escolha dos modelos e se faziam as encomendas. A sala desempenhava várias funções: exposição das confecções a serem comercializadas, local onde se realizava a costura, por ter dimensões mais adequadas para distribuir as máquinas com as respectivas costureiras e ajudantes. Tudo se dava em perfeita harmonia com o ritmo da casa. Em quase todas as unidades visitadas as peças eram amplas, o que favorecia a colocação adequada das máquinas, mesmo aquelas de tipo industrial, de maiores dimensões. De situação sócio-econômica diferenciada da dos pequenos produtores do setor de alimentação, constatamos que algumas das entrevistadas do setor de confecção (composto, em geral, por pessoas de classe média, algumas delas funcionárias do Estado em tempo parcial e que aproveitavam o outro expediente nas unidades de produção para melhorar seus rendimentos) tinham transporte próprio, mas na inexistência deste, a garagem era também utilizada na realização de atividades. O quarto era outra peça incluída, usado para a prova, ou para guardar as confecções depois de finalizadas.

Um dado igualmente interessante foi sobre a natureza quase elementar da tecnologia que freqüentemente predominava nesses espaços produtivos. O processo de trabalho era bastante simples em cada um dos setores estudados, e os equipamentos, sobretudo nas unidades de alimentação, eram numerosos, mas quase rudimentares, muitas vezes, de segunda mão e em estado de má conservação. Já o setor de confecção era significativamente mais moderno. Em geral, as unidades possuíam, ao lado das máquinas simples e tradicionais de costura, máquinas industriais mais avançadas, como a *overlock*, permitia a produção de grande número de peças, outras encarregadas de quase todas as etapas da produção, oferecendo toda uma gama de 'pontos' e de operações que facilitavam enormemente a vida das costureiras. Estas ficavam com seu papel restrito ao desenho dos modelos, do "padrão" e do corte, ainda realizados manualmente.

O que observamos nas unidades de alimentação foi uma certa uniformização e homogenização do processo de produção. Na totalidade das unidades o método de fabricação não apresentava nenhuma variação, nenhuma receita nova ou tipo de produto era adotado, aspectos estes que viessem diferenciar um produtor de outro.

Essa junção dos espaços que a livre circulação entre os ambientes propor-

cionava levava a uma interpenetração das atividades, fazendo com que, ao mesmo tempo, não houvesse fronteiras entre o mundo da privacidade e aquele voltado para o trabalho. Tudo se amalgamava. Assim, devido à acumulação das funções, além da produção ocorria aí também a liberação das mercadorias muitas vezes assumida, no caso específico do setor de alimentação, pelos praticistas<sup>4</sup>, aí se dando também a recepção dos fornecedores de matérias-primas; o atendimento à clientela; as visitas dos amigos e vizinhos (contaram-nos alguns entrevistados ser comum os vizinhos passarem com frequência para "bater um pequeno papo" ou dar uma ajuda nos momentos de urgência para fazer embalagens ou outros trabalhos de última hora).

Esse movimento do cotidiano dos trabalhadores oferecia aos olhos do observador uma "coreografia" não muito habitual em espaços de produção. O clima de descontração e camaradagem que dominava, onde o barulho das máquinas se confundia com aquele da conversa dos adultos e dos gritos das crianças, fazia com que as contradições e as tensões pudessem parecer, às vezes, como inexistentes ou teóricas, expressando a informalidade dessas relações no ambiente de trabalho.

A maior parte dessas pequenas unidades de produção se caracterizava pela preponderância do núcleo familiar na composição da mão-de-obra. Em nossa pesquisa não encontramos um único caso onde faltassem essas relações de parentesco. No entanto, essa estrutura começa a se modificar com a introdução de trabalhadores assalariados, quer no setor de alimentação, quer no da confecção. Mesmo assim, era ainda significativa a presença de trabalhadores parentes em ambos os setores produtivos. A organização do trabalho, em geral, era assegurada, no caso da confecção, pelas proprietárias ou suas filhas ou outros parentes próximos (mãe, irmãs, primas, sobrinhas etc). O corte e o experimentar das costuras, assim como todos os serviços externos (compra de material, assuntos bancários, entre outros) ou a negociação dos preços com a clientela era de responsabilidade direta das mulheres do núcleo família, enquanto que a costura, os acabamentos e a finalização da costura eram realizadas, geralmente, pelas costureiras assalariadas.

A rotatividade das funções era menos freqüente nas unidades de confecção do que nas de alimentação, resultado talvez, de uma hierarquização mais acentuada entre as diferentes tarefas, uma vez que as atividades, por sua própria natureza, exigiram um trabalho mais atento e cuidadoso.

No contato com esses espaços produtivos, vimos que, sendo assim estruturadas, as relações de trabalho revelaram aspectos um tanto específicos. Em geral, a forma de remuneração era bastante fluida: alguns pequenos produtores pagavam por produção, outros por semana, outros por mês, ou, às vezes, não davam remuneração nenhuma, remunerando o trabalho em presentes de roupa, sapato e até cursos de língua. Esta sub-remuneração do fator trabalho atingia todos os sujeitos envolvidos nas atividades produtivas, quer com laços ou não de parentesco com o proprietário. Por outro lado, foi comum constatar também a inexistência da carteira de trabalho para os trabalhadores assalariados,

<sup>4</sup> Designação dada pelos pequenos produtores às pessoas de sua confiança que se ocupavam de colocar na praça, isto é, no mercado, no circuito de venda, a produção, em troca de um percentual (nunca revelado) sobre o total vendido.

sendo a entrada e a saída deles regulamentadas da forma mais informal possível. Assistiu-se aqui, de maneira notável, o que Bourdieu (1976: 127) chamou de "violência doce". Analisando as formas de dominação em comunidades africanas baseadas igualmente em laços da mesma natureza, este autor escreve:

*"(...) neste sistema só há duas maneiras e que no final expressam apenas uma só, de manter alguém de forma durável: o dom ou dádiva, as obrigações abertamente econômicas da dádiva ou as obrigações 'morais' e 'afetivas' criadas e mantidas pela troca (...)."*

E ele acrescenta:

*"(...) é necessário saber perceber uma relação inteligível - e na contradição - entre essas duas formas de violência que coexistem na mesma formação social e às vezes na mesma relação: isto porque a dominação só pode se exercer sob sua forma elementar, isto é, de pessoa a pessoa, ela só pode se realizar e deve se dissimular sob o véu das relações encantadas cujas relações entre os pais oferecem o modelo oficial (...)."*

Quanto à questão do tempo, observamos que a grande maioria das unidades estudadas trabalhava com grande flexibilidade de horário. A jornada de trabalho tanto podia ser de oito horas, com pausa para o almoço e respeitando os fins de semana e feriados, como podia também ignorar a regulamentação desses limites. Esta flexibilidade se dava pelo fato de que nessas unidades familiares de produção tudo girava em torno das necessidades ditadas pelo volume das encomendas. Era este volume que, em geral, definia a extensão e a duração da jornada de trabalho.

Comparados com a anterior, os dados dessa última pesquisa revelaram que a situação da divisão do trabalho apresentou modificações expressivas. Envolvendo naquela época setores numerosos e diversificados, verificamos que algumas etapas da produção ficavam sob a responsabilidade exclusiva de certas pessoas; e mais do que possuir um diploma de qualificação ou de aprendizagem, era o trabalho bem feito, a habilidade, competência, criatividade que contavam como requisitos fundamentais na realização das tarefas. Assim, o caráter não transmissível de certas atividades, como era o caso da "textura" exata da massa no preparo do bolo ou do pão, o "ponto" ou a consistência no doce, da mesma forma que a "firmeza" do corte no tecido, a "apresentação e originalidade" no rosto do sapato, no "desenho" de uma bolsa, o "traçado" do corte da madeira para fabricação dos móveis, representavam diferentes "toques" pessoais fundamentais, e que na falta de alguém que tivesse os mesmos dons para sua realização provocava enorme prejuízo. O que apreendemos dessas colocações eram ainda aquelas concepções do trabalho visto como arte, como forma de realização, expressão de criatividade, e eram esses elementos que determinavam o "fazer" dos sujeitos.

Hoje, o que se observou na distribuição das atividades e nas etapas do próprio processo produtivo foi um assumir desigual, marcado por outras questões que não aquelas, e que têm a ver, entre outras, com as relações de gênero, com as próprias transformações porque foram passando esses espaços

produtivos em sua organização interna. No setor de alimentação, por exemplo, as tarefas mais importantes em termos de responsabilidade, aquelas mais dinâmicas, constatamos que, em geral, eram assumidas pelos homens, ficando as de rotina, quer ligadas à produção, ou aos serviços domésticos, ao encargo das mulheres. Os homens, neste setor, pelo que pudemos apreender nas falas, dispunham de cômodas jornadas de trabalho, enquanto as mulheres enfrentavam sempre uma sobrecarga de trabalho pela sobreposição das tarefas dos espaços produtivo e doméstico, devido à própria natureza do trabalho que muito se assemelhava ao do cotidiano realizado nos mesmos espaços da casa.

Na decisão da escolha dos setores produtivos, incluídos nesta última pesquisa, incidiu a natureza das atividades desenvolvidas, em cujo ato produtivo estivessem presentes as concepções de trabalho encontradas em nossa pesquisa exploratória. Como ficaram hoje essas imagens? De que forma se colocaram aí as concepções de tempo e espaço? Que transformações se processaram nessas representações? E quais fatores agiram para produzi-las? De que forma elas se "traduziram" durante o preparo dos produtos? Foram estas questões que orientaram o rastrear das falas dos sujeitos envolvidos nas diversas atividades e etapas produtivas.

No processo de resgate das representações vimos que, em sua construção, um conjunto de fatores de importância teve de ser levado em consideração: a posição que ocupavam os sujeitos nos espaços produtivos, ou seja, se se tratava de proprietários, de trabalhadores (com ou sem relação de parentesco) ou assalariados; a trajetória de vida de cada um, suas experiências; a questão do gênero, idade e setor a que se encontravam vinculados.

Na análise das entrevistas, as representações de espaço, de tempo e de trabalho se nuclearam em torno dos seguintes eixos temáticos: a questão da autonomia, da liberdade, das relações de trabalho, como elas se estruturaram através dessas dimensões e como, a partir delas, os sujeitos entrevistados vivenciaram suas experiências nesses espaços produtivos.

Vejam um pouco o desenho obtido das evocações e imagens, procurando exatamente mostrar o papel de cada um dos fatores anunciados acima.

A proximidade dos contatos no interior dessas unidades produtivas fez com que os sujeitos experimentassem um sentimento de controle e representassem esse espaço como aquele do reconhecimento, um espaço identitário, graças ao qual eles conseguiam quebrar a atomização própria da vida urbana e da impessoalidade dominante nos demais espaços fabris. Isso nos remeteu à questão do enraizamento que Weil (1979) descreveu com relação aos espaços de trabalho onde predominam relações amigáveis, um clima de camaradagem, onde se diluem, nessa informalidade, as hierarquias, e o trabalhador deixa de ser um desconhecido ou um estrangeiro e busca fixar suas raízes. No nosso caso, o resgatar esse termo não se deu de forma fortuita, porque os sujeitos que compunham esses espaços eram, na sua maioria, de origem rural. Tal como Weil, também Dubar (1992) e Da Matta (1992) fazem referência à importância do trabalho na construção da identidade pessoal.

Vejam, inicialmente, o perfil das imagens resgatadas das representações evocadas em seu conjunto, a fim de mostrarmos como elas se associavam às dimensões do espaço, do tempo e do trabalho.

As evocações mais fortes, referentes ao trabalho, giraram em torno do projeto do "trabalho por conta própria", este simbolizando, através das pequenas unidades de produção, a expressão da liberdade no tomar das decisões, no domínio dos métodos de realização das atividades, na ausência de normas rígidas de trabalho, na organização da produção. Eis algumas das referências presentes nos discursos dos pequenos produtores/trabalhadores. Estes espaços, assim conotados, formavam como que a síntese desses desejos e projetos evidenciados em quase todos os discursos, conforme podemos ver nas falas de alguns pequenos proprietários :

*"(...) Abandonar meus negócios? Jamais! Não devemos pensar em deixar de lado o que é nosso, para trabalhar no que pertence aos outros. Isto não podemos fazer!... Aqui pode ser um trabalho duro e difícil, mas eu jamais penso em largar o que é meu para trabalhar no que é dos outros..."*

Um outro pequeno produtor reforçou esta mesma imagem. Vindo de uma tradição familiar de pequenos produtores (seu pai foi, na cidade, um produtor de vinho), e sem ter nunca trabalhado como assalariado, na sua visão, trabalhar para os outros, era qualquer coisa de impensável:

*"(...) Para mim, seria uma humilhação ser um empregado. (...) Se eu tivesse de começar tudo de novo, eu recomençaria (...) Mas ficar subordinado a alguém? Jamais! Nunca suportei isto, e, graças a Deus, eu tenho três filhos, e nenhum deles é empregado de ninguém. Este negócio com patrão... Aqui não, aqui é muito bom! Eu faço o que quero, eu trabalho como quero, no que quero. É isso aí (...)."*

O projeto de se estabelecer por conta própria era a imagem que surgia sempre nas falas dos assalariados, trabalhando como forma de valorização da experiência nesses espaços produtivos:

*"(...) é bom aqui, você sabe, porque não se tem aborrecimento com patrão. (...) O trabalho aqui é bem superior ao da fábrica, porque aqui temos liberdade de fazer o que se quer, enquanto que lá, se é obrigado e sempre se tem alguém a nos vigiar, não? Aqui, isto não se dá. Tem momentos que uns estão sentados, outros conversando, e, além do mais você não faz tanto esforço como no trabalho da fábrica. Aqui trabalhamos sempre à vontade, fazendo simplesmente o que se quer fazer (...)."*

Independência na forma de conduzir o trabalho, não estar submetido a ordem, a comando, foram evocações que freqüentemente retornavam nas falas dos sujeitos. Mas, outras surgiram referentes ao espaço e ao tempo. Quanto ao espaço, a autonomia expressava a liberdade de circulação, de movimentos, a ausência de interdições quanto às entradas e saídas, o poder lhe atribuir uma diversidade de funções e usos, o contato informal entre as pessoas, o acolhimento, os encontros nas pausas da produção, as descontraídas conversações. De fato, o que observamos foi uma ausência de fronteiras entre o mundo da privacidade da casa e aquele destinado ao trabalho, fazendo com que as

peças entrassem e saíssem como fazem as pessoas amigas. Todos, em geral, circulavam livremente, entrando na intimidade das peças da casa, como se fossem da família, e, essas idas e vindas entravam nas imagens afetivas do aspecto familiar que simbolicamente, representavam essas unidades evocadas pelos entrevistados. Como testemunhou um jovem trabalhador:

*"(...) Aqui eu me sinto em casa. Eu me sinto melhor aqui do que em outros lugares! É um lugar tão aconchegante, agradável, que não vejo diferença entre o local das atividades produtivas e o espaço doméstico (...)."*

E outro entra na mesma evocação do sentido dos espaços produtivos:

*"(...) Para mim se tem muito mais liberdade quando se está num espaço menor., entende? A gente conhece o proprietário e a sua família, não é? Conhece o clima, o ambiente... Enquanto que, na fábrica, quando a gente chega, ninguém sabe. A gente entra, sai, não sabe nem quem é o patrão, quem nos comanda (...) É por isso que eu digo que, para mim, é muito melhor trabalhar num espaço menor, a gente conhece seu caminho (...)."*

As significações dadas ao espaço das unidades produtivas como expressão da independência, do poder trabalhar para si próprio, se associavam, também, nas falas das proprietárias das unidades de confecção:

*"(...) Se um dia eu pudesse recomeçar tudo, eu recomeçaria, porque a coisa mais importante do mundo (...) é de ter sua independência, pouco importa o trabalho. (...) Trabalhar para os outros? Eu não faria isto nunca pois eu teria a certeza de perder a chance de crescer por mim mesma. (...) Digamos, eu iria perder minha individualidade, uma vez que o que eu faço, não seria mais meu. (...), o trabalho faz parte praticamente de minha vida, sim, uma parte de minha vida está investida aqui (...)."*

Ao lado dessas imagens positivas, evocações negativas marcaram também algumas alusões: a anarquia do trabalho pela inexistência de normas disciplinares; a não privacidade devido à livre circulação das pessoas, extenuante por conta das longas jornadas de trabalho, o não respeito aos domingos e feriados, a repetitividade das tarefas, a má remuneração, agravadas pelas imagens dos espaços muitas vezes insalubres, confinados, que faziam ressaltar as precárias condições em que muitas das unidades produtivas funcionavam.

As visões negativas, relativas tanto ao trabalho, ao tempo como ao espaço, vieram não somente dos sujeitos que estavam à frente do empreendimento, como também dos jovens auxiliares parentes e dos que trabalhavam como assalariados. Eram estes, de fato, os mais expostos às pressões das jornadas de trabalho, das tarefas e do nível de remuneração.

No rastrear das memórias, os tons mais fortes das imagens sobre o trabalho foram dados pelas mulheres, sobretudo as das unidades de alimentação, por se sentirem mais discriminadas quanto às atividades que lhes eram atribuídas. A divisão do trabalho no interior dessas unidades permitia que os homens acumu-

lassem certas atividades e responsabilidades. Daí a freqüência com que apareciam em seus discursos menções sobre a monotonia dos trabalhos que ficavam encarregadas de realizar, sobre o sentimento de desvalorização por se verem afastadas de quase todas as situações que pudessem exigir deliberações e decisões relativas à unidade produtiva.

O que podemos observar foi que a entrada das mulheres em um setor produtivo, como o da alimentação, que representa uma extensão das atividades domésticas, só em situações muito excepcionais lhes possibilita o assumir de algum papel novo. Elas continuam, na maior parte dos casos, a assegurar as condições indispensáveis para o funcionamento da produção, zelando pelo ambiente de trabalho e o da casa.

Se elas não nos tivessem falado, teria sido difícil perceber estas diferenças e desigualdades, habitualmente escondidas. A proximidade das funções, a semelhança das tarefas e a contigüidade dos espaços, tornou algumas vezes delicado separar o que era atividade doméstica daquelas exclusivamente produtivas. O sentimento foi outro entre a maioria das mulheres engajadas nas unidades de confecção, que, embora exercessem igualmente suas atividades produtivas no espaço doméstico, conseguiram quebrar o círculo do mundo doméstico encontrando espaços de intervenção que tornaram-se a própria razão de ser das unidades.

Paoli (1985) é, entre outros autores, a que mostrou bem a importância na cultura brasileira da organização dos papéis femininos, masculinos e familiares, que sempre determinou e que continua a determinar as regras da divisão do trabalho e das obrigações que prevalecem em seu interior:

*"(...) A noção da divisão sexual do trabalho começou a ser pensada também no interior da família, e a partir deste momento veio à luz a construção social de um espaço tido como inerente à mulher, cujas características iriam, igualmente, determinar todas as posições desiguais da mulher na sociedade.. A partir daí nasceu a exclusão da mulher do mercado de trabalho ou, nas melhores das condições, sua integração intermitente; daí vinha a obrigação para a trabalhadora da produção da força de trabalho, considerada como tarefa principal e representando uma responsabilidade pesada, mas mantida invisível e não reconhecida; daí procedia a acomodação impossível à dupla jornada de trabalho, que atira sobre as costas da mulher as principais conseqüências do empobrecimento; daí se originava ainda a educação parcial fundada sobre os estereótipos sexuais que reforçam o papel feminino (...)." (Paoli, 1985: 71)*

Destacamos a riqueza e atualidade dessas reflexões, pois, mesmo em espaços de trabalho como estes, podemos constatar que continua presente o caráter discriminatório da distribuição das tarefas e das responsabilidades, e também da ocupação do tempo e do espaço das mulheres.

As imagens sobre a jornada de trabalho de uma proprietária de uma pequena unidade de alimentação, mesmo se sentindo orgulhosa de estar sempre ocupada e ter sua vida consagrada ao trabalho, resumem bem o que acabamos de colocar sobre a situação da mulher, onde aparece com clareza a pulverização

e sobreposição das tarefas e do tempo:

*"(...) Todos os dias às cinco horas eu me levanto. Quando o dia amanhece, vou para cozinha e coloco a água para fazer o café das crianças e de meu marido e vou lavar roupa. Enquanto a roupa está de molho, vou fazer a entrega dos bolos. Quando volto, começo a preparar o almoço. Não paro! Volto então para a lavagem da roupa. Depois, eu interrompo um pouco para bater no liquidificador o suco de fruta para preparar o 'dim-dim'<sup>5</sup>, depois que estão prontos para serem vendidos, pois temos um lugar aqui em casa para isto, volto para enxaguar a roupa, vou limpar a casa, passar roupa ao mesmo tempo que participo da preparação dos bolos com Marcos meu marido, e Davi meu sobrinho." (fala de entrevistado)*

Tal sentimento no enfrentar, sem questionamentos, tal superposição de tarefas não foi, evidentemente, compartilhado por todas as entrevistadas, sendo mais comum, ao contrário, imagens de descontentamento pelas discriminações a que ficam em geral submetidas, como já comentamos.

As práticas discriminatórias assumidas por alguns pequenos proprietários, não permitindo a participação das mulheres em tarefas de mais responsabilidade, como as externas às unidades ligadas aos assuntos bancários, compras de matéria prima etc., eram justificadas com detalhados argumentos, como fica claro na fala de um deles:

*"(...) No fundo é uma questão de conhecimento que eu tenho do mundo exterior, e não ela; eu achei melhor de não implicá-la nos negócios externos da pequena unidade: banco, o pagamento dos encargos sociais, as compras do material, tudo isso. (...) Então, sou eu unicamente que me encarrego de toda esta parte externa (...). Não é interessante para ela! (...)." (fala de entrevistado)*

Por trás das imagens de 'falta de domínio' das tarefas externas, por parte das mulheres e o quanto estas pareciam 'desinteressantes', não faziam mais que deixar evidente como, no interior desses espaços, também encontramos formas da mulher se encontrar escanteada de certas atividades. O que ficou claro, no caso específico deste pequeno produtor, foi que só ele decidia tudo, quem determinava quem devia fazer o quê, quem julgava que a mulher não tinha experiência e que, portanto, não estava preparada para se encarregar de certas funções e responsabilidades por não estar à altura de fazê-lo. Daí ele ter achado conveniente não colocá-la nos serviços externos, logo aqueles que a deixariam a par do movimento financeiro da unidade... Então, foi fundamental ele ter podido controlar as atividades da mulher, 'economizando' as responsabilidades e lhe reservando alguma coisa de mais 'compatível' com sua falta de experiência e de conhecimento.

As imagens de deslocamento e secundarização na realização das atividades foram algumas das evocações encontradas nas verbalizações das mulheres do

<sup>5</sup> De preparo costumeiro em ambientes mais populares de algumas cidades do Nordeste, o *dim-dim* pode receber denominações diversas: consta de colocar em pequeninos sacos de plástico o suco, em geral artificial, e congelá-los, para que fiquem com a consistência de picolé.

setor de alimentação. Com as exigências da produção em grande quantidade, houve a introdução da mecanização, e assim, as pequenas unidades de alimentação, anteriormente de caráter mais artesanal, que produziam numa lógica de quantidade reduzida e que em geral absorviam o trabalho feminino, transferiram para os homens as diversas atribuições da produção. Enquanto a utilização do tempo por estes permanecia limitada aos espaços da unidade, a jornada das mulheres se duplicava: ao mesmo tempo em que se ocupavam dos filhos e das tarefas domésticas, por outro lado, haviam as atividades da produção, onde eram responsáveis pelas de menor importância, monótonas, rotineiras, como as da embalagem dos produtos, lavagem e arrumação do material utilizado na produção, ao lado da limpeza do espaço reservado as atividades do trabalho. Este quadro só colocou mais em evidência a acumulação das tarefas, e a manutenção de uma ordem desigual entre homens e mulheres. A este deslocamento nas atividades e atribuições correspondeu a uma precarização, também, nas condições de trabalho das mulheres, ficando, além do mais, com essas modificações, instaladas em espaços apertados, mal arejados e iluminados.

Seus discursos deixaram claro os diversos motivos de suas representações pessimistas:

*"(...) Meu serviço, dizia a filha de um pequeno produtor do setor, é ruim porque eu faço todos os dias a mesma coisa que tenho para fazer. Estou cheia! Isso aqui não muda nunca! Esta história de só embalar bolacha... (...) é ultra chato! Se eu pudesse trabalhar uma hora numa tarefa, e, em seguida mudar para outra... seria outra coisa! Mas, não é o meu caso. O que me fatiga aqui, é justamente a ausência e novidades no trabalho. Eu faço a mesma coisa o tempo inteiro (...)." (fala de entrevistado)*

Nas unidades de confecção a situação se diferenciava, dado à própria diversificação de atividades aí existentes, a forma como se dava a organização do trabalho e a divisão das tarefas e das responsabilidades. O que percebemos foi uma nítida centralização das responsabilidades nas mãos das proprietárias e auxiliares que tinham com ela laços de parentesco. De fato, o corte - momento mais importante do trabalho de confecção - o desenho do modelo, a prova e também a administração dos negócios constituíam atividades que não podiam ser realizadas por qualquer pessoa nem de qualquer maneira, ficando então sob a responsabilidade direta da proprietária, fazendo parte de seu domínio exclusivo por razões de competência e da posição que ocupava na unidade produtiva.

Aqui, o responder administrativamente pela unidade ficava integralmente nas mãos das mulheres. No caso das proprietárias casadas, os maridos não se envolviam em nada dos assuntos ligados à unidade produtiva; o engajamento de pessoas do sexo masculino se deu de forma episódica nas confecções "unissex", por ocasião de algum desfile de moda. Trabalharam com contrato em caráter temporário e ocuparam funções de estilista ou, eventualmente, desenhista de modelos. Com exceção destes casos, o que evidenciamos na ocasião de nossa pesquisa, foi que a atividade da confecção continuava tradicionalmente a ser na região, como sempre foi, uma atividade quase que de

exclusividade da mulher.

A centralização das tarefas pela proprietária não simbolizava apenas a sua carta de recomendação mas, para algumas, um mecanismo para evitar a socialização de um saber especializado, como era o caso do corte. Se este saber fosse compartilhado, ele arriscava de se tornar um elemento pelo qual a mão-de-obra passaria a exigir melhores salários, ou uma forma de encontrar fora alguém que a empregasse pagando o salário solicitado.

*"(...) É uma perda de tempo ensinar a alguém porque desde que elas começam a dominar as tarefas aprendidas, elas vão embora (...)." (fala de entrevistado)*

Foi como se externou uma das proprietárias.

Guardar os segredos de certas atividades foi um meio de rebaixar os salários, uma maneira de se defender da concorrência, e também uma característica dos períodos de crise. Esta situação nos fez lembrar as antigas corporações artesanais européias, tão bem descritas por Huberman (1981) e Jaegler (1982), cujo momento mais característico era justamente aquele onde os mestres começam a deter o controle total e exclusivo de certas etapas do processo produtivo, que eles chamavam de "controle do ofício".

As auxiliares com laços de parentesco tinham a responsabilidade das tarefas que colocavam a unidade produtiva em relação com o exterior: pagamentos, compras, encomendas, enquanto as auxiliares assalariadas ficavam com a junção e acabamento das peças.

De que forma as auxiliares, com laços de parentesco ou assalariadas, perceberam esta divisão de tarefas? Que concepções elas construíam?

*"(...) A gente se sente como na prisão, a gente não tem pausa para nada, você sabe? Essas pessoas são muito exigentes, não sei. Eu não gosto daqui (...), é sufocante (...) é entediante a costura (...) A costura exige muito, é muito cansativo pois exige muito esforço! (...)." (fala de entrevistado)*

Nas unidades de alimentação, ao lado das imagens da repetitividade e monotonia das tarefas, surgiram também as relativas ao ritmo compulsivo na utilização do tempo. A imagem em que nem as pausas para refeição eram respeitadas pelo volume de trabalho assim foram igualmente verbalizadas pelo filho de outro proprietário:

*"(...) Aqui se trabalha dia e noite, não se tem tempo livre nem para sair. (...) As vezes eu não tenho tempo nem para almoçar; eu estou tão mergulhado no trabalho, que, quando eu levanto a cabeça, eu estou morto de fome (...)." (fala de entrevistada)*

Este ritmo de trabalho sem interrupções teve uma importância grande nas referências, sobretudo dos jovens trabalhadores assalariados, fazendo com que o trabalho fabril, onde alguns deles já tinham tido experiência em suas trajetórias, fosse lembrado com saudades:

*"(...) O trabalho aqui é diferente justamente por isso. Lá onde eu trabalhava eu ganhava um salário, aqui eu posso ganhar mais ou*

*menos, entende? Mas eu não tenho hora para parar, só quando tudo termina é que o expediente acaba.(...) Eu prefiro como na fábrica, ter horas fixas. Pelo menos é isso que eu acho (...)."* (fala de entrevistada)

O projeto não permanente em relação às unidades de produção vinha muito atrelado a estas questões da organização do trabalho, como insistiu outro jovem assalariado:

*"(...) É bom trabalhar aqui, mas somente quando se é de menor, porque se fica contente com qualquer coisa. (...) Mas, é um trabalho onde não se tem carteira de trabalho, nem nenhum direito... Por isso que é bom só quando se é de menor, porque não se tem maiores obrigações (...)."* (fala de entrevistado)

E outras imagens de descontentamento afloraram nas falas, dando destaque, desta vez, à questão da remuneração como bem desabafou um jovem trabalhador em relação a seu pai, apesar das justificativas que procurava dar a seu respeito:

*"(...) Eu acho que as pessoas ganham muito pouco em relação ao que elas fazem, mas papai não tem meios de pagar salário elevado. (...) O que eu queria, era encontrar um emprego, mas hoje, isto é, qualquer coisa de muito difícil, não acha?(...) Então, o que eu faço é comercializar. Eu compro o material necessário a nossa produção e revendo para o meu pai, meu primo e a outras pessoas que têm também suas unidades de produção, facilito os pagamentos, e assim vai. Aqui, com papai, o que eu ganho por semana é uma miséria, se ganha muito pouco (...)."* (fala de entrevistado)

Esta maneira de perceber as irregularidades infligidas, o baixo nível de pagamento na unidade produtiva familiar foi encontrada não só entre os filhos, mas também entre as filhas engajadas também em atividades. Em suas falas, achavam não só natural que a situação fosse assim, como aceitavam com gratidão, quando alguma remuneração ocorria, que ela se desse em relação aos filhos homens do que às mulheres, como alegou com segurança uma delas, casada:

*"(...) Eu não tenho precisão de nada. Se eu preciso de alguma coisa, por exemplo, no fim do ano, ele pode me dar. Eu o ajudo, mas não quero nada (...) Se tratasse de uma pessoa de fora, é claro que eu seria obrigada de exigir, porque estaria trabalhando para o outro, percebe? Mas, para meu pai, eu trabalho e não quero nada.(...) Eu moro aqui, utilizo a casa sem pagar nada, então o que eu faço para ele é o meu pagamento, certo? É o que eu penso (...). O filho é diferente. Se ele trabalha com o pai, é justo que ele receba remuneração, é um homem, não é? Mas, uma mulher? (...)."* (fala de entrevistado)

Por essas evocações, estamos diante de uma organização de trabalho baseada numa lógica onde se amalgamam elementos de uma racionalidade que predomina no mundo industrial, e, a interferência de uma outra ordem -

aquela da ética familiar - ainda muito forte na cultura do Nordeste. e, além de todos os valores que lhe servem de suporte: as formas arbitrárias de regulação do trabalho, como o não pagamento dos salários, das obrigações sociais, o não respeito aos horários de trabalho.

Os discursos nos permitiram apreender a mistura e a ambigüidade dos sentimentos ressentidos pelos jovens trabalhadores em relação a seus pais, e a enorme dificuldade de tomar a distância que lhes permitissem assumir atitudes mais críticas. Estas nunca seriam admissíveis num tipo de cultura familiar como a existente.

O que podemos refletir é que a partir das falas dos proprietários e de seus auxiliares, parentes ou não, foi de que existe no interior das unidades de produção, uma espécie de jogo estratégico: o da cumplicidade silenciosa, regulamentada pela ética familiar, onde a instrumentalização e os afetos funcionam em alternância. Trata-se, talvez, de uma maneira de suportar esta situação, enquanto se aguarda um futuro distante e sempre remetido para depois.

Não foi só sobre o trabalho que as imagens críticas dos sujeitos se construíram; a floraram também em suas falas outras relativas ao espaço. Aqui, as evocações sobre a contigüidade entre os lugares de moradia e o da produção se apresentaram com imagens bem diversificadas. Enquanto que entre os entrevistados das unidades de alimentação foram freqüentes as alusões do espaço confinado, opressor, por conta muitas vezes das instalações reduzidas e improvisadas; o mesmo não se deu para os sujeitos das unidades de confecção. O que vinha com força em suas falas, se não teve o tamanho dos espaços a ser posto em questão, dado à própria qualidade das casas, nem por isso as imagens deixaram de vir associadas a uma gama de inconvenientes - dispersão, barulhos, invasão do espaço privado pela clientela, riscos à concentração e à criatividade, a não separação dos problemas domésticos com os do trabalho. Nas falas de algumas auxiliares com laços de parentesco, elas deixaram claro que este era um dos motivos que as levavam a desejar o trabalho assalariado, para justamente tomar distanciamento do confinamento dos problemas de casa:

*"(...) Meu sonho é de trabalhar fora de casa; eu detesto trabalhar aqui. Eu não vejo o menor sentido ficar aqui dentro. É um espaço extremamente limitado, muito pequeno, monótono. Eu me sinto muito isolada das pessoas; eu adoraria encontrar alguma coisa fora, onde fosse mais distraído, onde eu pudesse me distanciar dos problemas da casa. (...) Aqui os problemas não me largam um só minuto, é isso aí. Alguém diz uma coisa, o outro rebate. (...) Eu acho trabalho a melhor coisa do mundo; ter um trabalho ... ganhar dinheiro para comprar o que desejar e não depender somente do marido (...). É por isso que eu sonho de encontrar um lugar numa grande loja, num magazine, onde tem bastante gente e onde é animado (...)" (fala de entrevistado)*

Já entre as proprietárias, as alusões sobre o espaço eram sempre favoráveis. Ao contrário das verbalizações de algumas jovens costureiras, ele assegurava as condições favoráveis para a criatividade. Isto ficou bem evidente na fala enfática de uma das proprietárias:

*"(...) Aqui eu me sinto feliz (...) eu faço o que eu quero (...) Hoje eu sou muito mais eu mesma. (...) Tudo que eu faço, sai de minha cabeça; até o presente momento, tudo que eu faço, fui eu mesma que criei (...). é como uma espécie de música harmoniosa que toca na minha cabeça! (...)." (fala de entrevistado)*

Bela metáfora para este momento singular da liberdade de criação e de realização dos modelos que o espaço proporcionava.

Outra proprietária, que em sua trajetória de trabalho havia trabalhado numa fábrica de confecções, assim se referiu ao significado de ter o seu próprio espaço de trabalho:

*"(...) Trabalhar em casa é, de qualquer modo, melhor do que trabalhar fora. O trabalho dá muito mais independência, a gente ter seu próprio negócio, é muito melhor do que trabalhar na fábrica. A gente se sente uma outra pessoa quando é a proprietária, não é verdade? E isto é muito importante. A gente não recebe mais ordens. Sou eu agora que posso dá-las (...)." (fala de entrevistado)*

Ao lado disso, a vantagem, sobretudo para as entrevistadas que tinham ainda filhos pequenos, de poder trabalhar em casa e assim cuidarem também, quando necessário, das crianças. Instalações precárias, insalubres só tivemos um único caso, no meio das unidades estudadas.

No entanto, a essas imagens se juntaram outras, desta vez não tão otimistas:

*"(...) Aqui, eu vejo meu trabalho como uma espécie de calo. É como se eu calçasse um sapato 34 enquanto o meu número mesmo é 35 ! (...)." (fala de entrevistado)*

Foi a imagem que uma proprietária da confecção utilizou para simbolizar as dificuldades e apreensões em relação a seu trabalho. Aqui ele aparece muito mais como uma obrigação do que um desejo:

*"(...) Sim, é verdade! Ou eu trabalho, ou eu morro de fome, não alimento nem mesmo minha família. Mesmo me sentindo doente eu tenho de trabalhar de toda maneira, é uma questão de sobrevivência. Então, é uma questão de obrigação (...)." (fala de entrevistado)*

E continuou suas queixas com alusões negativas acerca da falta de privacidade, dos barulhos que impediam a concentração, provocado pela junção dos espaços de moradia e de trabalho, que ela colocava como limitações à sua liberdade pessoal e profissional:

*"(...) É necessário silêncio, a gente precisa estar sozinha para poder se concentrar. Ou bem você se concentra, ou você não consegue fazer nada que valha a pena. Você pensa que a gente tem um ambiente favorável com estas entradas e saídas das pessoas? (...) É assim que podemos perder um tecido, e o tecido custa muito caro, você sabe? (...)." (fala de entrevistado)*

O tempo, por sua vez, estava presente como uma dimensão fundamental

para o êxito do trabalho, por se trabalhar com a moda. O tempo da moda, o acompanhamento das novidades, eram os valores tidos como importantes para não se ficar ultrapassado. Trabalhar com a moda é trabalhar continuamente com o tempo e a experiência. Daí a busca de uma atualização constante. Tal como o espaço, este também não deixou de ser evocado das formas mais variadas, expressando mesmo a heterogeneidade das situações de vida e lugares em que estavam os sujeitos entrevistados. Assim, as falas expressavam ora imagens valorativas da flexibilidade na organização das atividades (na não existência de horários fixos, nas interrupções e nas pausas, como na ausência de prazos na preparação e entrega dos produtos), ora a não estandardização da criatividade.

Apesar de constituírem minoria, encontramos ainda costureiras que, em seus discursos, deixavam com força o significado do trabalho enquanto arte, enquanto expressão de criatividade. Em falas, em geral auto-elogiosas, carregavam nos tons sobre o orgulho do reconhecimento público da qualidade da marca de sua confecção, do perfil profissional de seu trabalho:

*"(...) Você deve mostrar ao cliente o que vai ser lançado, o que vai ser utilizado, entende? A arte toda está aí; você deve estar informado de tudo, saber de tudo, mas criar também à sua maneira. Conhecer as cores, os tipos dos tecidos que vão estar na moda, mas criar seu tipo de roupa, seu estilo. Criar e não copiar o que o outro está fazendo. Então, eu acho que isto é arte, porque você pára tudo, pega um lápis e vai tentar criar o que vai fazer, o que vai cortar para agradar o público! (...)." (fala de entrevistado)*

Analisando os discursos das proprietárias vimos que, em geral, apresentavam traços bem egocêntricos. Eles se construíam em torno das imagens da competência profissional, de sua criatividade, da originalidade do estilo que elas imprimiam em suas confecções, bem como controle do trabalho, segurança profissional, reputação obtida pela qualidade oferecida dos produtos ofertados:

*"(...)Eu dou muito mais atenção ao criar, realizar, (...) ao ousar e lançar minhas idéias (...). A questão é ser competente no domínio que você escolher e poder mostrar seu trabalho. (...) Nestas condições então, você faz coisas maravilhosas aqui (...). Você deve colocar junto a criatividade e a arte... Este é o nosso cuidado permanente, entende? De colocar arte em tudo que fazemos (...)." (fala de entrevistada)*

*"(...) Eu sou muito criativa! Eu sou muito mais do lado do zelar pela criatividade! Se eu tivesse tempo de esboçar tudo que me passa na cabeça! (...) Aí sim que eu produziria muito mais! É assim que eu invisto em mim mesma: já fiz um curso de estilismo, vou fazer outro de modelagem (...), e penso ir para a Itália com uma bolsa de estudos (...)" (fala de entrevistada)*

Na mesma ocasião das nossas entrevistas, outras imagens afloraram nas falas das proprietárias sobre a questão da atualização como maneira de permitir a expressão da criatividade, de assegurar a singularidade e de evitar a

estandardização. Dialoga-se com um outro "chronos" o tempo presente e o tempo futuro, como dizia bem uma delas :

*"(...)Aquela pessoa que trabalha com a moda deve estar constantemente se atualizando. Deve olhar o que vai se passar nos próximos seis meses, entende? Assim, para a moda de verão, digamos, você já deve saber no fim do inverno o que vai se dar no verão (...). Por outro lado, no verão, você tem que já está sabendo qual vai acontecer no inverno do próximo ano (...). Você tem que saber exatamente em que você vai trabalhar, para você não se perder no tempo, mas para saber o que você vai confeccionar (...)." (fala de entrevistada)*

Se encontramos ainda costureiras em cujas falas apreciam com força as imagens do significado atribuído aos tradicionais "ateliês" de costura mais individualizada, de modelos exclusivos, observamos também uma preferência acentuada pela confecção estilo "pronta-entrega". Podemos afirmar mesmo, que a maioria das unidades visitadas já trabalha com este sistema, e as que não adotaram ainda falaram da intenção de fazê-lo, tão logo a situação econômica tornasse possível a compra de máquinas mais modernas. Segundo as falas das próprias costureiras, a produtividade aumentava significativamente na "pronta-entrega" porque, sem perder tempo com a confecção de modelos únicos para cada cliente, a estandardização possibilitava o corte e a montagem de duas ou três peças ao mesmo tempo, o que simplificava bastante o trabalho.

Outra imagem resgatada sobre a "pronta-entrega" foi a de sua praticidade. De fato, como as confecções na pronta-entrega já se apresentam prontas, terminadas para o cliente, diminuem os aborrecimentos, tanto no que se refere à escolha dos modelos, como no que se refere às reclamações da clientela por ocasião da prova.

Ao lado destas alusões favoráveis contidas nas representações do tempo na pronta-entrega, outras afloraram, relativas à longevidade das jornadas de trabalho, homogeneidade, opressão, expressões das tarefas repetitivas e sem criatividade que este novo estilo de confecção implantou, ao lado do desrespeito aos direitos (a não observância do trabalhar nos domingos, feriados, o não ter férias, carteira assinada, etc).

Com esta opção elas descartaram o peso do trabalho criativo e singular, para substituí-lo pela quantidade, que repete ao infinito um mesmo modelo, o que caracteriza todo o trabalho em escala. Não se tem mais tempo a consagrar a um trabalho personalizado, como nos ateliês tradicionais, onde predominava a confecção dos modelos singulares, exclusivos, cheios de detalhes e refinamentos, cuja concepção e criação absorviam todos os momentos do tempo, onde as máquinas entravam apenas como acessórios, não rivalizando em nada com as mãos hábeis e cuidadosas das costureiras. Estas, em geral, constituíam os eixos centrais da produção, conduziam todo o processo com suas inspirações, suas escolhas, suas trocas de idéias. Como sujeitos do processo de trabalho, se mergulhavam por inteiro no ato produtivo, e definiam seus próprios ritmos e cadências.

Com a pronta-entrega, as máquinas mais avançadas passaram a substituir o ato criativo pela estandardização e a repetição das peças; a costureira tornou-

se acessório e tinha daí por diante que seguir o ritmo, em conflito com o acabamento estético da confecção. Uma proprietária nos passou bem esta imagem:

*"(...) Eu pretendo ampliar minha unidade para a pronta-entrega (...). A gente ganha mais tempo, sabe? Para fazer cinquenta calças, eu tenho um único modelo; então, eu ganho um tempo enorme; eu corto todas do mesmo tamanho, da mesma forma, com a linha da mesma cor (...)." (fala de entrevistada)*

Assim, as valorizações do trabalho enquanto arte e criatividade começaram a ceder lugar para o ritmo racional, que garante o lugar no mercado consumidor. As habilidades pessoais passaram ao segundo plano, as máquinas performantes foram priorizadas, a velocidade tornou-se a norma.

A outra face das transformações na expressão mais pessoal do trabalho, ao qual foi submetida no presente às imposições do ritmo industrial, foi a imposição de uma outra organização do tempo do trabalho, o afastamento das costureiras mais hábeis e a retomada dos ateliês.

De fato, o que observamos ao longo de nossa pesquisa foi que a jornada de trabalho se organizava de tal maneira a permitir às auxiliares ter tempo disponível para que se ocupassem também de seus pequenos ateliês de costura.

Estas modificações nas relações de trabalho, minimizando as coerções decorrentes das irregularidades em relação à lei, apontaram para a concretização de um sonho ainda percebido como distante, aquele de poder possuir seu próprio ateliê de costura.

As insatisfações das assalariadas eram contornadas pelas proprietárias através de estratégias que tomavam a forma de um tratamento totalmente amigável e de partilha da clientela para que as assalariadas pudessem trabalhar por própria conta. Esta solução dada para as auxiliares terem seus próprios negócios foi a melhor saída encontrada pelas proprietárias, pois além de terem diluído os conflitos, os confrontos (uma vez ocupando o mesmo lugar enquanto pequenas proprietárias), trouxeram efeitos ainda mais importantes nos seus imaginários, o de fugir, enquanto pequenas proprietárias, das duras condições de vida que levavam.

Transformando as relações de trabalho em camaradagem, as proprietárias apagaram os conflitos e estimularam, nos trabalhadores, a imagem de um empregador não mais percebido como diferente, mas como semelhante, partilhando dos mesmos interesses e dos mesmos projetos.

E, assim, vimos se confirmar nossa hipótese de trabalho sobre o apagar - e a imposição/aceitação - das irregularidades nas pequenas unidades produtivas, a partir da organização do tempo e do espaço.

Do mesmo jeito, havia irregularidades cometidas contra os auxiliares parentes, a partir da organização do tempo e do espaço. Alimentando a ética familiar, os proprietários imobilizam seus parentes e evitam a confrontação que, neste contexto não podia, de nenhuma forma, se manifestar, por conta das obrigações afetivas e dos deveres familiares. Os laços de gratidão e de obrigação moral interiorizados depois de tanto tempo são extremamente difíceis de se desfazer. Os laços afetivos de camaradagem e de solidariedade impedem os

trabalhadores assalariados de se lançarem na Justiça para restabelecerem os direitos perdidos.

A dispersão das unidades produtivas mostrou ser um dos fatores que vêm impedindo, então, a construção de uma identidade profissional e de práticas de caráter mais coletivos para colocar em questão as irregularidades existentes no interior dessas unidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, o que pudemos concluir foi que a maneira como os trabalhadores coletivos arranjaram seu espaço e seu tempo produtivos foi um indicador, não apenas das suas realidades social e cultural, como também de suas ações mais pessoais e subjetivas. Esta "coreografia", carregada de sentido, definiu, tal como as idealizações e valores, a natureza de seus projetos sociais e de suas identidades.

As imagens do tempo e do espaço, presentes em todos os momentos nas falas dos sujeitos entrevistados, indicaram o desejo de uma ordem produtiva alternativa e virtual, onde o exercício do poder e da autoridade deixavam abertas as ocasiões de exprimir a singularidade.

A autonomia, outro grande tema constantemente presente entre os homens e as mulheres de todas as idades, significando freqüentemente a idéia de independência econômica que provinha do controle do espaço e do tempo do trabalho. Ser autônomo no trabalho simboliza a liberação das tensões reais, tanto na vida pessoal como no trabalho, liberação que é preciso preservar custe o que custe uma vez que ela é fruto de uma conquista, às vezes aliás, somente existente no plano da idealização, que muitas das irregularidades que aí se manifestaram quebraram a especificidade desses espaços uma vez reproduzindo as existentes igualmente em espaços produtivos maiores.

Foi unicamente através da aproximação dessas dimensões subjetivas e observando concretamente a vida dessas unidades que foi possível enriquecer a abordagem econômica da pequena produção, percebendo aí um duplo movimento ao mesmo tempo: por um lado, o que reproduz um 'status quo', e por outro, o que anuncia mudanças possíveis.

É nas situações de confrontação que as contradições afloram e que os aspectos mais pessoais se manifestam, sobretudo para preencher os frustrantes vazios que podem se tornar veredas de novas esperanças. Daí a importância de encontrar no tempo, graças a ação da memória, os objetivos ainda não atendidos nos espaços produtivos, onde as experiências vividas mostraram a busca de uma ordem na qual outros espaços e outros tempos tornariam possível o desabrochar desejado.

As falas, os discursos, a linguagem são vias que dão acesso às idéias e valores dos sujeitos e às suas experiências de vida: "(...) *A memória se articula formalmente e duradouramente na vida social pela linguagem*", escreve Bosi (1992: 28):

*"Pela memória, as pessoas que estão ausentes tornam-se presentes. Com a passagem das gerações e das estações, este processo largado no inconsciente lingüístico, reaflore sempre quando se faz uso da fala que evoca e invoca. É a linguagem que permite conservar*

*e reavivar a imagem que cada geração se faz das anteriores. Memória e fala são, no fundo, inseparáveis, elas são a condição que torna possível a reversibilidade do tempo (...)."*

E Novaes (1992: 09) escreve sobre a mesma questão:

*"(...) Contar história (...) somente a partir do tempo presente, tempo fragmentado, direcionado, instante fugitivo tido como o único tempo real", é negar a articulação de épocas e de situações diferentes, o simultâneo, o tempo da história e o pensamento do tempo. Além do mais é esta articulação que permite o diferenciar de múltiplas condutas no tempo e de reconhecer que certas práticas políticas e culturais, consideradas estranhas ou, ao contrário, indispensáveis à um momento. determinado, sejam vistas de maneira diametralmente oposta a um outro momento. Esquecer o passado, é negar toda experiência efetiva de vida; negar o futuro, é abolir a cada instante a possibilidade do novo (...)."*

A reconstrução do espaço e do tempo constituída pelos sujeitos sociais, isto é, a reconstrução das apropriações e das idealizações a partir da memória relatada nos discursos, permitiu não somente descrever as representações mas também reunir o que podemos chamar um espaço-desejo (uma utopia - um espaço qualquer, abstrato, ou lugar nenhum - sem dúvida, ou antes, uma heterotopia - um outro espaço potencial) e um tempo-desejo (ou seja, uma "uchronie" ou uma "hetérochronie").

As imagens do tempo e do espaço tornaram-se então instrumentos para construir, além ou aquém da ordem produtiva já estabelecida, uma outra ordem produtiva alternativa, não mais utópica, no sentido absolutamente fora do tempo e do espaço reais, mas sob forma de uma realização, bastante parcial, de potencialidades deixadas abertas e de onde as representações e as idealizações são uma maneira de dar sentido e transformar, por pouco que seja o mundo das realidades cotidianas.

Assim, através do apreender as evocações resgatadas das falas dos sujeitos vimos materializar as representações, referências, alusões, significados e através delas traçar o perfil e o sentido dados a esses universos produtivos complementando, desta forma, as abordagens existentes entre eles. Aqui é que acreditamos situar a importância do enfoque por nós assumido nesta pesquisa: pela singularidade conferida aos sujeitos de poderem, pelas suas falas, atualizarem tempos, lugares e espaços para eles significantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alice R. de Paiva & SORJ, Bila (orgs.). (1993). *O trabalho invisível: estudo sobre trabalhadores à domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
- ALMEIDA, Ângela M. de; CARNEIRO, Maria J. & PAULA, Silvana G. de. (1987). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- AMERIO, Piero. (1991). *Idées, sujets et conditions d'existence*. In: AEBISCHER, Verena et alii (eds.) *Idéologie et représentation social*. Suisse: Deval.
- BATTAGLIOLA, Françoise. (1984). *Employés et employées: trajectoires professionnelles et familiales*. In: FOUGEYROLLAS-SCHNEBEL, Dominique; KERGOAT, Danièle et alii. *Le sexe du travail*. Grenoble: PUG.

- BERTEN, André. (1990). Mort et réurrection du sujet". *La Revue Nouvelle* (11).
- BERTRAND, Denis. (1985). *L'espace et le sens: Germinal d'Émile Zola*. Paris: Hadès; Amsterdam: Benjamins (Col. "Actes Semiotiques").
- BOSI, Alfredo. (1992). *O tempo e os tempos*. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras.
- BOSI, Ecléa. (1979). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Cultura e desenraizamento*. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática.
- BOURDIEU, Pierre. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Droz.
- \_\_\_\_\_. (1976). *Les modes de domination*. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*. (2-3).
- BRAUDEL, Fernand. (1979). *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. In: *Le temps du monde*. Paris: Armand Colin.
- BRAVERMAN, Harry. (1981). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de. (1986). *Urbanização, mercado de trabalho e pauperização no Nordeste brasileiro: uma resenha dos estudos recentes*. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (22).
- CHABAUD-RICHTER, Danielle; FOUGEYROLLAS-SCHNEBEL, Dominique; SONTTHONNAX, Françoise. (1985). *L'espace et temps du travail domestique*. Paris: Meridiens.
- COING, H.; LAMICQ, H.; MALDONADO, C. & MEUNIER, C. (1979). *Approches du "secteur informel" de l'économie dans les villes du tiers monde*. Paris: s.r.
- DA MATTA, Roberto. (1992). *O indivíduo sem rosto*. In: *Brasileiro: cidadão?* São Paulo: Cultura Editores Associados.
- DE BARROS, Myriam M. L. (1989). *Memória e família*. *Estudos históricos* 2(3): 29-42.
- DUBAR, Claude. (1991). *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin.
- DURKHEIM, Émile. (1967). *De la division du travail social*. Paris: PUF.
- FAUSTO NETO, Ana M. Q. (1982). *Família operária e reprodução de força de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FAYOL, Michel. (1985). *Le récit et sa construction: une approche de Psychologie cognitive*. Paris: Delachaux & Niestlé.
- FISCHER, Gustave N. (1983). *Le travail et son espace: de l'appropriation à l'aménagement, les pratiques de l'espace*. Paris: Dunod/Bordas.
- FRIEDMANN, Georges. (1974). *Le travail en miettes*. Paris: Gallimard.
- GARFINKEL, Harold. (1990). *Arguments ethnométhodologiques*. Paris: Centre des Mouvements Sociaux/ Hess.
- GONÇALVES FILHO, José M. (1990). *Olhar e memória*. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras.
- GORZ, André [et alii]. (1971). *A divisão do trabalho*. Porto: Escorpião.
- GOUVEIA, Taciana M. V. (1993). *Repensando alguns conceitos: sujeito, representação social e identidade coletiva*. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- GUILBERT, & ISAMBERT, François. (1956). *Travail féminin et travail à domicile*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- HUBERMAN, Leo. (1981). *História da riqueza do homem*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- JAGLER, Christine. (1982). *Artisanat et capitalisme: l'envers de la roue de l'histoire*. Paris: Payot.
- JATOBA, Jorge. (1986). *Le marché du travail dans une région en crise, le Nord-est du Brésil*. *Revue Internationale du Travail* 125 (2).
- \_\_\_\_\_. (1988). *Pobreza urbana e mercado de trabalho: o caso brasileiro, 1970/1980*. *Estudos Econômicos* 18 (1).
- JELIN, Elisabeth. (s.d.). *Família, unidad domestica y division del trabajo: ¿que sabemos? Hacia donde vamos?* In: *Mémoires del Congreso Latinoamericano de población y desarrollo*. Mexico: UNAM/PIPSAL.

- JODELET, Denise. (1984). *Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie*. *Revue de Communication et Information* 2 (3).
- KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. (1984). *Travail féminin, travail des femmes: les enjeux des approches des spécialistes*. In: FOUGEYROLLAS-SCHNEBEL, Dominique; KERGOAT, Danièle [et alii]. *Le sexe du travail*. Grenoble: PUG.
- KOWARICK, Lúcio. (1977). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAUTIER, Frédéric. (1981). *Notes et elctures pour proposer quelques repères dans l'histoire des espaces du travail*. In: LAUTIER, Frédéric. *L'usine et son espace: penser l'espace*. Paris: Villette.
- LEACH, Edward R. (1978). *Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo*. In: LEACH, Edward R. *Repensando a antropologia*. São Paulo: Perspectiva.
- MARGLIN, Steve. (1976). *Para que servem os patrões?* In: GORZ, André [et alii]. *A divisão do trabalho*. Porto, Escorpião.
- MARX, Karl. (1948). *Le capital - Livre Première, Tome II*. Paris: Editions Sociales.
- MOREIRA, Eliana Monteiro; FAUSTO NETO, Ana Maria Q. (1986). *A pequena produção urbana: trabalho familiar e produção para o mercado*. Trabalho apresentado no Seminário Interamericano sobre a pequena produção urbana. Recife: SUDENE/ OEA.
- MOREIRA, Eliana Monteiro. (1994). *Non je ne veux plus etre le srf de personne: le cas de la petite produccion a João Pessoa - PB*. Amiens: Univ. de Picardie (Tese de Doutorado).
- MOSCOVICI, Serge. (1981). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- NETO, Genaro Ieno. (1990). *A memória como expressão da cultura*. In: *Memória e formação política de trabalhadores*. João Pessoa: UFPb (Dissertação de Mestrado).
- NOVAES, Adauto (org.). (1992). *Sobre o tempo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- NUNES, Benedito. (1992). *Experiências do tempo*. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1977). *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- PAOLI, Maria Célie. (1985). *Mulheres: lugar, imagem e movimento*. In: *Sobre mulher e violência*. Rio de Janeiro: s.r.
- PENNA, Maura. (1992). *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o 'escândalo' Erundina*. São Paulo: Cortez.
- PERRUSI, Artur. (1992). *Toda loucura será castigada: um estudo sobre a representação social da doença mental entre psiquiatras do Recife*. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- PIAGET, Jean. (1946). *A noção do tempo na criança*. Rio de Janeiro: Record.
- \_\_\_\_\_. (1979). *A constituição do real na criança*. Rio de Janeiro: Zahar.
- POLLAK, Michael. (1989). *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos históricos* 2 (3): 03-15.
- PRANDI, Reginaldo. (1978). *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo.
- ROUANET, Sérgio P. (1992). *As Minas iluminadas: a Ilustração e a Inconfidência*. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras.
- SOUZA, Laura de Mello e. (1992). *"Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII"* In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras.
- STAIB, Barbara. (1997). *Mulheres e homens construindo sua existência: formação de micro empresas na região metropolitana do Recife*. Recife: Centro Josué de Castro/SEBRAE/DED - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social.
- TELLES, Vera da Silva. (1994). *Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as difíceis relações entre pobreza, direitos e democracia*. In: DINIZ, Eli; LOPES, José L. & PRANDI, R. (orgs.). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: ANPOCS/ IPEA/ Hucitec.
- THOMPSON, Edward P. (s.d.). *The making of the english working class*. London: Harmondsworth/ Penguins Books.
- TUAN, Y Fu. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- VALLADARES, Lícia do P. & COELHO, Magda P. (1982). *Pobreza urbana e mercado de trabalho: uma análise bibliográfica*. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (14).

- VERRET, Michel. (1979). *L'espace ouvrier: l'ouvrier français*. Paris: Armand Colin.
- WEBER, Max. (1964). *L'éthique protestant et l'esprit du capitalisme*. Paris: Plon.
- WEIL, Simone. (1979). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WHITROW, Gustave J. (1993). *O tempo na história: concepções sobre o tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Zahar.

## RESUMO

TRABALHO, TEMPO, ESPAÇO E  
SUBJETIVIDADE

Este é um estudo de pequenas unidades urbanas de produção, de acordo com uma aproximação que enfatiza a dinâmica individual, ideológica e prática das pequenas empresas dependentes, que como tal deixam os fatores econômicos em uma posição secundária. As unidades estudadas misturam atividades de comerciais e industriais, dirigidas por seus proprietários, através da racionalidade de suas práticas produtivas e seus negócios. Usando os dados obtidos de 38 entrevistas com os participantes de 13 unidades de produção baseadas na área urbana de João Pessoa, mostramos a diferenciação entre as pequenas unidades estudadas, de acordo com: a) a natureza da produção, isto é, alimento e manufatura, assim como o caráter não formal de sua inserção no mercado; b) posição dos sujeitos no lugar de funcionamento como proprietários, assistentes parentes e não-parentes. Nós usamos uma estrutura conceptual simples, em que o espaço e o tempo foram as categorias principais, examinadas, pelos atores sociais, como indicadores das organizações materiais e ideais. Nossa aproximação é qualitativa e permite uma explanação desobstruída das percepções, dos racionalismos e dos subjetividades que uma aproximação quantitativa não conseguiria.

**PALAVRAS-CHAVE:** pequena empresa urbana; trabalho familiar; Paraíba.

## ABSTRACT

WORK, TIME, SPACE AND  
SUBJECTIVITY

This is a study of small urban units of production according to an approach which emphasises the individual, ideological and practical dynamics of small and dependent enterprises which as such leaves the economic factors in a secondary position. The units studied are engaged in a mixing of trade and industry activities, brought about by their entrepreneurial proprietors and the rational of their productive and trading practices. Using data obtained from 38 interviews with participants of 13 units of production based in the urban area of João Pessoa, we show the differentiation among the small units studied according to: a) the nature of production, i.e., food and manufacture, as well as to the not formal character of their inception in the market; b) position of the subjects on the working place as proprietors, relative and non relative assistants. We used simple conceptual framework, according to which space and time as main categories were examined which, as viewed by the social actors, are indicators of the material and ideal organisations. Our approach is qualitative and allows a clear explanation of perceptions, reasonings and subjectivities that a quantitative approach would not achieve.

**KEYWORDS:** small urban unit of production; familiar work; Paraíba.

## NOVAS FORMAS, VELHOS CONTEÚDOS: DIVERSIDADE PRODUTIVA E EMPREGO PRECÁRIO NA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO

Jacob Carlos Lima<sup>1</sup>

Este texto tem como objetivo analisar a diversidade de formas de organização do trabalho e relações de emprego na indústria do vestuário na Paraíba, num contexto de rápidas transformações no paradigma produtivo que se convencionou chamar de especialização flexível e suas implicações para os trabalhadores<sup>2</sup>.

O setor do vestuário - confecções e calçados - agrupa um conjunto de unidades produtivas que abrange desde o trabalho domiciliar de caráter artesanal até grandes e modernas indústrias com milhares de operários. Serve a um mercado consumidor extremamente segmentado, que vai da produção em massa à produtos individualizados e únicos.

Em termos tecnológicos, apesar dos contínuos avanços da automação de base microeletrônica presente nas plantas industriais mais modernas, o setor mantém seu caráter descontínuo, com gargalos de produção no acabamento das peças, que continuam sendo realizados por máquinas de costuras simples que não dispensam seu operador. Com isso, a utilização de mão-de-obra intensiva ainda é dominante. No país como um todo é um setor que emprega mais de um milhão de trabalhadores nas diversas formas que assume, formais e informais, da grande empresa ao trabalho domiciliar.

Possuindo baixo valor agregado em suas mercadorias, o setor é um dos mais globalizados, com peças fabricadas e montadas em diferentes países por grande grupos multinacionais. A fase da produção com a utilização de trabalho intensivo distribui-se por países que oferecem uma significativa gama de incentivos para a instalação das fábricas, com mão-de-obra barata e desorganizada, como é o caso de países asiáticos, latino-americanos e do leste europeu.

A flexibilidade da produção - em termos de dimensão, heterogeneidade de peças e baixo custo - possibilita a abertura, com pouco capital, de pequenas unidades produtivas, às vezes compostas de um único trabalhador ou com membros da família, reunidos na própria casa, a partir da compra de máquinas de segunda mão que possibilitam o início do negócio.

A indústria da moda que move o setor, estabelece padrões, modelos e variações sazonais que essa produção - extremamente flexível - acompanha sem grandes problemas. As pequenas, médias e grandes indústrias mantêm, tradicionalmente, além da mão-de-obra própria, a utilização de faccionistas - trabalhadores domiciliares que realizam acabamento das peças, ou mesmo pequenas unidades ou oficinas que trabalham como faccionistas para empresas

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

<sup>2</sup> Integra o projeto *Impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho* desenvolvido pelo GT "Tecnologia e Trabalho" da Universidade Federal da Paraíba, com apoio do CNPq e FINEP.

maiores. Na história da industrialização e do trabalho essa forma de produção ficou conhecida como *putting-out*, tendo marcado os momentos iniciais da constituição da fábrica, como a organização da produção característica do capitalismo nos séculos XVI e XVII na Europa, entrando em declínio no século XIX, embora nunca tenha desaparecido. Sua característica, a partir de então, é sua feminização, trabalho a domicílio como sinônimo de trabalho de mulheres (Abreu & Sorj, 1993).

O trabalho a domicílio pressupõe formas distintas de intermediação e subcontratação. A subcontratação envolve desde trabalhadores a domicílio até redes de clientes e fornecedores que envolvem grandes e pequenas empresas. Esse processo, dentro das novas formas de organização da produção, denomina-se terceirização sendo comum nos setores industriais que utilizam trabalho intensivo. Embora as redes de empresa possam ocasionar uma troca contínua em termos tecnológicos de gestão e qualidade, beneficiando as pequenas e micro-empresas, a utilização da subcontratação ou terceirização na indústria brasileira tem como objetivo a redução de custos com pessoal ocupado, transferindo para as empresas terceiras apenas os encargos com mão-de-obra, ou utilizando essa mesma mão-de-obra sem encargo algum, como no caso do trabalho a domicílio.

Os trabalhadores do setor, dada a heterogeneidade referida, sempre estiveram numa situação de precarização. Isso porque, nas pequenas unidades, o trabalho mantém-se, majoritariamente, na informalidade, onde os direitos trabalhistas não são observados. Alia-se a isso o fato que o trabalho na costura é considerado desqualificado, de aprendizado simples, e mal remunerado.

As grandes indústrias do setor, no Brasil, que chegam a empregar até 8.000 empregados, são numericamente reduzidas. O setor calçadista, por exemplo, concentra-se em determinadas regiões como o Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, ou em Franca, no Estado de São Paulo, com unidades produtivas dos mais diversos tamanhos e especialidades. O setor de confecções reúne grandes indústrias nacionais concentradas principalmente no Sudeste do país assim como unidades no Nordeste e outras regiões, atraídas por incentivos fiscais e mão-de-obra barata.

Com o fim do protecionismo estatal à indústria nacional e abertura do mercado na década de 90, as grandes indústrias tiveram que reestruturar-se, mantendo-se competitivas frente aos produtos importados, mais baratos e de melhor qualidade. Essa reestruturação implicou em modernização tecnológica e adoção de modernas técnicas de gestão, tendo como pressuposto o enxugamento de custo e a qualidade total. Implicou em fechamento de unidades de produção, deslocamento espacial para estados e regiões que ofereciam maiores incentivos à instalação de fábricas e terceirização de parte da produção. Como resultado, houve uma redução drástica do número de trabalhadores utilizados nas grandes unidades. Embora a tercerização seja uma tendência tem sido desfeita, com frequência, por problemas entre as empresas envolvidas. Contudo, novas formas estão sendo tentadas, como postos de serviços em cidades do interior e cooperativas de produção, cujo objetivo é a redução de custos e aumento de competitividade dentro do que convencionou-se chamar de "custo Brasil".

O "custo Brasil" é atribuído à quantidade de encargos sociais na folha de pagamento que encareceria o preço da mão-de-obra fazendo com que o país

perdesse competitividade internacional, em que pese que o custo da hora de trabalho no Brasil seja um dos mais baixos do mundo - em torno de US\$2,68 - acima apenas do México, na América Latina (com US\$2,41), dos ex-países comunistas do Leste Europeu, da China e de alguns países asiáticos (Malásia, Filipinas, Tailândia e Indonésia). Em termos de encargos sociais, duas metodologias oferecem resultados diferentes acerca do total da proporção dos salários mensais dos trabalhadores. A primeira, que ao incluir os rendimentos monetários dos empregados (13º salário, adicional de férias, FGTS, rescisão contratual) representaria um acréscimo de 123,04% do salário recebido pelo empregado; e outro, que considera os encargos sociais como proporção dos rendimentos monetários (seguro-acidente, salário educação, Incra e o Sistema S) que oneraria a folha de pagamento em 25,10% (Santos,1997).

Nesse debate, o rebaixamento do *custo Brasil* tem sido o objetivo das empresas ao reestruturarem a produção, eliminando gastos através de mobilidade espacial em busca de incentivos fiscais e distintas formas de terceirização, que vão da constituição de redes de empresas a sistemas auto-terceirizados, com unidades no interior do país, trabalho domiciliar e falsas cooperativas de produção.

As sucessivas crises econômicas enfrentadas pelo país na década de 80 e o crescimento do desemprego industrial, com os programas de reestruturação produtiva levaram, igualmente, à abertura de numerosas confecções e ateliês de costura, além do crescimento do trabalho domiciliar, que passou a funcionar como faccionista para empresas maiores, dentro do processo de otimização de custos de produção imposto pelo novo paradigma produtivo. Assim, velhas e novas formas de produção se encontram no setor do vestuário dentro, agora, de um *putting-out* globalizado.

A Paraíba e o Nordeste - mesmo sem ter representatividade quantitativa nesse setor industrial - desde os anos 70 têm recebido empresas do Sul e Sudeste do país em busca das vantagens oferecidas pelos Estados, em termos de incentivos fiscais, e da mão-de-obra abundante e barata. Para nos limitarmos à Paraíba, a modernização das unidades existentes, assim como o desenvolvimento de experiências de organização do trabalho e terceirização da produção tem acompanhado as tendências delineadas nestas últimas décadas. O local e o regional perdem sentido enquanto problema espacial, frente à proximidade dos maiores mercados consumidores do país, e se constituem agora em fator de barateamento da produção pelas vantagens oferecidas na instalação de unidades produtivas, mão-de-obra barata e desorganizada e vantagens espaciais frente aos mercados internacionais. Com isso, o estudo do setor, no Estado, termina por representar a situação não apenas do país, mas das tendências globais da produção.

Neste trabalho analisamos algumas situações típico-ideais da organização da produção e do trabalho no setor: costureiras faccionistas, pequenas oficinas de produção, pequenas e médias empresas que trabalham ou não como faccionistas, grandes fábricas que terceirizam a produção em empresas menores e cooperativas de produção. A terceirização da produção é analisada em sua pretensa modernidade, procurando detectar as nuances, os matizes dessa modernidade e suas conseqüências no trabalho: as mudanças e suas implicações

para os trabalhadores(as) envolvidos.

Essa questão nos remete à discussão da crescente precarização do trabalho e flexibilização das relações de trabalho, com a tentativa de redução ou eliminação dos direitos sociais, justificada pela necessidade de rebaixamento dos custos de produção. O trabalho vivo parece ser cada vez mais desnecessário, substituído por inovações tecnológicas e formas de gestão nas quais o trabalhador é, de modo crescente, mais dispensável.

A pesquisa foi realizada no período 1995/1997 e constou de visitas a uma das mais modernas fábricas de confecções do país instalada na Paraíba, que detém várias grifes de roupas masculinas; dois postos de serviço de uma fábrica de calçados de grupo multinacional, com várias unidades no país; duas unidades industriais no Estado, com seis postos de serviço em cidades do interior dedicados à fabricação de tênis; quatro pequenas confecções com uma média de 20 funcionários (três em João Pessoa e uma em Campina Grande), especializadas em roupas femininas, de praia e ginástica; uma fábrica que trabalha como faccionista para fábricas maiores na cidade de Guarabira, no brejo paraibano; e três cooperativas de produção: duas de calçados - uma em Santa Rita, na grande João Pessoa, e outra em Massaranduba, próximo à cidade de Campina Grande - e uma de confecções, no município de Puxinanã.

Embora não constasse do projeto inicial, o estudo das cooperativas de produção tornou-se necessário, com sua disseminação na região a partir de 1996. Representam uma nova forma de terceirização e flexibilização das relações de trabalho, constituindo-se fator de atração de indústrias para o Estado através da eliminação dos encargos sociais do custo da mão-de-obra. Essas visitas constaram de observação do trabalho, entrevistas com responsáveis, além de doze entrevistas com operários(as) de fábricas terceirizadas e costureiras domiciliares. As entrevistas com as costureiras faccionistas foram obtidas através de indicações de lojas e contratantes ou mesmo de colegas de trabalho e implicou em várias tentativas de contato e alguns retornos para complemento de dados.

A relação de fábricas e oficinas de confecção foi obtida junto ao SINE-PB e SEBRAE-PB. As fábricas maiores foram contatadas e as visitas feitas com hora marcada. Apenas uma grande indústria foi visitada, a outra prevista não autorizou a pesquisa, alegando reestruturação interna. No interior e nas cooperativas as visitas foram realizadas sem aviso prévio, sendo autorizadas já no portão dos estabelecimentos.

#### **A PEQUENA CONFECÇÃO: GESTÃO FAMILIAR E MODERNIDADE DISCURSIVA**

As quatro pequenas confecções pesquisadas tinham em comum a origem de seus proprietários: classe média, nível universitário, anteriormente com negócios próximos ao setor ou trabalho junto a este (sócios de academias de ginástica, estilista, funcionários que aderiram a programas de demissão voluntária de estatais e possuíam familiares no negócio). Três unidades funcionavam em casas adaptadas com para finalidade. Uma apenas, a de Campina Grande, alugava um grande armazém com características industriais.

Em comum, tinham o período de início de funcionamento: a segunda

metade dos anos 80, com a crise econômica e as mudanças do Governo Collor, que provocou em todo o país um crescimento de pequenos negócios e da economia informal. Atendiam ao mercado regional de roupas femininas, de praia e ginástica e encomendas de camisetas e fardamentos para eventos ou mesmo concorrências públicas. Uma delas mantinha contratos regulares de exportação, em pequena escala, de moda ginástica para Portugal e Itália.

A matéria prima era comprada em São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina e os tecidos acompanhavam as tendências nacionais e internacionais em sua composição e padronagem. A confecção de Campina Grande possuía estilista próprio, as demais acompanhavam desenhos das principais revistas de moda fazendo adaptações consideradas necessárias aos mercados atendidos. Todas possuíam grife própria; com lojas franqueadas compradoras fixas em cidades do interior da Paraíba ou capitais/centros regionais como Natal, Recife, Maceió, Teresina e Petrolina.

As máquinas foram compradas aos poucos, conforme a expansão dos negócios e seu número variava de 8 a 16, voltadas às diversas fases da costura. Algumas novas, outras de segunda mão, dentro dos padrões tecnológicos médios do setor, nenhuma com inovações micro-eletrônicas.

O número de funcionários empregados estava entre 8 e 36, incluindo o pessoal ocupado com vendas. A parte de costura era feita por mulheres, sendo que homens trabalhavam no corte, estamparia, almoxarifado e setor administrativo. O salário era o mínimo do setor (R\$140,00) chegando, em alguns casos, a dois salários. Algumas das unidades utilizavam prêmios de produção nos períodos de maior demanda - geralmente o verão - nos demais mantinham o mínimo.

O caráter familiar das empresas manifesta-se nas formas de recrutamento das costureiras e dos funcionários em geral, através de indicação de conhecidos e de trabalhadores das próprias confecções<sup>3</sup>, sendo exigido apenas conhecimentos básicos de costura. A organização do trabalho seguia, em linhas gerais, um taylorismo adaptado, com controle de tempo médio na produção de peças, sob a supervisão de uma costureira mais experiente e/ou dos próprios sócios-proprietários. A hierarquia limitava-se a um supervisor(a), geralmente a(o) proprietária(o).

Noções de qualidade total e gestão participativa eram utilizadas a partir de cursos realizados, pelos responsáveis pelas unidades produtivas, no SEBRAE e no SENAI-PB, mas sua aplicação efetiva limitava-se a conversas informais com os(as) trabalhadores(as) tentando "*incutir noções de responsabilidade*" aos funcionários para evitar o retorno das peças e para se conscientizarem que "*quanto melhor forem os negócios, melhor para o dono e para o trabalhador que assim mantêm o emprego*". Uma das confecções possuía organização mais burocratizada, com mudanças no layout da fábrica e a adoção do programa 5 S. Nesta, o discurso da qualidade e das inovações tecnológicas e de gestão resultava também da formação técnica e gerencial da proprietária, uma engenheira de produção com cursos de estilismo, com uma visão empresarial dentro dos parâmetros da mo-

---

<sup>3</sup> A seleção através de redes sociais se constitui em forma preponderante recrutamento de pessoal na maioria dos ramos industriais. Veja-se LIMA (1996; 1997).

dernidade capitalista: competitividade, novos mercados, qualidade e redução de custos.

Nas demais, o discurso se mantinha num nível de generalidade, com pouca aplicabilidade prática das inovações gerenciais: utilização de fardamento, prêmios por frases em camisetas e medidas afins eram entendidas como formas de gestão participativa.

A utilização de faccionistas, nestas empresas, era limitada. Uma delas utilizava apenas uma trabalhadora domiciliar para fazer o caseado, uma antiga funcionária cujo trabalho era considerado "de confiança". Duas confecções só utilizavam pessoal da casa e a outra comprava de outras fábricas acessórios que compunham sua linha de produção. Com isso, não podemos falar em terceirização e sim na subcontratação eventual de faccionistas, nos moldes tradicionais do setor.

Embora afirmassem contratar funcionários legalmente é praxe, nessas pequenas confecções, estratégias de postergamento do registro em carteira através de períodos de experiência que extrapolam os três meses e contratações por tempo determinado, sem formalização alguma, nos momentos de pico de produção.

### **TRABALHO A DOMICÍLIO, SUBCONTRATAÇÃO E INTERMEDIACÃO: AS COSTUREIRAS FACCIÓNISTAS**

A permanência do trabalho a domicílio para as indústrias está vinculada à diversidade da produção destinada a mercados segmentados e estratificados exigindo profissionais com habilidades distintas, e ao barateamento da produção.

O trabalho a domicílio na indústria do vestuário define-se pela precarização: a utilização do espaço doméstico para a produção, a ausência de limites para a jornada de trabalho e a utilização do grupo familiar (crianças jovens e velhos) no trabalho em casa. Neste, o que interessa para a empresa é o cumprimento dos prazos acordados. O modo como isso é feito é responsabilidade exclusiva do(a) trabalhador(a).

Ruas(1993) faz uma distinção entre as diversas formas de trabalho a domicílio dentro das "novas" formas de subcontração, na chamada "acumulação flexível" que caracteriza a atual fase da produção capitalista. Haveria o "trabalho a domicílio distribuído - TDD", onde o trabalho seria distribuído através de intermediários em residências próximas às fábricas. Este trabalho é basicamente manual e utiliza os vários membros de uma mesma família. Outra forma seria o trabalho a domicílio em pequenos empreendimentos familiares. Nesta a distinção estaria na relação direta entre as empresas contratantes e as subcontratadas, havendo operações mecanizadas e, inclusive, subcontratação de trabalhadores eventuais, estranhos à família. Essa última caracterização é particularmente presente nas faccionistas de confecções que possuem ateliê em casa, mantendo relações mais ou menos estáveis com seus fornecedores, que podem ser pequenas confecções ou grandes indústrias.

As costureiras domiciliares estudadas trabalham por encomenda, geralmente em sua própria casa, sem horários estabelecidos. As possibilidades de descanso dependem do montante de encomendas e prazos de entrega. A ausência de encomendas significa nenhum ganho. Reproduzem situações obser-

vadas em outras cidades do país, no que diz respeito ao perfil e às condições de trabalho enfrentadas cotidianamente. Numa faixa etária superior a 30 anos, com alguma experiência em costura através do aprendizado com a mãe e as mulheres da família, casadas ou com companheiro, moram com filhos e, às vezes, tendo alguém mais da família como agregado. Reproduzem um momento determinado da reprodução do ciclo familiar, quando a mulher retira-se do mercado de trabalho para cuidar dos filhos. As dificuldades da vida urbana, contudo, impedem que continuem apenas nas lides domésticas. Entre voltar para a fábrica ou trabalhar em casa, optam pelo que consideram mais viável para conciliar vida profissional e vida doméstica, sem considerar os custos desta opção.

A escolaridade é variável entre as entrevistadas, indo do ensino fundamental incompleto (1ª fase) ao superior completo. Com exceção de uma costureira com curso superior, todas as outras tinham trabalhado como operárias em fábricas ou pequenas confecções. Deixaram o emprego pelo casamento e nascimento de filhos, e o trabalho domiciliar constituiu-se no arranjo mais adequado para o esquema familiar em que viviam.

Oriundas de famílias de baixa renda, com maridos como funcionários públicos ou com pequenos negócios no mercado informal, a família ajuda nas atividades dentro de casa. A entrevistada com curso superior completo colocou o trabalho domiciliar como uma necessidade, após trabalhar 17 anos num banco estadual e ser demitida com o fechamento deste. Sem saber o que fazer, participou de um curso de modelagem do SEBRAE e passou a trabalhar com costura e facção. Ela poderia ser considerada prototípica dos novos tempos: alta escolarização, funcionária pública estável por mais de uma década e desempregada com o fim da instituição em que trabalhava.

Além do grupo familiar, que participa nas atividades dos ateliês e na organização da casa, duas entrevistadas declararam contar com trabalhadoras remuneradas eventuais conforme as encomendas obtidas.

A organização do trabalho no espaço doméstico ocupa geralmente a sala-de-estar e a varanda, que são transformadas em ateliê, com uma ou mais máquinas. Apenas uma entrevistada mantinha um quarto separado para as atividades de costura.

Os ganhos salariais são semelhantes ao das trabalhadoras de fábrica, variando em torno de dois salários mínimos e subordinado, como já foi dito, à existência de encomendas, havendo períodos sem ganho algum. Mas como já estão estabelecidas há algum tempo, conhecidas no mercado e trabalhando com várias confecções, esses períodos são reduzidos. Consideram sua renda complementar à do marido, e nunca como a principal, se constituindo numa ajuda, mesmo quando os maridos não possuíam emprego ou atividade fixa. O trabalho de costura se imbricava com o cotidiano familiar, confundindo espaço doméstico com espaço de produção.

A jornada de trabalho se adequava às necessidades impostas pelos prazos de entrega das peças e da organização interna da casa. Como não existia horário fixo, era comum o trabalho durante a noite e mesmo a madrugada. O pó levantado por máquinas de overloque e o cheiro de determinados tecidos dentro da casa foram apontados como elementos perturbadores da vida familiar, cau-

sando alergias e doenças correlatas nas crianças e adultos.

As relações com as confecções eram distintas. A distribuição e entrega das peças variava conforme a empresa sendo que, na maioria das vezes, a costureira ia buscar e entregar o serviço. As reclamações concentravam-se contra o preço baixo pago por peça, o que exigia grandes encomendas para se obter um retorno monetário satisfatório.

Além do trabalho para as confecções, algumas costureiras domiciliares prestavam serviços eventuais para vizinhos e parentes e participavam das "Feiras da Sulanca" existentes na capital. O termo *Feira da Sulanca* se originou na Feira de Caruaru, onde intermediários contratavam serviços de costureiras domiciliares em várias cidades do interior de Pernambuco e vendiam o produto no atacado e no varejo, a preços considerados competitivos. Com a abertura do mercado brasileiro e a entrada de produtos chineses a preços mínimos, a feira começou a ter problemas, assumindo um caráter itinerante por outras cidades da região, ameaçando o comércio ambulante aí estabelecido.

Utilizando o método dos feirantes de Caruaru, produtores, intermediários e vendedores ambulantes de produtos de vestuário em João Pessoa, organizados em seis grupos de 40 a 50 expositores, criaram uma feira itinerante que permanece dois dias em cada bairro da cidade. Cada expositor paga R\$5,00 por feira o que garante despesas com energia, transporte, segurança e divulgação através de carro de som. A feira tem um caráter privado, estando em processo de regulamentação junto à prefeitura.

A participação das costureiras domiciliares nessas feiras era concomitante, ou não, com o trabalho como facionistas que realizavam, uma vez que tanto uma opção como a outra é instável e ocupava os membros da família, na produção e na venda de confecções.

Como afirmado inicialmente, o trabalho a domicílio é sinônimo de precarização. Não existe alteração substancial dentro do novo paradigma produtivo. Continua respondendo às necessidades de rebaixamento de custo, mantendo a precariedade do trabalho como característica básica. A novidade – até certo ponto – está na insistência do discurso da qualidade, as costureiras sendo avaliadas pelo nível de retrabalho das peças entregues e, talvez, no perfil das costureiras com maior escolarização. Todavia, o novo aparentemente está somente no discurso. A prática é a mesma, desde as primeiras fábricas: acabamento de produtos em casa, pagamento por peças, máquinas próprias ou das fábricas.

## **AS GRANDES FÁBRICAS: MUDANÇAS DE GESTÃO E REDUÇÃO DE CUSTOS**

No setor do vestuário, a Paraíba possui duas grandes empresas instaladas no Estado. Uma de confecções e uma de calçados com três unidades situadas nos dois distritos industriais da grande João Pessoa (um na capital e outro em Santa Rita) e uma fábrica em Campina Grande. Além destas, existe uma fábrica têxtil que trabalha com toalhas e roupões, recém-adquirida por um grupo mineiro, que está instalando mais duas unidades fabris em Campina Grande.

A fábrica de confecções mantém, no Estado, sua maior unidade no país (a

origem do capital é holandês), tendo sido implantada ainda no final dos anos 60. Passou por todo um processo de reestruturação que refletiu a modernização tecnológica e gerencial do setor, assim como experiências de terceirização ainda em andamento.

Em 1989 possuía 1.832 funcionários, operando em dois turnos com o fabrico de paletós, *blasers*, calças, coletes e bermudas. Mantinha uma unidade em Aracaju, que fabricava jeans, e a matriz em São Paulo, que produzia malharia e *blasers* para exportação, o que representava 15% do total produzido. Utilizava equipamentos de micro-eletrônica e estação gráfica, sendo considerada, à época, avançada tecnologicamente em termos nacionais. Em 1991, o número de funcionários tinha se reduzido para 1.443, com uma produção diária de 1.400 calças e 400 paletós (Buonfiglio *et alli*, 1994; Lima, 1996).

Em 1995 o número de trabalhadores tinha sido reduzido para 794, com a eliminação de um turno de trabalho, ao mesmo tempo em que se aumentava a produtividade. Isso se deu através da implantação de um programa de Qualidade Total, com a eliminação de cargos hierárquicos, treinamento operário para polivalência, adoção de células de produção na fabricação de calças, *House Keeping* e *Kan ban* na produção. A produção ficou restrita a paletós e calças. Experimentava, nessa época, a subcontratação, em uma empresa terceirizada, de parte do pessoal das células de produção, justificada como eliminação de despesas com o pessoal em período de experiência.

Em 1997 o quadro tinha mudado substancialmente. O aumento da competitividade, provocada pela entrada maciça de produtos têxteis e do vestuário importados da Ásia, provocou nova reestruturação, com fechamento de unidades e modernização da maquinaria. Foram adquiridas 19 máquinas com tecnologia micro-eletrônica, acionadas por disquetes que pregam manga, bolso (substituindo 3 pessoas); cós e braguilha (substituindo 5 pessoas), costuram cadarço e pregam vivos (bolsos do paletó). O número de funcionários passou para 650, com uma produção diária de 1.842 calças e 1.415 paletós. Entre 1991 e 1997 houve uma redução de 200% no pessoal ocupado, com um incremento na produtividade/operário em torno de 500%.

A empresa abandonou as células de produção, voltou à linha de montagem nas calças - antes estavam sendo experimentadas nos paletós - e passou a trabalhar com empresas terceirizadas. Fechou a unidade de Aracaju, a matriz em São Paulo eliminou o setor de produção, ficando apenas com os escritórios centrais, *design* e modelagem, trabalhando com seis empresas terceirizadas: duas em João Pessoa, uma em Natal, uma em Aracaju e duas em São Paulo. A remuneração paga aos operários era de um salário e meio mais prêmio por produção - em torno de R\$215,00 a R\$250,00.

As empresas terceiras de João Pessoa pertenciam a gerentes ou ex-gerentes da fábrica e os operários, em sua maioria, foram seus operários na fábrica. Uma delas conta atualmente com 80 operários (começou há dois anos com 35) e trabalhava exclusivamente como terceirizada. Realizava o acabamento de peças, fechando calças sociais e coletes que vinham cortados da fábrica. A produção estava em torno de 1.000 calças por dia que, depois de lavadas, retornavam à fábrica. O salário é o mínimo profissional (R\$145,00), com um prêmio de produção (variando entre R\$40,00 e R\$70,00), além de eventuais horas extras.

As máquinas foram todas repassadas pela fábrica: 35 de costura e uma tesoura industrial. A organização do trabalho era taylorista tradicional, com um supervisor controlando a produção.

Embora o salário seja semelhante ao da fábrica, os trabalhadores não possuem nenhum tipo de reciclagem, restaurante ou refeições subsidiadas, transportes e outros benefícios mantidos pela empresa primeira. As instalações são insuficientes para o crescimento das encomendas. Nota-se a perda de qualidade nas condições de trabalho, uma precarização frente à situação anterior, mesmo que o salário nominal tenha permanecido próximo. Para a fábrica, a redução de custos é com os encargos sociais e serviços antes prestados aos trabalhadores, assim como o desengargo com o controle da mão-de-obra.

Desde o início dos anos 90 grandes indústrias instaladas na região vêm tercerizando sua produção através de empresas formadas por ex-funcionários ou mesmos funcionários graduados, em empresas situadas no interior do Estado, e com a abertura de postos avançados também em cidades do interior para onde a finalização da produção é transferida.

Vale destacar a experiência desenvolvida pela indústria de calçados que, em certa medida, antecipou o modelo desenvolvido posteriormente de cooperativas de produção induzidas, através da formação de parcerias com os governos estadual e municipal para a redução de custos. A indústria foi instalada em 1986 no distrito industrial de Santa Rita. Em 1990 começou a funcionar outra unidade no distrito de João Pessoa. Juntas, em 1992, empregavam 1.799 operários. A unidade de Campina Grande possui em média 1.200 operários.

Em 1991, começou a "auto-terceirizar"<sup>4</sup> de forma peculiar a produção criando "postos de serviços" próprios em cidades do interior do Estado. Em conjunto com as prefeituras e o Governo estadual, abriu oito postos de serviços que empregam em torno de 150 pessoas cada. As prefeituras ou o Estado cedem um galpão, que foi adequado pela fábrica às suas necessidades. O regime de trabalho era distinto do existente nas unidades fabris: o salário era o mínimo do setor: R\$140,00 por 44 horas de trabalho sem nenhum outro benefício<sup>5</sup>. As máquinas eram, basicamente, de costura e térmicas para colagem de solado, e as exigências com relação à escolaridade e qualificação da mão-de-obra eram mínimas. Os trabalhadores eram selecionados e treinados no próprio município, para onde se deslocavam os técnicos da área de recursos humanos sediados na capital.

O objetivo declarado dos postos é o rebaixamento de custos com a mão-de-obra. O operário selecionado sabe que não irá ter os mesmos direitos dos operários das fábricas. Os postos funcionam em dois turnos, de segunda à sábado, limitando-se às fases de costura e montagem. A maquinaria é simples, de costura ou térmica para colagem de solados, transferida das fábricas que modernizaram seus equipamentos. A organização do trabalho é taylorista: linhas

---

<sup>4</sup> Não se trata efetivamente de terceirização, uma vez que a fábrica mantém o controle da produção. Todavia, antecipa um modelo que, como veremos adiante com as cooperativas, significa diminuição de custos com a mão de obra, reduzindo o número de trabalhadores na planta principal e distribuindo-os em várias unidades, cuja característica é a precarização das relações de trabalho.

<sup>5</sup> O salário médio nas unidades da capital estava em R\$250,00.

de montagem, com equipes voltadas à produção de tipos de tênis específicos.

A qualidade das instalações são variáveis. Dois postos foram visitados Massaranduba e Guarabira. O primeiro, mais amplo, onde eram montados três modelos com 204 operários, encontrava-se bem localizado na cidade e suas condições gerais de higiene, limpeza e ventilação eram satisfatórias. O posto de Guarabira situava-se na periferia da cidade, num galpão cedido pela prefeitura. Ventiladores de pé, assim como grandes portas que se mantinham abertas, procuravam atenuar o calor dominante. O trabalho era de segunda a sábado e o número de trabalhadores empregados estava em torno de 180. Em nenhum dos postos existia identificação externa da fábrica.

Embora mantivesse os operários como seus funcionários, a fábrica pagava o mínimo exigido legalmente e beneficiava-se de incentivos do Governo do Estado e das prefeituras. Para os trabalhadores, a ausência de opções garantia certa docilidade frente às condições de trabalho existentes. Para a empresa, a descentralização da produção garante ganhos relativos aos incentivos referidos e redução do salários diretos e indiretos.

Por outro lado, o montante de salários pagos reflete-se positivamente na economia de municípios situados em áreas próximas ao semi-árido e sem atividades econômicas significativas, o que faz com que os postos sejam disputados pelas prefeituras.

No município de Guarabira, além do posto de serviço da indústria de calçados, existem duas fábricas de um mesmo grupo, que trabalham como faccionistas para a indústria de toalhas e roupões sediada em João Pessoa, além de fabricarem fardamentos para a Marinha e Aeronáutica. O número de funcionários varia em função dos pedidos. O número de operários nas duas fábricas estava em torno de 400, aumentando nas épocas de maiores encomendas. As fábricas trabalhavam em dois turnos, que podem ser reduzidos para apenas um, conforme a época, dispensando os trabalhadores "excedentes".

A unidade que trabalhava como facção pagava aos trabalhadores por produção. Eram produzidos 13.000 roupões por mês e 14.000 toalhas/dia. Por cada toalha costurada, o(a) operário(a) ganhava R\$0,02. Algumas costureiras chegavam a produzir 900 toalhas por jornada de trabalho, o que significa um ganho aproximado de R\$18,00/dia. Mantendo essa produção poderiam ganhar em torno de R\$200,00 mensais ou mais. Como são exceções, pouco contavam no cômputo geral de salários. No caso dos roupões, o ganho era fixo: um salário mínimo. Cerca de 90% dos operários são "operárias", mulheres trabalhadoras.

Essa unidade possuía, ainda, uma parte de tecelagem, onde era feita a malha para o fardamento militar. A rotatividade dos trabalhadores era muito grande acompanhando a sazonalidade das encomendas. O prédio estava situado na saída da cidade, em pleno agreste nordestino, num galpão coberto por telhas de amianto que tornava o ambiente extremamente quente (a outra unidade situava-se no centro da cidade). Os trabalhadores trabalhavam suados, o tempo inteiro. A fábrica não dispunha de equipamentos de exaustão para mudança do ar e os ventiladores existentes eram poucos e insuficientes. Junto com o calor, os trabalhadores conviviam com a poeira dos tecidos. O horário de funcionamento da fábrica era das 07:00 às 17:00 hs para o roupão e das 06:00 às 16:00 hs para as toalhas. A diferença de turno deve-se ao único ônibus da empre-

sa, que busca os trabalhadores na cidade.

O município de Guarabira situa-se no nordeste do Estado da Paraíba, na micro-região conhecida como Piemonte da Borborema, com temperaturas médias de 30 graus. Constitui-se em pólo comercial e de emigração da região, dada a miserabilidade da população circundante. É, também, área de conflito de terras.

### AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO...

As cooperativas de produção do vestuário no Nordeste<sup>6</sup> surgiram em 1994, a partir de uma brecha na CLT: o artigo 442, que estabeleceu, a partir da Constituição de 1988, a inexistência de vínculos empregatícios entre os cooperados e as cooperativas e entre os contratadores de serviços e os cooperados.

A primeira experiência foi no Ceará, na região chamada de Maciço do Baturité a aproximadamente 45 km de Fortaleza. Em parceria com o Governo estadual, prefeituras municipais, órgãos como SENAI, SINE e SEBRAE, um grupo de Taiwan instalou uma fábrica de máquinas de costura, uma de confecções, uma de motores para as máquinas e uma de gelatina comestível. A fábrica de motores e a confecção foram organizadas para trabalhar quase que integralmente terceirizada, apenas com pessoal técnico e de supervisão.

O Governo do Estado montou um Centro de Formação de Confeccionistas na cidade de Acarape, que passou a treinar os trabalhadores e a formar cooperativas em 15 municípios da região. As cooperativas recebiam as máquinas financiadas pelo Banco do Nordeste, com aval da fábrica de máquinas e a garantia da compra da produção pela fábrica de confecções. Os trabalhadores recebiam noções mínimas de cooperativismo e elegiam uma diretoria pró-forma das cooperativas que passavam a funcionar - informalmente - como um setor da empresa. Um supervisor da empresa controlava a produção, cabendo à diretoria da cooperativa as relações com a mão-de-obra. No início, as cooperativas chegaram a ocupar 1.800 trabalhadores, com uma média de 35 a 60 trabalhadores por cooperativa ou unidade de cooperativa (uma mesma cooperativa tinha em média 3 unidades).

Essa experiência inicial multiplicou-se em outros Estados da região, como Pernambuco e Rio Grande do Norte, com cooperativas vinculadas a grandes empresas nacionais de confecções.

A partir de 1996, começam a se instalar, também no Ceará, cooperativas vinculadas a indústrias calçadistas do Sul e Sudeste do país, atraídas pelos incentivos oferecidos pelo Estado, além do rebaixamento de custos presente na proposta, onde praticamente os gastos com mão-de-obra são reduzidos, uma vez que não são pagos direitos trabalhistas como férias, 13º salário, descanso remunerado, FGTS e benefícios sociais, mas como recolhimento para a previdência social, seguro saúde e outros que incidem sobre a folha de pagamento.

A migração de indústrias do vestuário para o Ceará e outros Estados da região<sup>7</sup>, enquadra-se na reestruturação desse setor industrial, provocada pela

<sup>6</sup> Sobre cooperativas de produção do vestuário no Nordeste veja-se também Lima (1997) e Moreira (1996, 1997).

<sup>7</sup> Essa migração deve se: relativizada. As empresas do Sul e Sudeste estão abrindo unidades no

abertura de mercados e a necessidade de manter competitividade internacional com a redução de custos. A fábrica "enxuta" é entendida não apenas como maior racionalização nos processos de gestão e modernização tecnológica mas, principalmente, redução de custos com mão-de-obra.

As cooperativas de calçados seguiram modelo diferenciado daquele seguido pelas confecções. Ao invés de várias unidades distribuídas em diversos municípios, passaram a induzir a formação de cooperativas com 500 ou mais trabalhadores num único local. O esquema pressupunha, igualmente, a parceria com órgãos estatais e governos locais, que garantiam terrenos galpões, e bolsas-treinamento - o pagamento de meio salário mínimo por até dois meses aos trabalhadores. As fábricas cediam as máquinas em comodato para as cooperativas e mantinham o controle da produção através de supervisão de funcionários próprios.

Característica comum a essas cooperativas, tanto de confecções como de calçados, é o fato de situarem-se em cidades do interior, onde a renda da população raramente atinge um salário mínimo e a maioria da população vive em condições de indigência. Com isso, o impacto econômico e social dessas cooperativas tem sido bastante significativo, introduzindo uma parcela da população no mercado e dinamizando a economia local.

A Paraíba, tendo o modelo cearense como parâmetro, definiu como política industrial a atração de fábricas com a utilização de trabalho terceirizado em cooperativas nos mesmos setores disputados pelos Estados vizinhos: os que utilizam trabalho intensivo nos quais a mão-de-obra barata é um fator de produção atraente, somado a incentivos fiscais que tornam o investimento altamente rentável e sem risco: têxtil, confecções e calçados.

Para tanto, o Governo estadual contratou a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado da Paraíba - FECOAGRO, para organizar as novas cooperativas. A direção da FECOAGRO é a mesma da OCEPB - Organização das Cooperativas do Estado da Paraíba. No momento da pesquisa quinze cooperativas estavam sendo organizadas. Algumas começaram a funcionar no segundo semestre de 1997 ainda em escala menor das existentes nos outros Estados. Diferem-se também pelo fato de serem organizadas pelo Estado, através da OCEPB<sup>8</sup>. Nesse sentido, algumas variações do modelo vão no sentido de adaptá-lo às condições existentes no Estado.

Três cooperativas foram analisadas. Todas em implantação, o que não permitiu grandes considerações sobre sua efetiva viabilidade e continuidade. Das três, apenas uma estava vinculada a uma grande empresa do Sudeste do país. As demais trabalham como faccionistas de empresas do próprio Estado que, por sua vez, atendem ao mercado nacional e mesmo de exportação.

A primeira delas está vinculada a uma empresa de Franca em São Paulo. Foi atraída pelo Governo do Estado com promessas de galpão, bolsa-treinamento e compra de máquinas, que seriam cedidas em comodato com a cooperativa.

---

Nordeste e experimentando a terceirização por cooperativas sem, por enquanto, fechar unidades na região de origem. A tendência é manterem suas sedes, com redução significativa de pessoal na produção.

<sup>8</sup> Nos demais estados estudados - Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará - as OCE's atuam apenas como parceiras nos projetos e, às vezes, nem participam. Veja-se Lima (1997).

Formou-se na grande João Pessoa, no município de Santa Rita, aproveitando trabalhadores com experiência de trabalho na indústria de calçados. Esse fato, desde o início, provocou grande rotatividade entre operários que permanecem na cooperativa enquanto não conseguem um emprego formal. Acostumados com o trabalho assalariado, tem dificuldade de entender o significado de trabalharem em uma cooperativa quando no cotidiano da fábrica obedecem aos prepostos da empresa (efetivamente não formalmente) e não possuem os direitos sociais de funcionários.

A empresa abriu na cidade um centro de distribuição e começou a mandar para a cooperativa modelos de sapatos para consumo regional como forma de experimentar o sistema. Possuía uma linha de montagem com 110 trabalhadores, que trabalhavam 44 horas semanais em um turno das 00:07 às 11:30 hs e das 12:30 às 16:00 hs, com oito horas na produção/teste de um modelo. Tem como previsão ocupar 500 trabalhadores com uns quatro ou cinco modelos de calçados. Todos os trabalhadores cooperativados recebem por produção o que, naquele momento, mantinha certa igualdade de ganhos (um salário). Os diretores declararam que deverão receber um pró-labore a ser decidido em assembléia da cooperativa.

O Governo estadual atrasou a preparação dos galpões e a empresa iniciou, por conta própria, a produção, alugando e adaptando um galpão. O *layout* é de uma fábrica normal. A direção da empresa mantém uma sala com visor para o setor de produção e para o escritório. Uma outra sala, vazia, funciona como sala da direção da cooperativa. Dois funcionários graduados da empresa "dirigem" a cooperativa.

Próximo à cooperativa funciona um Centro de Treinamento para trabalhadores das cooperativas de calçados. Nesse centro, os trabalhadores aprendem a utilizar as máquinas, assim como recebem noções rápidas de cooperativismo. É mantido pelo Governo do Estado, através do SINE, pelo SENAI, pela OCEPB e pela Prefeitura Municipal de Santa Rita. Funciona em galpões da CINEP (Companhia Industrial do Estado da Paraíba), com máquinas compradas pelo Governo do Estado. Apesar da dificuldade de entender o funcionamento da "cooperativa" é grande a procura pelo centro de treinamento, dado o grande número de desempregados na capital com as reestruturações em curso nas fábricas locais, além do desemprego "estrutural" existente no Estado e na região.

A outra cooperativa de calçados funciona na cidade de Massaranduba, próximo a Campina Grande (segunda cidade do Estado e centro comercial). Massaranduba possui também um posto de serviço da Alpargatas, que fornece trabalhadores "treinados" para a cooperativa.

Esta funciona no andar de baixo de um sobrado fornecido pela prefeitura e trabalha com 22 trabalhadores cooperativados, subordinados a um "assessor técnico" da cooperativa, um ex-funcionário graduado de uma empresa de calçados que trabalha para a FECOAGRO. Também em início de atividades, monta sandálias de uma fábrica de calçados de Campina Grande, que por sua vez exporta parte da produção. Nesta, o assessor respondeu pelas informações. A própria formalidade da direção da cooperativa não aparece. Ele é o responsável pela organização da produção e por seu funcionamento.

A terceira cooperativa funciona em Puxinanã, município também próximo

a Campina Grande. A peculiaridade dessa cooperativa está na forma como foi instalada: vinculada a uma empresária de Campina Grande. Esta iniciou as atividades da cooperativa no início de 1996, bancando, com recursos próprios, a maquinaria para uma confecção que passou a produzir camisas planas e roupas básicas para crianças, além de enxoval nos quais as cooperativadas foram organizadas segundo suas habilidades como costureiras ou bordadeiras. Esse enxoval constituía-se de passadeiras, toalhas e panos diversos que eram cortados, bordados e costurados. As peças que exigiam trabalho em máquinas passaram a ser realizados num prédio alugado na cidade, os demais que exigiam apenas trabalho manual as trabalhadoras levavam para casa. Tanto as trabalhadoras da confecção como as bordadeiras a domicílio ganham por produção.

A adesão à cooperativa pressupõe o pagamento de uma cota de R\$20,00 que é parcelada pela empresária e presidente da cooperativa. Como a maioria das mulheres não dispõe desse recurso, a presidente termina por "doar" as cotas. A Cooperativa possui 80 trabalhadoras a domicílio e 15 na sede.

A produção passou a ser vendida por vendedores no mercado de Campina Grande, João Pessoa e outras cidades da região. Trabalha por encomendas, mantendo sempre um pequeno estoque para períodos de maior procura. Havendo encomendas a produção mensal atinge em torno de 10.000 a 15.000 peças.

A Cooperativa de Puxinanã conta, em seu prédio central, com 18 máquinas de costura e overloque num mesmo espaço, e duas salas de corte. Parte das máquinas(50%) foram compradas com financiamento do Banco do Nordeste, as demais com recursos próprios. Mantém ainda uma pequena loja onde expõe sua produção.

A partir do segundo semestre de 1996, começou a vender serviços como faccionista para fábricas. Montou duas unidades, vinculadas a uma empresa de Campina Grande, produtora de material têxtil cirúrgico como compressas e ataduras. Alugou duas casas na cidade, adaptando-as às necessidades da produção. Em uma mantém a produção de compressas esterilizadas ocupando 50 cooperadas em dois turnos: das 06:00 às 14:00 hs e das 14:00 às 22:00 hs, com 12 máquinas cedidas em comodato pela fábrica. Esta unidade é composta de três seções: o "campo operatório", lugar onde é dado acabamento de costura às compressas; uma seção de corte, onde quatro rapazes cortam as faixas de compressas e outro setor de esterilização, "revisão do campo operatório" com doze trabalhadoras que embalam o produto. As meninas trabalham com protetores para cabelo e boca e avental branco. Na sala de esterilização usam também protetores para os pés. Existem duas supervisoras, sendo que uma é funcionária da fábrica, responsável pela qualidade dos produtos e supervisão dos procedimentos utilizados.

Três vezes por semana a empresa entrega e recolhe material. Segundo a presidente, a produção não é maior por falta de espaço. Na segunda unidade são preparadas as ataduras. Elas são cortadas e embaladas. As trabalhadoras, em torno de 46, se revezam no corte e na embalagem que são feitas manualmente. Uma máquina fecha os sacos plásticos com as ataduras. Dois adolescentes ajudam no deslocamento dos fardos. Tal como a unidade das compressas, esta

situa-se também numa residência adaptada. O espaço é restrito e parte do serviço - as embalagens - são realizadas pelas trabalhadoras sentadas no chão. Uma seção de serigrafia está sendo montada.

A maioria das trabalhadoras são meninas com idade entre 15 e 18 anos, com escolaridade variada, chegando até o ensino médio completo. Segundo a presidente, este ano é condição que todas permaneçam estudando, o que não vem acontecendo.

A seleção das trabalhadoras privilegia as moradoras do município e seus arredores. No momento, a presidente utiliza um Centro Social na área rural do município como centro de treinamento para costureiras, com duas máquinas.

Segundo a presidente, a maioria dos investimentos na cooperativa tem sido próprio, uma vez que o retorno ainda é baixo. Com isso se justifica a inexistência de distribuição de rendimentos entre as cooperadas, ou mesmo a inexistência de fundos para garantir recesso ou mesmo férias das trabalhadoras. As cooperadas não recolhem o INSS.

Faltas e doenças das trabalhadoras são compensadas ou mesmo substituídas. Os ganhos são por produção, podendo chegar a um salário mínimo. Todavia a média ganho das trabalhadoras domiciliares fica bem abaixo disso, dada a instabilidade dos pedidos. Na facção, durante os períodos de baixa produção, as cooperadas vão pra casa e não ganham nada. Já em períodos de alta produção não existe descanso semanal: as encomendas tem que ser atendidas.

O discurso da presidente-proprietária é o alcance social do projeto. Segundo ela, oferece emprego em uma região em que, de outra forma, isso seria impossível. As dificuldades de acesso a benefícios implícitos na política de industrialização do Estado são sugeridas como decorrência de interesses políticos contrariados. Empregando cerca de 200 pessoas, é a maior empregadora da cidade. Ainda segundo suas palavras, seu objetivo é organizar uma fundação, para dar atendimento social às cooperativadas.

Sua maior dificuldade no empreendimento é a compreensão, por parte das cooperativadas, do caráter "associado" do trabalho. Contudo, nenhuma noção de cooperativismo foi passado às "meninas". Avalia, no entanto, que a cooperativa de mão-de-obra tem tudo para dar certo, uma vez que considera que os encargos sociais como um peso grande para as empresas, sendo as cooperativas uma saída para o problema. Seus acordos com a fábrica prevêem a transferência da parte de tecelagem para a cooperativa de Puxinanã. Entretanto, ainda faltam os galpões, ou seja acordos políticos que os viabilizem.

Como possui a maioria das cotas da cooperativa e é a maior investidora de capital a empresária se mantém como presidente da cooperativa. Situação em que pretende continuar até que *"apareça alguém que dê continuidade ao seu trabalho"*. Seu marido e os quatro filhos a auxiliam na gestão das unidades da cooperativa.

## HETEROGENEIDADE E PRECARIZAÇÃO

Os quatro modelos estudados nos deixam visualizar não apenas a heterogeneidade do setor mas também a histórica precarização das relações de emprego e trabalho neste setor industrial. Precarização que hoje assume ares

de modernidade, com o discurso da qualidade e da flexibilização das relações de trabalho. A qualidade como sinônimo de intensificação e maior controle sobre o trabalho e trabalhador e flexibilização como sinônimo de redução de direitos sociais.

A terceirização da produção em costureiras(os) domiciliares sempre fez parte da rotina de fábricas de confecções e calçados, existindo pequenas cidades do interior do país dedicadas quase que exclusivamente a essas atividades.

A grande indústria do setor - principalmente de confecções - pode ser considerada relativamente recente no país, com a massificação da produção antes realizada por uma infinidade de oficinas e ateliês artesanais. Contudo, a grande indústria não eliminou outras formas de produção, dadas as características de um mercado altamente segmentado e de uma indústria da moda que exige mudanças constantes na produção. Essas exigências mantêm na grande fábrica produtos básicos e nas menores os produtos vinculados a sazonalidades variadas.

Para os trabalhadores do setor, essa heterogeneidade tem significado baixa formalidade de empregos, e esses são de má qualidade, onde os direitos sociais raramente são observados. Outra característica é sua feminização, vista como trabalho desqualificado e de conhecimento "adstrito", trabalho complementar para compor a renda familiar (Abreu, 1995).

Os trabalhadores de grandes fábricas ou indústrias terminam sendo minoria no conjunto da categoria e, neste quadro, possuem situação diferenciada. São nessas fábricas que ocorrem, eventualmente, movimentos de resistência, embora extremamente dispersos. Apenas um movimento pode ser tido como relevante no setor. A tentativa de formação de uma câmara setorial do vestuário em São Paulo, que resultou de um movimento de certa envergadura entre os trabalhadores de grandes fábricas na cidade (Nogueira, 1995).

Com isso, os sindicatos - ao contrário dos existentes no início do século, onde sapateiros e alfaiates constituíam-se em categorias combativas enquanto artesãos que se destacavam no conjunto do operariado - tornaram-se pouco representativos, em sua maioria apenas órgãos assistenciais, com diretorias que se perpetuam no poder. Com a reestruturação produtiva, o desemprego em massa de trabalhadores fabris e a perda da representatividade sindical, esse quadro se agrava.

A terceirização em empresas menores no interior ou a abertura de postos de serviços funcionam como rebaixamento de custos e precarização. O custo de vida nessas pequenas cidades é mais baixo, as possibilidades de emprego são mínimas, não existindo opções para o trabalhador. O caráter globalizado do setor permite deslocar a produção para onde os custos são menores.

Portanto, pode-se afirmar que terceirização da produção e precarização do trabalho tem sido característica dominante no setor desde seu início. Com as mudanças atuais, a modernização cria uma nova precarização, representada pela flexibilização de relações de trabalho que no Brasil sempre foram flexíveis. Basta considerar que desde 1966, com o regime militar, foram eliminados da CLT quaisquer entraves à demissão de funcionários com mais de dez anos de serviço, assim como a desobrigação de pagamento de indenizações. Permaneceram apenas obrigações sociais, vistas atualmente como grandes vilãs

no encarecimento da mão-de-obra que, como vimos, dependendo da metodologia utilizada varia de 25% (utilizada pelo DIEESE) até 123% (utilizada pela FIESP).

Enquanto permanece a discussão, a terceirização em cooperativas de produção ou de trabalho resolve a questão das obrigações sociais previstas na legislação para o trabalho assalariado. Nestas não existe assalariamento, mas sim trabalho "associado", fora do alcance da CLT e, portanto, não existem direitos trabalhistas ou obrigações sociais, flexibilizando mais ainda o já flexibilizado mercado de trabalho.

O modelo de Cooperativas induzidas pelo Estado em parceria com empresas elimina, também, o caráter de autonomia dos trabalhadores cooperados, essência do sistema. A autonomia passa significar exclusivamente a gestão da mão-de-obra e, mesmo assim, sob supervisão da empresa. Dada a inexistência de uma cultura operária onde o trabalho autônomo resulta de conquistas dos próprios trabalhadores, a falsa autonomia passa a representar mais uma forma de subordinação. Subordinação de trabalhadores que são introduzidos no mercado de trabalho através de um sistema que não lhes oferece nada além de um ganho imediato, possível se houver a produção esperada.

O caráter perverso desse modelo ou sistema está em sua localização geográfica, em regiões ou cidades onde as possibilidades de emprego são mínimas e as ocupações mal garantem a subsistência. A possibilidade de atingir um salário mínimo, segundo a declaração de um secretário de Estado da região, significa uma melhora de 100%, afinal para quem não ganhava nada é um grande avanço.

O modelo pressupõe, também, a permanência de velhas formas de dominação paternalistas, agora travestidas de modernidade. Enquanto que em algumas cooperativas a relação com a empresa é burocrática, na maioria através de funcionários, em algumas delas se junta o caráter de assistência social que estaria por trás de projetos de cooperativas. Isso ficou evidente na declaração de uma presidente ao se referir às suas "meninas" que trabalham de domingo a domingo: "eu adoro essas meninas, são como minhas filhas... no começo deram um certo trabalho, mas agora estão ótimas". Ou seja: aprenderam o significado "moderno" do trabalho autônomo nessas cooperativas e ficaram quietas.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alice Rangel de Paiva & SORJ, Bila. (1995). *Subcontratação e relações de gênero na indústria de confecção*. In: ABREU, A. R.P. & PESSANHA, E.G.F.(org). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC Editora.
- CAMARGO, José Márcio (org). (1996). *Flexibilidade no mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas.
- CARRILO V., Jorge. (1994). *The apparel maquiladora industry at the mexican border*. In: BONACICH, E.; CHENG, L. et alli. *Global production: the apparel industry in the pacific rim*. Philadelphia: Temple University Pres.
- CHINCHILA, Norma & HAMILTON, Nora. (1994). *The garment industry and economic restructuring in Mexico and Central America*. In: BONACICH, E., CHENG, L. et alli. *Global production: the apparel industry in the pacific rim*. Philadelphia: Temple University Press.
- FARIA, Aparecido de. (1994). *Terceirização: um desafio para o movimento sindical*. In: MARTINS, Heloisa T.S. & RAMALHO, José Ricardo. *Terceirização: diversidade e negociação no mundo*

- do trabalho*. São Paulo: Hucitec/ CEDI-NETS.
- LIMA, Jacob Carlos. (1996). *Qualidade e precarização: organização da produção e gestão do trabalho no setor do vestuário*. *Política & Trabalho* (12): 61-103.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Negócios da China: a nova industrialização do Nordeste*. *Novos Estudos Cebrap* (49): 141-158.
- MOREIRA, Maria Vilma Coelho. (1996). *Globalization and the incorporation of women's labor: the case of garment cooperatives in Northeast Brazil*. Knoxville: University of Tennessee (Tese de Doutorado).
- \_\_\_\_\_. (1997). *Cooperativismo e desenvolvimento: o caso das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité*. *Política & Trabalho* (13): 55-76.
- OS SÓCIOS do suor. (1997) *LIDA - Revista do Ministério do Trabalho*, maio/junho.
- NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. (1995). *Mudanças nas relações de trabalho na indústria do vestuário: o caso da Câmara de Entendimento Privado*. São Paulo (versão preliminar).
- RAYMOND, Louis. (1986). *Cooperativas de mano de obra, en regresion o expansion?* Madrid: Ministerio del trabajo y Seguridad Social (Col. "Informes OIT").
- SAFA, Helen. (1994). *Exportin manufacturing, state policy, and women workers in the Dominican Republic*. In: BONACICH, E., CHENG, L. et alli. *Global production: the apparel industry in the pacific rim*. Philadelphia: Temple University Press.
- SANTOS, Anselmo Luís dos. (1997). *Encargos sociais e custo do trabalho no Brasil*. In: SANTOS, A. L. et alli. *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta.

## RESUMO

NOVAS FORMAS, VELHOS  
CONTEÚDOS: DIVERSIDADE  
PRODUTIVA E EMPREGO PRECÁRIO  
NA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO

Este artigo analisa a diversidade das formas de organização do trabalho e relações de emprego na indústria do vestuário, num contexto de rápidas transformações no paradigma produtivo que se convencionou chamar de especialização flexível e suas implicações para os trabalhadores. Analisa situações de trabalho domiciliar, a organização do trabalho em uma grande indústria e pequenas fábricas que trabalham como confeccionistas terceirizadas, "postos de serviços", e cooperativas de produção industrial, tendo a Paraíba como referência empírica. Procura demonstrar que as transformações na produção e organização do trabalho mantêm a precariedade que caracteriza historicamente o setor, mudando apenas suas formas. Resulta de pesquisa realizada junto ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa "Tecnologia e Trabalho" da Universidade Federal da Paraíba, com apoio do CNPq.

**PALAVRAS-CHAVE:** relações de trabalho; terceirização; subcontratação.

## ABSTRACT

NEW FORMS, OLD CONTENTS:  
PRODUCTIVE DIVERSITY AND  
PRECARY EMPLOYMENT  
IN GARMENT INDUSTRY

This article analyses the diversity in the ways of organising the labour and employment in the garment industry in a context of fast transformations in the productive paradigm, which do normally added "flexible specialisation" and its implications for the workers. Attempts to analyse situations of work done at home, the organisation of labour in a large industry and small factories working as subcontractors, and co-operatives of industrial production, taking Paraíba as an empiric reference. It tries to demonstrate that the transformations in a production and industrial organisation maintain the precariousness that characterise the garment industry. These are the results of a research done by the "Technology and Work" Interdisciplinary Research Group of the Federal University of Paraíba with the support of CNPq.

**KEYWORDS:** garment industry; labour relationships; subcontractors forms.



## EM BUSCA DAS METÁFORAS PERDIDAS: UMA EXPERIÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE VÍDEOS A PARTIR DA OBRA DE GASTON BACHELARD

Elisa Maria Cabral<sup>1</sup>

*"...a metáfora é o fenômeno da alma poética. É ainda um fenômeno da natureza, uma projeção da natureza humana sobre a natureza universal".*

Gaston Bachelard, *A água e os sonhos*.

*"Quando os prestígios da sombra e do duplo se fundem na tela branca de uma sala noturna, perante o espectador, enfiado no seu alvéolo, (...) quando os canais da ação se fecham, abrem-se então as comportas do mito, do sonho e da magia"*

Edgar Morin, *O cinema ou o homem imaginário*.

### AS MOTIVAÇÕES DA PESQUISA

As concepções filosófico-poéticas de Gaston Bachelard sobre o imaginário a partir da materialidade dos elementos da natureza e a extensão das idéias contidas nas suas *Poética do Espaço* e *Poética do Devaneio* fundamentaram uma pesquisa estética na linguagem do cinema e do vídeo, que deu nascimento a dois vídeos: "*Espaços Poéticos de Gaston Bachelard*" e "*Fragmentos de uma Poética dos Elementos*"<sup>2</sup>.

O principal elo entre as idéias de Bachelard e o processo de criação dos vídeos realizados situa-se em relação ao imaginário poético, no qual uma poética visual se entrelaça aos fundamentos que o filósofo empreende sobre os diversos textos literários.

De antemão, desejaríamos destacar que não pretendemos desenvolver ou mesmo propor nenhuma teoria, mas apenas relatarmos as nossas motivações de trabalho, em torno das principais idéias que inspiraram a realização dos vídeos. E quando evocamos as concepções teóricas de Bachelard, o fazemos como resultado de uma espécie de "identificação profunda", de uma imersão na dimensão poética. E para melhor exprimirmos esses momentos de poesia não podemos nos distanciar deste estado poético, mas sim vivenciá-lo em toda

---

<sup>1</sup> Professora do Deptº de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

<sup>2</sup> Estes vídeos são o resultado do desenvolvimento de um Projeto de Pesquisa de Pós-Doutorado desenvolvido no Centro de Pesquisas Gaston Bachelard da Universidade de Bourgogne (Dijon, França). Projeto este que decorreu da necessidade de dar prosseguimento a uma pesquisa anterior intitulada "A Linguagem do Vídeo, a Poética e as Imagens Primeiras" (1991-1995), desenvolvida no Departamento de Ciências Sociais/CCHLA/UFPB, em João Pessoa-Paraíba-Brasil. Cópias dos vídeos encontram-se disponíveis para empréstimo no DCS e no PPGS-UFPB.

a sua intensidade, com toda plenitude da “ressonância” e da “repercussão”<sup>3</sup> dos poemas, na vibração de seus instantes.

Existem assim leituras de poemas que fazem com que mergulhemos através de profundidades tão intensas que ficamos como que “contagiados” de modo a retransmiti-los, a repetir a experiência poética como uma espécie de “re-vivenciação”, presentificação, num nível em que parecemos mesmo interagir com os autores, no plano de uma participação subjetiva, entre subjetividades, inter-subjetividades, como nos situa o filósofo:

*“Admitindo uma imagem poética nova, experimentamos seu valor de intersubjetividade. Sabemos que repetiremos para comunicar nosso entusiasmo. Considerada na transmissão de uma alma para a outra, vê-se que a imagem poética escapa às pesquisas de causalidade.”*  
(Bachelard, 1988 a: 100)

Da mesma forma que Bachelard experimenta um grande entusiasmo na leitura dos textos poéticos, para nós, apontar as concepções bachelardianas é comunicar o “valor de intersubjetividade” que experimentamos através das leituras dos textos do filósofo, que se situam como se fossem propriamente “*imagens poéticas novas*”. Os trechos lidos, carregados de poeticidade, apresentam o dinamismo próprio das imagens com seu poder de “*presentificação*”, com sua força que equivale a uma “*explosão de imagens*”, que nos incita, dentro de uma ressonância de ecos longínquos, à repercussão no plano de transmissão de um leitor a outro. E esse processo atinge nossa alma de maneira simples, sem que seja necessária uma bagagem teórica ou uma explanação de conceitos, como afirma o filósofo:

*“A imagem, em sua simplicidade, não precisa de um saber. Ela é a dádiva de uma consciência ingênua. Em sua expressão, é uma linguagem jovem. O poeta, na novidade das suas imagens, é sempre origem de linguagem.”* (Bachelard, 1988 a: 97)

Esta simplicidade das imagens poéticas nos indica por outro lado um plano oposto de uma complexidade complementar, no que se refere aos “*Instantes Metafísicos*” relativos à poesia, dentro de uma experiência sensível onde são rompidas as dimensões de espaço e tempo. O leitor se identifica assim com momentos atemporais, numa experimentação intersubjetiva de caráter transcendente, pois, de acordo com a concepção bachelardiana “*a poesia é uma metafísica instantânea...Ela é então o princípio de uma simultaneidade essencial, na qual o ser mais disperso, mais desunido, conquista a unidade*” (Bachelard, 1986: 183).

Esta dimensão metafísica do Instante Poético se aproxima do plano das “*correspondências baudelaireanas*”. Ponto de encontro das simultaneidades sensíveis, onde confluem as correspondências interpoéticas. Nesta instância somos arrastados para um plano onde atua a dinâmica das verticalidades. A tendência predominante é a ruptura com um tempo horizontal, em que prevalecem as sucessões, pois “*(...) o tempo não corre mais. Jorra (...)*” (Bachelard, 1986: 185).

<sup>3</sup>Segundo Bachelard, “na ressonância, ouvimos o poema, na repercussão nós o falamos, pois é nosso(...) A exuberância e a profundidade de um poema são sempre fenômenos da dupla: ressonância e repercussão. Parece que, por sua exuberância, o poema desperta profundezas em nós” (1988 a: 99).

A partir dessa concepção de “corte” temporal, iniciamos propriamente nossas considerações sobre a linguagem do cinema e do vídeo.

Apontamos dentro desta perspectiva uma “ruptura” com a concepção mais comum da linguagem do cinema que se apoia na duração temporal, na articulação dos planos, no jogo das sucessivas metonímias (mais particularmente as sinédoques) que se concatenam para completar as “seqüências fílmicas”. Não se trata aqui de negarmos a existência temporal da expressão da linguagem do cinema, mas sim de destacarmos dentro de uma poética visual, em sua correspondência com a poesia verbal, a predominância do emprego da metáfora, tendo em vista todo o dinamismo verticalizante da dimensão metafórica.

Remarcamos assim a importância da metáfora dentro das concepções de Bachelard, numa dimensão em que a própria “(...) *imagem literária pode ser caracterizada pela ligação da imagem (visual) e da metáfora, no plano onde a palavra não é uma mera evocação de imagens visuais mas é insinuação de fusão de imagens... todas as matérias imaginárias, todos os elementos poéticos vêm trocar suas riquezas, alimentar um pelo outro suas metáforas*” (Bachelard, 1990: 97).

Desta forma, nosso desafio no tratamento visual das imagens na linguagem experimental do vídeo é de justamente procurar uma dimensão metafórica das imagens que se aproxime de uma polissemia mais abrangente, característica das imagens literárias. A polissemia aproxima-se de uma verticalização das imagens, de uma explosão de imagens.

A metáfora em Bachelard, tal como destacamos em sua função poética dinamizante, tem um poder de ambivalência, de reversibilidade com a própria natureza, num nível em que as imagens são realidades psíquicas primárias, arquetípicas, onde elas chegam mesmo a assumir um caráter verdadeiro, de metáforas verdadeiras:

*“...quando as imagens advêm de uma meditação alquímica, de uma substância sempre colhida na Natureza, alcançamos essa convicção da imagem que é poeticamente salutar, que nos prova que a poesia não é um passatempo, mas sim uma força da natureza. Ela elucida o sonho das coisas. Compreende-se então que é a metáfora verdadeira, a metáfora duas vezes verdadeira: verdadeira em sua experiência e verdadeira em seu impulso onírico.”* (Bachelard, 1991: 250)

Com o filósofo aprendemos assim a seguir a “raiz” das imagens, em seu contínuo caráter de equivalências, como arquétipos enraizados no inconsciente de todas as raças e como uma potência de metáforas múltiplas presentificada nos instantes poéticos vivenciados pela relação entre as substâncias materiais e as múltiplas intersubjetividades.

Na dimensão de um poder mítico-poético primordial das imagens, projeta-se a própria potência originária, a alma do cinema, apontada nas concepções de Edgar Morin:

*“Metamorfose mecânica do espetáculo de sombra e luz, surge o cinema no decurso de um processo milenário de interiorização da velha magia das origens. O seu nascimento numa nova labareda mágica, processa-se com os sobressaltos de um vulcanismo em vias de extinção.”* (Morin, 1956: 118)

Os princípios do cinema já estão presentes nos primeiros traços de representação do movimento dos seres no ventre das cavernas, em cujas paredes projetam-se “sombras cintilantes”, no limiar da escuridão e da luz, dos claros-oscuros da alma humana. O domínio do fogo, a manipulação das chamas é o primeiro elo, o primeiro plano, de um carretel de projeções imaginárias, de inúmeras “reflexões” que integram esta arte de “labaredas mágicas” que é o cinema.

A base da linguagem do cinema reside na concepção de montagem da junção-articulação de partes, de cenas ou de fotogramas. O cineasta e teórico Eisenstein indica, no processo de montagem, a idéia de que na colisão de duas tomadas independentes se cria um “terceiro termo” (Eisenstein, 1990: 14), que seria propriamente a “imagem” ou a produção de significados. A associação de dois elementos cria um campo semântico novo. Este princípio aproxima o processo de montagem do processo metafórico.

Carone Neto, em seu trabalho *Metáfora e Montagem: um estudo sobre a poesia de Georg Trakl*, nos aponta que “o conceito de montagem como uma modalidade específica de articulação de signos é tão válido para o cinema como para a poesia” (Carone Neto, 1974: 108), e sua concepção se pauta, na mesma de Eisenstein, na “idéia” que nasce da junção de fragmentos.

A partir destas concepções sobre montagem cinematográfica, associadas às idéias de Bachelard, podemos delinear nossos fundamentos de pesquisa de linguagem de vídeo.

No atual mundo pleno de imagens fragmentadas, alienantes, dentro de um cinematismo multifacetado, o filósofo nos aponta brechas, fendas, passagens, janelas abertas à compreensão de um dinamismo potencial próprio das imagens, onde “as metáforas se aglomeram para dar realidades espirituais” (Bachelard, 1990: 119). Essa perspectiva nos conduz ao aprofundamento do ser, numa dimensão em que “as imagens já não seriam simples metáforas; não se apresentariam meramente para suprir as insuficiências da linguagem conceptual. As imagens da vida se integrariam à própria vida” (Bachelard, 1990: 264).

Acompanhando-se as várias referências de Bachelard às metáforas chegamos a um nível cósmico, total, onde a dinâmica da imaginação constitui-se em um verdadeiro jogo de inversão entre o homem e o universo. “Com este jogo, nosso psiquismo se anima. Ele constitui uma espécie de Metáfora Total que transpõe os dois termos filosóficos do sujeito e do universo” (Bachelard, 1991: 152).

É neste sentido que a leitura estimulante de Bachelard nos conduz, nesta viagem através do imaginário, ao encontro de raras metáforas esquecidas.

### **UMA PRIMEIRA REALIZAÇÃO: “ESPAÇOS POÉTICOS DE GASTON BACHELARD”**

A partir das “identificações” apontadas, começamos a seleção de vários textos das obras onde o filósofo faz referências às suas lembranças pessoais, aos seus devaneios mais íntimos. Estes se constituíram como elementos básicos para a realização deste vídeo. As pistas iniciais para uma articulação do trabalho de criação do vídeo se lançaram na via de uma fenomenologia poética ditada pelo próprio Bachelard.

*"...escolhi a fenomenologia na esperança de reexaminar com um olhar mais novo as imagens fielmente amadas, tão solidamente fixadas na minha memória que já não sei se estou a recordar ou a imaginar quando as reencontro em meus devaneios (...) A exigência fenomenológica com relação às imagens poéticas, aliás, é simples: resume-se em acentuar-lhe a virtude de origem, em apreender o próprio ser de sua originalidade e em beneficiar-se, assim, da insigne produtividade psíquica que é a da imaginação (...) A sutileza de uma novidade reanima origens, renova e recobra a alegria de maravilhar-se." (Bachelard, 1988 b: 02-03)*

O exercício poético apontado seria o de "acentuar as virtudes de origens" das imagens, no encontro das "cosmicidades primordiais", das metáforas iniciais que ligam o homem à natureza e ao universo. E nosso vídeo se inicia a partir de um fragmento de texto que nos remete diretamente a uma imagem que se vincula tanto aos devaneios mais íntimos de Bachelard quanto ao princípio mágico originário do cinema: "toda minha solidão esta contida numa imagem primeira..no claro-escuro dos sonhos e da lembrança" (Bachelard, 1989 a: 58).

Este fragmento, extraído do livro *A chama de uma vela*, dá início a uma cena proposta pelo filósofo, onde "o sonhador esta à sua mesa..., acende uma vela...". Para Bachelard, como para o cinema:

*"(...) a chama, dentre os objetos do mundo que nos fazem sonhar, é um dos maiores operadores de imagens. Ela nos força a imaginar. Diante dela, desde que se sonha, o que se percebe não é nada, comparado com o que se imagina. Ela traz consigo um valor seu, de metáforas e imagens, nos domínios das mais diversas meditações." (Bachelard, 1989 a: 09)*

A chama de Bachelard vem se situar propriamente como uma abertura, como um "operador de imagens", como uma "labareda mágica" reascendida no sentido da projeção das imagens. A chama se apresenta assim como um "elo catalisador", um princípio dinâmico à operação das imagens.

Quando nós pensamos na dinâmica das imagens cinematográficas segundo antigas concepções, podemos encontrar o termo ideogramático chinês para designar o cinema: <Diàngyīng>=<sombras elétricas>, onde podemos já perceber a proximidade semântica do termo <yīng> para designar tanto <imagem> como <sombra> (La Presse Commerciale & Larousse, 1994).

Observa-se assim que, desde os tempos antediluvianos, o princípio da luz, da chama, é o que nos remete à projeção das imagens, através do jogo de oposição complementar de "luzes e sombras". Re-a-presentação contínua da "cena da caverna" de Platão.

Pela referência ao simples ato de acender uma vela, pela simplicidade desta imagem poética, pretendemos aludir a uma centelha no acendimento dos princípios míticos relativos as "luzes do cinema", dando assim início à projeção de nossas imagens metafóricas, em torno dos sonhos e das lembranças do filósofo.

O roteiro de edição foi se estruturando pela experimentação do jogo alquímico contrapontual dos elementos capturados em imagens de vídeo, em

torno das metáforas arquetípicas sugeridas por Bachelard:

*"Não posso sentar perto de um riacho sem cair num devaneio profundo, sem rever a minha ventura... Não é preciso que seja o riacho da nossa casa, a água da nossa casa. A água anônima sabe todos os segredos. A mesma lembrança sai de todas as fontes."*  
(Bachelard, 1989 b: 08-09)

A imagem das águas é um elemento constante nas lembranças do filósofo, esta água anônima, como uma matriz arquetípica aquática, vem escoar por toda a seqüência temporal de nossa "edição de imagens". As águas marcam, por assim dizer, a transição das cenas e dos fluxos das emoções de Bachelard:

*"A infância é uma água humana, uma água que sai da sombra... Quantos seres teríamos começado, quantas fontes perdidas que entretanto ainda correm."* (Bachelard, 1988 b: 106)

Conduzidas pelas imagens das águas, revelam-se as transições metafóricas, entre a "palavra humana" e a própria "palavra d'água", através de "uma poesia que escoo da fonte".

O imaginário relativo à água, apesar de se apresentar associado ao elemento feminino e mais uniforme, com um caráter horizontal em seu movimento temporal, se situa, em relação à imaginação material, como uma metáfora total, no sentido de uma verticalização dos instantes poéticos, que nos indica uma metamorfose incessante em relação à transição e à profundidade do ser, em contínuas projeções no encontro de eixos horizontais e verticais, no cruzamento dos inúmeros ciclos de mortes e renascimentos <sup>4</sup>.

O elemento água se presta assim a dar existência às metáforas totais, dando sentido as transformações, às transmutações do ser e do universo. A água se apresenta também narcisicamente, como um espelho que se vincula aos ecos universais, além de ser um elemento que, associado aos outros elementos, nos indica dinamismos específicos nos trabalhos sobre a natureza.

Ao nos iniciarmos na dinâmica da criação da natureza, escolhemos a matriz arquetípica mais universal, que se apresenta como a mais "verdadeira" das metáforas: a árvore. A imagem da árvore, com sua força simbólica, nos possibilitou a articulação de inúmeras outras imagens, em pleno exercício metafórico, dando sentido à "materialidade" dos elementos. Precisamente com este intuito escolhemos a árvore para ser objeto de modelagem em argila, no sentido de podermos ir "mais profundamente" na terra e, ao mesmo tempo, atingirmos a uma concepção verticalizante, de uma plena instância poética total.

Sabemos através do filósofo que, dentre as virtudes integrantes da árvore, "a raiz é a árvore misteriosa, a árvore subterrânea, a árvore invertida" (Bachelard, 1991: 225). Dentro de uma visão panorâmica através dos elementos da natureza, conduzida pela imagem da árvore em sua concepção dinâmica, pudemos ir,

<sup>4</sup> Segundo Bachelard: "(...) o mobilismo heraclítico é uma filosofia concreta, uma filosofia total. Não nos banhamos duas vezes no mesmo rio, porque, já em sua profundidade, o ser humano tem o destino da água que corre. A água é realmente o elemento transitório. É a metamorfose ontológica essencial entre o fogo e a terra. O ser voltado à água é um ser de vertigem. Morre a cada minuto, alguma coisa de sua substância desmorona constantemente" (Bachelard, 1989 b: 07).

desde da profundidade de suas raízes, até alcançarmos as alturas celestes, através da própria força condutora de sua seiva. A seiva é a representação da alquimia da água e do fogo, na condução das metamorfoses que transitam entre a terra e o ar, na dinâmica dos ciclos de criações, contínuas florescências.

A imagem da árvore se presta mesmo a uma equivalência com as concepções bachelardianas sobre o arquétipo da casa, onde *"a grande planta de pedra que é a casa pulsaria mal se não tivesse a água dos subterrâneos na sua base"* (Bachelard, 1988 a: 124). Seguindo assim os desejos metafóricos, entre os homens e os elementos, atravessamos em meio aos arcos, pilares, *"janela-olhos"* projetados sobre um céu longínquo, rumo aos sonhos, em suas grandezas sem limites.

As luzes da *"chama de uma vela"* nos indicam ainda um processo de renascimento, diante dos impasses provocados pela *"página branca"*, dentro do percurso de criação poética, a partir do qual decidimos elaborar os traços de um desenho do próprio Bachelard, visando reforçar o *"jogo de sombras"* criado pela oposição entre as novas imagens-traços que surgem do branco do papel e a negritude proveniente das cinzas das folhas das árvores de outono sendo queimadas, situado em um plano de semi-fusão destas imagens em contraste. Pois, em conformidade com as próprias idéias do filósofo-poeta, *"seria necessário, para renascer diante da página branca, colocar um pouco mais de sombra no claro-escuro das antigas imagens"* (Bachelard, 1989 a: 110).

#### A SEGUNDA REVELAÇÃO:

#### "FRAGMENTOS DE UMA POÉTICA DOS ELEMENTOS"

Na continuidade da busca das *"metáforas perdidas"* uma nova articulação foi empreendida em torno da *"Poética dos Elementos"*, onde pretendemos ilustrar as concepções da fenomenologia poética que Bachelard situa em relação a sua trajetória de análise dos quatro elementos, particularmente em sua obra *A Poética do Devaneio*. Em seu capítulo *"Devaneio e Cosmos"*, o filósofo busca uma *"unidade mais estável"* em relação aos elementos, onde *"o sonhador de matéria"* seja capaz de *"ir ao fundo das coisas"*.

Neste vídeo evidenciamos o aspecto plástico das imagens convidando o espectador a um mergulho na materialidade poética dos quatro elementos, destacando-se os devaneios que vinculam as substâncias ao universo, *"onde o homem sonha, por exemplo, diante do fogo e a imaginação descobre que o fogo é o motor do mundo; ou sonha-se diante de uma fonte, e a imaginação descobre que a água é o sangue da terra; que a terra tem uma profundidade viva"* (Bachelard, 1988 c: 169).

O desafio seria, nesta nova realização, o de ir ao encontro das metáforas que pudessem expressar a essência mesma do devaneio como uma *"abertura ao mundo dos mundos"*, que pudesse ter uma correspondência na configuração da própria abertura ao mundo das imagens do cinema e do vídeo.

Pretendemos dar um destaque especial a visualização de uma dimensão mítico-poética em relação as *"aberturas primeiras"*, na busca da essência mesma dos *"devaneios cósmicos"* que nos situam além do tempo cronológico, e mais propriamente nos transportam a um *"estado de alma"*. Segundo Bachelard *"a alma não vive ao fio do tempo. Ela encontra o seu repouso nos universos imaginados pelo devaneio (...) o devaneio nos põe em estado de alma nascente"* (Bachelard, 1988 c: 15). O devaneio nos situa assim numa pré-disposição às aberturas polissêmicas,

em termos de múltiplas significações.

Retomando a dimensão da metáfora em relação às concepções mítico-poéticas, destacamos, junto com Bachelard, a percepção de que uma metáfora já constitui, por si só, uma espécie de síntese relacional que traz, dentro de si, todo o potencial "narrativo" do mito:

*"Vico dizia: 'Toda metáfora é um mito em ponto pequeno'. Vê-se que uma metáfora pode também ser uma física, (...). A imaginação material é realmente o mediador plástico que une as imagens literárias e as substâncias."* (Bachelard, 1990: 38)

Metáforas múltiplas se associam para 'revelar' o 'estado de devaneio' propiciando às almas uma abertura às significações mais amplas. Foram escolhidos vários fragmentos de textos configurados sobre metáforas, que se situam como se eles formassem pequenos mitos ou ainda como se fossem os curtos poemas japoneses, os 'haicais'<sup>5</sup> -cada um com sua forma particular de significação- que se unem na articulação do vídeo através de um fio do imaginário mítico.

Na intenção de fazer não somente uma "ligação" entre esses diferentes elementos mítico-poéticos, mas também de atingir uma própria comunhão entre sons e imagens visuais, nós elaboramos uma composição musical para este vídeo.

Os princípios musicais, em consonância com uma estética oriental, se pautam por uma não distinção entre ruídos e sons, entre o tonal e o atonal, dando-se uma primazia aos timbres e a uma busca das "vozes da natureza".

O elemento aéreo, condutor das matérias sonoras, permeia a totalidade do vídeo, através da imaginação de "vozes profundas", desde os elementos sonoro-musicais até uma consciência visual em torno das "palavras naturais": *"Se existem 'gargantas' na montanha, não será porque o vento, outrora, ali falou?"* (Bachelard, 1988 b: 181).

Nos "princípios poéticos", os "verbos" falam o mundo em "imagens primeiras". Os "gritos do trovão", os ecos da bigorna, os sinos das aldeias se somam numa sinfonia cósmica dos elementos da natureza, como uma articulação sonora primordial.

Em relação à dinâmica das imagens da *Terra e os devaneios da vontade* e da *Terra e os devaneios do repouso*, tivemos a oportunidade de registrar as atividades de um velho ferreiro, e pudemos assim observar os elementos míticos que se encontram nas considerações bachelardianas sobre "o lirismo dinâmico do ferreiro", onde exprime-se a alquimia dos elementos, conduzida pelos ecos do martelo sobre a bigorna.

Procuramos ainda atingir a própria essência da concepção metafórica da Imagem como *"uma planta que tem necessidade de terra e de céu, de substância e de forma"* (Bachelard, 1989 b: 03) e pretendemos revelar um tempo onde *"os mitos*

---

<sup>5</sup> O pensamento estético do extremo-oriental, tanto na pintura, quanto na poesia e na música, comumente, se preocupa com a essência do espírito de cada coisa, sem a intenção de construir uma totalidade harmoniosa, mas sim a de exprimir uma sucessão de eventos da natureza, como uma água corrente, que se presentifica e se transforma continuamente, tal como nos aponta Shibata (1993: 190).

*saiam da terra, abriam a terra para que com o olho de seus lagos ela olhasse o céu*" (Bachelard, 1988 b: 180).

Um jogo contínuo de fusões de planos se presentifica ao nível das imagens do vídeo, para ressaltar o caráter de equivalência entre o homem e a natureza, em seu sentido mítico-cosmológico: "O sol é um olho aberto sobre o mundo(...), a imaginação afirma que o que ilumina vê". A luz que vem do céu, em forma de raio e relâmpago, tem o poder de gerar "olhos d'água" na terra, sendo que "as fontes, nas lendas, nascem freqüentemente de um raio" (Bachelard, 1989 b: 104).

Dentro da dimensão de uma materialidade dinâmica, pretendemos destacar as velhas raízes da imaginação, dentro de uma percepção poética que nos propicia uma presentificação, um nascimento contínuo, de novas imagens.

A condução deste vídeo concentra-se no elemento fogo, onde a verticalidade ascética das chamas nos convida a uma nova síntese, em torno dos últimos escritos de Bachelard *Fragmentos de uma poética do fogo* (1988 c), através das concepções míticas de uma "Poética da Fênix". Na introdução desta última obra, compilada por sua filha Suzane Bachelard, o filósofo nos aponta o sentido mais amplo de uma Poética da linguagem, que nos remete diretamente a um plano de interação entre várias linguagens:

*"...eu desejaria esboçar uma Poética da linguagem, mostrar que a Poesia constitui uma linguagem autônoma e que existe um sentido em se falar de uma estética da linguagem.. Para bem situar o lugar de uma estética da linguagem numa estética geral; seria preciso determinar as ligações que ela guarda -que se acredita que ela guarda- com a estética dos pintores; dos escultores; dos músicos. A palavra imagem esta tão intensamente enraizada no sentido de uma imagem que se vê, que se desenha, que se pinta que precisaríamos fazer grandes esforços para conquistar a realidade nova que a palavra imagem recebe pela adjunção do adjetivo literário."* (Bachelard, 1988 c: 36) <sup>6</sup>

Este parênteses do filósofo nos remete a um destaque sobre a vocação da sétima arte, o cinema, para sintetizar várias linguagens, o que, a nosso ver, situa este meio de expressão, juntamente com o vídeo, dentre os que melhores se prestam ao estudo de uma "estética da linguagem", sendo que particularmente a "expressão da linguagem escrita", mais propriamente literária, está marcadamente presente na "sétima arte", seja através da elaboração dos argumentos e roteiros dos filmes ou da expressão de seus "textos" narrativos ou de natureza de uma "poética visual". E a linguagem experimental característica do vídeo, apresenta um poder maior de interpenetração de todas as outras linguagens, incorporando uma liberdade de expressão plástica que se coaduna com a dimensão mítico-poética dos fragmentos bachelardianos apontados.

Ao finalizarmos nosso vídeo com a imagem metafórica Bachelard-Fênix, pretendemos sintetizar o fenômeno estético da linguagem poética, em seu fluxo de ciclos contínuos de morte e renascimento incorporados neste mito: "Em realidade, a Fênix não cessa de viver, de morrer e de renascer em poesia, pela poesia, para a poesia" (Bachelard, 1988 c: 55).

<sup>6</sup> Tradução nossa, assim como das outras citações dessa obra.

Tanto para o cinema quanto para a linguagem do vídeo, o elemento poético é a base de um processo de criação e re-criação de imagens, que serão sempre novas.

Fotogramas intercalados, Bachelard-pássaro que renasce das cinzas, num movimento progressivo, através da dinâmica das asas<sup>7</sup>, em simples fragmentos, vêm revelar um desejo de vôo, rumo à própria essência do instante poético metafísico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. (1986). *O direito de sonhar*. Rio de Janeiro: Difel.
- \_\_\_\_\_. (1988 a). *A poética do espaço*. In: *Bachelard*. São Paulo: Nova Cultural (Col. "Os Pensadores").
- \_\_\_\_\_. (1988 b). *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1988 c). *Fragments d'une poétique du feu*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_. (1989 a). *A chama de uma vela*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (1989 b). *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1990). *O ar e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1991). *A terra e os devaneios do repouso*. São Paulo: Martins Fontes.
- CARONE NETO, Modesto. (1974). *Metáfora e montagem: um estudo sobre a poesia de Georg Trakl*. São Paulo: Perspectiva.
- EISENSTEIN, Sergei. (1990). *O sentido do filme*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LA PRESSE COMMERCIALE/ LAROUSSE. (1994). *Dictionnaire Français-Chinois/Chinois-Français*. Paris: La Presse Commerciale/ Larousse.
- MAREY, Etienne-Jules. (1894). *Le mouvement*. Nîmes: Editions Jacqueline Chambon, 1994.
- MORIN, Edgar. (1956). *Le cinéma ou l'homme imaginaire*. Paris: Les Editions de Minuit.
- SHIBATA, Mimiko. (1993). "L'eau court et...": Quelques aspects de l'esthétique japonaise". In: PERROT, Maryvonne (org.). *L'eau, mythes et réalités*. Dijon: Centre Gaston Bachelard/ Editions Universitaires de Dijon.

### RESUMO

EM BUSCA DAS METÁFORAS  
PERDIDAS: UMA EXPERIÊNCIA DE  
REALIZAÇÃO DE VÍDEOS  
A PARTIR DA OBRA  
DE GASTON BACHELARD

Relato das motivações de trabalho em torno das principais idéias que inspiraram a realização de dois vídeos, "Espaços Poéticos de Gaston Bachelard" e "Fragmentos de uma Poética dos Elementos", produzidos junto ao Centro de Pesquisas Gaston Bachelard, Universidade de Bourgogne, Dijon-França, 1998.

**PALAVRAS-CHAVE:** imaginário poético; poesia visual; linguagem de cinema e vídeo.

### RÉSUMÉ

A LA RECHERCHE DES METAPHORES  
PERDUES: UNE EXPERIENCE DE  
REALISATION DES VIDÉOS  
À PARTIR DE L'OEUVRE  
DE GASTON BACHELARD

Le récit des enthousiasmes de travail, autour des idées principales que ont inspiré la réalisation de deux vidéos, "Espaces Poétiques de Gaston Bachelard" et "Fragments d'une Poétique des Éléments", que ont été produits auprès du Centre de Recherches Gaston Bachelard, Université de Bourgogne, Dijon-France, 1998.

**MOTS-CLEFS:** imaginaire poétique; poesie visuelle; langage du cinéma et de la vidéo.

<sup>7</sup> Nós introduzimos, na sequência final do vídeo *Fragmentos de uma Poética dos Elementos*, a imagem de um Zootrope utilizado por Etienne-Jules Marey nos primórdios do cinema. O Zootrope consiste numa espécie de cilindro vazado girando em torno de um eixo vertical. Marey o empregou com "uma série de figuras de cera, pintadas à óleo, representando todas as fases sucessivas do movimento das asas de um pássaro. A ilusão parece perfeita, pois vemos no aparelho pássaros que voam em círculo, indo e vindo, diante do observador" (Marey, 1894: 309). Tradução nossa.

## DOBRAS E REDOBRAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE O BARROCO E SUAS INTERPRETAÇÕES<sup>1</sup>

Carla Mary S. Oliveira <sup>2</sup>

Não podemos negar que vivemos uma época marcada por contrastes. Oscilamos, diuturnamente, entre o êxtase e a depressão, entre a miséria e o fausto, entre o avanço técnico e a barbárie. Esquecemo-nos, contudo, de que essa ambivalência não é característica apenas de nossos tempos. Na verdade, em diferentes momentos históricos o tecido da estrutura social se viu retesado por essas contradições e, em inúmeras vezes, sua trama cedeu aos rompantes ocasionados por esse embate.

Alguns desses momentos marcados pela ambivalência possuem, por isso mesmo, um especial atrativo para os estudos acadêmicos. Esse é o caso das grandes transformações que influíram diretamente na organização social, como a chamada Revolução Agrícola do Neolítico, a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX, e a "Revolução Cibernética" que hoje atravessamos.

Mas existem também fatos que, por terem se estruturado a partir de manifestações ligadas a elementos estéticos particulares, foram vistos pela crítica de historiadores e sociólogos, muitas vezes, como de menor influência em relação aos mecanismos de saber e poder de nossa sociedade. Poderíamos citar como exemplo desse tipo de avaliação os estilos<sup>3</sup> Românico, Gótico e Barroco.

Entretanto, um dentre esses estilos tem sido, ao longo dos últimos dois séculos, constantemente reavaliado e reinterpretado por estudiosos das mais diversas correntes teóricas. O Barroco, especialmente, teve o poder de romper unanimidades e levar à revisão de paradigmas que eram, aparentemente, sólidas definições conceituais.

Desse modo, ao retomarmos as idéias de alguns autores que trataram da estética barroca, o que pretendemos é, sobretudo, revê-las sob o prisma da contemporaneidade. Para que se torne possível essa revisão, no entanto, é preciso, também, que tracemos um painel de como foram surgindo as diferentes concepções sobre o Barroco, isto é, daquelas idéias que se tornaram paradigmas dentro do estudo da estética barroca e que, de certa forma, influenciaram um considerável número de críticos e estudiosos da Arte. Além disso, o fato de vivermos uma época em que o embate de realidades extremamente distintas faz parte de nosso dia-a-dia nos leva, inadvertidamente, a uma associação desse cotidiano com o universo barroco e seus paradoxos. Em outras palavras, ao

---

<sup>1</sup> Este texto é o primeiro capítulo da dissertação intitulada *Arte, Religião e Conquista: os sistemas simbólicos do poder e o Barroco na Paraíba*, apresentada, em 06 de agosto de 1999, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Também foi apresentado, numa versão preliminar, na sessão temática "Arte e Sociedade" do IV CCHLA *Conhecimento em Debate* (UFPb - 1º a 05 de março de 1999).

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências Básicas e Sociais da Universidade Federal da Paraíba (Campus IV - Bananeiras).

<sup>3</sup> Ou, também, os períodos cuja produção cultural foi rotulada sob o estigma desses estilos.

esmiuçarmos os *falares* sobre o Barroco estaremos, na verdade, buscando respostas para muitas das inquietações que se nos apresentam nesse limiar do século XXI.

## O BARROCO COMO DEGENERESCÊNCIA

Quase que invariavelmente, o primeiro contato que qualquer estudante tem com o termo “barroco” se dá nas aulas de Literatura do Ensino Médio. Ali se fica sabendo que o significado de “barroco”, no final do século XVIII e durante a maior parte do século XIX, foi extremamente depreciativo, chegando até mesmo ao escárnio em relação às obras artísticas tidas como barrocas.

O que temos certeza, no entanto, é que a palavra barroco deriva da denominação dada pelos comerciantes e joalheiros ibéricos do início da Era Moderna a qualquer pérola imperfeita: “barrueco” (Bazin, 1994: 01; Triadó, 1991: 03). Afora essa origem do termo, associado a algo que fugia aos padrões “normais” (uma pérola imperfeita), barroco passou a designar, nas Artes, o “pecado da divergência” em relação ao ideal clássico da Renascença (Gombrich, 1990: 109) e, por extensão, uma arte menor, que desvirtuava o belo e o exato em favor de um virtuosismo exagerado e desmedido por parte dos artistas.

Ainda no século XVII, era comum a crítica às novas formas que se insinuavam na arquitetura e pintura italianas:

*“Bramante, Rafael, Baldassare, Giulio Romano e recentemente Miguel Ângelo esforçaram-se por restituir à Arquitetura sua primeira idéia e aparência, escolhendo as formas mais elegantes nas edificações da Antiguidade. Mas hoje, em vez de se homenagearem esses homens tão sábios, eles são injustamente vilipendiados juntamente com os Antigos, acusados de se terem copiado uns aos outros sem dar prova de espírito nem de invenção. E qualquer um inventa uma nova Idéia e laroa de Arquitetura a seu modo, e a expõe em público e nas fachadas: homens desprovidos de toda ciência própria do Arquiteto, do qual usurpam o nome. Eles deformam os edifícios, as cidades e os monumentos, abusam com frenesi de ângulos, fraturas e distorções de linhas e deformam bases, capitéis e colunas com brincadeiras de estuque, quinquilharias e desproporções (...).”* (Bellori, 1672: 155-156)

Essa visão de que o Barroco seria a corrupção da perfeição greco-romana se iniciou, portanto, quase assim que surgiram as primeiras manifestações artísticas que rompiam com a estética renascentista. De fato, alguns críticos situam outro estilo, o Maneirismo, entre a Renascença e o Barroco (Gombrich, 1990: 111), mas, a nosso ver, sua indefinição entre essas duas estéticas só demonstra que ele foi, na verdade, uma transição entre duas concepções de estar-no-mundo e ver-o-mundo que são, por essência, extremamente distintas. O “pintar à maneira de” se tornou, para os estudiosos de arte, desde meados do *cinquecento*, uma degeneração do classicismo renascentista. Em 1610, já era essa a concepção que se tinha acerca da situação das Artes:

*“Depois de tantos séculos morta e esquecida, a pintura teve, em nossa época, mestres que a levaram a uma espécie de renascimento, a partir de suas origens grosseiras e imperfeitas. Não teria, porém, renascido e se*

aperfeiçoado tão rapidamente se os artistas modernos não se tivessem guiado pelo magnífico exemplo das estátuas antigas, preservadas até os nossos dias. (...) não é menos verdade que, depois da época em que os representantes das escolas ou dos estilos supracitados de nosso tempo floresceram, e quando todos os outros esforçavam-se por imitar aqueles mestres com bom gosto e conhecimento, a Pintura caiu do pedestal em que se encontrava, e de tal maneira que, mesmo sem voltar às trevas absolutas de seu barbarismo anterior, tornou-se no mínimo deturpada e corrompida, afastando-se do verdadeiro caminho. Assim, todo o conhecimento que era bom extinguiu-se quase que por completo, enquanto novos e diferentes estilos surgiram,, muito distantes da verdade e do plausível, mais apegados às aparências do que à verdadeira substância, com os artistas satisfeitos por deleitarem os olhos do populacho com belas cores e trajas espalhafatosos, utilizando coisas plagiadas de praticamente todas as fontes; de traços pobres, raramente bem compostos, e incorrendo em outros erros bastante evidentes, extraviaram-se todos do caminho exemplar que leva ao melhor".<sup>4</sup> (Agucchi, 1610; citado por Gombrich, 1990: 136-137)

Entre 1610 e 1672 se passou mais de meio século, mas os discursos de Bellori e Agucchi poderiam ser colocados lado a lado e, mesmo assim, nem se perceberia o distanciamento cronológico desses dois falares. Na verdade, seria muito difícil identificar, até mesmo, qual deles foi escrito primeiro...

A existência de uma oposição tão veemente à nova estética que surgia e, também, o fato de que foi justamente na Itália saída da Renascença que se deu esse "surgimento" só reafirmam a singularidade de tal contexto. Foi na Itália que se insinuaram, se desenvolveram e se consolidaram os elementos arquitetônicos e pictóricos que passaram a "delimitar" o estilo Barroco. Foi a partir daí que, através das navegações, do missionarismo católico e do comércio (inclusive o intra-continental), se difundiram as *dobras barrocas*.

Na Itália, durante todo o século XVII, portanto, existiu uma crítica contrária àquelas características que se generalizavam nas fachadas e interiores das novas construções e, por extensão, nas pinturas e esculturas que as decoravam. Essas novas soluções incluíam o uso de recursos visuais como diagonais, curvas, efeitos de luz e sombra, recuos, avanços, planos horizontais e verticais e vários outros elementos geométricos, "a fim de dirigir nosso olhar para a entrada e levá-lo depois para o alto" (Mainstone & Mainstone, 1984: 80). Quanto à distribuição do espaço interno, ao projeto, às plantas dos templos, houve uma valorização da utilização da figura oval ou de esquemas mais complexos, o que levou "ao abandono das linhas direitas e das superfícies planas" (Conti, 1984: 11). Outra inovação em relação aos templos construídos em épocas anteriores foi a supressão das naves laterais, possibilitando uma melhor visibilidade do altar-mor e do púlpito a partir de qualquer ponto da nave central do templo, além da transformação dos braços do transepto em capelas menores, diretamente ligadas à nave central e destinadas a "cerimônias particulares e para a oração" (Mainstone & Mainstone, 1984: 81).

O fato de que o uso desses recursos rompia com "a idéia renascentista de

<sup>4</sup> Grifos nossos.

*construção redonda e simétrica*" (Gombrich, 1979: 302), ao mesmo tempo em que se valorizava o rebuscamento como meio de louvar a Deus é, no mínimo, sintomático do próprio contexto sócio-histórico em que floresceu o Barroco: um continente sacudido pela Contra-Reforma e pelas novas possibilidades do mercantilismo e conseqüente estruturação do colonialismo. Se alguns autores contemporâneos afirmam que ele teria surgido como instrumento da Igreja Católica, tendo sido utilizado sem parcimônia na consolidação da Fé e como meio de impressionar os crentes com a majestade do Catolicismo (Altet, 1990: 73; Bazin, 1994: 09-10; Conti, 1984: 84), através da grandiosidade e imponência das novas soluções arquitetônicas, ainda no século XVIII se via com receio o estilo, que já tinha, então, se espalhado pela maior parte do mundo ocidental.

Segundo Juan Ramón Triadó (1991: 03), *o Dicionário da Academia Francesa*, publicado em 1740, ainda trazia uma definição depreciativa do termo barroco, assim como a *Encyclopédie Méthodique* de 1788, na qual o caráter "extravagante" da estética barroca era veementemente atacado. Tal visão se estendeu até o final do século XVIII e persistiu por quase todo o século XIX. Ainda em 1797 o *Dicionário de Belas Artes*, publicado por Francesco Milizia, na Espanha, acentuava o aspecto pejorativo do termo: "*Barroco é o superlativo do extravagante, o excesso do ridículo*" (citado por Triadó, 1991: 03). A *Grande Encyclopédie* do final do século XVIII reforçava essa visão:

*"Baroque, adjectif en architecture, est une nuance du bizarre. Il en est, si on veut, le raffinement, ou s'il était possible de le dire, l'abus... il en est le superlatif. L'idée du baroque entraîne avec soi celle du ridicule poussé à l'excès."*<sup>5</sup> (citado por Wölfflin, 1888: 34)

Contudo, essa recorrência à interpretação do Barroco como degenerescência do classicismo renascentista não demonstrava a relação que existia - não no sentido causal - entre os fatos da vida cotidiana e as manifestações artísticas. Não se trata de afirmarmos, aqui, que qualquer fato sócio-histórico deixa suas marcas nas representações artísticas de sua época. Na verdade, acreditamos que, em alguns casos e algumas obras específicas, torna-se possível a identificação do universo imagético que influenciou, de algum modo, os artistas e suas criações.

Ora, a Europa do século XVII vivia a consolidação de uma nova realidade, que dizia respeito não só à vida material, social, econômica, mas também às coisas do espírito, da subjetividade. Ocorria, então, uma sutil mudança no modo de os homens letrados encararem tanto o ver-o-mundo quanto o estar-no-mundo: à regularidade racionalista do Renascimento se opôs, naquele momento, a incerteza, o questionamento e uma atormentada tentativa de "renúncia" ao desejo. Esse conflito é que está estampado nas obras barrocas, em sua grande maioria. Não se trata de questionar a existência de Deus, mas sim de se ter uma nova postura frente às coisas do espírito, já que o ser humano passou a se enxergar como um microcosmo repleto de vícios e desejos que precisava

<sup>5</sup> Em francês no original: "Barroco, adjetivo em arquitetura, é uma nuance do bizarro. É, se quisermos, o refinamento ou, se assim se pode dizer, o abuso dele... o superlativo. A idéia do barroco acarreta a do ridículo levado ao excesso" (tradução nossa).

combater antes mesmo de louvar a Deus. Na visão de Hans J. Hillerbrand, essa atenção às coisas do espírito teve conseqüências não só no campo religioso, mas também na própria vida diária:

*"No matter how preoccupied sixteenth-century man was with religion, he did other things but spend every waking moment pondering the things of the spirit. Indeed, some of the things he ostensibly did ad majorem Dei gloriam turned out to have some definite non-religious consequences."*<sup>6</sup>  
(1969: 117)

Assim, se considerarmos os registros barrocos como elementos pictóricos pertencentes a um discurso definido, é possível se proceder a uma análise "lingüística" desse discurso. Torna-se evidente que esses registros são símbolos, portanto, que trazem em si mesmos mais de uma mensagem a ser decifrada por seus "leitores":

*"(...) os discursos não são apenas (...) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos."*<sup>7</sup>  
(Bourdieu, 1996: 53)

Até mesmo o fato de existir uma oposição velada à estética barroca nos mostra o quanto a codificação das inquietações que afligiam a intelectualidade e as elites européias naquele momento, através de signos de riqueza e signos de autoridade barrocos, assinalava a permanência de uma resistência, mesmo que diminuta, a essa riqueza e a essa autoridade.

Ao questionar a humanidade dos ameríndios, por exemplo, o homem europeu seiscentista questionava sua própria essência. Mais ainda, ele descrevia a existência de um lugar paradisíaco, povoado por animais fantásticos e homens exóticos, e coberto por florestas que se estendiam para além do alcance do olhar e que, desde então, deu origem a inúmeras visões que passaram a povoar o imaginário europeu acerca do Novo Mundo no século XVI e, especialmente, no século XVII (Baumann, 1992: 58-76). Essa construção simbólica é mais que justificável, principalmente se considerarmos certos detalhes da vida européia do início da Idade Moderna. Enquanto as lutas religiosas e a Inquisição aterrorizavam boa parte do continente, em outras localidades a instalação de novas relações de produção, como o cercamento dos campos na Inglaterra, criariam uma massa de desempregados que viria a inchar as maiores cidades e ficar à margem da riqueza e da prosperidade com que a nova era mercantilista acenava.

Nesse momento de afirmação do poder burguês e de expansão econômica em nível mundial, descortinou-se um novo universo ao europeu: um mundo novo e incógnito, cheio de lugares e possibilidades a serem descobertos e explorados, inclusive pela Igreja.

---

<sup>6</sup> Grifos do autor: "Não importa o quanto estivesse preocupado com a religião, o homem do século XVI fazia outras coisas mas gastava cada momento desperto para ponderar as coisas do espírito. Apesar disso, muito do que se fez ostensivamente para 'a maior glória de Deus' passou a ter algumas conseqüências não religiosas bem definidas" (tradução nossa).

<sup>7</sup> Grifos do autor.

Recém sacudida pela Reforma, a Santa Sé necessitava de um tipo de representação que fosse além do ideal renascentista de perfeição. Para que os fiéis não debandassem para a “pureza” protestantista, que tentava resgatar valores que haviam sido sufocados pela hierarquia eclesiástica, se tornava urgente o resgate do subjetivismo e expressionismo nas obras de cunho religioso:

*“Roma (...) adoptou a noção humanista de que um santo era mais um modelo de virtude do que um amigo ou benfeitor e apresentou figuras heróicas para admiração ou imitação gerais. Os largos acenos do santo barroco eram feitos para uma audiência de milhares de pessoas, e não para a velhinha que lhe acendia a sua vela. O gosto renascentista, e possivelmente o medo de que as pessoas tomassem a imagem pelo santo, proibiu os actos mais vulgares desde que parecessem contemplativos. A extática Santa Teresa, de Bernini, estava muito longe de inspirar intimidade ou reciprocidade; a Virgem morta de Caravaggio, demasiado reservada para consolar.” (Bossy, 1990: 119)*

No entanto, essa ligação intrínseca entre o discurso católico e a estética barroca é apenas um dos aspectos, dentre inúmeros outros, que caracterizam o estilo Barroco. Além disso, mesmo tendo sido de fundamental importância para a doutrinação cristã no Novo Mundo, o Barroco continuou sendo questionado e depreciado até a segunda metade do século XIX.

## O BARROCO COMO CATEGORIA ESTILÍSTICA

Heinrich Wölfflin foi o primeiro crítico de arte a perceber que por trás do universo barroco havia muito mais a ser estudado do que apenas a “degenerescência” em relação ao ideal clássico renascentista. Em síntese, Wölfflin defendia que todos os estilos artísticos surgidos na Arte ocidental até o final do século XIX e início do século XX foram, na realidade, uma alternância entre duas estruturas: a clássica e a barroca. É óbvio que ao enxergar essa polaridade, tão bem demarcada, Wölfflin estava deixando de lado outros aspectos do universo barroco. No entanto, a validade de seu trabalho está, justamente, no fato de ter conseguido chamar a atenção da crítica de Arte para o Barroco e, também, ter definido algumas categorias conceituais do estilo.

Em *Renascença e Barroco*, Wölfflin deixa claro que não enxerga tipo algum de decadência como característica do Barroco:

*“A Alta Renascença não se transforma numa arte decadente, especificamente diversa, mas do ponto culminante o caminho conduz diretamente ao Barroco. Toda inovação é um sintoma do emergente estilo Barroco.” (1888: 28)*

Além disso, fica explícito no mesmo ensaio que, para Wölfflin, há uma oposição bem demarcada entre o estilo renascentista e o barroco. Ele atribui ao primeiro uma “beleza tranqüila”, que causa um “bem-estar geral”, enquanto que o segundo domina o espectador com o “poder da emoção”, causando um turbilhão “imediatamente avassalador” (1888: 47). Desse modo, na visão wölffliniana, essa polaridade de intenções e de como representá-las é que vai definir as características do Barroco, sempre em oposição àquelas do Renascimento. Por isso mesmo, foi Wölfflin o primeiro a perceber que o artista barroco “não evoca a

*plenitude do ser, mas o devir, o acontecer; não a satisfação, mas a insatisfação e a instabilidade*" (1888: 48).

Essa insatisfação pode ser entendida como a necessidade de fugir da formalidade do classicismo renascentista e, em resumo, é essa uma das principais teses de Wölfflin. Ele vê o Barroco como "*um retorno a um estado informal*" (1888: 65), no sentido de a criação não estar aprisionada por regras pré-estabelecidas ou padrões de representação formal.

Certamente, o Barroco é marcado pela multiplicidade de elementos que o definem. Um desses elementos, senão o mais importante, para Wölfflin, é o caráter pictórico que transparece em todas as manifestações artísticas barrocas. Como a característica principal do "estilo" pictórico é justamente o contraste entre luz e sombra, o que ele vai trabalhar, na verdade, é a massa e a matéria. E a matéria representa, por essência, a própria carne e seus desejos. Daí o apelo dos sentidos que Wölfflin identifica no Barroco.

Quase trinta anos depois de *Renascença e Barroco*, Wölfflin lançou *Conceitos Fundamentais da História da Arte* (1915). Tratava-se de sua obra da maturidade, mas nela retomava muitas das formulações presentes em *Renascença e Barroco*. Se antes havia apenas se esboçado sua visão de que na verdade existem apenas dois estilos artísticos, o Clássico e o Barroco, foi em *Conceitos Fundamentais* que essa teoria se desenvolveu plenamente, através da formulação de cinco pares de conceitos: *linear X pictórico; plano X profundidade; forma fechada X forma aberta; pluralidade X unidade e clareza X obscuridade* (Wölfflin, 1915: 15-16).

O Barroco wölffliniano seria, portanto, marcado por elementos pictóricos, pela profundidade de composição, pela forma aberta, pela unidade da obra em si mesma e pela obscuridade do objeto representado. Alfredo Bosi resume exemplarmente essa concepção:

*"O clássico é linear e plástico; o barroco é pictórico.*

*O clássico trabalha o espaço figurativo em planos distintos e obedece às leis renascentistas da perspectiva; o barroco penetra o espaço em profundidade, obrigando o olho a avançar ou retroceder diante dos jogos violentos de contrastes entre as imagens.*

*O clássico fecha a composição reportando cada elemento ao todo, de sorte que as posições fiquem bem definidas (...). O barroco abre a composição, esboçando algumas figuras e realçando cromaticamente outras: a forma é disseminada pelas curvas e espirais que apartam do centro geométrico o nosso olhar perdido entre os caprichos do prazer visual.*

*O clássico articula cada parte do conjunto, analisando e perfazendo as suas linhas, que são os seus limites: cada figura recebe um tratamento plástico acabado. O barroco vai direto ao coração do efeito pictórico, dando a esta ou àquela figura todo o peso simbólico (ou, freqüentemente, alegórico), que é a chave da obra, merecendo portanto maior tratamento expressivo ou ornamental."*<sup>8</sup> (1991: 39)

A definição estilística traçada por Wölfflin, no entanto, se prende quase que completamente aos aspectos externos da obra artística. A nosso ver, esta é

<sup>8</sup> Grifos nossos.

uma das principais lacunas de sua obra teórica, lacuna essa que, posteriormente, outros autores, como veremos, preencheram.

## O BARROCO COMO ALEGORIA

A alegoria é, em síntese, aquilo que representa algo para dar a idéia de um outro algo. Reino da metáfora e do simbolismo, sua utilização leva a um refinamento extremo do como transmitir uma determinada mensagem.

A arte religiosa cristã, por isso mesmo, se tornou um dos campos em que a alegoria mais foi usada, especialmente em duas épocas bem distintas: nos anos de perseguição romana ao cristianismo primitivo, em que peixes, touros, leões e pombos pintados nas paredes das escuras catacumbas fizeram surgir o sentimento de identidade dos primeiros fiéis; e nos séculos XVI e XVII, nos quais a Igreja Católica investiu forças no sentido de fazer da arte sacra uma ferramenta para a catequese e a persuasão dos fiéis através da sensibilidade.

Após o Concílio de Trento, convocado pelo papa Paulo III em 1545, o "representar algo" na arte religiosa ganhou novos contornos. Ao mesmo tempo em que os seguidores das idéias que se reafirmaram nas discussões do Concílio pregavam, com diletantismo, a simplicidade e a clareza das pinturas e esculturas de cunho religioso, também era recomendado que essas obras atingissem os fiéis através da sensibilidade, e não pela razão, a fim de estimular a piedade pela persuasão dos sentidos (Triadó, 1991: 31).

Na verdade, como bem observa Giulio Carlo Argan, a obra de arte "*se faz presente no presente absoluto da consciência que a percebe*" (1992: 27), e é justamente esse o sentido pensado, pela Igreja da Contra-Reforma, para as representações artísticas de caráter religioso. Elas deviam atingir a consciência do observador, mas não de forma racional. Além disso, deviam vir respaldadas por uma reverência ao sagrado, por uma "vertigem" frente à santidade.

O gosto pelo alegórico, no entanto, não foi um privilégio da arte barroca. De fato, desde a Antigüidade mais remota o homem usou símbolos e alegorias para explicar e representar seu mundo. Contudo, segundo Benjamin, foi somente na Renascença que tal prática se viu reintroduzida na Europa, especialmente devido ao "gosto" pelo resgate da herança cultural greco-romana e, em alguns casos, egípcia (1925: 190-191).

O ato de produzir uma obra de arte repleta de rebuscamentos, portanto, ia além da simples necessidade decorativa. O *rébus*<sup>9</sup> renascentista significou a retomada de toda uma simbologia alegórica que além de adornar os monumentos, fachadas arquitetônicas, pinturas e esculturas com imagens carregadas de inúmeros significados - quase sempre enigmáticos - colocavam o fiel em meio a um turbilhão de sensibilidade e Fé.

Por isso mesmo, Walter Benjamin, em seu *Origem do Drama Barroco Alemão* (1925), diferencia o rébus renascentista do rébus barroco. Para ele, no "*Barroco maduro (...) as afinidades com o símbolo se tornam mais evanescentes, e a ostentação hierática se torna mais imperiosa*" (1925: 191).

Essa "*ostentação hierática*" barroca de que fala Benjamin encontrou na

<sup>9</sup> Palavra de origem latina, que pode significar a representação de idéias, enigmas, palavras ou sílabas por ideogramas.

alegoria seu principal meio de expressão, indo além da mera simbologia. O sentido dessa alegoria retrocedia à visão egípcia e grega, essencialmente místico-histórica (Benjamin, 1925: 193) e que, por isso mesmo, representava todo um conjunto de convenções sociais vigentes nos séculos XVII e XVIII. Mais ainda, a alegoria barroca contrapunha um mundo marcado pela complexidade e construído pelo homem à simplicidade e pureza de significação da natureza.

Desse modo, no Barroco, ao se construir uma alegoria para se representar algo se estava, na verdade, contemplando os aspectos mais íntimos de uma cena bíblica ou da vida de um santo através de uma apoteose simbólica. A alegoria barroca traz para o primeiro plano - ou seja, o da cotidianidade - a tensão entre imanência e transcendência que se tornou a base da catequese católica da Contra-Reforma:

*"(...) A função da escrita por imagens, do Barroco, não é tanto o desvendamento como o desnudamento das coisas sensoriais. O emblemático não mostra a essência 'atrás da imagem'. Ele traz essa essência para a própria imagem, apresentando-a como escrita, como legenda explicativa, que nos livros emblemáticos é parte integrante da imagem representada."*  
(Benjamin, 1925: 207)

Ao desnudar as "coisas sensoriais", a alegoria barroca, quase sempre, tomava como tema aquele momento limítrofe em que a Fé era posta à prova. Os martírios e sua crueldade intrínseca eram o campo de deleite das construções alegóricas, justamente por se prestarem tão bem à representação do puramente sensorial. Segundo Benjamin (1925: 240), essa característica se justificava plenamente por ser o Barroco pouco reflexivo: se o corpo era martirizado, o personagem perdia sua humanidade, transcendendo-a e ascendendo ao patamar do sagrado, pois com a morte "o espírito se libera, [e] o corpo atinge, nesse momento, a plenitude dos seus direitos" (Benjamin, 1925: 241).

Contudo, esse aspecto da alegoria, no Barroco, se constituía numa renovação do contraste entre paganismo e cristianismo - contraste esse existente desde o Cristianismo primitivo - em que o último era reforçado pela Contra-Reforma. Retomando o embate entre o material/demoníaco e o espiritual/sagrado da Idade Média, a alegoria barroca levou a novos horizontes a representação dos medos, desejos e crenças do homem europeu da Idade Moderna.

## O BARROCO COMO PROJEÇÃO DO DESEJO

Não devemos deixar de levar em conta que durante todo o período em que eram produzidas obras barrocas - criticadas das mais diversas formas, como já vimos - havia um refinamento da representação alegórica. Se uma parte considerável dos críticos atacava veementemente a estética barroca, inúmeros artistas faziam uso dela para mostrar as diferenças existentes entre a obra divina e aquela que era fruto da criação humana:

*"O conceito de arte como produção de um ser novo, que se acrescenta aos fenômenos da natureza, (...) tomou feições radicais na poética do Barroco, quando se deu ênfase à artificialidade da arte, à distinção nítida entre o que*

*é dado por Deus aos homens e o que estes forjam com seu talento.”*<sup>10</sup> (Bosi, 1991: 14)

Nesse sentido, o que interessava ao artista barroco, de modo genérico, era tentar atingir uma compreensão da “multiplicidade dos fenômenos” (Bazin, 1994: 02) que estava a seu redor, utilizando para isso a obra artística. A representação barroca cristalizava o fluxo de eterno devir, fluxo esse em que se inseriam as coisas do mundo, através da alegoria. Essa alegoria nada mais era do que a dissimulação da diferença - característica fundamental da sociedade européia na Idade Moderna - através de representações tendentes à semelhança.

Sendo a alma o elo fundamental entre o ser humano e a essência divina, o fato de ela ser susceptível às mais diversas paixões e desejos se tornou o principal elemento a ser representado nas artes figurativas do período barroco. O homem barroco era um ser atormentado pelo amor, pela raiva, pelo sofrimento, pela ternura, pela alegria, tristeza, medo, belicismo, fúria, candura, nostalgia, audácia, desespero e tantos outros sentimentos a serem representados que, em última instância, aquilo que mais se destacava nas pinturas, esculturas e projetos arquitetônicos era o movimento, a ação. A esse respeito, afirma Germain Bazin:

*“(...) Esses movimentos da alma eram exteriorizados por movimentos do corpo e do rosto, ou seja, pela ação. As manifestações exteriores de um estado de santidade converteram-se nas de um transporte de paixão. O santo do período barroco é um confessor da fé - demonstra a fé através da palavra, do martírio e do êxtase.”* (1994: 23)

Os “movimentos da alma” que Bazin cita são, a nosso ver, os elementos constituintes do imaginário barroco. Segundo Gaston Bachelard (1991: 147-148), o imaginário se torna palpável quando, fugazmente, se coloca como uma possibilidade de desdobramento do real: o querer ver (subjetivo) algo faz com que esse algo se materialize através de algum elemento do real (objetivo). Desse modo, o Barroco também pode ser visto como a projeção de um “desejo” do imaginário coletivo, ou seja, o de reconstruir um mundo que se encontra desmoronado, que teve suas bases afetadas pelos questionamentos religiosos, pelo desenvolvimento mercantil e pelas contradições sociais.

No entanto, esse “desejo” também é o desejo do próprio artista: desejo de representar o devir, desejo de transcendência, desejo de salvação. Trata-se de um conflito constante entre a carne e o espírito, já que a satisfação de um representa, por extensão, a negação do outro. Paradoxalmente, essa polaridade *alma/espírito X corpo/carne* é que possibilita a transcendência. Gilles Deleuze, ao retomar a obra de Leibniz, desnuda essa aparente contradição:

*“No Barroco, a alma tem com o corpo uma relação complexa: sempre inseparável do corpo, ela encontra nele uma animalidade que a atordoa, que a trava nas redobras da matéria, mas nele encontra também uma humanidade orgânica ou cerebral (o grau de desenvolvimento) que lhe permite elevar-se e que a fará ascender a dobras totalmente distintas.”* (1991: 26)

<sup>10</sup> Grifos do autor.

Desse modo, as singularidades inflexivas das almas individuais podem ser correlacionadas às singularidades de movimento da linha e do ponto no Barroco: seus desvios e curvaturas são o reflexo dessa condição. Mais ainda, cada intervalo na obra barroca, segundo Deleuze, é um espaço aberto ao surgimento de uma nova dobra, uma redobra. O dobrar e o redobrar, dois movimentos de contenção, não se opõem diretamente ao desdobrar, que por essência é uma expansão de algo anteriormente escondido na dobra. Os três movimentos são complementares e representam o afastar-se e aproximar-se da essência divina através de uma contínua "tangência", que coloca toda a obra em constante "suspensão" no espaço, posto que não se consegue superar o conflito *divindade X vida profana*.

E qual é a mola propulsora dessa vida profana, senão o desejo? É ele que vai moldar a criação de dobras e redobras, a fim de dissimular sua própria essência frente à torrente de dogmas e exemplos catequizantes que passaram a povoar as artes visuais no período Barroco.

Deleuze esclarece que, na perspectiva leibniziana, o objeto barroco se diferencia de seus antecessores justamente por tornar-se um "acontecimento", e desprender-se da concepção quantitativa da História. Nesse sentido, o pensamento de Leibniz se aproxima de Nietzsche, no que diz respeito ao *perspectivismo*: ele é a "condição sob a qual a verdade de uma variação aparece ao sujeito" (Deleuze, 1991: 37).

Em síntese, a perspectiva barroca independe do sujeito, já que aquilo que a determina é o ponto de vista, o local a partir do qual qualquer sujeito pode observar o objeto barroco e apreendê-lo.

E como o que importa realmente é o *ponto de vista*, o artista do período barroco coloca sua representação pessoal do desejo sob a possibilidade de ser admirada, interpretada e avaliada por toda a humanidade. Desse modo, a *dobra barroca* se torna também a *dobra do desejo*, e por serem ilimitadas as possibilidades de redobramentos e desdobramentos, esse desejo se lança ao infinito, ao devir.

## A CONTEMPORANEIDADE E O NEOBARROCO

Hoje, às portas do terceiro milênio, numa época marcada pela perspectiva de enormes avanços científicos, tecnológicos, culturais e sociais, volta à tona a discussão sobre a estética Barroca, mas sob novo enfoque. A multiplicidade de nosso mundo, com tudo se partindo em inúmeros fragmentos, plenos de significados mas, apesar disso, carregados de uma instabilidade e de uma mutabilidade que lhes é inerente, tem levado muitos teóricos a reconhecer em nossos dias algumas características do Barroco sob nova roupagem e, por isso mesmo, transmutadas no conceito de *Neobarroco*.

Omar Calabrese é um dos autores que defendem o uso do termo *neobarroco* em lugar de "pós-moderno", palavra que, segundo ele, teria como principal característica ter se tornado uma expressão *passé-partout*, cujo uso abusivo acabou por esvaziar de sentido (1987: 24).

O que se impõe à discussão aqui, no entanto, é tentar ponderar sobre o alcance que alguns aspectos do Barroco têm em nossa sociedade. Calabrese, por exemplo, afirma que "muitos importantes fenômenos de cultura de nosso tempo são marcas de uma 'forma' interna específica que pode trazer à mente o barroco" (1987: 27).

Trata-se de uma analogia que pode levar ao equívoco de se pensar numa volta à estética barroca. No entanto, o próprio Calabrese adverte sobre essa possibilidade, descartando-a. De certo modo, ele baseia sua posição no formalismo de Wölfflin e dos autores que seguiram sua linha teórica, como Severo Sarduy (1975). O Barroco, na perspectiva wölffliniana, é visto como *“uma atitude generalizada e uma qualidade formal dos objetos que o exprimem”* (Calabrese, 1987: 27). O próprio Wölfflin enxergava nessa formalidade recorrente, que oscila entre o Barroco e o Clássico, *“a imagem de um movimento espiral”* (1915: 260) em que a estética e as representações culturais se aproximariam de momentos históricos anteriores sem, contudo, repeti-los por inteiro. A volta ao ponto inicial é impossível, mas a referência a ele, assim como a proximidade a sua essência, não o é. Segundo Calabrese:

*“(...) para chamar ‘barroco’ a qualquer acontecimento cultural, o procedimento continua a ser o da comparação com o acontecimento historicamente definido, até mesmo através de princípios formais.”* (1987: 33)

Essa postura implica, claramente, em se avaliar todo e qualquer fenômeno cultural como um texto em que se pode identificar inúmeras morfologias, análogas ao gosto e ao estilo de outras épocas históricas. Essa atemporalidade do Barroco, aliada a sua multiplicidade é, segundo Ariano Suassuna (1999), intrínseca ao próprio estilo:

*“A qualquer momento a gente pode encontrar um grande artista barroco (...). O barroco, por ser a primeira manifestação romântica de subversão do clássico, contém em si elementos clássicos e barrocos, medievais e renascentistas, pagãos e religiosos, cômicos e trágicos.”*

Já Calabrese, ao avaliar a contemporaneidade e rotulá-la como “Idade Neobarroca”, procura analisar vários aspectos de nossa sociedade através de nove pares conceituais, quase como Wölfflin fizera com o Barroco em *Conceitos Fundamentais de História da Arte* (1915). A seu ver, nosso mundo poderia ser definido por meio de conceitos como *ritmo/repetição*<sup>11</sup>, *limite/excesso*<sup>12</sup>, *pormenor/fragmento*<sup>13</sup>, *instabilidade/metamorfose*<sup>14</sup>, *desordem/caos*<sup>15</sup>, *nó/labirinto*<sup>16</sup>,

<sup>11</sup> No modelo calabresiano, a sociedade contemporânea seria marcada pelo ritmo e pela repetição, na produção ou no consumo de bens culturais e econômicos, situação que transparece no uso continuado e frenético das mais diversas formas de expressão, inclusive artísticas. Calabrese exemplifica esse conceito afirmando que seriados televisivos, histórias em quadrinhos, romances açucarados e filmes de produção barata repetem exaustivamente a forma presente em alguma obra de sucesso e, desse modo, através da “mecânica repetição” vão aperfeiçoando e produzindo, involuntariamente, uma determinada estética (1987:41). Apesar de uma obra de arte ser “irrepetível”, outros autores podem tentar tocar sua *aura* reinterpretando o mesmo tema, mesmo que através de diferentes meios de expressão.

<sup>12</sup> O *limite/excesso* de que fala Calabrese é o do campo cultural e dos sistemas culturais, e se aproxima das idéias de Wölfflin, no que diz respeito ao conceito *aberto/fechado* presente na oposição Clássico/ Barroco. Calabrese parte do pressuposto de que ao se aceitar *“uma idéia espacial da estrutura e da distribuição do saber em sistemas e subsistemas, ou seja, um espaço global articulado em regiões localizadas, deveremos também aceitar que este espaço, para ser organizado, deva ter uma geometria ou uma tipologia”* (1987: 61). Em síntese, o campo cultural, na sociedade neobarroca, se pauta pelo estabelecimento de limites e pelas tentativas de excedê-los constantemente, característica que já estaria presente no Barroco histórico, onde essa tendência ao rompimento de limites se manifestou na extrapolação da perspectiva linear com o uso do *trompe l’oeil*, dos enquadramentos revolucionários, da anamorfose e do escorço (Calabrese, 1987: 64).

<sup>13</sup> Para Calabrese torna-se impossível explicar esses dois termos (*pormenor/fragmento*) de modo

complexidade/dissipação<sup>17</sup>, quase/não-sei-quê<sup>18</sup> e distorção/perversão<sup>19</sup>. A diferença

dissociado da conceituação de *totalidade*. No entanto, ele destaca o fato de que é através da observação do fragmento, ou do pormenor, que se pode apreender "um certo gosto" (1987: 84) e se identificar "pelo menos dois tipos de divisibilidade: o corte e a ruptura" (1987: 85). O pormenor seria esse corte, podendo ser exemplificado, hoje, pelo zoom da câmera televisiva, enquanto o fragmento representa a inexistência de referência para com o todo, como o recorte ínfimo de uma foto super-ampliada, em que se identifica apenas o grão da emulsão fotográfica (Calabrese, 1987: 88-89). O pormenor pressupõe a possibilidade de reconstituir o todo de que ele foi apartado, já o fragmento, não.

- <sup>14</sup> O mundo contemporâneo, assim como o mundo barroco, é um universo povoado de monstros, fruto da necessidade de se representar "não só o sobrenatural ou o fantástico, como, acima de tudo, o 'maravilhoso', que depende da raridade e casualidade de sua gênese na natureza e da oculta e misteriosa ideologia da sua forma" (Calabrese, 1987: 106). Ora, a existência desses monstros, sejam eles os ET's dos filmes de ficção científica ou as bestas-feras do Novo Mundo, é proveniente de uma instabilidade mórfica, de uma mutabilidade intrínseca à fantasia sobre outros mundos. Se hoje exercitamo-la com a criação de seres intergaláticos, o homem da Idade Moderna o fazia a respeito das novas terras que se apresentavam em seu horizonte. Paralelamente, designar como monstruoso algo que se desvirtua do gosto médio é, segundo Calabrese, uma característica da tensão estabelecida entre formas opostas de ver o mundo, daí a designação de adjetivos depreciativos ao Barroco histórico e à estética Neobarroca.
- <sup>15</sup> A idéia de existência de uma ordem imutável das coisas-do-mundo, com um fundo dogmático e intocável, é uma das características do pensamento cristão da Idade Moderna. A ele se opunha a visão "caótica" de homens como Galileu Galilei, por exemplo. A "desordem" do Novo Mundo pressupunha a necessidade de ordená-lo. Já o conceito de caoticidade remete à irregularidade, à "não pertinência local da ordem" (Calabrese, 1987: 133). Essa oposição existente no Barroco histórico se repete hoje, mas com um novo vencedor: à regularidade dogmática cristã se opõem as muitas teorias científicas do caos. Ao conceito de *desordem* (e da existência de uma ordem que está sendo desrespeitada) contrapõe-se o de *caos*, designando fenômenos marcados por uma complexidade absurda, que não pode ser compreendida com os instrumentos do pensamento racionalista, por pertencerem a uma outra dinâmica.
- <sup>16</sup> O nó e o labirinto são imagens recorrentes no Barroco histórico, assim como a descrição de casos - ou histórias - em que a agudeza e perspicácia do espírito humano conseguiu vencê-los e restabelecer a ordem nas coisas-do-mundo. Para Calabrese, "onde quer que ressurgiu o espírito da perda em si, da argúcia, da agudeza, aí reencontramos pontualmente labirintos" (1987: 146). O nó e o labirinto são complexidades que trazem em si a existência de uma linearidade, de um conjunto, ou mesmo de várias linearidades e vários conjuntos: o nó é uma dobra ou redobra de uma linha - ou mesmo várias - e o labirinto, um emaranhado de percursos, dos quais apenas um leva à saída, ou à solução do problema. Para resolvê-los e desemaranhar o nó e também sair do labirinto é preciso encará-los com a ambigüidade de quem observa a globalidade do sistema em questão e ainda o microcosmo do nó ou do labirinto (Calabrese, 1987: 147).
- <sup>17</sup> Os conceitos de *complexidade* e *dissipação* formam um dos pares mais imaginativos da teoria de Calabrese. Usando correlações com a Física, a Astronomia e a Cosmologia, ele expõe um paradoxo, inerente ao Barroco histórico e ao Neobarroco: todo sistema, seja ele de forças físicas ou mesmo de "forças culturais" tende a complexizar-se e, nesse processo, chegar a um estágio em que passará a dissipar sua "energia", dando origem a outros sistemas. No entanto, essa dissipação é condicionada pela estabilidade/instabilidade do meio em que está inserido o sistema: quanto mais instável ele for, mais propícia é a dissipação das "energias" e a criação de novos sistemas (Calabrese, 1987: 159-168).
- <sup>18</sup> Apesar de, num primeiro momento, esses dois conceitos de Calabrese remeterem a uma mesma imagem de imprecisão, em sua essência são bem diversos. O *quase* representa uma possibilidade real de se chegar a uma aproximação de um resultado exato: é o avizinhar-se de algo, tão comum na Matemática pura. Já o *não-sei-quê* é aquele sentimento "de mal-estar que experimentamos perante o que é incompleto, a inquietação que sentimos por aquilo que é imprecisável, indefinível, inexplicável" (Calabrese, 1987: 172). O oscilar entre essas duas concepções de imprecisão, uma que pressupõe a exatidão e outra que nem a cogita, seria, no modelo teórico calabresiano, uma das características do Barroco histórico que se repetiria no Neobarroco.
- <sup>19</sup> Segundo Calabrese, tanto o Barroco como o Neobarroco têm como um aspecto característico a *distorção* do passado e do presente como forma de marcar sua singularidade. Já a *perversão* da citação distorcida desse passado e/ ou presente é o passo seguinte na reelaboração de seu próprio sistema estético, estando no cerne da multiplicidade das duas estéticas e, portanto, constituindo um de seus elementos basais (Calabrese, 1987: 185-195).

entre a proposta de Calabrese e os pares conceituais wölfflinianos reside no fato de que ela não comporta oposições intrínsecas, mas sim complementariedades.

Essa visão de que vivemos numa recriação do Barroco pode ser inquietante, mas nos remete a uma série de questionamentos interessantes: o fato de estarmos, todos os dias, nos dividindo em um extenso rol de fragmentos, dentro dos quais quase sempre utilizamos diferentes máscaras, aumentando cada vez mais a multiplicidade que essa fragmentação acarreta não seria uma característica intrínseca ao Barroco? Mais ainda: essa busca constante pelo devir que todos vivenciam diuturnamente, carregada de tensões entre carne e espírito, desejo e quietude, não é também um aspecto que estava presente no Barroco? A constatação científica de que a estrutura microfísica e até mesmo atômica dos elementos, com os fractais, teria uma configuração muito aproximada às *mônadas* de Leibniz, sempre se dobrando e redobrando sobre si mesmas, não nos remete ao ideário Barroco? Por fim, a falta de certezas absolutas, característica maior de nossa época, não seria o principal elemento a nos aproximar do mundo Barroco?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTET, Xavier Barral i. (1990). *História da Arte*. Campinas: Papirus.
- ARGAN, Giulio Carlo. (1992). *História da Arte como História da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- BACHELARD, Gaston. (1991). *A Terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças*. São Paulo: Martins Fontes.
- BAUMANN, Thereza B. (1992). *Imagens do 'outro mundo': o problema da alteridade na iconografia cristã ocidental*. In VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 58-76.
- BAZIN, Germain. (1994). *Barroco e Rococó*. São Paulo: Martins Fontes.
- BELLORI, Gio Pietro. (1672). *A Idéia do Pintor, do Escultor e do Arquiteto, obtida das belezas naturais e superior à natureza*. In: PANOFKY, Erwin. *Idea: a evolução do conceito do belo*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, pp.143-158.
- BENJAMIN, Walter. (1925). *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOSI, Alfredo. (1991). *Reflexões sobre a Arte*. 4ª ed. São Paulo: Ática.
- BOSSY, John. (1990). *A Cristandade no Ocidente: 1400/1700*. Lisboa: Edições 70
- BOURDIEU, Pierre. (1996). *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp.
- CALABRESE, Omar. (1987). *A idade neobarroca*. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Edições 70, 1988.
- CONTI, Flávio. (1984). *Como reconhecer a arte barroca*. São Paulo: Martins Fontes.
- DELEUZE, Gilles. (1991). *A dobra: Leibniz e o barroco*. Campinas: Papirus.
- GOMBRICH, E.H. (1979). *A História da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Norma e forma*. São Paulo: Martins Fontes.
- HILLERBRAND, Hans J. (1969). *Men and ideas in the sixteenth century*. Chicago: Rand McNally & Company.
- SUASSUNA, Ariano. (1999). *Um Barroco no Mocambo*. *Revista Bravo!* nº 17, ano 2, fev/1999, p. 85.
- TRIADÓ, Juan Ramón. (1991). *Saber ver a arte barroca*. São Paulo: Martins Fontes.
- WÖLFFLIN, Heinrich. (1888). *Renascença e barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- \_\_\_\_\_. (1915). *Conceitos fundamentais de História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

## RESUMO

**DOBRAS E REDOBRAS:  
UMA DISCUSSÃO SOBRE O BARROCO  
E SUAS INTERPRETAÇÕES**

Ao longo dos últimos dois séculos o Barroco tem sido constantemente reavaliado e reinterpretado por estudiosos das mais diversas correntes teóricas, com o rompimento de unanimidades e revisão de paradigmas que eram, aparentemente, sólidas definições conceituais. Ao retomar as idéias de alguns autores que trataram da estética barroca pretendemos revê-las sob o prisma da contemporaneidade, traçando um painel de como foram surgindo as diferentes "concepções" sobre o Barroco, das idéias que se tornaram paradigmas dentro do estudo da estética barroca e que, de certa forma, influenciaram um considerável número de críticos e estudiosos da Arte. Além disso, ao esmiuçarmos os *falares* sobre o Barroco estaremos, na verdade, buscando respostas para muitas das inquietações que se nos apresentam nesse limiar do século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** crítica estética; Barroco; Neobarroco.

## ABSTRACT

**FOLDS AND REFOLDS:  
A DISCUSSION ABOUT THE BAROQUE  
ART AND HIS INTERPRETATIONS**

In the last two centuries, the Baroque Art has been steadily evaluated and reinterpreted by so many critic and academic studies, bring the end of the unanimity and a paradigm's revision that was, until then, a sedimentary conceptual definition. Analysing some authors that treated the baroque aesthetics, we intend to make a review, based on the contemporary thought, building a picture of the many "conceptions" about the Baroque and the ideas that became paradigms in the studies of the baroque aesthetics and, by the years, has affected a considerable number of Art's critics and studios. In that way, when we investigate the baroque's "speaking of" really we are looking for an answer to the various uneasiness of the 21<sup>st</sup> century's doorstep.

**KEYWORDS:** aesthetics critic; Baroque; Neobaroque.



## ESPAÇO, PODER E VIOLÊNCIA EM CENTRAL DO BRASIL<sup>1</sup>

José Ernesto Pimentel Filho <sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O filme de Walter Salles Jr., *Central do Brasil*, foi lançado no mesmo ano que registrou o sucesso da indicação ao Oscar de *O que é isso, companheiro?*, dirigido por Bruno Barreto. Embora lançado em 1997, um ano antes de *Central*, a aparição de *O que é isso, companheiro?* como concorrente ao Oscar, em inícios de 1998, levou a inevitáveis contrastes e comparações, por parte de críticos<sup>3</sup> e mesmo do próprio Salles Jr. O diretor, de cara, já marcava a diferença entre um e outro filme.

Antes de 1998, Walter Salles Jr. era um diretor sob o qual pousava uma referência de grande insucesso e outra de um filme razoavelmente bem dirigido. Sua estréia no cinema, em 1991, com *A Grande Arte*, foi considerada um completo fracasso. Outro, porém, foi o destino de *Terra Estrangeira* (1995) que, contando com a co-direção de Daniela Thomas, mostrou a personalidade cinematográfica daquele que viria a compor o documentário *Socorro Nobre* e, depois, *Central do Brasil*.

Do filme *Terra Estrangeira* a crítica de Amir Labaki (1998: 188), publicada na *Folha de São Paulo* em setembro de 95, já destacava a fluência com que a direção passava de um gênero a outro: melodrama, policial e *road movie*. Apesar de concluir pela esquizotimia cinematográfica da obra, o crítico assegurava seu valor:

*"É um filme de rara sofisticação visual e sonora, com planos milimetricamente construídos, extraíndo sempre o efeito dramático mais contundente e uma sutil trilha de estréia de José Miguel Wisnik."*

Em seguida veio *Socorro Nobre*, um curta enfocando a vida de uma ex-presidiária. A pessoa real de Socorro aparece nas primeiras imagens de *Central*.

Em abril de 1998, o filme de Walter Salles já havia passado pelo Sundance

<sup>1</sup> Um esboço deste trabalho foi apresentado como comunicação livre no VI Encontro Estadual de História: Fronteiras da História, realizado em Fortaleza - CE, entre 28 e 30 de outubro de 1998.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

<sup>3</sup> Thales Ab'Saber (1998: 227-228) comenta sobre a via de inserção no mercado norte-americano buscada por *O que é isso, companheiro?*: "(...) nossa mais arcaica busca de atualização, não importando mesmo para nós o nível da barbaridade histórica em jogo, nos movia a ser companheiros das grandes regras de uma cultura capitalizada ao extremo, cuja expressão é o grande espetáculo universalizante, o festival, a megaexposição, o prêmio da Academia, sem que, diante de tal fascínio pudéssemos de fato nos deter sobre o filme e perguntarmo-nos: mas afinal o que é isso?" Continua: "Definitivamente, não é este o caso de *Central do Brasil*. É importante não confundirmos o filme com este campo reificado de nossa cultura atual."

Festival e pelo Urso de Ouro. Os olhares nacionais, ainda divididos com os enfoques sobre *O que é isso, companheiro?*, já comentavam a novidade estética, artística e cultural apresentada naquela narração fílmica. *Central* apontava um caminho autônomo de inserção internacional. Associado a isto, recolocava a temática do cinema brasileiro num plano esteticamente novo (mesmo em relação à tradição *cinemanovista*, na qual está parcialmente calcado) e diferenciava-se da cinematografia *tarantinesca*, imputada ao filme de Bruno Barreto.

Helène Romano, na revista *Jeune Cinéma*, destacou com propriedade a originalidade estética e artística de *Central*:

*“Causa surpresa descobrir um Brasil novo, não-épico, sem pitoresco, inteiramente cotidiano e humano, distante da incandescência das histórias de cangaceiros, de camponeses pobres ou da selva urbana e política que fizeram o sucesso do cinema brasileiro. O tom é dado desde o início, com esta descrição da estação central do Rio e todos os dramas que aí podem ser representados, violência e solidão misturadas. E a cativante história zarpa: esta mulher empobrecida, antiga professora primária que se fez escritora pública, capaz de todas as torpezas, pequenas ou graves, para assegurar sua sobrevivência; assim também, esta criança abandonada (sua mãe morreu atropelada por um ônibus), exposta a todos os perigos e que só pensa em reencontrar seu pai distante e mítico. Começa uma longa fuga, road movie nos interiores do Brasil, o que nos oferece cenas raramente vistas, momentos de tensão, momentos de ternura, momentos de esgotamento e desencorajamento durante as transformações da viagem, encontros que poderiam mudar a vida – e que definitivamente mudam-na ... De condução em condução, de pequenas cidades perdidas em loteamentos precários, de um horizonte empoeirado a outro, de paragens desertas em santuários invadidos por milhares de romeiros, os personagens aprendem a se conhecer e descobrem a amizade, e provavelmente um pouco mais.”* (*Jeune Cinéma*, 1999: 41)

Cabe-nos, entretanto, advertir que, neste artigo, a experiência propriamente cinematográfica está a serviço de uma interferência que faremos com base nas noções de espaço, poder e violência. A operação crítica serve-se da obra artística para deslanchar uma reflexão cultural e social, visando traçar um campo diferenciado daquele do crítico de cinema e mais aproximado do historiador e do cientista social.

## ESPAÇO, PODER E VIOLÊNCIA

Num sábado do mês de fevereiro, no ano de 1927, o jornal *O Estado de São Paulo* trazia na coluna “Cinematógraphos” a carta de uma leitora muito apaixonada pela fantasia do cinema. A coluna era assinada por “G.”, o que, segundo Maria Inez Borges Pinto, era a inicial do poeta Guilherme de Almeida, cronista de cinema com “*padrão internacional e altamente refinado*” (Pinto, s/d: 02).

Diz o final da missiva:

*"O senhor não ignora como é cruel, quando se acha que uma coisa é boa e linda, vir a saber que é feia e vulgar. Conte-nos o que quiser sobre os vestidos de Glória Swanson, sobre os jantares de Tony Moreno, sobre os noivos de Bebé Daniels ... Mas, pelo amor de Deus não nos conte a verdade do cinema ...*

*Sua muito grata.*

*I. do P." (O Estado de São Paulo, 19/02/1927)*

Guilherme de Almeida era um dos intelectuais dos anos 20 que queriam ver um cinema brasileiro que estivesse atualizado com o que havia de mais moderno no país. Propugnava-se uma vida cultural conectada com a velocidade, o esporte, o maquinismo dos anos 20, enfim, com os aspectos metropolitanos e cosmopolitas, especialmente vistos da São Paulo de então.

Nessa mesma corrente, estava o *Cinearte* que julgava impossível conciliar o "cinema do mato" e o cinema brasileiro, já que a linguagem brasileira não poderia trazer à tona a vida de personagens marginais, que já veiculavam na literatura menor:

*"(...)deixar as portas dos engraxates. As colunas de crimes dos jornais. A biblioteca de alcova, imunda, repugnante. Pegar um megafone. Um sujeito que saiba o que é enquadração. Um outro que saiba virar a manivela e uma máquina (...) E ter, antes de tudo, um cartão de visita bem alvo, bem bonito: dignidade, decência, moralidade." (Bernadet & Galvão, 1983: 36)*

Houve diversas correntes contrárias a essas já nos anos 20, com a filmagem sobre temas operários, atos públicos, reuniões e festas populares (Bernadet & Galvão, 1983: 30 e 31). Nos anos 30, o marcante *Favela dos meus amores* que, no depoimento de Alex Viary, trazia "*cejas tomadas na própria favela com a participação de seus habitantes verdadeiros (...) uma antecipação do neo-realismo*" (Bernadet & Galvão, 1983: 33).

Poderíamos citar ainda algumas produções da Vera Cruz, a revista *Fundamentos*, Fernando de Barros, e tantos outros cineastas, filmes e críticos que acreditaram num cinema brasileiro com personagens, roteiros, fotografia e decupagem próprios.

O cinema novo parece ter sido quem melhor explorou este objetivo, dada a linguagem ousada, inovadora e inteligente, a serviço de um cinema de compromisso, como se revela nestas passagens sobre o "autor" em Gláuber Rocha:

*"O termo 'autor' designa as condições necessárias de produção para que o cinema seja expressão da 'verdade': 'o autor é o maior responsável pela verdade: sua estética é uma ética, sua mise-en-scène é uma política'. O compromisso do autor para com a realidade e a sua expressão sem retoques (a verdade) exigem uma posição (ética) de recusa à indústria que o coloca em um grande conflito, pois 'esta ontologia [permitida pelo cinema] pertence ao mundo-objeto contra o qual ele intenciona sua crítica. O cinema é uma cultura da*

*superestrutura capitalista'. A obra do autor, então, 'não é um instrumento, é uma ontologia' que se obtém a partir da postura ética.*"(Ramos, 1987: 352)

Embora Gláuber Rocha retire da obra do autor seu caráter instrumental, define de forma inequívoca o papel político do cineasta, inconfundivelmente associado à idéia de verdade, realidade e compromisso ético com uma "expressão" isenta de retoques. Haveria, na criação do autor, um caráter fundacionista, ontológico, fazendo com que o seu compromisso não fosse encarado num plano meramente abstrato, mas como portador de uma radicalidade profunda.

Já em *Central do Brasil* as identidades com o cinema de compromisso adquirem um caráter mais flexível, admitindo mesmo o *melos* como forma de expressão. O aspecto documental, verossímil, não está em contradição com a representação melodramática e a vazão de sentimentos ideais. A imagem realista é, muitas vezes, o caminho para o poético. Nesse entendimento, o aspecto do compromisso evita e, até mesmo, obstrui uma radicalidade militante, já que o cineasta, no entendimento de Jurandir Freire Costa, "*não se preocupa em doutrinar. Contenta-se em mostrar, sugerir e convidar*" (*Folha de São Paulo*, 29/03/1998).

O fazer do filme sofreu alterações entre o roteiro inicial e o que realmente foi filmado. Essas alterações parecem ter sido sempre no sentido de tornar o filme mais realista, como a substituição de alguns dos depoimentos iniciais, que deveriam ter sido feito por atores e acabaram sendo feito por populares que chegaram junto à banquinha armada para a filmagem e solicitaram enviar mensagens, como segue no relato da atriz Fernanda Montenegro:

*"A expectativa era grande para o momento em que fôssemos montar a câmera na estação da Central, onde começamos a rodar o filme. Quando armamos a barraca da Dora lá, muitas vezes, as pessoas que circulavam vinham até nós para ditar suas cartas, espontaneamente. Não deixou de ser uma surpresa, para mim, a facilidade que a gente encontrou para que a ficção incorporasse os personagens reais da Central do Brasil e também do resto do país. Passamos a fazer parte do código de trágica sobrevivência daquela grande gare. Logo no fim do primeiro dia, suspiramos. Sabíamos que não éramos estranhos àquele universo. E já não nos viam como uma equipe de filmagem."* (*Cinema*, 1998: 21)

Todavia, esse aspecto realista do filme não é encarado por Walter Salles como uma dimensão ontológica, e sim como uma construção poética, no que ele remete ao cinema alemão: "(...) lembro, agora, do que dizia Pabst, o cineasta alemão: o realismo nada mais é do que uma ponte para o poético" (*Folha de São Paulo*, 29/03/1998.) Isso é vislumbrado numa abertura de planos que dá vazão ao colorido e à amplitude do sertão como horizonte aberto e maravilhoso:

*"Apesar do diálogo com toda uma tradição do Cinema Novo (o transe de Dora na procissão com a câmera girando, as filmagens em Milagres e Vitória da Conquista - sertão glauberiano -, o lado documental da ficção, a celebração da cultura oral sertaneja), Central*

*do Brasil se diferencia por retratar não o sertão violento e insuportável do Cinema Novo, mas um sertão lúdico, rude, mas inocente e puro, como os irmãos que acolhem Josué.*" (Bravo, 1998: 89)

Portanto, mostrar "o rosto do Brasil na tela" (Folha de São Paulo, 29/03/1998) significa também recuperar a "fábula" do sertão, de um mundo mais sensível, gestual e comportamental. No tocante a esse aspecto, Walter Salles remete a Nelson Pereira dos Santos e ao seu filme *Vidas Secas*:

*"Quando se vê hoje 'Vidas Secas', fica-se impactado não só pela modernidade do filme, mas pelo fato de que cada gesto dos personagens tem um significado que transcende o próprio gesto. Há uma qualidade emblemática e insubstituível em cada plano. Se você retira um deles, a arquitetura desmorona. Como numa ordem sinfônica, cada plano é grávido do próximo plano, assim como cada nota anuncia a nota seguinte."* (Folha de São Paulo, 29/03/1998)

Já a temática da violência abordada em *Central do Brasil* diferencia-se profundamente do Cinema Novo, tanto nas imagens que mostra, como no aspecto "estilístico", ou seja, na forma de buscar romper os parâmetros convencionais de apresentação da espacialidade dupla "metrópole versus sertão". Ao imprimir novo sentido a esse último, pensamos estar em curso uma contraposição frontal ao sentimento de superioridade da metrópole. Aqui, entra em jogo a hipótese do "espectador médio urbano".

Na ética *cinemanovista* e, conseqüentemente, em seu compromisso com a verdade, insere-se uma compreensão específica da violência e da miséria. Essa especificidade reside na recusa do folclore e do espetáculo, na medida em que se visa agredir o espectador e subverter o que Ramos chamou de "forma clássica" de abordar tais temáticas:

*"A maneira de romper este círculo vicioso, onde a denúncia da fome e a própria fome podem ser absorvidas como espetáculo, é através da violência: 'somente conscientizando sua possibilidade única, a violência, o colonizador pode compreender, pelo horror, a força da cultura que ele explora.' A violência a que se refere Gláuber é, principalmente, a violência estilística, que rompe com as expectativas emocionais que o espectador médio espera obter da representação da miséria (a compaixão, por exemplo). É exatamente o 'sabor da miséria' que o diretor pretende atacar no seu manifesto, propondo uma 'estética da violência'."* (Ramos, 1987: 353)

Ora, essa hipótese plausível levantada por Ramos, com relação ao cinema de Gláuber Rocha, não pode passar despercebido no Walter Salles de *Central*. Subrepticamente à narrativa romantizada do sertão, cremos estar em jogo um problema muito discutido na trajetória do cinema nacional: em que medida ele deve retratar nosso povo, a "caipirice" e a pobreza? E mais: como fazê-lo de forma a que o produto seja degustável para o público urbano? Quem é o consumidor atual do cinema, senão o homem das cidades? Coloca-se um verdadeiro desafio à clientela: encontrar algo distinto da ambientação

"modernosa", própria das sociedades do primeiro mundo, dos metrô, da arquitetura futurista e das maravilhas da tecnologia, lá onde se passam inúmeras histórias de bandidos e assassinos fantásticos que povoam as telas. Como fazê-lo?

À primeira vista, o filme de Walter Salles parece incluir o componente folclórico clássico do sertão e do popular, ao trabalhar com emblemas já cristalizados na cultura, como o Pe. Cícero, a Virgem, a procissão, entre outros. Parece fazê-lo no ponto em que visa a dignidade e a decência de seus personagens, embora não sejam equivalentes aos valores encontrados nas classes média e alta, sobretudo do habitante dos centros urbanos, como queriam muitos dos defensores do cinema brasileiro no início do século.

De fato, Walter Salles não visa alcançar a dimensão *glauberiana* da violência. A violência é uma face que faz deslanchar a narrativa para a zona de redenção da nação, enquanto solidária e comunicativa. Essa redenção se encontra, ficcionalmente, e talvez até ontologicamente, num imaginário que fincou suas raízes fora da metrópole.

Essa parece-nos ser uma das grandes rupturas propostas pelo filme. O diretor recria o espaço nacional com o objetivo explícito de dar resposta ao momento por que estamos passando. Momento esse, em que a escala de violência atinge limites apavorantes, sobretudo em São Paulo<sup>4</sup>. Não por acaso, a recepção de *Central* chegou a apontá-lo como uma visão paulista do Brasil<sup>5</sup>, muito embora o diretor faça uso do cenário simbólico da Estação Central e da cidade do Rio de Janeiro enquanto ícone da barbárie brasileira.

Se aos "nordestinos" o filme garante o conforto do retorno, ao espectador natural do Sudeste brasileiro, o diretor propõe um insólito panorama, o qual não foi aceito sem protestos pela crítica. Inácio Araújo - *Folha de São Paulo* - descreditou muito francamente que pudesse existir aquele Nordeste do diretor:

*"O olhar do diretor por vezes também é estranho. (...) somos convidados a contemplar um Nordeste de sonho: belo como nunca, estetizado como nunca - às vezes, faz lembrar o deserto dos EUA."* (Labaki, 1998: 204)

Também na revista *Bravo*, a crítica menos concordante com Walter Salles Jr. interroga-se se é mesmo verdadeira essa *apresentação do real*?:

*"A pobreza monótona e rude do sertão, sua violência surda, seriam mais 'suportáveis' que o inferno urbano da Central do Brasil, com*

<sup>4</sup> Apesar do panorama de violência e crimes afetar as capitais brasileiras de um modo geral (salvo destacadas exceções como Porto Alegre, onde os índices de crimes violentos estão estáveis há cinco anos), o cotidiano de São Paulo tem forçado uma consciência aguda e abrupta do problema. Tendo tomado a posição do Rio de Janeiro como capital mais violenta do país, nela ocorrem quase três mil homicídios a cada semestre e o número de roubos na Capital e Grande São Paulo, saltou de 36.908, no segundo semestre de 1995, para 70.912, no segundo semestre de 1998. Isso representa um aumento de 92% nos roubos em apenas três anos.

<sup>5</sup> Segundo comentários de Inácio Araújo, publicados na *Folha de São Paulo* em 03/04/1998 (Labaki, 1998: 204-207): "(...) esse filme que começa no Rio e termina no Nordeste é o mais paulista dos filmes, no sentido em que exprime, mais do que qualquer outro, o sentimento de ser brasileiro um pouco a contragosto." E ainda: "Fernanda Montenegro parece uma típica natural de São Paulo: individualista, não raro mesquinha, de caráter duvidoso."

seus camelôs e cafajestes, como o filme parece apostar?" (*Bravo*, 1998: 89)

Continua:

"Mas a corrida do menino no final (*Pixote sertanejo?*), apesar do *happy end*, talvez seja menos um apelo para que Dora fique naquele fim de mundo do que um último grito desesperado, que pede: não me deixe aqui!" (*Bravo*, 1998: 89)

A representação mais abrangente (pressuposta pelo filme) realiza uma espacialidade dupla, quase dicotômica, entre o urbano e o rural, o Sudeste e o Nordeste brasileiros. Esta ordem de lugares é externa à própria obra, está cristalizada na cultura brasileira. O Nordeste como ícone do atraso, da má qualidade de vida, *terra de ninguém*, ou seja, o mundo sertanejo pobre e abandonado.

Em contrapartida, pensemos a hipótese de um habitante de um Sudeste que também está posto como ícone, referência, e não, dado de realidade. Esse habitante, que nunca é *sudestino*, depara-se com um conto fabuloso - *Central do Brasil* - que ao mesmo tempo re-significa o ícone Nordeste positivamente e lhe imprime ganchos realistas. Depara-se com um inusitado, porém, sentimental roteiro em que uma criança foge de um mundo de violências, crimes e delitos no Rio de Janeiro para um "outro" mundo; mais solidário e comunicativo.

Lembramos aqui do sertão como emblema predileto de lugar dos esquecidos. O mundo do sertão que é, muitas vezes, concebido como a representação do nosso atraso, da precariedade material e do castigo climático.

Essa ordem de lugares, que é também uma ordem de poderes e de representações, caracterizando a espacialidade preconcebida do Brasil, dá-lhe sentido e orientação na distribuição de recursos públicos e da produção do país. É uma ordem que revela também muitos aspectos do mundo político brasileiro. Esse é o ponto de partida do pensar o mundo rural *versus* urbano, metrópole *versus* sertão. É o país construído a partir de seus estereótipos.

Esse ponto de desencadeamento da narrativa não é fornecido ao espectador nacional. Ele já o tem. Ele entra na sala de cinema com esse *a priori*. Supõe-se que o diretor sabe disso. O filme estende um mundo *real-representado* na sala de cinema. Ele busca *reapresentar o real* ao espectador que "sabe", de antemão, da existência de um mundo dicotômico.

Essa dicotomia não é mais o fato acadêmico. A diversidade cultural e social do país não permitiria tais simplificações. Sabemos que não existem *dois* brasis. O Brasil partido é uma fantasia. Esse estereótipo é uma inexistência?

Persiste fortemente uma espacialidade dicotômica. É, de um lado, o mundo de quem está em trânsito. Porque já foi à metrópole, veio do sertão ou sonha em viajar para a metrópole. Do outro lado, o habitante da metrópole. Seu ponto de vista é estático. Raramente deslocou-se para o sertão. Não lhe imagina senão como uma ordem de lugares, a outra face de um mundo. A metrópole aparece como problemática, mas superior em sua infra-estrutura, serviços, comunicação, cultura, entre outros aspectos. Ela visualiza o habitante do sertão como *estranho* a seus códigos e valores e o encontra, quase sempre, na situação do flagelo e da migração.

Então, a narrativa é geográfica porque cria espaço (Certeau, 1996). Visa imprimir a cada lugar uma lembrança, uma imagem e referência. É nesse gancho dos lugares, personagens e falas que reside a continuidade entre a rua e a porta do cinema, a sala escura dos sonhos.

*Central do Brasil* vem criar uma narrativa centrada na subversão da geografia do poder que disciplina (Foucault, 1987) e estabelece a ordem dos lugares (Certeau, 1996) no espaço nacional. A via dessa subversão narrativa é o melodrama, a romantização do sertão. O filme possui uma espacialidade própria, a qual atravessa diversas esferas de análise e de realidade. Ela vai do cotidiano e comportamental à dimensão mais generalizante da história, qual seja, a representação da Nação. Atravessa longitudinalmente as relações pessoais, amorosas, afetivas; as delinquências, a violência e o próprio Estado.

O realismo age tal o sonho, confundindo o verossímil/inverossímil, a fim de implantar um novo mapa, novo código de valores, novo roteiro. É por isso que *Central do Brasil* não é militante. Porque entende o cinema como sonho. Mas é um cinema que quer interferir.

O diretor quer transformar o *real-representado* na *reapresentação de um novo real*. Quer o sonho, a posição distensa do espectador, mas quer fazê-lo pensar diferente, viver diferente. O cinema novo fazia isso pela seqüência cortada de imagens e falas. A narrativa necessitava ser recomposta pela reflexão. Com *Central do Brasil*, pensamos pelo coração.

Mas o espectador terminou a fábula, encontrou novamente a metrópole. Uma esmola a mais, um olhar um pouco mais terno, tudo volta à *norma*. Apagam-se os desenhos feitos no mapa; há agora pedaços desconexos. Os traços e limites não mais coincidem.

E ficam aquelas imagens do estranho: "(...) *bem, nunca tinha ido para o sertão*" - declara a atriz principal - "(...) *mesmo quando não tínhamos muito conforto na acomodação, passávamos noites quentes, mas agradáveis*" (Cinema, 1998: 21). Mesmo sendo uma cidadã ímpar pelo tipo de trabalho que exerce, Fernanda Montenegro tem em comum com qualquer habitante metropolitano o ponto de vista de quem nunca tinha ido ao sertão, uma posição que fala de fora.

Também o menino Vinícius de Oliveira gostou do passeio, das viagens, mas gosta mesmo é de morar no Rio de Janeiro.

Aquele mundo aparece na tela. O espectador agora lembra do que viu no filme. Josué flagra as cartas, inúmeras delas no "purgatório" da gaveta. Inclusive, vê logo a de sua mãe. Seu impulso de criança não tem ainda a ordem de lugares que o *real-representado* nos impõe: "*Eu vou levar essa carta pro meu pai. Me dá ela!*" Dora lhe responde grosseiramente: "*Que [é] isso! Tá maluco?! Você sabe onde teu pai mora? Mora a milhares de quilômetros daqui. Mora noutra planeta, tá*" (Carneiro & Bernstein, 1998: 34).

Subitamente, o espectador é tomado a pensar as ordens de lugares sobre as quais vê, escuta e fala. Qual utopia poderia realizar-se no espaço do sertão? O apelo entre o filme e a experiência vivida também é feito pela pessoa de Socorro Nobre, que aparecendo uma única vez na tela da sala de projeção, foi presença constante em toda companhia de divulgação do filme.

Se com Socorro Nobre o problema consistia em consertar o erro cometido pela participação num latrocínio, com Dora tratava-se de resgatar o menino

vendido por dois mil dólares, dos quais ela só ficou com a metade, o que lhe rendeu uma televisão.

Dora age com interesse no consumo do imaginário televisivo, agora a cores. O cenário urbano é fundamental para estabelecer em seu caráter os componentes do cinismo e da indiferença. Assim, a verdadeira mudança de sua vida somente se opera quando ela chega ao sertão e passa pela casa dos milagres, o que Jurandir Freire Costa considerou como sendo a "*redescoberta emocional de si*" (*Folha de São Paulo*, 29/03/1998).

É o poder de um nova ordem de coisas que reorienta o estar no mundo de Dora, construindo e mostrando a ela uma nova espacialidade:

*"Diante do novo, no caso o sertão do Nordeste, começa a se ressensibilizar, a descobrir a alteridade, e tudo se cristaliza no momento da procissão. Naquele instante ela descobre a gravidade de não ter enviado as cartas."* (*Folha de São Paulo*, 29/03/1998)

Neste ponto, lembramos a contraposição de duas formas de se apresentar ao outro. Uma que se passa no início do filme, ainda no Rio, quando Dora se apresenta a Josué, para depois vendê-lo mediante acordo prévio estabelecido com Pedrão. A outra, de Isaías, também filho do Jesus, pai de Josué, que se apresenta a Dora e o garoto, que prefere omitir seu nome verdadeiro e se diz Geraldo. O diálogo inicia com a pergunta: "*A senhora conhece o pai?*" (Carneiro & Bernstein, 1998: 91).

A apresentação solícita de Isaías já no momento em que o filme chega ao seu final, gera no espectador um impacto de desconfiança. É que o roteiro seguiu um caminho tal em que as pessoas demonstravam sempre cinismo, indiferença e má fé. A presença de Isaías e a forma como ele insiste na acolhida dos *estranhos*, somente pelo fato de afirmarem ser amigos do "pai" poderia gerar no espectador da metrópole a suspeita de que existe algo por trás. Acontece que é o lugar que marca a diferença, porque ele remete à idéia da comunidade, da comunicação e da possibilidade de se construir laços de afeição e amizade. Há, portanto, uma nova circunscrição espacial, corporal e, finalmente, uma linguagem que resgata a inocência, a cordialidade e a esperança.

A cena acima descrita foi antecedida pelo aviso do adolescente da bicicleta que cochichara algo a Isaías. Ao ver que os *estranhos* procuravam por Jesus, o adolescente "*apanha uma bicicleta e parte na outra direção*" (Carneiro & Bernstein, 1998: 88). Foi, pois, ele quem avisara a Isaías da presença de algumas pessoas que procuravam o seu pai.

O rapaz da bicicleta representa a idéia do espírito comunitário que é necessariamente comunicativo: importa-se com o outro, com a comunicação da notícia. É o alguém que, buscando algo, pode inesperadamente ser ajudado pela intervenção de um *próximo desconhecido*. Dificilmente isso acontece na comunidade urbana ou metropolitana.

Ficamos, então, com essa imagem do mundo urbano, onde o cidadão que busca a informação que lhe é útil, ou vital, age sozinho se não obtiver o amparo da família e de seus muito próximos. Ajudar, informar, colocar alguém próximo da solução de um determinado problema é algo que demanda um esforço e um custo muito grande ao habitante urbano.

Foi assistindo ao filme *São Paulo S/A*, de Luiz Sérgio Person, que Walter Salles diz ter visto "como se deu o início da corrupção urbana brasileira e o processo de mimetização do modelo industrial dos países grandes" (*Folha de São Paulo*, 29/03/1998). Dá-se, então, a mitificação do sertão da qual ele, muitas vezes, declarou estar fugindo. Essa mitificação deve ter algo de proposital, como uma espécie de desafio à arrogância da metrópole. À sua maneira, sem o apelo mesmo da violência estilística do Cinema Novo, ele também parece querer fazer um *front* contrário à mentalidade pequeno-burguesa do cidadão comum da metrópole. Ele transformou o estereótipo do sertão, preconcebido como uma coisa feia e vulgar, em algo que passou a ser bom e lindo.

Satisfez, ao mesmo tempo, duas tradições presentes entre os partidários do cinema nacional: mostrou a realidade brasileira como débito ao Cinema Novo sem, no entanto, contar "a verdade do cinema" (o que parecia deplorável à leitora de "G", citada anteriormente), já que mantém o caráter ilusório e fabuloso do cinema.

## BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, Tales. (1998). *Contato estético e interesse humano*. *Novos Estudos CEBRAP* (51): 227-231.
- BERNARDET, Jean-Claude e GALVÃO, Maria Rita. (1983). "Nosso. Nosso?". In: NOVAES, Adauto. (Coord.) *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, pp. 15-61.
- BERNARDET, Jean-Claude. (1983). *Irmãos inimigos: a década de 50*. In: NOVAES, Adauto. (Coord.) *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, pp. 62-130.
- BÍSCARO JR., Milton José. (1997). *Sob o domínio da violência*. *Balalaica: revista brasileira de cinema e cultura* (1): 47-62.
- CARNEIRO, João Emanuel e BERNSTEIN, Marcos. (1988). *Central do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva (Baseado em história original de Walter Salles).
- CERTEAU, Michel de. (1996). *Relatos de Espaço*. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, pp. 199-217.
- FOUCAULT, Michel. (1971). *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Vigiar e Punir*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes.
- GOMES, Paulo E. Salles. (1974). *O cinema brasileiro visto de 'Cinearte'*. In: GOMES, Paulo E. Salles. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo: Perspectiva/ Edusp, pp. 395-366.
- LABAKI, Amir et al. (1998). *O cinema brasileiro/ The films from Brazil*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. (1997). *A política do corpo na obra literária de Rodolfo Teófilo: uma antropologia cristã, um positivismo matizado e utópico*. Fortaleza: Casa José de Alencar.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. (1997). *A cena muda: maquinismo e lazer na metrópole cafeeira, 1910-1930*. In: *Fontes alternativas para a História - Anais do X Simpósio de História*. Espírito Santo: UFES/ ANPUH, pp. 17-22.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. (s/d). *Cinematógraphos: o cinema e a construção da brasilidade moderna na Belle Époque*. São Paulo, 1920 - 1930. São Paulo (mimeo.).
- RAMOS, Fernão. (1987). *Os novos rumos do cinema brasileiro*. In: RAMOS, Fernão. (org.) *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora, pp. 299-397.
- RODRIGUES, Mª de Fátima Ferreira. (1997). *Desenredo e Geografia: alguns aspectos da paisagem sertaneja na literatura e na fotografia*. João Pessoa (mimeo.).
- SALIBA, Elias Thomé. (1994). *História e cinema: a narrativa utópica no mundo contemporâneo*. In: FALCÃO, Antônio Rebouças & BRUZZO, Cristina. *Coletânea lições com cinema*. São Paulo: FDE.

**OUTRAS FONTES**

- Bravo. (1998). Ano 1, n. 6, mar.  
Caros Amigos. (1998). Ano 2, n. 13, abr.  
Cinema. (1998). Ano 3, n. 11, mar/abr.  
O Estado de São Paulo. (1927). 19/fev.  
Folha de São Paulo. (1998). 02/abr; 29/mar; 31/mai.  
Jeune Cinéma. (1999). n. 253, jan./fév.  
Jornal do Assinante Net São Paulo. (1998). Ano 5, n. 47, abr.  
Jornal do Brasil. (1998). 01/abr.

**RESUMO****ESPAÇO, PODER E VIOLÊNCIA EM  
"CENTRAL DO BRASIL"**

Trata-se de um estudo sobre o filme "Central do Brasil", de Walter Salles Jr. O artigo propõe uma leitura da inversão dos espaços na narrativa do filme. O autor analisa a tradição cinematográfica brasileira e a originalidade do filme em questão. Trabalha com os seguintes conceitos: espaço, lugar, disciplina e norma social. As fontes do artigo são o roteiro publicado do filme, a crítica publicada em revistas e jornais nacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço; Cinema; Violência.

**RÉSUMÉ****ESPACE, POUVOIR ET VIOLENCE DANS  
LE FILM "CENTRAL DO BRASIL"**

Il s'agit d'une étude sur le film "Central do Brasil", de Walter Salles Jr. L'article propose une lecture de l'inversion des espaces dans l'histoire que ce film raconte. L'auteur de l'article analyse le cinéma brésilien et l'originalité de ce film là. Il travaille avec les concepts suivants: espace, lieu et norme sociale. Les sources de l'article sont le scénario publié du film, la critique parue dans les revues et les journaux nationaux.

**MOTS-CLEFS:** Espace; Cinéma; Violence.



## EPIDEMIA: HISTÓRIA EPISTEMOLÓGICA E CULTURAL DE UM CONCEITO

Ariosvaldo da Silva Diniz<sup>1</sup>

*"(...) a epidemia tem uma espécie de individualidade histórica. Daí a necessidade de usar com ela um método complexo de observação. Fenômeno coletivo, ela exige um olhar múltiplo; processo único, é preciso descrevê-la no que tem de singular, acidental e imprevisto."*

Michel Foucault, *O nascimento da clínica*.

### INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta-se numa dupla dimensão: epistemológica e cultural. Enquanto dimensão epistemológica, importa situar as características discursivas e os valores contidos nas teorias produzidas sobre a propagação das epidemias. Na dimensão cultural ressalta-se a produção de representações do corpo biológico e social. Em ambas as dimensões, é preciso observar como, a partir da percepção da ocorrência da epidemia de uma nova doença, são construídas verdades e definições a seu respeito, conceitos que procuram encontrar modos racionais de lidar com o desconhecido. A filiação aqui à história das idéias, renovadas com os estudos de Canguilhem e Foucault, é clara.

Canguilhem chamou a nossa atenção para a questão da racionalidade no discurso científico. No seu projeto epistemológico, a ciência, discurso normatizado e normativo, aparece como o lugar por excelência do conhecimento e da verdade, ou seja, da instauração da racionalidade. A ciência, entretanto, não é um objeto dado, natural, mas uma produção cultural. Nesse sentido, ela não é senão um conjunto de proposições articuladas sistematicamente. Em suma, a ciência é essencialmente discurso com pretensão de verdade. Mas a questão da verdade só tem sentido se colocada no interior da ciência. Assim, cada discurso científico produz a sua verdade, já que não existiriam critérios universais ou exteriores para julgar da verdade de uma ciência.

Foucault, por seu lado, ainda que não tenha criticado implícita ou explicitamente a preocupação da epistemologia na busca de uma racionalidade para o discurso científico, abandonou a questão da cientificidade e realizou uma história dos saberes onde não existia qualquer preocupação com o progresso da razão. O deslocamento produzido por sua arqueologia pretendeu ser uma crítica da própria idéia de racionalidade. Assim, o discurso que persegue a verdade, buscando encontrar modos racionais de lidar com o desconhecido, é também elaboração simbólica e produz significados.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

## DO CONTÁGIO À TRANSMISSÃO: CIÊNCIA E SABER NA GÊNESE DO CONHECIMENTO EPIDEMIOLÓGICO

As epidemias têm sido, ao longo da história, quase uma constante na vida dos povos. Desde a Antigüidade, dispomos de relatos e análises sobre esse fenômeno mórbido, cujo traço mais distintivo parece ser a ambivalência: manifestação coletiva e, ao mesmo tempo, singular. Coletiva, enquanto evento que atinge grupos de indivíduos, alterando o seu modo de vida; singular, na medida em que é uma ocorrência única na unidade de tempo e espaço em que se manifesta.

A história do sofrimento humano tem sido, portanto, pontilhada pela febre conjuntural das epidemias. É certamente uma história dramática que, através dos tempos, tem revelado, em cada época, uma doença emblemática, unindo o horror dos sintomas ao pavor de um sentimento de culpabilidade individual e coletivo.

Em todas as situações em que ocorrem epidemias os homens elaboram representações, conhecimentos, saberes e práticas, com o fim de debelar o mal. Na vivência trágica das epidemias, que marcaram a história da humanidade com tudo quanto há de terrível, misterioso, aniquilante e fatal, encontramos, assim, as origens das projeções imaginárias sobre as doenças.

Durante muito tempo, as epidemias mortais foram representadas como pestes, ou seja, foram vistas como castigo ou punição. Ao que se sabe, o termo "peste" apareceu pela primeira vez na narração do historiador grego Tucídides, quando reconstituiu a epidemia que irrompeu em Atenas no ano de 430 a. C. Em seu relato, percebe-se a preocupação em descrever a natureza e os sintomas do evento de forma geral, sem se ocupar das variedades e das diversas peculiaridades dos casos particulares. Captando os traços essenciais de uma epidemia, o historiador grego forneceu um modelo de análise que se repetiu na descrição de eventos semelhantes no decorrer da história. Eis uma passagem que ilustra bem a sua preocupação em pôr em relevo os traços sempre recorrentes de uma epidemia mortal:

*"Alguns morriam sem assistência, outros em meio a toda atenção. Nenhum remédio foi encontrado que pudesse ser utilizado como específico; o que era bom para um caso, era prejudicial para outro. Constituições fortes e fracas mostravam-se igualmente incapazes de resistência, todos sucumbiam, embora seguissem regimes com extrema precaução. De longe, a mais terrível característica da doença, era o desânimo que sucedia quando alguém se sentia doente, pelo desespero em que imediatamente caía, levando embora seu poder de resistência, e tornando-se uma presa mais fácil do mal; ao lado disso, havia o terrível espetáculo de homens morrendo como carneiros ao pegarem a infecção cuidando uns dos outros. Isto é que causava a maior mortalidade. Por um lado, se tivessem medo de visitar uns aos outros, pereciam abandonados; certamente muitas casas ficaram vazias por falta de alguém para prestar socorro; por outro lado, caso se aventurassem a fazê-lo, a morte seria a consequência. Esse foi*

*especialmente o caso daqueles que tiveram pretensões à bondade: a virtude tornou-os cruéis consigo mesmos ao darem assistência à casa dos amigos, onde mesmo os membros da família estavam por fim abatidos para lamentar os mortos, sucumbindo à força do desastre. Foi naqueles que se haviam restabelecido que os doentes e mortos encontraram maior compaixão. Estes já sabiam do que se tratava, pela própria experiência, e já não tinham medo por eles mesmos; a doença nunca atacava o mesmo homem duas vezes - pelos menos não fatalmente. E tais pessoas não somente eram felicitadas por todos, como elas próprias, no enlevo do momento, iludiam-se na vã esperança de que estavam salvas de qualquer outra doença no futuro.”*  
(Thucydides, 1963)

Acontecimento trágico, permeado de imagens de terror, conflitos, mortes e desagregação. Desconhecimento das causas do mal, impotência da medicina, súplicas, preces, desânimo e, sobretudo, medo do contágio: eis a imagem da peste descrita por Tucídides. Há, entretanto, um aspecto na passagem acima para o qual o historiador grego parece chamar mais atenção: a percepção do contágio. Teme-se a aproximação do outro, que pode significar morte. Quebram-se os rituais tradicionais de enterro dos mortos, evitam-se os doentes e mesmo os aparentemente são. Perdem-se as referências morais: já não se teme as leis humanas, nem as divinas. A magnitude da catástrofe, atingindo a todos sem piedade (bons e maus), instaura o desespero, a entrega a prazeres intensos e imediatos, já que a perspectiva de futuro é abolida.

Essas imagens extraordinárias elaboradas por Tucídides estão presentes em muitas outras descrições das epidemias mortais. Na descrição da peste que se abateu sobre Florença, em 1348, Boccaccio, por exemplo, recorre às mesmas imagens do historiador grego. A percepção da epidemia associada ao contágio levava as pessoas ao desregramento das condutas, dissolução das estruturas de autoridade, rompimento das regras básicas de convivência, isolamento e solidão (Boccaccio, 1970).

A epidemia como punição dos deuses parece ser uma outra importante associação já presente nas culturas do Mundo Antigo. O texto da ‘peste’ em Ovídio (42 a.C. - 18 d.C.) ilustra bem a associação entre epidemias e castigo divino: o flagelo terrível que atacou o povo teria sido provocado pela ira de Juno à Terra, que tinha o nome de uma rival (Ovídio, 1983). Na *Ilíada*, canto I, temos a peste representada por flechas enviadas por Zeus valendo-se de Apolo. Essas mesmas imagens das epidemias sendo enviadas por intermédio de flechas lançadas como punição contra os pecados da humanidade aparecem nas iconografias cristãs durante a Idade Média (Delumeau, 1989).

Dentro da mesma concepção da epidemia como peste, além daquela que associava doença e castigo divino, mas recorrendo a causas naturais, temos as explicações que atribuíam a ocorrência desses eventos a condições climáticas. Ovídio, por exemplo, sugere que a peste irrompeu no momento em que “... o céu cobriu a terra com uma escuridão profunda e encheu essas trevas de um calor sufocante. O cálido Austro soprou um vento mortal”. Referindo-se, em seguida, à contaminação e envenenamento das águas, escreve: “era evidente que a peçonha se espalhava pelas fontes e pelos lagos, e que milhares de serpentes, errando pelos campos

*incultos contaminaram os rios com seu veneno*" (Ovídio, 1983: 133). Ele associava, ainda, a peste ao contágio provocado pelo ar corrompido pelo cheiro dos cadáveres dos corpos que jaziam nos bosques, campos e estradas.

Assim, "loimos", em grego, e "pestis", em latim, eram expressões usadas para designar um flagelo geral, uma fatalidade do que poderia haver de pior, isto é, todas as doenças contagiosas e mortais. A representação das epidemias como flagelo ou castigo parece ter sido a mais antiga forma de representação das doenças. Temos, portanto, desde a Antigüidade, uma longa série de imagens extraordinárias dos flagelos, como descreveu Camus:

*"Atenas empestada e abandonada pelos pássaros; as cidades chinesas cheias de moribundos silenciosos; os condenados de Marselha empilhando em covas os corpos que se liquêfaziam; a construção, na Provença, de uma muralha para deter o vento furioso da peste; Jafa e os seus mendigos horrendos, os catres úmidos e podres colados à terra batida do hospital de Constantinopla; os doentes suspensos por ganchos, o carnaval dos médicos mascarados durante a Peste Negra; os acasalamentos dos vivos nos cemitérios de Milão; as carretas de mortos na aterrada Londres; as noites e os dias em toda parte e sempre cheios dos gritos intermináveis dos homens"* (Camus, s/d: 32).

Toda doença muito temida, não só por ser fatal, mas também por transformar o corpo em algo repulsivo, era promovida à condição de "peste". O imaginário coletivo, desse modo, criava em torno de uma enfermidade um território fortemente simbólico. É o que se constata ao se estudar a história da lepra, da sífilis, do cólera ... e, nos dias atuais, da *aids*.

Em oposição a essa secular representação da doença, a medicina ocidental, desde Hipócrates, tentou elaborar um outro saber que estabelecesse formas mais seguras de identificação do mal, percebendo-o como proveniente da natureza e das relações entre os homens. Essas noções, teorias e explicações elaboradas pela medicina suscitaram práticas sociais de proteção às epidemias que tenderam a falar do lugar da ordem, ainda que estivessem constantemente permeadas por um imaginário religioso com um sentido de expiação e purificação.

O modelo de organização de práticas suscitado pela lepra, que incluía exílio, exclusão e purificação, é, certamente, o exemplo mais contundente. Entre os séculos VI e XIV a lepra, na Europa, tornou-se um sério problema social. Representada pelo imaginário religioso como uma doença típica dos espiritualmente impuros, foi duramente combatida com ritos de purificação e exclusão, sendo os leprosos proscritos, destituídos de direitos civis e considerados socialmente mortos (Rosen, 1994).

Associada, no imaginário medieval, à idéia de contágio, a lepra mobilizou todo um conjunto de dispositivos da ordem para submeter os leprosos. Uma vez identificada a doença num indivíduo, a Igreja e os saberes dominantes pronunciavam uma sentença de isolamento, seguida de um ritual onde lhes eram consagradas vestes, um par de luvas e um chocalho, bem como uma série de advertências:

*"Eu te proíbo de entrar em igrejas, abadias, feiras, engenhos ou*

*mercado só ou entre a companhia de outros.*

*Eu te proíbo de andar sem o teu hábito.*

*Eu te proíbo de lavar as mãos ou qualquer coisa tua nos córregos e nas fontes, ou beber lá; e se necessitar de água pegue-a de teu barril em teu copo.*

*Eu te proíbo de tocar em qualquer coisa que negocie, ou compre, até que seja teu.*

*Eu te proíbo de ir a qualquer taverna; se quiser vinho, se comprá-lo ou alguém te vender, coloque-o em teu barril.*

*Se estiver na estrada e encontrar outra pessoa que fale contigo, eu te proíbo de responder até que se colocado contra o vento.*

*Eu te proíbo de tocar em crianças ou de dar-lhes qualquer coisa.*

*Eu te proíbo de comer ou beber de qualquer recipiente exceto os teus.*

*Eu te proíbo de beber e comer em companhia, exceto de leprosos."*

(Trouillard, citado por Wilson, 1967: 90)

Nesses rituais religiosos atribuía-se formalmente o estatuto de morto ao leproso. Rezavam-se-lhe réquiens, semelhantes aos que eram lidos para os mortos. Em seguida, ao som fúnebre dos sinos, o doente era conduzido, pela mão do padre, ao cemitério, onde era enterrado simbolicamente (Loisne, citado por Winslow, 1967: 91).

A imagem do contágio parece ter sido a mais poderosa fonte de proliferação de um imaginário fundado no medo. Mas o medo do contágio não se restringiu apenas à lepra. As descrições da peste nos séculos XIV e XV reproduzem imagens muito semelhantes. Boccaccio descreveu de que modo não só a proximidade contagiava os sãos, mas também como o simples fato de conversar e cuidar dos doentes, de tocar em suas roupas, *"ou em qualquer outra coisa que tivesse sido usada ou manipulada por um doente, transferia a outro indivíduo a doença em questão. Os objetos dos doentes ou dos mortos pela doença, se tocados por animais, também os contaminavam e matavam em pouco tempo"* (Boccaccio, 1970: 14).

O imaginário social na Idade Média relacionou a peste ao sentido do olfato e ao tato. Por isso, durante as epidemias, era comum observar-se cenas de pessoas vagando de um lugar para outro levando flores, ervas odoríferas e perfumes. A imaginação coletiva supunha que *"todo o ar estivesse tomado e infectado pelo odor nauseabundo dos corpos mortos, das doenças e dos remédios"* (Czeresnia, 1997: 45).

As medidas tomadas contra a peste eram decorrentes desses dois sentidos: o tato e o olfato. Dever-se-ia evitar a proximidade e o contato, mas também neutralizar com perfumes e proteger com máscaras os odores viciados que corrompiam o ar.

Na tentativa de compreender a rápida propagação da peste, o imaginário social a descreveu como algo semelhante a um vasto incêndio. De acordo com o Decameron, a doença se comportava *"de modo igual àquele pelo qual procede o fogo: passa às coisas secas, ou untadas, estando elas muito próximas dele"* (Boccaccio, 1970: 14).

Vale observar que a associação entre contágio e fogo certamente corresponde à força simbólica das imagens suscitadas por este último. O fogo é

considerado por todo o gênero humano como o mais antigo e forte símbolo da massa. Como destacou Canetti, sugere sempre um inequívoco perigo comum, estimulando um medo compartilhado por todos. O seu toque é hostil e assustador:

*"Quem quer que se interponha no caminho é contaminado por essa disposição genericamente hostil do fogo; a maneira como este se propaga, como vai paulatinamente cercado as pessoas e, por fim, as envolve por completo ..."* (Canetti, 1995: 26)

O fogo é contagioso e insaciável:

*"(...) a ausência de resistência possível ao contato com as chamas é algo sempre espantoso. Quanto mais vida algo abriga, tanto menos será ele capaz de defender-se do fogo; capaz de fazer-lhe frente é apenas o que há de mais inanimado: os minerais. Sua veloz desconsideração não conhece fronteiras. Ele quer conter tudo e nunca se dá por satisfeito."* (Canetti, 1995: 75)

A associação entre contágio, ar e fogo parece sugerir que miasma e contágio eram noções estreitamente vinculadas nos tratados medievais. Assim, na origem das epidemias, as explicações correntes relacionavam influências astrológicas e divinas, miasmas e contágios. É o que parece sugerir o depoimento de Defoe, quando procura identificar as causas da grande peste que se abateu sobre Londres em 1665:

*"Para mim, isso encerra a questão e a calamidade se espalhou por contágio, ou seja, por certos vapores e fumos que os médicos chamam de eflúvios, pela respiração e pelo suor ou pelo mau cheiro das feridas dos doentes. Ou, quem sabe, também por outros meios, até mesmo acima do alcance dos próprios médicos, com eflúvios atingindo os são que chegassem a determinada distância de um doente e penetrando imediatamente nas partes vitais das pessoas ditas sadias, pondo seu sangue em imediata fermentação e agitando seus espíritos ao nível de se perceber que estavam perturbados."* (Defoe, 1987: 80)

Relacionando a doença a uma "abertura" às sensações, entendia que os mais propensos a caírem enfermos seriam aqueles mais abertos ao contato e aos estímulos, os mais sensuais, ávidos e disponíveis aos prazeres dos sentidos. Nessa perspectiva, os indivíduos potencialmente sujeitos ao perigo seriam

*"(...) aqueles que têm o corpo cheio de humores, especialmente humores pútridos e corruptos. E também aqueles que durante o ano todo deleitam-se em comer e beber muito. E aqueles que têm freqüentes intercursos com mulheres. E aqueles que têm as porosidades de seus corpos naturalmente ou artificialmente abertas, assim como aqueles que se banham freqüentemente. Naturalmente, aqueles que são hipersensíveis ao calor ou ao frio. E aqueles que suam sem muita razão. E aqueles cujos corpos são cabeludos, porque abundância de cabelos denota porosidade ampla do corpo."* (Jacme, citado por Winslow, 1967: 111)

O ato de adoecer, portanto, consistia na abertura dos interstícios do corpo, na ampliação dos seus espaços de permeabilidade - os poros - tornando-o receptivo à entrada de estímulos danosos (Czeresnia, 1997: 47).

Entendidas assim, as práticas de combate à doença se resumiam basicamente a medidas de isolamento que protegessem o corpo de vários tipos de influências deletérias. O sistema de quarentena instituído no período da peste parece corresponder, de maneira exemplar, a esse entendimento da doença. De duvidosa eficácia, sua utilização era sempre associada às práticas de fumigamento e desinfecção, como acender fogueiras purificadoras nas encruzilhadas de uma cidade; desinfetar com perfumes e enxofre os indivíduos, casas, roupas e outros objetos ou utilizar máscaras ou lenços.

Até finais do século XIX, duas formas polares de representação da doença fundamentaram o saber médico sobre as epidemias: a concepção ontológica, presente no imaginário de praticamente todas as culturas desde o Mundo Antigo, e a concepção dinâmica, formulada no Mundo Grego em conformidade com a idéia de *physis*. As noções de contágio e miasmas estiveram ligadas a essas duas concepções de doença. A primeira entendia a enfermidade como possuidora de um estatuto com existência própria, uma entidade concreta que vinha do exterior - tanto do ar, como de outros indivíduos e objetos - e que não fazia parte da natureza do homem. Era uma espécie de forma do mal que penetrava no corpo, como espíritos, possessões demoníacas ou flechas lançadas pelos deuses. Neste caso, o homem doente seria aquele ao qual havia se agregado um ser (a doença). A cura, em oposição, seria um esforço para expulsar, por meio de tratamentos mágicos, esse ser estranho.

Já a concepção dinâmica, presente nas teorias hipocráticas, era totalizante e baseava-se no entendimento da natureza (*physis*) como harmonia e equilíbrio. Nesse sentido, a doença era resultante da perturbação desse equilíbrio, dessa harmonia. Como tal, não se localizava em parte alguma do corpo humano. Estava no homem todo e lhe pertencia por completo. A enfermidade não era só desequilíbrio ou desarmonia: era, sobretudo, o esforço da natureza no homem para obter um novo equilíbrio. A doença seria simplesmente uma reação generalizada com intenções de cura: o organismo desenvolveria uma doença para curar-se. Vista dessa perspectiva, a teoria médica não passava de uma ação imitativa da ação médica natural (Canguilhem, 1971: 18).

Contudo, havia um ponto comum entre essas duas concepções das enfermidades: ambas convergiam para um dimensão "naturalística", ou seja, o evento doença era conceptualizado a partir de um modelo oferecido pelo conceito de natureza. A natureza era harmonia e equilíbrio estático (concepção ontológica) ou dinâmico (concepção dinâmica). Disso resultava uma situação paradoxal: a ação interventora da medicina era essencialmente passiva, contemplativa, pois consistia, no limite, em potencializar as tendências naturais (Gonçalves, 1994: 39-86).

Enquanto prevaleceu a concepção de natureza como o conceito fundamental para pensar as enfermidades, predominou na medicina ocidental o entendimento de que as epidemias eram resultantes do desequilíbrio dos elementos e dos humores.

Os escritos hipocráticos, ao estabelecerem um princípio de causalidade entre

a natureza (as estações, os climas, os ventos, as propriedades das águas e outras influências ambientais) e a doença, permitiram a formulação das noções de miasma e contágio, tão importantes para a história do pensamento médico. A idéia de miasma, termo originário do grego, tinha o significado de tingir, manchar (Cunha, 1982). Contágio, por sua vez, era o ato de propagação de uma doença pelo contato mediato ou imediato.

Segundo entendia a medicina hipocrático-galênica, a simples absorção de ar corrupto degenerava os humores corporais que, uma vez expelidos através dos poros ou da respiração, poderiam corromper o ar. Nesse sentido, a noção de contágio implicava não só naquilo que poderia decorrer do contato, mas também da simples aproximação. Não havia, então, como distinguir, com clareza, contágio e miasma. Tal distinção só viria a ocorrer a partir do século XVI, quando formulou-se uma teoria ontológica de propagação da doença com pretensão científica. É o momento, então, em que surgem duas interpretações distintas sobre a origem das doenças epidêmicas: a da constituição epidêmica, derivada da concepção hipocrática, e a do contágio, formulada por Fracastoro.

Fracastoro definiu contágio como uma corrupção que ocorre de modo semelhante entre portadores e receptores, causada por infecção de partículas imperceptíveis. O contágio resultaria tanto do próprio corpo como do meio ambiente, passando de um para outro direta ou indiretamente. Mas poderia ocorrer também à distância, sem mediação de nenhum objeto (Fracastoro, citado por Winslow, 1967: 137).

Ao formular essas associações, Fracastoro parecia entender a noção de contágio como uma estrutura material, propondo, assim, uma teoria da propagação das epidemias que rompia com a oposição entre contágio, provocado por contato homem a homem, e infecção, proveniente da atmosfera. O que o preocupava era identificar um princípio, uma causa que fosse sua origem, em lugar de entender a epidemia como resultante do desequilíbrio de uma constituição atmosférica ou corporal.

Ao observar o comportamento das epidemias, Fracastoro verificou que um grande número de pessoas, ainda que perfeitamente saudáveis e *"(...) cujos humores não haviam sofrido nenhuma corrupção, apesar disso pegaram o contágio, simplesmente pela associação com os atingidos pela peste ou com suas roupas. (...) Os princípios do contágio eram per si o próprio germe"* (Fracastoro, citado por Winslow, 1967: 137).

Mas a teoria do contágio de Fracastoro, ainda que sugerisse uma nova racionalidade para a explicação da propagação das doenças epidêmicas, não divisava com clareza as origens precisas do contágio. Assim, o contágio resultaria de putrefações ou corrupções que *"ocorriam em torno da terra"*, suscitadas por conjunções planetárias, terremotos, umidade e calor excessivos, estrelas cadentes e cometas (Fracastoro, citado por Winslow, 1967: 137). A intervenção de forças sobrenaturais era vista como a ação da própria natureza. O "naturalismo" da Renascença, neste sentido, não era senão a naturalização mágica do sobrenatural (Koiré, 1991: 48).

Assim, a teoria de Fracastoro, como a de Vesálio e Paracelso, representaram tentativas de transformação da medicina de contemplativa em operativa, e expressaram o pensamento científico da Renascença. Contudo, era um

pensamento marcado por um discurso pré-moderno, constituído por associações de semelhanças, assimilações e noções como de antipatia e simpatia (Foucault, 1995: 39) <sup>2</sup>. Por isso, é preciso vê-lo não como uma antecipação iluminada de uma verdade que viria a ser descoberta no século XIX mas como um prenúncio ou esboço de um projeto que só encontraria possibilidade efetiva de expressão no século passado.

Dessa forma, até meados do século XIX, a noção de contágio era tida como absurda, especulativa e sem base consistente (Arckerknecht, 1948: 562-593). A explicação que prevalecia sobre as doenças epidêmicas era, até então, derivada da releitura da tradição hipocrática.

A teoria miasmática, por exemplo, reelaborada por Boyle e Sydenham, no século XVII, explicava o aparecimento de epidemias utilizando o conceito de constituição epidêmica.

Para Sydenham, havia diferentes constituições em diferentes anos. Elas se originavam de certas misteriosas e inexplicáveis alterações nas entranhas da Terra. Através de seus eflúvios, a atmosfera e os organismos humanos predispostos se contaminavam:

*“Se as entranhas da Terra, sob várias alterações, pelos vapores que exala, contamina o ar, ou se a atmosfera está modificada por algumas alterações induzidas por conjunções peculiares de algum corpo celeste, a verdade é que em um certo momento, o ar é material cheio de partículas que são hostis à economia do corpo humano, assim como em outras vezes ele está impregnado com partículas provenientes da desagregação dos corpos de diferentes espécies de animais selvagens. Sempre que recolhemos, com nossa respiração, tais miasmas nocivos e naturais, misturando-os ao nosso sangue, caindo em doenças epidêmicas que eles são aptos em engendrar, a Natureza chama a febre como seu instrumento usual para expelir do sangue qualquer material hostil que possa emboscá-lo. Essas doenças são usualmente chamadas epidêmicas.”* (Keele, 1974: 240-248)

Como se pode ver, as doenças epidêmicas eram entendidas, pela medicina das espécies, como entidades qualitativamente diferentes daquelas doenças não-epidêmicas. A vinculação natureza/enfermidade parecia clara, pois era um certo estado da atmosfera a causa de tais enfermidades. A idéia de miasma e de seu mecanismo de ação sobre o corpo humano era suficientemente lógica para ser aceita.

A concepção de epidemia elaborada pela medicina das espécies no século XVIII entendia que a noção de constituição não se confundia com a de epidemia, pois não era qualquer constituição que poderia ser considerada epidêmica. A

---

<sup>2</sup> Foucault comenta a relação entre simpatia (uma das formas da semelhança) e a noção de contágio: “A simpatia atua em estado livre nas profundezas do mundo. Em um instante percorre os espaços mais vastos: do planeta ao homem que ela rege, a simpatia desaba de longe como o raio; ela pode nascer, ao contrário, de um só contato - como essas ‘rosas fúnebres que servirão num funeral’, que, pela simples vizinhança com a morte, tornam ‘tristes e agonizantes’ toda a pessoa que respirar seu perfume. Mas é tal seu poder, que ela não se contenta em brotar de um único contato e em percorrer os espaços; suscita o movimento das coisas do mundo e provoca a aproximação das mais distantes” (1995: 39).

epidemia era uma constituição, de tessitura mais compacta, de fenômenos constantes e mais homogêneos. No século XVIII, era mais do que uma forma particular de doença, era um modo autônomo, coerente e suficiente de ver a doença. Nesse sentido, não havia diferenças de natureza ou espécie entre uma doença individual e um fenômeno epidêmico. Bastava que uma doença se reproduzisse algumas vezes para que fosse considerada uma epidemia. Tratava-se, portanto, de um problema puramente aritmético de limiar, pois o esporádico era apenas uma epidemia infraliminar. Essa percepção não era essencial e ordinal "*como a da medicina das espécies, mas quantitativa e cardinal*" (Foucault, 1977).

Por conseguinte, o caráter essencial de uma epidemia não residia nessa ou naquela doença, uma vez que o seu suporte seria dado por um conjunto de circunstâncias presentes em um lugar, em um certo tempo (noção de "constituição"). A doença teria, então, a marca da repetição, ao passo que a epidemia parecia ser única. O que atribuiria essa singularidade à epidemia seria a especificidade do contexto no qual ocorreria e não a essência de uma doença qualquer.

Sydenham imaginava que a doença era fruto de uma relação dinâmica entre corpo e meio-ambiente. As epidemias resultariam das alterações nas propriedades do ar que predispunham ao adoecimento. A constituição epidêmica significaria, assim, uma ocorrência singular, na qual as doenças surgiriam de alguma desordem peculiar de corpos particulares (Sydenham, citado por Winslow, 1967: 169).

O suporte, pois, da percepção de Sydenham sobre a ocorrência das epidemias parece ser um núcleo de circunstâncias, uma rede de acontecimentos que assumem as dimensões de uma história, de uma geografia, de um Estado. A essência de uma epidemia não está nessa ou aquela doença, mas nesse ou naquele lugar. O que é específico não é a doença mas a constituição epidêmica:

*"Pode haver, possivelmente, vários tipos de desintéria, como há vários tipos de varíola, e outras epidemias peculiares a constituições diferentes e que podem, portanto, requerer diferentes métodos de cura em algumas particularidades."* (Sydenham, citado por Winslow, 1967: 168)

No século XIX emerge um novo conceito de doença na medicina, fundado na percepção de que a atividade humana se legitima pela capacidade de mudar o curso natural das coisas. Essa nova percepção entende que o homem pode e deve forçar a natureza a dobrar-se às suas intenções normativas, daí resultando a impossibilidade de se fazer uma distinção qualitativa entre o normal e o patológico. Segundo Canguilhem, a característica epistemológica fundamental do conceito de doença que a medicina moderna utiliza seria, pois, a de que normal e patológico não se diferenciam, senão enquanto quantidades diversas de uma mesma qualidade. A medicina experimental estaria erguida sobre esse edifício (Canguilhem, 1971: 19).

No plano estrito das doenças epidêmicas sabe-se como, no século XIX, com a emergência de uma medicina social, se desenvolve e se consolida uma concepção que associa condições sócio-econômicas e saúde.

Virchow, por exemplo, estudando uma epidemia de tifo na Silésia, em

1847, desenvolveu a teoria segundo a qual a enfermidade seria uma manifestação do desajustamento social e cultural:

*"Se a doença é uma expressão da vida individual sob condições desfavoráveis, a epidemia deve ser indicativa de distúrbios em maior escala da vida da massa. (...)*

*As epidemias não apontarão sempre para deficiências da sociedade? Pode-se apontar como causas as condições atmosféricas, as mudanças cósmicas gerais e coisas parecidas, mas em si e por si estes problemas nunca causam epidemias. Só podem produzi-las onde devido a condições sociais de pobreza, o povo viveu durante muito tempo em uma situação anormal."* (Rosen, 1979: 83)

Virchow estabelecia uma curiosa classificação entre epidemias resultantes de causas naturais e artificiais, demonstrando o momento de passagem de uma medicina "naturalística" para uma medicina social. O seu enfoque, contudo, já enfatizava a importância do conceito de cultura como elemento decisivo para pensar as epidemias:

*"(...) não há mais dúvida de que a história das doenças epidêmicas deve ser uma parte inseparável da história da cultura da humanidade. As epidemias correspondem a grandes sinais de alerta que mostram ao verdadeiro estadista que um distúrbio ocorreu no desenvolvimento de seu povo, que nem mesmo uma política caracterizada pelo desinteresse pode negar."* (Rosen, 1979: 84)

Revelando uma aguda percepção da natureza histórica e social da doença, Virchow dizia que condições meteorológicas, mudanças cósmicas gerais e outros argumentos semelhantes, por si sós, não seriam suficientes para originar as epidemias:

*"Saúde e doença, naturalmente, são propriedades do indivíduo, desde que a vida não pertence à massa e sim ao indivíduo. Certas condições de vida, contudo, dizem respeito a nações inteiras ou a maior parte da população, enquanto os indivíduos nas suas vidas particulares sempre são os portadores e a expressão de situações e condições, normais e anormais, ainda assim, as manifestações da vida, quando modificadas por condições espaciais e temporais podem aparecer de uma maneira tão massiva que podemos nos permitir falar de saúde e doença do povo de uma maneira abstrata, mesmo que não seja o ideal."* (Virchow, 1985: 120)

As epidemias, enquanto fenômenos coletivos, eram indicadores de que a saúde da população se encontrava em condições anormais. As condições sociais precárias poderiam provocar situações anormais, deteriorando as condições naturais e gerando as epidemias. Note-se, de passagem, que essa concepção dinâmica da doença, entendida como desequilíbrio interno ou externo, expressou-se em práticas que perseguiram uma vida equilibrada, imposta pelo indivíduo a si mesmo, e certamente se relacionavam também às condições gerais de vida que os governos teriam obrigação de garantir a seus povos.

Até meados do século XIX, como se sabe, a teoria da constituição epidêmica dominou. Contudo, a partir do final daquele século já se observa um deslocamento da concepção dinâmica de doença para uma concepção ontológica localizante dos princípios que causam as enfermidades. O discurso médico a respeito da propagação das epidemias vai deixando de lado os imprecisos sentidos do olfato e tato para afirmar-se no sentido da visão.

O nascimento da clínica no final do século XVIII, que se estrutura através de uma linguagem que fala do olhar, inaugura um novo discurso, marcado pela objetividade, formalidade, empiricidade, concretude, análise e profundidade.

Foucault assinala que essa nova perspectiva discursiva cria as condições de possibilidade de uma experiência clínica. A estrutura discursiva incide a partir daí sobre o indivíduo, sobre o seu corpo, e a doença é identificada como uma lesão em um órgão. A doença encontra uma correspondência no corpo. A anátomo-clínica, a partir do estudo da morte, da sua observação, da sua descrição, produz o acesso do olhar para o interior do corpo. O campo onde se produz a doença centra-se no espaço corporal. A anátomo-clínica, com seu olhar de profundidade, torna visível o que era invisível (Foucault, 1987).

Desvendar uma trama orgânica que se produz no espaço corporal; encontrar suas determinações causais: eis uma nova forma de conhecer a doença. Esse novo olhar sobre a doença deslocou para outra esfera discursiva a velha disputa entre contagionistas e miasmáticos, centrando-se, a partir daí, em um elemento particular da anatomia: o revestimento corporal. Assim, a noção de contágio passa a ligar-se principalmente ao revestimento externo - a pele; a noção de miasma, ao revestimento interno - as membranas mucosas (Czeresnia, 1997: 60).

Como se sabe, até meados do século passado, a teoria do contágio era tida como ultrapassada e a teoria da constituição epidêmica tinha atingido seu maior grau de elaboração. Paradoxalmente, a noção de contágio foi reabilitada e tornou-se aparentemente vitoriosa quando deixou de ser teoria do contágio para incorporar uma noção distinta: a de transmissão.

A noção de transmissão refere-se ao corpo do homem tal qual a biologia do século XIX o concebe: no seu recorte orgânico. O aparecimento desse conceito parece marcar uma significativa descontinuidade discursiva, pois indica mudanças importantes na própria estrutura perceptiva da apreensão da propagação de doenças epidêmicas. Ao orientar o olhar para as estruturas anatômicas, buscando descrever e explicar a origem morfofuncional das lesões ou inflamações que ocorrem no processo da doença, esta nova estrutura perceptiva marca o surgimento da medicina moderna (Foucault, 1987).

Até a primeira metade do século XIX, as noções que disputavam a explicação da origem das epidemias fundavam-se nos sentidos do tato (contágio) e olfato (miasma). O conceito de transmissão, assim como o conceito moderno de doença, apoia-se no sentido da visão, mais próximo da linguagem - da razão - enfim, das descrições supostamente mais claras e

objetivas (Arendt, 1987)<sup>3</sup>.

Foi, portanto, a partir do estudo das características anátomo-patológicas de inflamações específicas que a medicina identificou a natureza específica da causa das doenças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCKERKNECHT, E. H. (1948). *Anticontagionism between 1821 and 1867. Bulletin of the History of medicine* (22): 562-593.
- ARENDETT, Hanna. (1987). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- BOCCACCIO, G. (1970). *Decamerão*. São Paulo: Abril Cultural.
- CAMUS, Albert. (s/d). *A peste*. Rio de Janeiro: Record.
- CANETTI, Elias. (1995). *Massa e poder*. São Paulo: Cia. das Letras.
- CANGUILHEM, G. (1971). *Lo normal y lo patológico*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores.
- CUNHA, A. G. (1982). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CZERESNIA, Dina. (1997). *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- DEFOE, Daniel. (1987). *Um diário do ano da peste*. Porto Alegre: L&PM.
- DELUMEAU, Jean. (1989). *A história do medo no Ocidente: 1300-1800 - uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia. das Letras.
- FOUCAULT, Michel. (1977). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- \_\_\_\_\_. (1987). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- \_\_\_\_\_. (1995). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- GONÇALVES, Ricardo Bruno Mendes. (1994). *Reflexão sobre a articulação entre investigação epidemiológica e a prática médica a propósito das doenças crônicas degenerativas*. In: COSTA, Dina Czeresnia (org.). *Epidemiologia: teoria e objeto*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, pp. 39-86.
- KEELE, Kenneth D. (1974). *The Sydenham-Boyle theory of morbid particles. Medical history*. (18): 240-248.
- KOYRÉ, A. (1991). *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- OVÍDIO. (1983). *As metamorfoses*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- ROSEN, George. (1979). *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec/ Editora da Unesp/Abrasco.
- THUCYDIDES. (1963). *The history of the peloponnesian war*. London: Everyman's Library.
- VIRCHOW, R. (1985). *Collected essays on public health and epidemiology - vol. 1*. USA: Science History Publications.
- WINSLOW, C-E. A. (1967). *The conquest of epidemic disease*. New York /London: Hafner Publishing Company.

---

<sup>3</sup> Hanna Arendt anota o fato de que a modernidade assumiu como valor uma profunda desconfiança em relação aos sentidos, à exceção do sentido da visão. O discurso das ciências naturais, ao insistir sobre a ilusão dos sentidos humanos no ato do conhecimento, foi certamente responsável por essa desconfiança. Contudo, o sentido da visão passou a ocupar uma posição privilegiada na ciência. Aliás, esta última possibilitou que os espaços de visibilidade fossem ampliados por meio de instrumentos, fazendo com que o homem visualizasse realidades anteriormente inimagináveis.

**RESUMO****EPIDEMIA: HISTÓRIA EPISTEMOLÓGICA  
E CULTURAL DE UM CONCEITO**

Este artigo analisa a doença sob o ângulo epistemológico e cultural. Na dimensão epistemológica procura situar as características discursivas e os valores presentes nas teorias produzidas sobre a propagação das epidemias. Na dimensão cultural ressalta a produção de representações do corpo biológico e social.  
**PALAVRAS-CHAVE:** epidemia; história; epistemologia.

**ABSTRACT****EPIDEMIC: AN EPISTEMOLOGICAL  
AND CULTURAL HISTORY OF A CONCEPT**

This text analyses the disease by the epistemological and cultural point of view. In the epistemological dimension, it tries to situate the discursive characteristics and values that exists in the epidemic's propagation theories. In the cultural dimension, it treats the production of biological and social body representations.

**KEYWORDS:** epidemic; history; epistemology.

## PIERRE BOURDIEU E O ESTRUTURALISMO

Maria Valéria Vasconcelos Rezende<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O título que demos a este artigo já coloca por si mesmo uma dificuldade, pois propõe-se confrontar dois termos muito heterogêneos. Enquanto Pierre Bourdieu é um autor cuja obra, embora abundante, é muito característica e, necessariamente, delimitada, o termo estruturalismo refere-se a algo abstrato, não é um termo unívoco e recobre, a depender de quem o use, uma ampla gama de posições teóricas bastante diferentes entre si. Cabe, entretanto, o estudo da relação entre ambos dada a importância que tem a noção de estrutura no pensamento de Bourdieu, por um lado, e, por outro lado, a importância que teve a sua crítica ao estruturalismo, principalmente ao estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss, na elaboração de um dos eixos fundamentais de seu pensamento, sua *teoria da prática*.

O próprio termo "estrutura" reveste-se de sentidos muito diferentes, não somente em seus usos na linguagem comum, tornados hoje muito frequentes, como também em seu uso científico e não é fácil defini-lo.

Antes, pois, de empreender a tarefa de confrontar o pensamento de Bourdieu com o estruturalismo, ou estruturalismos, é indispensável, ainda que sumariamente, entendermo-nos sobre o significado ou significados dos termos estrutura e estruturalismo aos quais nos referiremos, o que faremos tomando como base textos de três autores, Jean Piaget (1979), Wolfgang Wieser (1972) e Henri Lefebvre (1963).

### ESTRUTURAS E ESTRUTURALISMOS

Wolfgang Wieser (1972)<sup>2</sup> considera a questão da estrutura como "*um espaço onde se encontram vários ramos da Ciência*" do século XX e assim a define:

*"por estrutura se deve entender uma rede de relações entre elementos ou processos elementares. Donde sempre que se reúnem elementos num todo coerente, aparecerão estruturas cuja construção segue determinadas leis. À totalidade na qual descobrimos e pesquisamos estruturas chamamos "sistema". Há, pois, sistemas inorgânicos, orgânicos, sociológicos e técnicos."*

Wieser sugere que a consideração da estrutura (que, para ele, é o mesmo que "forma") torna-se central na medida em que, frente à análise newtoniana que busca a compreensão de cada elemento em si e busca reduzir a complexidade do mundo a um número definido de elementos encadeados por relações causais lineares, coloca-se a seguinte pergunta:

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestre em Sociologia pelo PPGS-UFPb (Campus I - João Pessoa).

<sup>2</sup> O original alemão foi publicado em 1959.

*" A análise de um sistema até seus elementos e processos elementares não descuida de uma particularidade essencial do sistema e, mais ainda, não a destrói irrevogavelmente no momento da análise? Os elementos se combinam de maneira precisa com outros elementos em unidades superiores, e quem poderia dizer que um elemento não se torna definitivamente modificado no próprio momento em que é retirado de sua relação com o todo?" (1972: 12)*

Ao nível de abstração em que Wieser coloca a questão da estrutura, ela não parece oferecer grandes dificuldades. No entanto, quando se vai ao exame de cada caso, em cada ramo científico, do uso efetivo do conceito de estrutura, as dificuldades se multiplicam. Aí podemos encontrar desde a clareza e quase unanimidade do conceito aplicado à matemática ou à técnica até as acirradas polêmicas produzidas por seu uso nas Ciências Sociais.

Henri Lefebvre (1963) diz mesmo que o conceito de estrutura se torna cada vez mais obscuro na medida em que seu uso se expande nos vários ramos do conhecimento, mas acredita que há três acepções principais que emergem da confusão:

1. a estrutura é imanente ao real, aquilo que, no real, é inteligível, é sua essência ou, podemos dizer, uma concepção ontológica da estrutura.
2. a estrutura é um modelo, construído pelo teórico, antecipando as relações permanentes entre os elementos do real que permite compreender o real em si mesmo muito complexo ou, diríamos, uma concepção mais metodológica da estrutura.
3. a estrutura é um equilíbrio precário entre múltiplas hierarquias que estão em constante movimento e, portanto, é um equilíbrio que se tem que refazer continuamente, num processo de auto-regulação - Wieser diria de homeostase (1972) - isto é, uma concepção dialética da estrutura. No âmbito das ciências sociais, as estruturas, enquanto estabilidade, reveladas pela análise estrutural propriamente dita, existem apenas precariamente e estão, de fato, sempre em vias de estruturação ou desestruturação - ou em vias de transformação como diria Piaget (1979) - que a análise dialética é que pode revelar.

É importante notar que, segundo o que está implícito no texto de Lefebvre, essas três acepções não são necessariamente excludentes e Marx, por exemplo, se teria servido de todas as três na sua análise do capitalismo.

Lefebvre considera importante distinguir o estruturalismo prático do estruturalismo como ideologia ou como filosofia que implica uma ontologia e uma antropologia. Tal filosofia em sua forma extrema, segundo Lefebvre, reduz o homem a um intelecto essencialmente classificador e combinador, criador de formas, estruturas e sistemas, onde o que importa é a sintaxe e onde os conteúdos, isto é, a complexidade concreta do mundo, do homem e de sua práxis, o individual e grande parte da vida social - em resumo, a história - não são mais do que resíduos irracionais que só aparecem nos interstícios das estruturas. Tal filosofia seria, para Lefebvre, a ideologia da tecnocracia.

Jean Piaget (1979), embora reconhecendo também a dificuldade em definir estrutura e estruturalismo, trata de comparar os diversos sentidos que tomou o termo estruturalismo e de buscar entre eles o denominador comum. Crê que é

possível chegar-se a uma síntese desde que se distingam dois problemas: o problema "do ideal positivo que recobre a noção de estrutura nas conquistas ou esperanças das diversas variedades de estruturalismo, e o das intenções críticas que acompanharam o nascimento e o desenvolvimento de cada uma delas, em oposição com as tendências reinantes nas diferentes disciplinas" (1979: 07-08). Levando em conta essa distinção, Piaget assinala que há um "ideal comum de inteligibilidade que alcançam ou investigam todos os estruturalistas" (1979: 07) enquanto que as intenções críticas que inspiram o estruturalismo em cada uma de suas vertentes ou em cada campo científico são "infinitamente variáveis" de tal modo que "se se procura definir o estruturalismo em oposição a outras atitudes (...) não se encontrará senão diversidade e contradições" (1979: 07-08). Assim, segundo este autor, o que se pode encontrar de efetivamente comum em todos os estruturalismos, que os faz merecer o mesmo nome, é a esperança de atingir uma inteligibilidade intrínseca às estruturas que, de certo modo, se bastariam a si próprias, podendo ser apreendidas sem o recurso a elementos estranhos à sua natureza.

Por outro lado, Piaget aponta também como comum a todos os estruturalismos o fato de terem atingido efetivamente certas estruturas que apresentam alguns caracteres gerais e aparentemente necessários a todas elas, que ele assim resume:

- "uma estrutura é um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema (por oposição às propriedades dos elementos) e que se conserva ou se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações, sem que estas conduzam para fora de suas fronteiras ou façam apelo a elementos exteriores. (1979:08)
- portanto, "uma estrutura compreende os caracteres de totalidade, de transformação e de auto-regulação." (1979:08)
- a característica de totalidade consiste no fato de que uma estrutura se opõe a um simples agregado de elementos independentes, na medida em que seus elementos se subordinam às leis características do sistema a que pertencem, leis de composição que não são simples associações cumulativas e que dão à totalidade da estrutura propriedades outras que as propriedades de seus elementos tomados isoladamente. Piaget faz notar, entretanto, que mesmo um acordo - que ele considera o único existente entre todos os estruturalistas - sobre este ponto não elimina, pelo contrário, suscita, a questão que ele considera como o problema central de todos os estruturalismos, em torno do qual as opiniões mais divergem: "são as totalidades por composição sempre compostas, mas como ou por quem, ou estiveram antes de tudo (e estão sempre?) em vias de composição? Em outras palavras, comportam as estruturas uma formação ou não conhecem senão uma pré-formação mais ou menos eterna?" (1979:11). Em outras palavras, são as estruturas formas intemporais, pré-formadas, dadas a priori, essências transcendentais ao modo das idéias platônicas, ou pelo contrário, comportam uma gênese, estão em permanente formação? Parece-nos que se este problema é central para todos os tipos de estruturalismo, mais agudo se torna ele quando se trata do estruturalismo nas ciências sociais.
- a estrutura é necessariamente um sistema de transformações - já que a totalidades estruturadas dependem de suas leis de composição, sendo

assim “*estruturantes por natureza*” - contendo uma constante e simultânea dualidade ou bipolaridade entre sua propriedade estruturada e sua propriedade estruturante. Segundo Piaget, a consideração dessa característica da estrutura é que diferencia os estruturalismos de um formalismo qualquer.

- a auto-regulação significa que “*as transformações inerentes à estrutura não conduzem para fora de suas fronteiras e não engendram senão elementos que pertencem sempre à estrutura e que conservam suas leis*” (1979:15) o que implica num certo fechamento e na conservação da estrutura. Tal fechamento, no entanto, não significa que uma estrutura não possa ser um elemento ou uma subestrutura de uma estrutura mais ampla, significa apenas que, nesse caso, as leis da subestrutura não são anuladas, mas conservadas e que sua integração na estrutura maior é-lhe um enriquecimento. Essa característica de conservação das fronteiras, de estabilidade da estrutura apesar da característica de transformação que implica na constante construção de elementos novos, só é possível pela propriedade de auto-regulação da estrutura.
- uma vez descoberta, uma estrutura deve ser passível de formalização que é, porém, obra do teórico, havendo assim diferentes graus de formalização que dependem das decisões do teórico. Por outro lado, a estrutura existe por si mesma, independentemente do teórico, e seu modo de existência tem que ser determinado em cada caso, conforme o domínio particular que se pesquisa, sendo portanto necessário distinguir a estrutura enquanto propriedade do real da estrutura enquanto modelo teórico.

## BOURDIEU, CRÍTICO DOS ESTRUTURALISMOS

J. Loesberg (1993) afirma que Bourdieu emprega a maior parte de sua teoria na crítica ao estruturalismo. Uma vista panorâmica de sua obra realmente pode levar-nos a concordar com essa afirmação: um de seus livros mais importantes, *Le Sens Pratique* (1980), secundado por outros trechos de sua abundante obra, parece ser uma longa discussão e refutação do estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss e seus seguidores, ao mesmo tempo em que narra uma peleja real ocorrida na prática do próprio Bourdieu contra os limites desse estruturalismo do qual fora, até um certo momento, um seguidor “*feliz*”; em seus vários textos referentes à questão da língua e da fala e à sociologia dos sistemas simbólicos, pontua sua exposição com referências críticas ao estruturalismo lingüístico de Saussure e Chomsky e a todos aqueles que se submetem à “*dominação exercida pela disciplina soberana*” (Bourdieu, 1996b:18) generalizando para o conjunto dos produtos simbólicos os procedimentos utilizados pela linguística estrutural.

\*\*\*

Em *Le Sens Pratique* (Bourdieu, 1980), obra na qual desenvolve mais detalhadamente a sua teoria da prática, Bourdieu o faz justamente a partir de sua crítica, baseada na sua experiência pessoal de pesquisa feita com um ponto de partida estruturalista, ao estruturalismo antropológico que era a “*moda*”

teórica de seu tempo. Bourdieu explica mesmo a razão de seu entusiasmo "metacientífico", como diz, pela ciência social estruturalista: num contexto (final dos anos 50) fortemente marcado pela questão do racismo, a antropologia estrutural de Lévi-Strauss trazia à luz uma "linguagem", uma lógica e uma coerência sofisticadas e complexas, ou seja, uma "razão", inerentes à cultura e às práticas sociais (antes aparentemente incoerentes e sem sentido) dos povos ditos primitivos, que surgia como um golpe fatal contra o etnocentrismo e o racismo:

*"A minúcia e a respeitosa paciência com que Claude Lévi-Strauss, em seu seminário do Collège de France, decompunha e recompunha as sequências à primeira vista aparentemente desprovidas de sentido daquelas narrativas não poderia deixar de aparecer como uma realização exemplar de uma espécie de humanismo científico" (1980: 09)<sup>3</sup>*

Com um projeto de pesquisa estruturalista, Bourdieu abordou então o estudo da cultura e principalmente dos rituais kabylas<sup>4</sup>. Colecionando detalhe por detalhe (símbolos e atos) disponível da cultura kabyla, através de fichas que lhe permitiam facilmente estabelecer as relações de oposição/exclusão ou de afinidade, co-ocorrência ou equivalência entre eles, busca desenhar pouco a pouco a rede de relações que compõem o todo e revelar a coerência lógica a elas subjacente.

Sendo muito custoso realizar tal tarefa para com a totalidade da cultura kabyla, Bourdieu limitou-se inicialmente a fazê-lo com relação ao espaço interno da casa, considerado como um microcosmo, ao mesmo tempo completo e bem delimitado. Através desse trabalho descobriu, no interior da casa kabyla e em suas relações com o mundo exterior, de fato, como previa a proposta metodológica de Lévi-Strauss, uma ordenação lógica das coisas e das práticas baseada em oposições e homologias perfeitamente ordenadas e coerentes, que ele considera "quase miraculosa", já que produzida sem nenhuma intenção ordenadora consciente.

Ter encontrado, como prometia a antropologia estruturalista de Lévi-Strauss, essa intrincada e surpreendente, quase miraculosa, ordem lógica da casa kabyla e das práticas e movimentos que ali se realizam foi, porém, no dizer do próprio Bourdieu, seu último trabalho de "estruturalista feliz" (Bourdieu 1980:22). Impulsionado pelo sucesso desse empreendimento, relata o autor, prosseguiu tratando de submeter ao mesmo tratamento metodológico todos os demais dados que ele mesmo ou outros observadores fidedignos haviam recolhido sobre a sociedade e a cultura kabyla, certo de poder revelar assim a estrita lógica subjacente a todas as suas práticas e símbolos. Ao ampliar, porém, seu campo de análise, as dificuldades começaram a impor-se desde logo: apesar de um exaustivo trabalho de classificação e tentativa de estabelecer relações precisas e coerentes de homologia ou oposição entre todos os elementos conhecidos da cultura kabyla, formalizando-os através de gráficos e quadros

<sup>3</sup> Tradução nossa, assim como de todos os demais trechos do mesmo livro aqui citados.

<sup>4</sup> Da etnia kabyla, povo de origem berbere que vive principalmente nas montanhas Atlas do norte da Argélia.

sinóticos, a tarefa mostrava-se impossível por deparar-se freqüentemente com incoerências e contradições, irredutíveis a qualquer tentativa de formalização, que desautorizavam a convicção de que havia uma única lógica subjacente, perfeitamente "racional", que se expressaria em todas as práticas sociais e produtos simbólicos de uma mesma sociedade. Bourdieu confessa que somente depois de muito resistir e tentar é que finalmente se rendeu à evidência que sua própria pesquisa lhe trazia e abandonou então a esperança de construir, com os elementos reais da prática social, sistemas rigidamente lógicos e passou a assumir, como dado a ser explicado, a incoerência e a contradição como tal presentes nessas práticas, a questionar principalmente as teses antropológicas subjacentes às convicções de Lévi-Strauss e seus seguidores, e a formular críticas e alternativas a elas que dariam origem à sua "teoria da prática".

Bourdieu conclui então que, desde que não há coerência perfeita nas práticas culturais, não há lógica anterior, inscrita na natureza... ou no "*espírito humano*" como diria Lévi-Strauss (1958: 91). A lógica aparente que o pesquisador estruturalista encontra é uma construção do observador que vê uma determinada realidade social e seus diversos sistemas de "linguagem" de fora da prática e de fora do tempo, e por isso ela é real só até certo ponto, *grosso modo*. Os atores sociais que agem, aparentemente, segundo ela não tem nenhum "compromisso" com essa lógica... eles não são dirigidos por essa lógica, eles a produzem sem nenhuma intenção de fazê-lo e a reproduzem sem nenhuma intenção de conservá-la. Essa não é a lógica que de fato, originariamente, preside as práticas; pelo contrário, ela resulta das práticas e só uma vez estabelecida pela prática repetida é que aparece como constante.

A situação, as técnicas e instrumentos de objetivação do observador, (registros, diagramas, sinóticos...) necessariamente fora da prática observada, é que permitem perceber como um só conjunto, regido por uma só lógica, num mesmo tempo e espaço, práticas ou elementos da prática que, na realidade, se desenrolam em momentos e espaços diferentes. A aparência de que as práticas sociais seguem, ou são a aplicação prática de um modelo lógico anterior ou externo a essas práticas, vem da repetição ou da aplicação por milhares de anos e em diferentes domínios dos mesmos esquemas de percepção e resposta ativa.

Assim, para Bourdieu, as regularidades e coerências encontradas pelo pesquisador - uma estrutura, portanto, das práticas sociais e dos sistemas simbólicos - não são falsas, elas existem mas ele explica sua gênese servindo-se do conceito de *habitus*. Tudo se passaria como se as diversas práticas sociais se estabelecessem à maneira pela qual se estabelecem os caminhos num determinado território<sup>5</sup>: o próprio fato de alguém percorrer uma extensão qualquer de campo deixa traços que o induzirão a tomar o mesmo caminho numa próxima vez, abrindo assim cada vez mais a trilha, o que induzirá outros a segui-la também. Assim, é o caminhar que abre o caminho mas, por outro lado, a existência da trilha já aberta leva a que habitualmente se ande por ela. Nada impede, porém, que, na medida em que tenha interesse nisso, o caminhante possa desviar-se do caminho já feito e nem que, em seguida, por

<sup>5</sup> Esta tentativa de explicar a teoria de Bourdieu através da metáfora dos caminhos é nossa, e não dele, e, como toda comparação, claudica.

comodidade, digamos, volte a ele. A tendência "natural" é de sempre trilhar os caminhos já abertos. Assim, as práticas, ou melhor, o modo das práticas tende a ser repetido, transposto a novos campos de atividade, criando rotinas que, utilizando o vocabulário da informática, poderíamos chamar "default"<sup>6</sup>, isto é, que são utilizadas "automaticamente" cada vez que não há um "comando" em contrário. Cabe sempre, porém, ao indivíduo, segundo seus interesses, a possibilidade de ativar outros "comandos", mesmo que em contradição com aqueles consagrados pelo *habitus*, desde que dentro das alternativas que lhe permitam os limites da estrutura das relações sociais nas quais está inserido e da posição que nela ocupa. O *habitus* seria então umas espécie de comportamento "default", inconsciente e por isso tomado como "natural", socialmente criado e reproduzido pela própria prática, e interiorizado por cada indivíduo de determinada cultura ou determinado grupo social, que assim tende a repetir em diversos domínios da prática os mesmos esquemas que emprega em outros desde que não haja motivo (interesse) para fazer diferente. É isto que produz uma correspondência formal, ou um mesmo "estilo", entre diversos aspectos das práticas e diversos produtos simbólicos numa dada cultura e portanto a aparência de que existe uma única lógica anterior, subjacente e determinante dessas práticas. Mas é isto também que explica as aparentes incoerências e contradições que mesmo o pesquisador estruturalista, se atento, acabará por encontrar.

A "lógica" das práticas, segundo Bourdieu, é movida pela incerteza, tentativas, opções estratégicas a partir de interesses dos indivíduos ou grupos que as desempenham - dentro dos limites permitidos pelas relações sociais estruturais em que estão inseridos e de sua posição nelas - podendo portanto, tomar caminhos contrários, sucessivamente, cada vez que esses interesses o exigem. Os diferentes elementos e alternativas com que se confronta a prática não estão no mesmo tempo nem no mesmo espaço e assim nunca se confrontam diretamente entre si. Por isso, diferentes comportamentos ou ações podem ser praticamente compatíveis mesmo que ao observador pareçam logicamente incompatíveis ou incoerentes e, de certa forma, o sejam.

A crítica de Bourdieu ao estruturalismo antropológico se dirige, portanto, fundamentalmente "*menos ao método em si do que às teses antropológicas que nele estavam tacitamente colocadas*" (Bourdieu, 1980:22) e ao "*panlogismo*", a suposta presença de uma mesma lógica perfeitamente coerente, originada na natureza do espírito humano, e realizada em todos os aspectos da vida social, determinando-a, e que, se não está exatamente assim colocada pelo próprio Lévi-Strauss, é "*sem nenhuma dúvida parte integrante da imagem social do estruturalismo e de seus efeitos sociais*" (Bourdieu, 1980:22, nota 17). Seu desacordo se dá não quanto à existência das relações e estruturas que o estruturalismo postula, mas sim quanto à natureza ou naturalidade que os estruturalistas lhes atribuem. Bourdieu critica ainda a consequência dessa concepção no procedimento metodológico que consiste em desprezar na análise todo fato

<sup>6</sup> O conceito de "default" para explicar práticas humanas foi utilizado por P. Johnson-Laird na sua "teoria dos modelos mentais" para caracterizar um certo número de operações cognitivas que, por um lado, parecem funcionar como deduções lógicas mas, por outro lado, são mais rápidas e menos rigorosas do que aquelas (Johnson-Laird, 1983).

encontrado na realidade pesquisada que não se possa integrar de maneira lógica a um sistema perfeitamente coerente, deixando assim de ver aquilo em que consiste a verdadeira lógica da prática social.

\*

Já a crítica de Bourdieu diretamente ao estruturalismo lingüístico de Saussure e Chomsky e, evidentemente, a todos os cientistas sociais ou analistas da arte e da literatura que se inspiram nele, tem um outro matiz e pode ser encontrada principalmente na introdução e na primeira parte de *A economia das trocas lingüísticas* (1996b), além de surgir também em vários de seus outros textos. Essa crítica centra-se mais no fato de que seus autores tratam a língua, o *opus operatum*, dissociado do *modus operandi*, isto é, da fala, de suas condições sociais de produção, de reprodução e de utilização, da posição social de quem fala, ignorando-se o fato de que *“as trocas lingüísticas - relações de comunicação por excelência - são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos”* (1996b:24). Tal procedimento resulta, então, numa “naturalização” da língua e dos demais objetos simbólicos - todos eles, na verdade, produtos históricos das relações sociais - na medida em que as demais ciências sociais acolhem esse *“cavalo de Tróia”* que é o método de análise saussuriano.

Para Bourdieu, é a própria intenção fundamental dos lingüistas estruturais que não é aceitável, pois ao autonomizar o estudo da língua, enquanto estrutura gramaticalmente apreendida, de seu uso concreto por atores ou falantes e ouvintes reais, inseridos em relações sociais e de poder reais, já a própria língua e os sentidos que carrega reduzem-se a um objeto mutilado de algo essencial, pois: *“a palavra que serve para tudo encontrada no dicionário não tem nenhuma existência social: na prática ela só existe imersa em situações, a ponto de o núcleo de sentido que se mantém relativamente invariável através da diversidade dos mercados poder passar despercebido”, e “o mercado contribui para formar não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso”* (1996b:25).

Em resumo, a crítica de Bourdieu à lingüística estrutural, que se estende também a toda tentativa de analisar um produto simbólico nele mesmo - sem referência às relações sociais em que se produz, se usa e se reproduz - é que ela ignora algo de essencial à sua compreensão: o fato de que as palavras e as próprias relações sintáticas, essencialmente um sistema destinado à comunicação de sentidos, só adquirem seu pleno sentido ou seus sentidos reais em cada caso de uso por agentes sociais inseridos em determinada posição no campo social a que pertencem, dependendo justamente das relações sociais que estruturam esse campo e da posição estrutural do agente que fala e de quem ouve. A crítica de Bourdieu a esse estruturalismo é, podemos dizer, uma crítica, a seu próprio modo, estruturalista.

\*

A partir de tudo o que pudemos ler de Pierre Bourdieu, emerge a conclusão de que sua crítica aos estruturalistas não é uma crítica ao estruturalismo tomado genericamente e sim, sempre, uma discussão muito precisa com cada escola estruturalista em determinados domínios científicos e, parece-nos, não se dirige contra a centralidade da noção de estrutura nas teorias criticadas, mas sim, pelo contrário, à uma como que insuficiência na consideração das estruturas

por parte dessas correntes, seja insuficiência ou equívoco na compreensão da natureza e da gênese dessas estruturas, seja insuficiência no estabelecimento das relações, também estruturais, das estruturas estudadas com outro tipo de estruturas, as estruturas sociais e de poder. Assim, parece-nos que cabe perguntar se não seria Bourdieu um "estruturalista a seu modo" e se suas insistentes críticas aos outros estruturalistas na área das ciências sociais não seriam parte de uma "disputa fraterna", uma discussão no interior do próprio estruturalismo entendido na maneira ampla em que o coloca Piaget e que referimos na primeira parte deste trabalho.

\*

## BOURDIEU, ESTRUTURALISTA A SEU MODO

Parece indubitável que a noção de estrutura seja central na teoria sociológica e nos procedimentos metodológicos de Pierre Bourdieu. Em muitos de seus textos é mesmo difícil não se deparar com as expressões "estrutura", "estruturado", "estruturante", "estrutural" a cada parágrafo. Resta porém verificar se por trás destas palavras encontra-se efetivamente a noção que caracterizaria realmente uma postura estruturalista.

Se tomarmos como referência a definição geral de estruturalismo proposta por Jean Piaget (1979), ou seja, a atitude científica que busca a inteligibilidade do real na descoberta de suas estruturas, ou da rede de relações mais ou menos permanentes que o compõem e de suas leis de transformação, parece-nos que o próprio Bourdieu nos dá uma resposta clara quando diz que o objetivo da sociologia é "*descobrir as mais profundas estruturas dos vários mundos sociais que constituem o universo social, assim como o 'mecanismo' que tende a garantir sua reprodução ou sua transformação*" (1989a:7) <sup>7</sup>.

O que são os conceitos-chaves da teoria de Bourdieu, o conceito de campo e o conceito de *habitus*, serão estruturas com as características apontadas por Piaget, tomadas como totalidades ?:

- que têm propriedades distintas daquelas que têm os elementos que as compõem, que se mantêm como tal por força dos "mecanismos" ou leis, ou ainda das regras do jogo específico de cada campo, na linguagem do próprio Bourdieu, que regem as relações entre seus componentes, que põem limites ou fronteiras aos movimentos possíveis em seu interior,
- que consistem em sistemas de transformações, sendo ambos estruturados e estruturantes, constantemente em movimento em função da luta que se desenvolve no interior de cada campo, em que o *habitus* ao mesmo tempo serve e se submete aos interesses e estratégias individuais dos agentes concretos e, por outro lado, assegura que os movimentos individuais se mantenham dentro das regras inconscientes próprias do campo a que pertencem e que reproduzam a estrutura desse campo;
- que por um processo de auto-regulação, tão bem descrito por Bourdieu, por exemplo, em "*O campo científico*" (1983b), garante sua reprodução e conservação sem impedir o movimento e a transformação.

<sup>7</sup> Tradução e grifo nossos.

Lendo-se atentamente as obras de Bourdieu, pode-se mesmo encontrar ali, como Henri Lefebvre acreditou ter encontrado em Marx, alguma coisa das três concepções de estrutura que Lefebvre identificava:

- a estrutura como imanente ao real, como aquilo que, no real, é inteligível, já que os campos sociais e *habitus* são estruturas realmente existentes, independentes da consciência e da vontade dos indivíduos e é a sua revelação que permite compreender os movimentos da vida social e o comportamento dos indivíduos.
- a estrutura como um modelo, construído pelo teórico, do qual Bourdieu fala extensamente em *Le Sens Pratique* (1980) e que ele considera como o primeiro passo necessário do procedimento científico - que ele chama de modo de conhecer objetivista - que permite romper com o conhecimento primário - que ele chama modo fenomenológico de conhecer - e que substitui a tarefa, para ele impossível, de reproduzir a experiência primária que têm os atores da vida social pela construção de uma esquema que descreve as relações e conexões que se podem observar sem experimentar. (Bourdieu, 1980; 1983a) A mesma idéia da estrutura como construção do pesquisador parece-nos implícita na referência de Bourdieu a "*uma das tentações do ofício de sociólogo (...) isto é, de transformar as leis ou regularidades históricas em leis eternas*" (Bourdieu, 1983d:75)
- a estrutura como um equilíbrio precário entre múltiplas hierarquias que estão em constante movimento e que, portanto, é um equilíbrio que se tem que refazer continuamente, num processo de auto-regulação, isto é, uma concepção dialética da estrutura que parece-nos ser aquela que melhor caracteriza o pensamento e a prática científica de Bourdieu, marcados justamente pela análise das lutas que se desenrolam no interior de cada campo social e da dialética entre relações objetivas de poder, *habitus* e interesses individuais.

É importante ainda frisar a importância que Bourdieu atribui à noção de estrutura, sobretudo no primeiro e no terceiro sentido que acabamos de referir, na resolução do fundamental problema da Sociologia: o da relação entre indivíduo e sociedade. Para Bourdieu, num dado campo de forças sociais (que é sempre *estruturado* e *estruturante*), as possibilidades de luta e êxito de cada agente estão dadas pela posição que ocupa em cada momento no espaço social estruturado, vale dizer, pelo capital total (material, simbólico e social) que detém e pela estrutura desse capital, mas também pelo "campo dos possíveis" que se lhe apresenta, de seu ponto de vista, a partir da posição em que se situa. A avaliação dessas condições, da qual depende a definição de estratégias e táticas de ação de cada ator dentro do campo, é feita pelo próprio agente - implicando sempre a possibilidade de erro de avaliação - e é ela que determina sua decisão de submeter-se ao estado de coisas ou de lutar, de tal modo que há uma intervenção de uma liberdade do agente individual ou de um grupo no processo de conservação ou de transformação do jogo de forças do campo social em que se situa e do próprio campo enquanto estrutura (estruturada). A própria conservação do estado de coisas num dado campo social é produto de uma dinâmica onde os sujeitos intervêm, e não resultado de pura inércia, pois resulta

de uma ação (ou reação), pelo menos reiterativa do estado de coisas, efetuada pelos próprios atores que compõem o campo segundo a interpretação que fazem do seu "campo de possíveis" e segundo seus próprios interesses individuais e grupais. Assim, não há contradição entre a noção de estrutura como algo objetivamente existente e a noção da intervenção, até certo ponto, arbitrária do sujeito. A realidade social é estruturada e estruturante, sem que isso retire dos indivíduos ou dos grupos a possibilidade de arbítrio. Todo agente social é um sujeito estruturado externamente, (no sentido de que tem que contar com os limites e as possibilidades que lhe são dados pela posição efetiva que ocupa na estrutura objetiva do campo) e estruturado internamente (pela mediação do *habitus*), mas que é ele também, ou melhor, sua prática, estruturante do campo social e do *habitus* (Bourdieu, 1983, 1992; Bourdieu & St. Martin, 1982).

Enfim, como bem o notou Loesberg (1993), todo o trabalho de pesquisa de Pierre Bourdieu parece consistir em examinar relações, identificar redes de relações constantes, e relações entre essas redes de relações, as leis ou "mecanismos" que regem essas relações, abordando dessa maneira os mais variados campos da vida social, inclusive aqueles antes pouco usuais ou totalmente inusitados para a sociologia, como o mundo da moda ou o dos esportes. O que faz ele senão empregar aquilo que considerou como a contribuição fundamental do estruturalismo antropológico para as ciências sociais: "o método estrutural ou, mais simplesmente, o modo relacional de pensar que, rompendo com o modo de pensar substancialista, leva a caracterizar cada elemento pelas relações que o unem a outros elementos em um sistema, do qual toma seu sentido e sua função" (Bourdieu, 1980:11) ?

Perece-nos, ainda, que a "teoria da prática" de Bourdieu, tal como a expõe em *Le Sens Pratique*, é a sua resposta, no âmbito da sociologia, àquela questão que Piaget colocava como o problema central de todos os estruturalismos: "são as totalidades por composição sempre compostas, mas como ou por quem, ou estiveram antes de tudo (e estão sempre?) em vias de composição?" (Piaget, 1979:11)

Podemos, pois, certamente situar Bourdieu no estruturalismo, tomado em sentido amplo, e, talvez, qualificá-lo mais precisamente como "estruturalista dialético" segundo o terceiro sentido dado por Henri Lefebvre à noção de estrutura.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BOURDIEU, Pierre. (1980). *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1983 a). *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (1983 b). *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (1983 c). *A economia das trocas lingüísticas*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (1983 d). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- \_\_\_\_\_. (1989 a). *La noblesse d'Etat. Grands corps et Grandes Ecoles*. Paris: Éditions de Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1989 b). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (1992). *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. (1996 a). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.

- \_\_\_\_\_. (1996 b). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (1997). *O império do jornalismo: TV e sondagens levam lógica comercial a dominar a mídia*. *Folha de São Paulo*, 09/03/1997.
- BOURDIEU, Pierre & ST. MARTIN, M. de. (1982). *La sainte famille. L'épiscopat français dans le champ du pouvoir. Actes de la recherche en Sciences Sociales (44-45): 2-53.*
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Lôic J. D. (1992). *An invitation to reflexive sociology*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- COSTA LIMA, Luiz (org.). (1968). *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis: Vozes.
- GIDDENS, Anthony. (1996). *Novas regras do método sociológico*. Lisboa: Gradiva.
- JONHSON-LAIRD, P.N. (1983). *Mental models: towards a cognitive science of language, inference and onsciousness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEFEBVRE, Henri. (1963). *Réflexions sur le structuralisme et l'histoire. Cahiers Internationaux de Sociologie*.
- LOESBERG, Jonathan. (1993). *Bourdieu and the Sociology of Aesthetics. English Literary History 60 (4): 1033-1056.*
- PIAGET, Jean. (1979). *O estruturalismo*. São Paulo: Difel.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1958). *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.
- \_\_\_\_\_. (1960). *A estrutura e forma: reflexões sobre a obra de Vladimir Propp*. In: *Antropologia estrutural dois*. Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. (1962). *La pensée sauvage*. Paris: Plon.
- \_\_\_\_\_. (1980). *A noção de estrutura em etnologia*. In: *Lévi-Strauss*. São Paulo: Abril Cultural (col. "Os Pensadores").
- TURNER, Victor. (1974). *Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca/US: Cornell University Press.
- WIESER, Wolfgang. (1972). *Organismos, estruturas, máquinas: para uma teoria do organismo*. São Paulo: Cultrix.

**RESUMO**  
**PIERRE BOURDIEU E O**  
**ESTRUTURALISMO**

Este artigo trata da relação entre a sociologia de Pierre Bourdieu e o estruturalismo, ou estruturalismos, dada a importância que tem a noção de estrutura no pensamento desse autor, por um lado, e, por outro lado, a importância que teve a sua crítica ao estruturalismo ao estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss na elaboração de sua *teoria da prática*. Para fazê-lo, a autora começa por rever o significado ou significados dos termos estrutura e estruturalismo, tomando como base textos de Jean Piaget, Wolfgang Wieser e Henri Lefebvre, e termina por concluir que Bourdieu é um "estruturalista a seu modo".

**PALAVRAS-CHAVE:** Pierre Bourdieu; estruturalismo; Sociologia.

**RESUMÉ**  
**PIERRE BOURDIEU ET LE**  
**STRUCTURALISME**

Cet article analyse les rapports entre la sociologie de Pierre Bourdieu et le structuralisme ou les structuralismes, étant donnée, d'un coté, l'importance de la notion de structure dans la pensée de cet auteur et, d'un autre coté, l'importance de sa critique au structuralisme anthropologique de Lévi-Strauss dans l'élaboration de sa *théorie de la pratique*. Pour baser son analyse, l'auteur commence par une revision du sens des termes structure et structuralisme basée sur des textes de Jean Piaget, Wolfgang Wieser et Henri Lefebvre, et fini par arriver à la conclusion que Bourdieu est un "structuraliste à sa façon".

**MOTS-CLEFS:** Pierre Bourdieu; structuralisme; Sociologie.

## A MISÉRIA DA SOCIOLOGIA: RUMO A UMA ARQUEOLOGIA DO SABER SOCIOLÓGICO

Adriano de León <sup>1</sup>

*"A Sociologia é uma ciência como as outras; tem apenas maior dificuldade do que as outras em ser ciência como as outras."*

Pierre Bourdieu

### INTRODUÇÃO

A discussão a que este ensaio se propõe tem por base a polêmica, levantada por vários autores, da possibilidade da Sociologia existir enquanto ciência. Partindo-se da premissa que os estudos epistemológicos sobre o que se denomina hoje Pós-Modernidade têm enfrentado a questão dos objetos, domínios e possibilidade das Ciências Humanas, visamos aqui traçar os rumos deste debate no que diz respeito à construção teórico-metodológica de tais ciências, com enfoque maior sobre a Sociologia.

As Ciências Sociais são uma empreitada do mundo moderno. Suas origens refletem o imaginário setecentista que consistia em desenvolver um saber sistemático e secular sobre a realidade, como base no modelo simétrico - temporal newtoniano, no dualismo cartesiano e num olhar evolucionista sobre o modo de vida ocidental.

A construção das Ciências Sociais se dá, pois, a partir de uma totalidade, a realidade social, o fenômeno social total, e por isso a distinção das Ciências Sociais provém delas mesmas (Santos, 1989) <sup>2</sup>.

Faz-se necessário apontar que o novo domínio do saber construído pelas Ciências Sociais é uma invenção teórica que toma por base o empirismo naturalista das Ciências Naturais e o sistema de metrificação das Ciências Matemáticas. Se por um lado temos a tentativa de configuração de um objeto claro para cada uma das Ciências Sociais, por outro temos inúmeras teorias que tentam dar conta de problemas da vida de grupos humanos na nova realidade da cidade moderna. Em se tratando de construir um modelo universal, as Ciências Sociais já se encontram numa via de mão dupla: a fragmentação entre objetos e teses sobre este; a vã tentativa de tornar objetiva a subjetividade do social.

Estes modelos teóricos do século XIX têm por base a dualidade entre o conhecimento certo - a ciência - em oposição ao conhecimento imaginado ou imaginário <sup>3</sup>.

Basicamente os termos do debate ora proposto têm por lastro a

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

<sup>2</sup> Boaventura S. Santos discute as rupturas epistemológicas ocorridas nas Ciências Sociais e seus vários discursos.

<sup>3</sup> Esta é uma das teses elaboradas pela Comissão Gulbenkian Para a Reestruturação das Ciências Sociais (1996: 18).

apresentação do quadro das Ciências Humanas feito por Michel Foucault em *As Palavras e as Coisas*. O traçado epistemológico de Foucault inicia a temática básica deste ensaio. Não se pretende, entretanto, um combate teórico entre os autores citados e os sociólogos clássicos, pois este seria infrutífero, uma vez que o processo arqueológico é exterior ao saber que se analisa. O discurso final da Sociologia é um emaranhado de outros tantos discursos provenientes das mais diversas fontes.

Seqüencialmente o tema é tratado no que diz respeito a um fundamento racional possivelmente presente no discurso sociológico. Esta razão possível está conectada à formulação de conceitos e categorias que, porventura, possam conferir os limites de uma ciência formalizada. Pode-se falar em razão instrumental, claro. Contudo, seria possível a existência de uma razão semântica própria à Sociologia ?

A instituição da sociedade é marcada pela definição dos espaços da cidade moderna e pelo tempo que se consagrou às atividades desenvolvidas neste espaço. A apresentação do espaço e do tempo numa teoria é feita a partir de considerações de Foucault, Michel de Certeau e Gaston Bachelard. Tais escritores tentam desconstruir os conceitos de espaço/tempo como fixos, redefinindo-os a partir de noções como corpo, cidade e casa.

As elucubrações finais tentam responder à questão um pouco shakespeariana de a Sociologia ser ou não ser ciência. Para tanto, denomina-se ciência neste ensaio a atribuição de um padrão de confiabilidade derivado dos dados experimentais, obtidos de maneira rigorosa via observação, de caráter objetivo, impessoal e sujeito à provas irrefutáveis. Portanto, o que se pretende não é traçar um debate sobre o que seria ciência, mas se a Sociologia pode ser ou não considerada ciência dentro do quadro anteriormente exposto.

## O USO DAS PALAVRAS:

### A ARQUEOLOGIA FOUCAULTIANA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

No capítulo X de *As Palavras e as Coisas*, Michel Foucault (1990) traça um perfil do que seriam as Ciências Humanas no plano geral dos saberes, principalmente do século XIX em diante. Nesta obra, Foucault lida com dois conceitos básicos: domínios epistemológicos (*épistémês*) e modos do discurso (*discours*). Os domínios epistemológicos funcionam mais ou menos como os paradigmas de Kuhn: não se sucedem uns aos outros dialeticamente, nem se agregam; surgem caoticamente uns ao lado dos outros, configurando vários domínios do saber científico, o que não implica necessariamente numa superação ou no surgimento de uma nova ciência como uma revolução no pensamento ou na consciência, pois cada surgimento preenche um espaço deixado pelo discurso das ciências anteriores.

Para o autor, as Ciências Humanas não receberam por herança um domínio de saber já delineado, domínio este dimensionado previamente, embora ainda não desbravado. A química, por exemplo, toma da alquimia um arcabouço com um referencial básico, tratando apenas de reconfigurar conhecimentos empíricos e mágicos em teses científicas validadas. Desta maneira, a tarefa das Ciências Humanas seria, antes de mais nada, elaborar um domínio de saberes a partir de conceitos científicos e métodos positivos.

O aparecimento das Ciências Humanas coincide com o aparecimento do conceito de homem na cultura ocidental. Este conceito só foi possível no século XIX com o surgimento de conceitos como vida, linguagem e trabalho (Foucault, 1990: 362). O homem é, pois, uma invenção da Modernidade. É um organismo vivo que modifica a natureza e a representa. O mundo dos signos, um mundo dado pela Natureza, passa a ser o mundo construído pelo homem, este ser que, nas palavras de Foucault, torna possível todo o conhecimento.

Não se trata de considerar a inexistência real do homem nos séculos XVII e XVIII, tampouco de refutar outros saberes que a este se ligavam. A proposta do autor na sua arqueologia é, sobremaneira, advogar a tese que estes saberes não se adaptavam no engradamento conceitual da ciência, que implica em observação, teste e repetição. Ao afirmar que o senso comum contém saberes que podem ser considerados científicos, a lógica de construção destes saberes implica em algum tipo de mérito ou num grau especial de confiabilidade.

Foucault (1990: 363) coloca em xeque o aparecimento das Ciências Humanas. Duplo xeque. Se de um lado este aparecimento implicou no debate perpétuo entre Ciências Humanas e Ciências propriamente ditas, por outro também reflete a tentativa das Ciências Humanas de fugirem do vasto domínio da filosofia. No tocante ao primeiro debate, faz-se logo perceber que o próprio conceito de humano é já uma tentativa de abarcar quaisquer outros conceitos, uma vez que os domínios da exatidão, da reflexão e da gênese da vida são conceitos do homem e sua natureza ou campo de ação. Quanto ao segundo ponto, a busca a um domínio próprio das Ciências Humanas, diferente do domínio filosófico, significa a apreensão de teorias e métodos de investigação do real, bem como uma procura a uma certa praxeologia necessária na intervenção da realidade que ora se desnudava enquanto um problema.

No sentido de situar as Ciências Humanas no quadro geral dos saberes, Foucault estabelece três planos do saber <sup>4</sup>:

1. Ciências matemáticas e físicas: sua forma é sempre um encadeamento dedutivo e linear de proposições evidentes e verificáveis;
2. Ciências da causalidade (biologia, língua e economia): seu fundamento é estabelecer relações entre elementos descontínuos, porém análogos, de modo que se possa vir a estabelecer nestes elementos vínculos de efeito-causa;
3. Ciências da reflexão filosófica: estas se desenvolvem como pensamento do si-mesmo dentro de um domínio comum, ou seja, o campo da formalização do pensamento.

A etapa seguinte do autor é encaixar as Ciências Humanas neste quadro de saberes. Caso as incluíssem, estaria o autor necessariamente delimitando o campo de ação das mesmas, o que as tornaria insuficientes, sob o ponto de vista epistemológico, da denominação de ciências particulares. Se as excluíssem, o autor encerraria o capítulo ao fechar a questão da possível existência das ditas Ciências Humanas. Depois de escavá-las, Foucault, como bom arqueólogo, as recompõem criando para tal fim o que ele denomina complexidade epistemológica das Ciências Humanas. O efeito é inusitado: as Ciências Humanas estariam, ao mesmo tempo, nos domínios do triedro de saberes e fora deste.

<sup>4</sup> A estes domínios Foucault denomina *Triedro dos Saberes*.

Poderíamos compará-las com o princípio incerto da luz: vez é onda, vez é partícula, dependendo da ótica observada.

Esse domínio encontrado em todos e em nenhum dos planos de saberes é possível, pois que as Ciências Humanas tomam conceitos e métodos oriundos dos três planos: a exatidão, a causalidade e a reflexão.

No que possa a ser considerado como feições das Ciências Humanas, há que se perceber que a inclusão de um destes três planos confere um padrão teórico-metodológico a estas. Em se tratando da Sociologia, cada um destes planos gerou um certo padrão teórico, criando assim o que se chama corrente teórica. Isto não implica na inclusão de um só método em vários planos, nem também na busca de uma metodologia específica para um destes três planos em particular. Assim, a Sociologia pode tentar se revestir de exatidão com a estatística, pode estabelecer fins e laços entre fins com o organicismo, ou mesmo vir a refletir sobre as bases onde se firma num plano mais geral a partir da reflexão filosófica.

A Sociologia, ela própria, tem travado um debate particular quanto aos seus domínios. Há, principalmente, duas vertentes que, apesar de nem sempre contradizerem-se, procuram travar um debate entre exatidão, de um lado, e causalidade, por outro. O campo da exatidão possível recorre a um método unificado de proposições empiricamente verificáveis dentro de um plano racional e objetivo<sup>5</sup>.

A vertente oposta apanha seu material no cotidiano do trabalho, da vida e da linguagem, suportada pelo princípio da incomensurabilidade de Feyerabend (1982)<sup>6</sup>, e numa certa liberdade de escolha que teriam os indivíduos de uma sociedade. Esta última vertente tem sido responsável por um certo grau de transcendência da Sociologia, bem como das Ciências Humanas como um todo, pelo fato de estabelecer novas construções teórico-metodológicas sobre temas antes considerados exatos.

A forma objetiva das ciências exatas, não obstante o uso que delas foi feito no intuito de conferir às Ciências Humanas um certo grau de confiabilidade, foi importante na configuração de resultados que podem ser formalizados. No entanto, não foi o avanço da exatidão matemática que conferiu feição ao homem enquanto objeto da ciência. Antes, foi o seu retraimento (Foucault, 1990: 367 e segs.).

Ao retrair-se, a exatidão descortina um ser que vive, produz e se comunica. Desta feita, a ciência do homem torna-se possível pelas representações que indivíduos ou sociedades têm de suas relações de produção, dos modos como se processa tal produção, bem como dos mecanismos que detêm ou implementam tal produção. É objeto das Ciências Humanas o simbolizado pelo homem, mas não o próprio homem. Daí advêm os conflitos e vicissitudes da Sociologia, da Psicologia, da História etc., em enxergar o homem corpo de funções e formas, ao invés de observar seus sinais e criações; não a fala, e sim o sentido que esta confere ao mundo.

---

<sup>5</sup> Veja a discussão de I. Lakatos presente no capítulo IX do livro de Chalmers (1993).

<sup>6</sup> Paul Feyerabend defende a afirmação de que nenhum dos métodos da ciência até agora propostos foram bem sucedidos.

Para Foucault, pois, o espaço das Ciências Humanas não se acha na natureza do homem ou na sua forma, ação ou linguagem. Ademais, as Ciências Humanas, em relação às ciências da causalidade não se encontram carentes de vigor ou exatidão. São as Ciências Humanas ciências da reduplicação, ocupando uma posição metaepistemológica no quadro geral das ciências.

Em verdade, a reduplicação<sup>7</sup> das Ciências Humanas é dupla. Ao mesmo tempo em que reduplicam métodos e práticas de análises das ciências propriamente ditas, as Ciências Humanas também reduplicam os conceitos que elas mesmas construíram ao redor do homem e seu mundo. O interessante é que as Ciências Humanas conferem perspectivas e cortes verticais neste amplo campo epistemológico, o que não nos permite distinguir se estas estão trabalhando na profundidade ou na superfície, no centro ou na periferia, o que, por vezes, pejorativamente, dá a falsa impressão de fluidez teórica e inconsistência metodológica.

Ao particularizar a Sociologia como exemplo disto, Foucault diz estar a região sociológica nos limites dos conceitos como trabalho, produção e destino do produzido e o simbolismo que faz da sociedade o palco de todas as representações que o indivíduo tem de si e de tudo. Deste caldo fértil emergem regras, literaturas, mitos, enfim a cultura.

Em se adentrando aos conceitos que a Sociologia reformulou de outros domínios, pode-se destacar o seguinte grupo: função, norma, conflito, regra, significação e sistema, segundo Foucault (1990: 375).

A arqueologia destes conceitos é feita a partir de uma clivagem da Sociologia com seus domínios conexos. É de se perceber que advém da biologia o sentido de função oriunda de estímulos exteriores aos quais o homem se adapta, harmoniza-se e encontra condições de sobrevivência. O sentido da norma, também de origem biológica, tem a ver com o ajuste necessário que um organismo deve fazer para se adaptar otimamente ao meio circundante. Da economia afloram as noções de conflito e regra. A primeira é gerada do embate entre necessidades e oposição à satisfação destas, enquanto que o segundo origina-se da limitação geral imposta à consolidação destes conflitos. Com o fim de conferir significação às coisas, o querer-dizer humano aparece na linguagem conferindo sentido ao mundo. A acumulação destes sinais constitui um conjunto inteligível, o que se chama sistema. Não tendo um domínio próprio no quadro geral das ciências, estes conceitos vagueiam ilimitadamente entre os diversos objetos, os métodos e as teorias de cada ciência em particular. Não que sejam tomados aleatoriamente, mas são flexíveis dentro de um todo comum às Ciências Humanas. Esta particularidade faz com que todas as ciências possam se intercruzar sem fronteiras definidas e objetos próprios.

Foucault intervém no debate epistemológico a que se propõe este ensaio na medida em que discute as Ciências Humanas sob a lógica do espaço e do tempo. Nestas ciências há uma certa resistência em se tratando do registro da continuidade espaço-temporal. Não que isto seja regra presente nos vários textos

<sup>7</sup> O conceito de reduplicação para Foucault diz respeito à construção dos objetos pelas palavras. No século XVI, os conceitos eram criados mediante a similitude destes para com o mundo. Eram, assim, duplicações. No século seguinte, os conceitos são combinações de formas semelhantes, o que vem a ser, desta forma, uma reduplicação de objetos.

destas ciências (muito pelo contrário), mas sob o contexto epistemológico o descontínuo sempre se opõe ao contínuo (Foucault, 1990: 377). Ora, isto tem a ver com os pré-requisitos requeridos pela continuidade para que se solidifique na lógica das Ciências Humanas. Estas últimas são dotadas de um caráter bipolar de modelos, o que significa que uma análise contínua requer funções permanentes, conflitos perfeitamente interligados e uma trama de significações previamente estabelecida. Muito ao contrário, a análise das discontinuidades, própria das Ciências Humanas, indica a pouca estabilidade de um dado sistema de significações à medida em que este cria e recria situações de conflitos. As Ciências Humanas, enfim, trabalham com a inexistência de um *continuum* dado no espaço/tempo.

Além deste *descontinuum*, as Ciências Humanas, desde o século XIX têm lidado com três modelos. O homem da sociedade orgânica e funcional é o tema do modelo biológico. O homem dos desejos e conflitos é enfocado no modelo econômico. Com Comte, Marx e Freud, *a priori*, dá-se o reino do modelo filológico, o qual interpreta o homem dentro de um sistema estrutural. A partir destes três modelos várias categorias são criadas na tentativa de localizar e interpretar as representações do homem, indo do espectro do consciente até o inconsciente. Que se reafirme constantemente este grau de discontinuidade: as Ciências Humanas são parte do momento moderno do conhecimento, estando, portanto, suas condições de existência à deriva deste campo epistemológico, o qual também se desvanecerá tal qual a magia, a alquimia e a gramática.

### UMA RAZÃO SOCIOLOGICA (?)

Retomando um pouco a discussão sobre o espaço/tempo, é de se perceber que a unidade que se impõe a qualquer análise epistemológica da Sociologia se atém à especificação espaço-temporal de suas teses mais gerais. Os fenômenos sociais têm, geralmente, uma perspectiva futura dentro de um mundo histórico. Deste modo, a análise destes fenômenos, mesmo que meticulosamente organizados, não indicam mais que uma aproximação do método experimental, pois que seus resultados permanecem indexados a um tempo e um lugar<sup>8</sup>. Por exemplo, para as ciências da natureza um acontecimento singular como um eclipse se encontra apoiado sob um *corpus* de leis físico-astronômicas válidas, independentes das coordenadas espaço-temporais. Para as Ciências Humanas um mesmo fato, o êxodo rural a exemplo, pode ser visto sob a ótica da demografia, da etnografia ou da semiologia, desde que "tudo está ligado a tudo" conforme Mauss (1981) propôs.

A formação de uma linha racional de pensamento sociológico tem referencial no controle de uma linguagem sociológica de enunciados conceituais inteligíveis<sup>9</sup>. Com efeito, a formação dos conceitos na Sociologia se dá nos domínios da pesquisa sociológica, a qual está sempre produzindo uma série de conhecimentos empíricos futuramente interpretados através destes conceitos quase sempre reformulados. Trata-se, pois, de um conhecimento seqüencial obtido graças a diversidade dos métodos de comparação da análise sociológica.

<sup>8</sup> Quanto a tal questão, Weber (1964: 152-213) afirma que as interações jamais serão decompostas e totalmente compreensíveis, pois seu contexto pode sempre ser designado, porém nunca esgotado por uma análise qualquer.

Se há razão sociológica esta é de caráter virtual. Isto porque a Sociologia não se deixa totalizar em nenhum discurso atual, sem, entretanto, deixar de impor a sua existência como reguladora de métodos e enunciados propriamente sociológicos. Nas palavras de Passeron:

*“Os conceitos sociológicos são, portanto, polimorfos e estenográficos: são conjuntos tipológicos construídos a partir de um material conceitual que justapõe na abstração o muito e o muito pouco.”*

A heterogeneidade dos conceitos se percebe em situações de pesquisa onde o valor categorial destes conceitos empalidece pela sua generalidade. Só através da análise é que tais conceitos reencontram seu potencial heurístico de descrição e categorização. É este polimorfismo que permite ao sociólogo uma busca constante de teorias via reduplicação de conceitos.

Esta possível razão sociológica se comporta como um pêndulo entre a contextualização de conceitos e o raciocínio experimental<sup>10</sup>. Seu movimento varia de um deslocamento a fatos datados e localizados a um tratamento experimental destes fatos. Assim é que a Sociologia é capaz de suspender um conjunto de questões históricas para tratá-lo dentro de um raciocínio experimental rigoroso<sup>11</sup>. Para escapar do experimentalismo pleno, o raciocínio sociológico convoca os fatos à contextualização histórica, obtendo assim um objeto previamente definido e, sobretudo, real. Relativamente, a Sociologia é capaz de “desestoricizar” seu objeto na medida em que o reveste de um tratamento puramente experimental a partir de mensurações e formulações de leis gerais.

A necessidade do empirismo na Sociologia é percebida na medida em que a prova empírica se torna um critério de avaliação das suas proposições teóricas. Para Bachelard (1995: 33) os fatos sociais só são possíveis porque há um acordo teórico sobre uma linguagem descritiva do mundo. Estes protocolos lingüísticos supõem convenções sobre os fatos e seus enunciados<sup>12</sup>. A vulnerabilidade da Sociologia repousa, portanto, na descrição histórica de seus conceitos e não na situação empírica destes. Um experimento sociológico pode ser refeito *n* vezes sob as mesmas condições iniciais deste. Não obstante, as categorias advindas deste primeiro experimento são completamente insuficientes para explicar uma realidade que não seja oriunda do experimento que as concebeu. Ao enfocarmos uma outra realidade há que se reformular as categorias analíticas que possivelmente interpretarão esta nova condição do real.

## A SOCIOLOGIA E SEU TRATADO SOBRE O ESPAÇO E O TEMPO

Sendo espaço e tempo categorias básicas da existência humana, raramente discutimos o seu sentido, tendendo a tê-los por fixos.

<sup>9</sup> Esta é a temática básica de Jean-Calude Passeron (1991: 38 e seg.). Este autor, ao tratar do léxico da Sociologia, enuncia as estruturas lingüísticas agregadas a um raciocínio próprio deste ramo do saber.

<sup>10</sup> Este movimento pendular é o “espaço do interstício” visto por Foucault no ponto anterior.

<sup>11</sup> Durkheim e seu estudo sobre o suicídio é o exemplo maior desta assertiva.

<sup>12</sup> É este alto grau de consenso lingüístico realizado numa linguagem de descrição do mundo que define um paradigma científico nas bases de Kuhn (1978: 67 e seg.).

Na sociedade moderna, entretanto, muitos sentidos distintos sobre o tempo se entrecruzaram. Os movimentos cíclicos e repetitivos - a rotina do cotidiano - oferecem sensação de segurança num mundo que pensa o tempo como tempo do progresso. Mesmo quando este sentido de progresso é ameaçado pela depressão, recessão, guerra ou distúrbios sociais afins, a sociedade ainda se sustenta a partir da idéia de um tempo cíclico, de longas ondas de acontecimentos, as quais atingirão seu pico e voltarão ao normal. Tais ondas são consideradas fenômenos naturais aos quais devemos nos adaptar forçosamente para uma volta à estabilidade universal (Harvey, 1990: 78).

A teoria social, neste sentido, enfoca os processos de mudança social, de modernização e revolução. O progresso é seu universo teórico e o tempo histórico sua dimensão primária. A Modernidade, por sua vez, trata o progresso a partir dos processos de modernização com lastro numa semântica de futuro, padronizando a espacialidade como fixa e o tempo como senhor da dialética. Bourdieu (1983: 104) afirma que a escrita retira a prática e o dito do fluxo do tempo, em corroboração com o anteriormente dito.

No intuito de colocar na arena as categorias de espaço e tempo Michel Foucault, Gaston Bachelard e Michel de Certeau têm sido responsáveis por abordagens que implicam na desconstrução destes conceitos. Foucault (1991) vê no corpo o elemento irreduzível do espaço social, uma vez que é sobre o corpo que as forças de repressão e controle se exercem. Sendo o corpo humano limitado espacialmente, o espaço exterior é apenas uma metáfora para um dado lugar que ora restringe o corpo a ele mesmo, ora o libera completamente. Corroborando com Foucault, Michel de Certeau (1994: 48 e segs.) toma os espaços sociais como palcos abertos de realização da criatividade humana. Para ele a cidade é este espaço multifacetado com espaços singulares frutos de uma ampla gama de ações. Os ritmos, as pulsações da cidade são aquilo que define o espaço simbólico por meio de práticas sociais de vários grupos. Para Bachelard (1995: 103) o espaço é considerado um elemento imaginário. Segundo este autor, o tempo é apenas uma seqüência de pontos fixos nos espaços por onde circula o homem. O espaço é um tempo comprimido. Seu local de apropriação é a casa, pois é neste espaço onde aprendemos a imaginar. Ainda mais, Bachelard considera os espaços como invenção que confere um sentido novo para a realização das práticas sociais.

Para os fins a que se propõe este ensaio, esta apresentação das categorias espaço e tempo como fundantes para as Ciências Humanas em geral conduz a algumas considerações sobre a possibilidade da Sociologia ser considerada uma ciência na acepção comum deste termo.

Certo é que a Sociologia é tida como incerta dentro do quadro geral das ciências em se tratando da presença de um foco claro na *epistème* moderna. Isto significa uma precariedade teórica pela sua proximidade com outros ramos do conhecimento, principalmente com a filosofia. Contudo, este fato não implica num demérito para a Sociologia, nem a sua transposição para um esteio metafísico. Antes, este pseudo-dilema aqui apresentado é fruto da extrema complexidade epistemológica onde se localiza a Sociologia, bem como de sua nata interdisciplinaridade. Os conflitos oriundos desta rede de saberes num mesmo ramo do conhecimento têm sido o motivo principal dos debates teóricos

travados entre modernos e pós-modernos, cada qual advogando a tese, por vezes infundada, que o saber sociológico é próprio, portanto eficaz em si, ou que este é fluido, portanto agregado a outros tantos saberes e metodologias.

A situação da Sociologia no domínio das ciências é uma via de mão dupla. À primeira vista ela enquadra-se nos arcanos da ciência pelo seu procedimento instrumental originado do empirismo de Bacon, do positivismo de Comte e das regras de Durkheim. Assim, assemelha-se a uma lente que busca a ordem orgânica dos grupos e comunidades. A outra faceta a desloca dos enunciados da ciência situando a mesma em espaços projetivos das outras ciências. Por tudo isto a Sociologia é um complexo enorme de saberes arranjados em uma semântica que almeja ser única, definida por categorias próprias as quais instituem o tempo como tempo do trabalho, da vida e da linguagem.

Com efeito, a semântica sociológica propõe um conjunto virtual, pois que jamais se concretizará como integral e universal, formado de séries de conhecimentos inteligíveis e creditáveis de análise.

A Sociologia, seguindo esta linha de raciocínio, não foi instituída pela sociedade do século XIX, através das visões de Saint-Simon, Tocqueville, Comte, Durkheim, entre outros, e sim é ela responsável pela invenção desta sociedade como objeto de estudo e como realização espaço-temporal da cidade moderna.

No quadro dos saberes do século XIX, ela surge como um discurso fundador da sociedade. De acordo com H. White (1994: 16), o intuito de qualquer discurso é constituir o terreno onde ele pode decidir o que contará como fato na matéria em consideração e determinar qual o modo de compreensão mais adequado ao entendimento dos fatos assim constituídos. A Sociologia é, antes de mais nada, um jogo de linguagens técnicas, teóricas e metodológicas.

Escapar da miséria teórica - a qual se propõe o título deste artigo - significa escapar do mito newtoniano, o qual reduz o mundo a uma simplicidade reduzida à leis universais. Significa uma derrocada geral no que diz respeito às metodologias dos modernos, responsável pelos métodos determinísticos e apriorísticos tão presentes nas metanarrativas do século XIX.

Sociologia é invenção. Teorias e métodos adaptados. Com efeito, deve ter tais métodos e teorias analisados no jogo de valores da época em que foram concebidos. Este é o primeiro passo para a valorização do saber sociológico, e também a primeira etapa para a crítica e superação deste discurso totalizante. Mundos novos. Novas aproximações teórico-metodológicas. Abrir as fronteiras do conhecimento, fugir aos grilhões da disciplinaridade, dismantelar idéias e construir outras tantas. Eis a magia que se está por fazer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. (1995). *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOURDIEU, Pierre. (1983). *O poder simbólico*. Lisboa: Presença.
- CERTEAU, Michel de. (1994). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- CHALMERS, Alain F. (1993). *O que é ciência, afinal ?* São Paulo: Brasiliense.
- FEYERABEND, Paul. (1982). *Contra o método*. São Paulo: Melhoramentos.
- FOUCAULT, Michel. (1988). *História da sexualidade - vol. 2*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1990). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

- \_\_\_\_\_. (1991). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- HARVEY, David. (1989). *The condition of post modernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell.
- KUHN, Thomas. (1978). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Pioneira.
- MAUSS, Marcel. (1981). *Textos Escolhidos*. São Paulo: Ática (Col. "Grandes Cientistas Sociais").
- PASSERON, Jean-Claude. (1991). *The sociologic thought*. London: Penguin.
- SANTOS, Boaventura S. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- WEBER, Max. (1964). *Economía y sociedad*. 2ª ed. Madrid: Castillo y Fuentes.
- WHITE, Hayden. (1994). *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp.

## RESUMO

**A MISÉRIA DA SOCIOLOGIA:  
RUMO A UMA ARQUEOLOGIA DO  
SABER SOCIOLÓGICO**

A Sociologia, como qualquer outra Ciência Humana, tem se preocupado em descrever cientificamente a sociedade. Para tal, usa mecanismos oriundos dos domínios epistemológicos das ciências da exatidão, da causalidade e da reflexão. A partir das idéias da arqueologia dos saberes de Michel Foucault, este artigo pretende descrever os limites da Sociologia enquanto ciência, bem como perscrutar seus novos desafios.

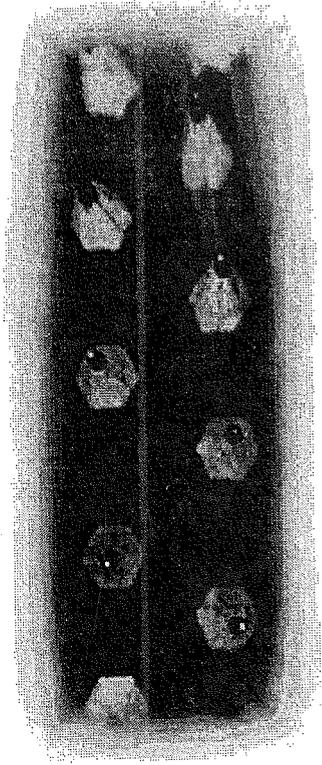
**PALAVRAS-CHAVE:** sociologia; arqueologia; discurso.

## ABSTRACT

**THE SOCIOLOGY'S MISERY:  
GOING TO A SOCIOLOGICAL  
KNOWLEDGE'S ARCHAEOLOGY**

Sociology, as other Human Science, has been focused on scientific descriptions of society. For this purpose, it uses methods from the sciences of exactitude, causality, and reflection. Based on Michel Foucault's archaeology, this paper intends to describe the limits of Sociology as a science, as well as pursuing its new challenges.

**KEYWORDS:** sociology; archaeology; discourse.



# *Tradução*



## BREVE INCURSÃO PELA SOCIOLOGIA DO SEGREDO

*Simone Carneiro Maldonado*<sup>1</sup>

O **segredo** é uma noção de grande relevância não só para a sociologia e a gnose, como para a filosofia do direito e para o estudo das culturas.

De maneira geral, o **segredo** é analisado de maneira valorativa, já que vê-lo como ocultação implica no reconhecimento de um espaço de sedição e de ilegitimidade. Equacionado à mentira, ver-se-ia reforçado esse lado oculto das coisas como um ato consciente de malversação ou de alteração da verdade dos fatos. Nessa medida, seria a contrapartida da publicidade, do direito à informação e à transparência, ideais constitutivos da democracia moderna (Almino, 1983).

Há muito que no âmbito da filosofia, do direito público e da sociologia, esta noção vem sendo estudada pela relevância que se lhe reconhece na sociedade (Simmel, 1906 e 1950; Tefft, 1980; Almino, 1983; Maldonado, 1994; Souza e Oëlze, 1998).

O formalismo kantiano constituiu o princípio transcendental e positivo de que todas as máximas que necessitem de publicidade para não fracassarem nos seus fins, estarão de acordo simultaneamente com o direito e a política (Kant, 1984). Para Kant, o **segredo** seria sempre contrário à causa dos dominados, cujo acesso a certas informações lhes seria negado ou objetivamente distribuído de maneira diferenciada. Este pensamento se aplica ao Ocidente individualista e socialmente complexo, em que os espaços de controle público e social da informação são apropriados em dinâmicas diferentes das que ocorrem em grupos ditos "simples". No seu "Tratado Sobre a Paz Perpétua" (1984), Kant termina por legitimar a afirmação de que tanto no domínio público como no privado, o **segredo** recobre algo inconveniente de manifestar-se abertamente, legitimando a sua representação como ocultação perniciosa pelo seu próprio conteúdo, implicitamente tido por sedicioso, imoral, antidemocrático e sobretudo indigno dos governantes.

Em fins do século XVIII, Benjamin Constant de Rebecque (1980), sem desmerecer das virtudes da verdade como princípio moral e sem negar o potencial danoso da mentira como ato consciente, afirmava que a obrigação ou o dever de ater-se a ela na sua inteireza, incondicionalmente e de maneira isolada, inviabilizaria qualquer tipo de sociedade.

Na visão de Constant, o **segredo** ao mesmo tempo que coloca uma barreira entre os indivíduos, traz em si também o desafio e a possibilidade de ser rompido, tendo inclusive, ao nível interpessoal, a função de elemento informador das relações sociais (que, aliás, é a perspectiva de Georg Simmel na sua sociologia do conflito e do **segredo**).

Além disso, estão implícitos na postura de Constant pressupostos que mais tarde seriam resgatados e sociologicamente analisados, quais sejam, os

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

processos de diferenciação e de desigualdade no fato de haver **segredo**, havendo assim detentores e excluídos das informações ao nível societário.

Ao nível individual, a perspectiva é menos negativa e o **segredo** seria a medida dos níveis de ocultação e de revelação necessários e viáveis nas relações interpessoais. A relevância sociológica desta noção e das práticas que preside, emerge neste ponto no pensamento de Constant, como mais tarde na sociologia de Georg Simmel: a tensão entre o ideal da transparência a bem do pré-conhecimento das possibilidades de ação do outro e os níveis de ocultação que também fazem parte do processo interativo e da própria solidariedade social. O que marca a postura de Constant é a contraposição aberta aos pressupostos kantianos de que o **segredo** fosse unicamente danoso à democracia e à cidadania, negando também o senso comum que o equaciona à imoralidade, à perversão, à sedição.

Essa foi, por exemplo, a atitude adotada pela Igreja Católica, pelas monarquias e pelas corporações medievais diante das práticas secretas do "companheirismo" (*compagnonnage*) francês dos primórdios da Maçonaria. O fato dos "companheiros" (*compagnons*) se reunirem em **segredo** e de fazer circular informações e organizar-se no mundo do trabalho sob formas rituais diferentes, deu espaço aos Mestres, ao clero e aos soberanos para condenarem os primeiros maçons por heréticos diante da Igreja, infiéis aos mestres e traidores do trono (Benoist,1975).

Para Constant, não é o caso de considerar o **segredo** um mal em si. O mal, o sedicioso, é que se fazem secretos por razões óbvias, o mesmo se aplicando à inconfidência e a práticas que inviabilizariam o indivíduo como ser social se fossem trazidas a público, mas que no entanto fazem parte das liberdades individuais. Neste aspecto, Constant defende o direito ao **segredo** individual e o reconhece como inalienável, sobretudo quando equacionado à privacidade, de vez que homem algum tem direito à verdade que prejudica os demais (Almino,1983). Ao contrário de antidemocrático, o **segredo** seria uma das bases das liberdades individuais, na medida em que viabilizaria um espaço privado "onde possam florescer novas idéias e hábitos ainda não aceitos pela coletividade" (Almino,1983) além de ser sempre parte do repertório de cada pessoa.

Na perspectiva desta reflexão, o ponto mais importante é justamente o caráter relacional e comunicativo da informação, sempre a ser pensada num contexto social, enquanto elemento organizador de relações e estilos de vida.

As reflexões contidas neste texto se fizeram inspirar em grande medida pela leitura do livro "O Segredo e a Informação", do jurista e diplomata brasileiro João Almino (1983) que se debruça sobre alguns dos mitos que recobrem o segredo nos limites do direito público. Dentre eles está o mito da transparência da sociedade em relação a ela mesma, que se apoia mais num ideal em favor da publicidade daquilo que possa ter interesse ou conseqüências públicas do que num outro direito que ele também reconhece e que diz respeito ao estritamente individual. Outro ponto a considerar é a crença, também moderna, de que a publicidade enquanto contrapartida do **segredo** estivesse sempre em favor dos dominados, enquanto a ocultação favoreceria os dominantes, ao recobrir de silêncio as suas intenções e as suas estratégias em detrimento daqueles. Almino

lembra o potencial que a publicidade tem de ser mais um instrumento à alienação do que propriamente de esclarecer ou propiciar à consciência de todos elementos, como as implicações da situação de classe ou as desigualdades sociais.

Nos estudos feitos na perspectiva simmeliana do **segredo** (MacKenzie, 1973; Velho, 1973; Tefft, 1980; Arlacchi, 1980 e 1983; Maldonado, 1994; Velho, 1998) pode-se ver como as atitudes e os mecanismos relativos ao conhecimento, à informação e às estruturas de poder se entrelaçam ao espírito familiar e à honra, à cooperação e ao igualitarismo que as caracterizam. O interesse nessa temática fica mais evidente na ampla e variada literatura sobre os tipos de sociedade ou de grupo social, assim como nas polaridades que marcam práticas e análises sociais (tradição/ modernização; segredo/ revelação; confiança/ inconfidência; transparência/ sedição; hierarquia/ igualitarismo; competição/ cooperação).

## A SOCIOLOGIA DO SEGREDO

Os estudos sociológicos do **segredo** se inauguram com os pressupostos e os estudos de Georg Simmel e se estendem no âmbito teórico e na pesquisa disciplinar. Tanto na sua vertente sociológica como na antropológica, os estudiosos das diferentes formas e ritmos que assume a disseminação da informação em quadraturas sociais diversas, partem do pressuposto básico de que a ocultação por meios considerados "positivos" ou "negativos" é um feito essencialmente humano, e um dos fundamentos da vida social. Sem o **segredo**, pressupondo-se a possibilidade da transparência absoluta nas relações interpessoais tanto ao nível individual quanto ao nível societário, estas seriam inviáveis (Simmel, 1950).

Simmel também situa o **segredo** como um conjunto de relações intrinsecamente ligado à sua contrapartida, a revelação, que pode assumir a forma de traição e cuja expressão é sempre muito complexa e significativa para a sociedade e para a cultura. Do ponto de vista sociológico, a importância e as tonalidades culturais que o binômio ocultação-revelação assume em cada configuração histórica e local, superam a valoração moral que delas se possa fazer. Sociologicamente, mais do que um conteúdo, um objeto unicamente de ocultação que uma vez revelado se esvaziasse e perdesse o sentido, o **segredo** é toda uma dinâmica comunicativa, feita de retóricas, de silêncios, de transparência, de opacidade e também de certas formas de revelação, estando entre seus possíveis mecanismos, a mentira e a malversação.

Não significando apenas ocultação, exclusão, distanciamento ou iniciação, o **segredo** implica também em atitudes como a habituação ao silêncio, a cooperação, a confiança, elementos sem os quais ficaria difícil viabilizar as relações sociais. Tais atitudes, não raro, são produto e objeto de processos educativos nos quais a sociedade se reproduz, estando imbricadas na ética e na moralidade sociais. Nessa perspectiva, que não deixa de ser relativizante, a forma social pura e a transparência total são ideais em princípio inatingíveis, devendo as pessoas conhecerem-se para que a confiança se construa e para que a interação se viabilize, mas essa relação pressupõe igualmente certos níveis de ignorância e de ocultação mútuos (Simmel, 1906).

O texto cuja tradução se segue a este comentário, é da autoria de Georg

Simmel, fazendo parte da coletânea *Trying Sociology*, organizada por Kurt Wolff e datada de 1974.

### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALMINO, João. (1986). *O segredo e a informação*. São Paulo: Brasiliense.
- ARLACCHI, Pino. (1980). *Mafia e tipi di società. Rassegna italiana di sociologia* (1).
- \_\_\_\_\_. (1983). *La mafia Imprenditrice: l'etica mafiosa e lo spirito del capitalismo*. Bologna: Il Mulino.
- BENOIST, Luc. (1975). *Le compagnonnage et les métiers*. Paris: PUF (Coll. "Que Sais-Je?").
- CONSTANT, Benjamin. (1980). *De la liberté chez les modernes*. Paris: Pluriel.
- KANT, Immanuel. (1984). *Projet de paix perpétuelle*. Paris: Librairie Philosophique/ J. Vrin.
- MACKENZIE, M. (1973). *Sociedades secretas*. Barcelona: Alianza Editorial.
- MALDONADO, Simone Carneiro (1994). *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume.
- SIMMEL, Georg. (1906). *The Sociology of Secret and of Secret Societies. The American Journal of Sociology* IX (4).
- \_\_\_\_\_. (1950). *The Secret and the Secret Society*. Kurt H. Wolff (org.). New York: Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1974). *Secrecy*. In: WOLFF, Kurt H. (org.). *Trying Sociology*. New York/ Sydney/ Toronto: John Wiley & Sons.
- SOUZA, Jessé & OËLZE, Berthold (orgs.). (1998). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora UnB.
- TEFFT, Stanton. (1980). *Secrecy: a cross-cultural perspective*. New York: Human Sciences Press.
- VELHO, Gilberto. (1973). *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, Guilherme. (1998). *Unidade e fragmentação em sociedades complexas*. In: SOUZA, Jessé & OËLZE, Berthold (orgs.). (1998). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora UnB.
- WOLFF, Kurt H. (org.). (1950). *The sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1974). *Trying sociology*. New York/ Sydney/ Toronto: John Wiley and Sons.

## O SEGREDO

Georg Simmel

A característica sociológica das combinações entre segredo e revelação na vida do indivíduo é o conhecimento de outrem: aquilo que é intencional ou não-intencionalmente ocultado é intencional ou não-intencionalmente respeitado. A intencionalidade da ocultação no entanto assume intensidade muito maior no embate com a revelação. Esta situação dá lugar à ocultação e ao mascaramento muitas vezes agressivo e defensivo, por assim dizer, contra uma pessoa, o que em si é designado como segredo.

### O PAPEL DO SEGREDO NA VIDA SOCIAL

No sentido da ocultação de realidades por meios positivos ou negativos, o segredo é uma das maiores realizações humanas. Se comparado ao estágio infantil em que cada concepção se expressa imediatamente e as coisas que se faz são imediatamente acessíveis aos olhos de todos, o segredo conduz a uma grande ampliação da vida, cujos numerosos conteúdos não podem ser levados à publicidade completa. O segredo assim oferece, digamos, a possibilidade de um segundo mundo junto com o mundo manifesto, sendo este decisivamente influenciado por aquele.

A existência de um segredo entre dois indivíduos ou dois grupos e a sua medida, são questões que caracterizam as relações entre eles. Pois enquanto uma das partes não se dá conta da existência de um segredo, o comportamento daquele que o oculta e assim toda a relação, são permeados por tal fato.

O desenvolvimento histórico da sociedade caracteriza-se, em muitos aspectos, pelo fato de que algo que em algum momento tenha estado manifesto mergulhe na proteção do segredo; e que, ao contrário, aquilo que uma vez foi secreto não mais necessite de tal proteção, revelando-se. Isso é comparável àquele outro movimento intelectualivo mediante o qual o que originalmente havia sido feito de maneira consciente, passa a existir no nível da rotina conscientemente mecânica, e o que em algum outro estágio houvesse estado inconsciente e instintivo se eleve à clareza da consciência. Como isso se distribui entre as várias formações da vida pública e da vida privada; como tal evolução leva a condições ainda mais propositais na medida em que no início o âmbito do segredo se estende longe demais, de maneira desajeitada e indiferenciada sendo a utilidade do segredo reconhecida somente mais tarde com respeito a outros assuntos; como o *quantum* de segredo se modifica pela importância ou pela irrelevância dos seus conteúdos - tudo isso, ainda que como uma mera questão, joga luz sobre a significação do segredo para a estrutura da interação humana.

Tal significação não pode ser omitida, em vista do fato do segredo ser muitas vezes eticamente visto como negativo; pois o segredo é uma forma sociológica geral em situação de neutralidade, acima do valor e das funções dos seus conteúdos. Tal é, por exemplo, o caso do indivíduo nobre cujo sutil pudor faz com que oculte o que tem de melhor para não ser objeto do culto à personalidade ou do auto-elogio; se assim não fôra, ele teria essa recompensa, mas não o valor em si. Por outro lado, apesar do segredo não estar diretamente

ligado com o mal, este tem uma conexão imediata com o segredo: aquilo que é imoral se esconde por razões óbvias, mesmo quando o seu conteúdo não carrega estigma social, como é o caso de certas distorções de natureza sexual não perceptíveis ao olhar coletivo. O efeito intrinsecamente isolante da imoralidade como tal, não importando toda a repulsa social explícita e direta, é real e importante, indo além dos meandros de tipo ético e social. Entre outras coisas, o segredo é também a expressão sociológica da ruindade moral, apesar dos fatos contradizerem a frase clássica de que *ninguém é tão mau que queira, além disso, deixar-se ver como mau*. Pode acontecer que o despeito e o cinismo não cheguem a levar à ocultação do que é mau: na verdade, pode-se explorar a maldade de modo a destacar a personalidade aos olhos de outros, ao ponto de algum indivíduo vangloriar-se de imoralidades ou de maldades que sequer cometeu.

## O FASCÍNIO DO SEGREDO

O uso do segredo como técnica sociológica, como uma forma de ação sem a qual certos objetivos - pois vivemos num meio social - simplesmente não poderiam ser atingidos, é bastante compreensível. Não são tão evidentes os atrativos e os valores do segredo além da sua significação como simples meio - a atração específica do comportamento formalmente secreto, não importando o seu conteúdo momentâneo. Em primeiro lugar, a exclusão tão enfatizada dos que não o detêm traz um forte sentimento de posse. Para muitos indivíduos, a propriedade não adquire significado com a mera posse, mas só com a consciência de que outros não a detêm. A base para tal, evidentemente, é a impressionabilidade dos nossos sentimentos através das *diferenças*. Além disso, estando outros excluídos da posse, deixa sugerir que o que é negado a muitos deva ter um valor especial.

A propriedade interior dos mais variados tipos, assim alcança um acento de valor característico mediante a forma de segredo, em que a significação do que é ocultado se acresce diante do simples fato de que outros nada sabem sobre aquilo. Entre crianças, o orgulho e a bazófia costumam basear-se numa poder dizer à outra "eu sei de uma coisa que tu não sabes" e em tal grau, que a frase é dita como meio formal de jactância e de subordinação de outros, mesmo quando é inventada e nada há de realmente secreto. Esse ciúme do conhecimento dos fatos que se oculta a outros é demonstrado em todos os contextos, do maior ao menor. As discussões do Parlamento inglês foram secretas durante muito tempo, e até o reinado de George III comunicá-las seria considerado ofensa criminal como violação de *privilégios parlamentares*. O segredo situa a pessoa numa posição de exceção; opera como uma atração pura e socialmente determinada. É basicamente independente do conteúdo que guarda, mas naturalmente torna-se cada vez mais efetivo na medida em que a sua posse exclusiva ganha em amplitude e em significado.

Para tal, o oposto análogo ao mencionado acima, também é em parte responsável. Para o homem comum, todas as pessoas e as realizações superiores e diferenciadas têm algo de misterioso. É como se o ser e o fazer humanos flúissem de forças enigmáticas. No entanto, entre indivíduos da mesma qualidade e do mesmo nível, tal não se constitui num problema aos olhos do

outro, particularmente porque a igualdade produz um certo entendimento direto, não mediado pelo intelecto. O entendimento indireto essencial, ao contrário, não leva a tal resultante e qualquer diferença *particular* faz com que o caráter *geral* se deixe ver de imediato. (Isso seria semelhante a alguém que, vivendo sempre no mesmo lugar, sequer suspeita da influência do cenário - que nos impressiona no entanto tão logo mudamos de ambiente, advindo então um sentimento diferente quanto ao papel causativo da paisagem e do meio ambiente). A partir do segredo que sombreia tudo o que há de significativo e profundo, se origina a falácia de que tudo o que for misterioso será importante e essencial. Diante do desconhecido, o impulso natural do homem em idealizar e o seu temor natural cooperam para com o mesmo objetivo: intensificar o desconhecido através da imaginação e dar-lhe uma ênfase que nem sempre corresponde à realidade patente.

### O FASCÍNIO DA TRAIÇÃO

De modo bastante peculiar, os encantos do segredo estão relacionados com os do seu oposto lógico, a traição - que evidentemente não são menos sociológicos. O segredo contém uma tensão que se dissolve no momento da revelação. Este momento constitui o apogeu no desenvolvimento do segredo: todos os seus encantos se reúnem uma vez mais e alcançam o clímax assim como o momento da dissipação nos permite gozar em sua inteireza o valor do objeto que se compra: a sensação de poder que acompanha a posse do dinheiro se concentra para o comprador, da maneira mais sensual e mais completa, no próprio instante em que o dinheiro lhe sai das mãos. Também o segredo contém a consciência de que *pode* ser rompido: de que alguém detém o poder das surpresas, das mudanças de destino, da alegria, da destruição - e até da autodestruição. Por tal razão, o segredo está sempre envolvido na possibilidade e na tentação da traição; e o perigo externo de ser descoberto se entretete com o perigo interno, que é como o fascínio de um abismo, a vertigem de a ele nos entregarmos. O segredo cria barreiras entre os homens, mas ao mesmo tempo traz à baila o desafio tentador de rompê-lo por boataria ou por confissão - e esse desafio o acompanha todo o tempo. A significação sociológica do segredo então, tem sua medida prática, seu modo de realização só na capacidade, na inclinação individual de mantê-lo, assim como na sua resistência ou fragilidade em face da tentação da traição, da revelação. Do contraponto entre esses dois interesses, o da ocultação e o da revelação, surgem nuances e tonalidades de interação humana que o permeiam em sua inteireza. À luz do que foi dito anteriormente, toda relação humana é caracterizada, entre outras coisas, pela quantidade de segredo que nela se encontra e que a envolve. Sobre isto então, o encaminhamento de qualquer relação é determinado pela média das energias constituintes e mantenedoras envolvidas na relação. As primeiras repousam sobre o interesse prático no segredo e na sua atração formal. As segundas se baseiam na impossibilidade de suportar a tensão encompasada pela manutenção do segredo e num certo sentimento de superioridade. Apesar dessa superioridade estar em forma latente no próprio segredo, ela só se atualiza inteiramente no momento da revelação ou ainda na luxúria da confissão, que pode conter essa sensação de poder na forma pervertida de auto-humilhação e

de contrição.

## SEGREDO E INDIVIDUALIZAÇÃO

Todos estes elementos que determinam o papel social do segredo são de natureza individual; mas a medida em que as disposições e as complexidades das personalidades constituem segredos dependerá, ao mesmo tempo, da estrutura social em que as suas vidas estejam inseridas. O ponto decisivo a esse respeito é que o segredo é um elemento de primeira linha na individualização. Trata-se de um duplo papel: condições sociais de forte diferenciação pessoal permitem e requerem um alto grau de segredo; e de maneira inversa, o segredo incorpora e intensifica essa diferenciação. Num círculo pequeno e estreito, a formação e a preservação dos segredos se mostra difícil inclusive em bases técnicas: todos estão muito próximos de todos e suas circunstâncias, de modo que a frequência e a proximidade dos contatos implicam em maiores tentações e possibilidades de revelação. Além disso, o segredo nem é tão necessário, pois esse tipo de formação social costuma nivelar seus membros e as peculiaridades da existência, das atividades e das coisas que se possui e cuja conservação tornaria necessária a forma do segredo, militam contra essa mesma forma social.

Com a ampliação do grupo evidentemente as coisas se invertem. Aqui, como em outros casos, os traços específicos do grupo *ampliado* são mais visíveis no contexto da economia monetária. Quando a determinação e o tráfego dos valores econômicos passam a ser feitos unicamente por meio do dinheiro, tornam-se possíveis níveis de segredo que de outra maneira seriam inatingíveis. São três as características da forma monetária de valor relevantes neste ponto da análise: sua compressibilidade, que permite tornar-se rico a alguém fazendo chegar-lhe um cheque às mãos sem o conhecimento dos demais: a sua abstração e ausência de qualidade pelas quais transações, aquisições e trocas na posse do dinheiro seriam invisíveis ou irreconhecíveis onde os valores fossem considerados propriedade só sob a forma de objetos tangíveis; e finalmente o efeito à distância do dinheiro, que permite o seu investimento em valores remotos sendo este passível de ocultação aos olhares do meio imediato. Tais possibilidades de dissimulação se desenvolvem na medida em que a economia monetária se expande e seus perigos se tornam mais evidentes na ação econômica envolvendo moeda estrangeira. Isso levou ao desenvolvimento de uma medida protetora que é o caráter público das transações financeiras por companhias, cartéis e governos.

Isso sugere que se rephraseie com maior exatidão a fórmula evolucionária segundo a qual, permitimo-nos lembrar, o segredo é uma forma que está sempre recebendo e liberando conteúdos: o que originalmente havia sido manifesto pode tornar-se secreto, e o que havia sido mantido oculto rompe essa ocultação. Poder-se-ia então, quem sabe, alimentar a idéia paradoxal de que, em circunstâncias idênticas em outras quadraturas, a vida humana coletiva requer uma certa medida de segredo que unicamente muda de tópicos: enquanto abre mão de alguns ou de um deles, o social apodera-se de outros e em toda essa alternância, preserva-se uma quantidade determinada de segredo.

Pode-se no entanto identificar um conteúdo mais precisamente dado de conteúdo para este esquema geral. É como se, com o crescimento da conveniência

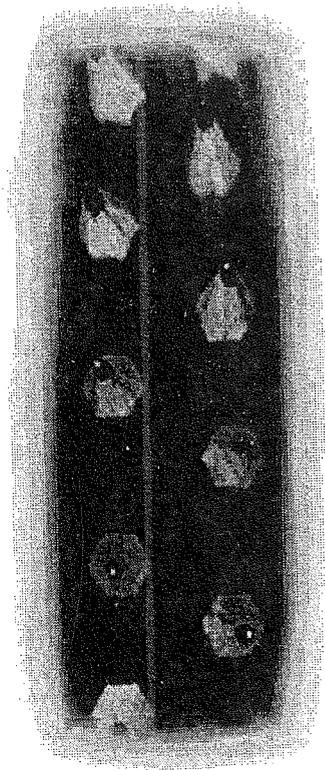
cultural, os negócios públicos em geral se tornassem ainda mais públicos e as questões individuais sempre mais secretas. Em estágios menos desenvolvidos como já tem sido observado, o indivíduo e suas condições não podem proteger-se de olhares e intromissões na mesma medida que no estilo moderno de vida, que produziu uma nova medida de reserva e de discrição, sobretudo nas grandes cidades. Antigamente, o costume revestia os funcionários públicos de uma certa autoridade mística enquanto que em condições mais atuais a sua dignidade e sua autoridade provêm da ampliação da sua esfera de dominação, da objetividade da sua técnica e da sua distância do indivíduo nas atividades públicas. O antigo segredo das coisas públicas, no entanto, demonstrava uma inconsistência interior ao mesmo tempo criando contramovimentos de traição por um lado e de espionagem por outro. Até os séculos XVII e XVIII, os governos mantinham um silêncio ansioso sobre as dívidas públicas, sobre os impostos e os contingentes militares. Nessa perspectiva, os embaixadores nada mais faziam do que espionar, interceptar cartas e fazer falar os que "sabiam de algo", inclusive o pessoal doméstico. A partir do século XIX no entanto, a publicidade invadiu os negócios em tal medida que hoje em dia os governos tornam públicos fatos que até então tornariam impossíveis quaisquer regimes. A política, a administração e a jurisdição perderam assim o seu caráter secreto e a aquela inacessibilidade, na mesma medida em que o indivíduo ganhou em termos de retração e na mesma medida em que em meio às multidões metropolitanas da vida moderna desenvolveram-se técnicas de tornar e manter secretos certos assuntos, o que até então só seria possível mediante o isolamento espacial.

A resposta à questão da medida em que esse fenômeno pode ser considerado expediente depende dos axiomas do valor social. As democracias consideram a publicidade algo intrinsecamente desejável, sob a premissa fundamental de que todos deveriam estar a par dos acontecimentos e circunstância que porventura lhes dissessem respeito, sendo esta a condição sem a qual não se pode contribuir para quaisquer decisões: e todo o conhecimento compartilhado traz em si o desafio psicológico da ação compartilhada.

Esta conclusão é discutível no entanto. Se acima dos interesses individuais houver uma estrutura objetiva de governo que inclua certos aspectos desses interesses, a autonomia formal da estrutura pode muito bem ser atribuída a funções secretas, sem para tanto trair a sua "publicidade" no sentido da consideração material dos interesses de todos. Assim, não há conexão *lógica* que vincule a publicidade como *valor maior*. Por outro lado, o esquema geral da diferenciação cultural mostra-se de novo aqui: o que é público se torna ainda mais público e o que é privado se torna ainda mais privado. E este encaminhamento histórico é a expressão de uma significação mais profunda e mais objetiva: o que é essencialmente público e o que, por seu conteúdo é do interesse de todos, também se torna ainda mais público externamente, na sua forma sociológica, assim como aquilo que no seu sentido interior for autônomo - as questões centrípetas do indivíduo - ganha um caráter ainda mais privado mesmo na sua posição sociológica, numa possibilidade também mais distinta de permanecer secreto.

Mostrei anteriormente que o segredo também opera no âmbito da posse

de adornos e no valor da personalidade. Este fato envolve a contradição de que aquilo que recua diante da consciência dos outros deles se ocultando, deve ser levado muito em conta na sua consciência; que uma pessoa se faz particularmente notável através daquilo que esconde. Mas esta contradição prova não só que a análise sociológica é necessária como pode recorrer a meios intrinsecamente contraditórios, mas também que aqueles *contra* quem tais meios são direcionados satisfazem tal necessidade assumindo o ônus da superioridade. Eles o fazem num misto de disponibilidade e de desgosto, mas na prática, não obstante, satisfazem o reconhecimento desejado. Pode-se então dizer que apesar de aparentemente poder ser caracterizado como a contrapartida sociológica do segredo, o adorno teria de fato uma significação societária cuja estrutura seria análoga à do próprio segredo. É natureza e função do adorno atrair os olhares para quem está adornado. se bem que, neste sentido, seja ele antagonista do segredo, nem mesmo o segredo existe sem alguma função na ênfase do que é pessoal. E este traço o adorno também detém, misturando a superioridade sobre outros com a dependência destes e a sua boa vontade com a sua inveja, o que ocorre de tal maneira que, como forma sociológica de interação, requer investigação especial.



# *Resenhas*



## IMAGEM: PRODUÇÃO E USO QUE NOS DESAFIAM

FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Miriam L. Moreira (orgs). (1998). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papyrus.

Imagine por alguns instantes essas imagens: uma colônia portuguesa nos EUA, tapetes e seus produtores de uma cidade mineira, barracos de uma favela em tempos distintos (antes e depois), iconografias de D. Pedro II, iconografias de índios brasileiros.

O que evocam essas imagens? O que significam, ou o que se pode extrair delas em termos de significação? O que têm a dizer as ciências sociais a dizer à respeito delas?

Essas imagens e essas reflexões estão contidas no livro *Desafios da Imagem*. Nele, um grupo de pesquisadores reflete sobre o uso da imagem nas ciências sociais. De modo interdisciplinar, esse grupo descreve e revela os bastidores de trabalhos pioneiros nas ciências humanas no Brasil, que têm na utilização da imagem um de seus instrumentos. Reflete, também, o uso da imagem enquanto objeto de investigação.

Um livro que discute o estatuto e a dignidade da imagem nas ciências sociais. Imagem que para nós, homens e mulheres do século XX, aparece com algo presente e cotidiano, quase natural, inflacionado nossas vistas: fotografia, vídeo, iconografia, cinema, TV, etc.

Mas como as imagens entram na produção das ciências sociais?

A resposta à essas pergunta aparece no livro em cinco blocos temáticos. Nesses, o leitor pode perceber a variedade de problemáticas

e possibilidades postas pela produção e pelo usos das imagens em ciências sociais. Eles passeiam pela sua utilização como objeto, como estratégia de ensino, e por fim, sua produção como instrumento de pesquisa e como forma de comunicação intercultural.

No primeiro bloco os autores discutem as relações entre textos verbais e visuais. Miriam L. Moreira Leite trata dessas relações dando ênfase à cooperação e complementaridade dessas linguagens. Explora a potencialidade da iconografia como fonte primária e, ao fazê-lo, realiza também um balanço da produção brasileira que se dedica a pensar o uso da imagem nas ciências sociais. Chama atenção para a necessidade de uma preparação para a leitura de imagens o que *"implica uma ordenação e um tempo de observação para a legibilidade visual adequada"* (p. 40). Etienne Samain trata das questões heurísticas que cercam o uso de imagens. No momento de tantas matrizes visuais e de suportes técnicos, que produzem linguagens portadoras de singularidades, o autor propõe que nos perguntemos sobre a lógica de cada meio ou forma de comunicação e sobre as operações cognitivas que despertam, enfim, *"o que cada uma delas nos propõe em termos da maneira de ver e do modo de pensar"* (p. 56).

Esse bloco, introdutório, poder ser lido como um fio condutor do livro, a partir dos textos desses dois autores, que discutem as mudanças que se processam com a entrada das imagens no corpo das pesquisas, e como se relacionam, nelas, imagem e escrita, tratando simultaneamente das repercussões cognitivas, teóricas e metodológicas dessa entrada. Discutem, ainda, a polissemia e a

singularidade das imagens, o que exige uma educação dos sentidos e da razão dos pesquisadores para a leitura de artefatos imagéticos. Essa discussão, fundamental, reaparece, com matizes diversos, nos relatos de pesquisa. Percebe-se, assim, as incertezas colocadas por um caminho novo.

Esse bloco comporta ainda as reflexões de Maurício Lissovsky sobre fotografia e história, onde o autor busca em Benjamin a noção de história, temporalidade e memória expressas ou evocadas pela fotografia.

No segundo bloco, encontramos trabalhos de pesquisa que se debruçam sobre imagens para lê-las, tendo-as como objeto. Através de uma foto, anônima, de caixões infantis expostos, Mauro Koury revela muito sobre o significado simbólico da morte num Brasil miserável. O olhar do pesquisador encontra e revela sentidos e significações para essa foto, feita pela *"viagem do olhar ensandecido pelas portas da imaginação trazidas à luz pela foto, ao lidar com a dor e com ela preencher as imagens e lidar com os invisíveis, como representações de elementos que estão ausentes"* (p. 72). Silvia Porto Alegre trabalha, através da leitura de iconografias de viajantes do século XIX, com o olhar sobre os índios, do que se pintou ou pensou deles. A autora atenta - nesse processo de compreensão da leitura imagética - para os cuidados na diferenciação de linguagens e técnicas de composição de imagens. Em sua hermenêutica visual dedica-se à atribuição de significados suscitados pela própria imagem, criando para a análise grupos temáticos. Lília Schwarcz retoma a história na leitura da iconografia de D. Pedro II, onde busca perceber as construções simbólicas criadas em torno da figura do imperador, em

diferentes momentos, através da *"arquitetura iconográfica"* que dele se fez.

O terceiro bloco dedica-se à narração e reflexão de experiências que aliam o uso de acervos visuais ao ensino. Patrícia Mont-Mór retrata seu trabalho como curadora da I Mostra Internacional do Filme Etnográfico, e a vinculação desse tipo de filme com o ensino de antropologia. Rocha-Trindade discorre sobre a (sua) experiência na pesquisa e produção de artefatos visuais para o uso em estratégias de ensino de sociologia e antropologia à distância. Revela as etapas que envolvem a produção desses filmes e o alcance do objetivo pedagógico, terminando por discutir as relações entre novas tecnologias informativas e interativas que também envolvem imagens como tática de ensino. Ana Maria Galano discorre sobre os desafios de constituição do Núcleo Audiovisual de Documentação (NAVEDOC), ligado à UFRJ, que inicia estudantes de sociologia no universo de uso da imagem. Trajeto cheio de percalços mas envolvente, que diz muito do processo que é se lançar no mundo da imagem, tendo-a como instrumento de pesquisa.

O quarto bloco é dedicado à produção de imagens como instrumentos de pesquisa. Fotografia e vídeo são as linguagens utilizadas nessas pesquisas. Ana Maria Niemeyer reflete sobre o uso que fez da fotografia, ao utilizá-la como meio de registro das mudanças espaciais de uma favela de São Paulo, e como elemento capaz de evocar, juntamente com desenhos, a interpretação de seus moradores sobre essas mudanças e a representação que tinham de uma moradia ideal. Luciana Bittencourt, em seu trabalho sobre artesãos do Vale do Jequitinhonha,

utiliza-se da fotografia não apenas como registro, mas também instrumento de apreensão das mudanças no processo de trabalho e na organização social dessa comunidade, através da interpretação das imagens feitas pelos artesãos, também participantes de sua produção. O registro imagético do objeto estudado e a evocação de percepções e representações dos pesquisados são as possibilidades exploradas por essas pesquisadoras ao lidar com fotografias. Clarice Peixoto discute, a partir do impacto e da crítica do uso da imagem nas ciências sociais, a contribuição do vídeo na análise das relações sociais, refletindo sobre as condições da elaboração de um vídeo científico.

A quinta parte do livro termina com uma discussão sobre comunicação intercultural. Três experiências de vídeo mostram como essa relação pode se desenvolver. Eles aparecem enquanto instrumentos de pesquisa ou meios de comunicação utilizados para divulgar os resultados. Os vídeos de Bela Feldmam-Bianco, que "recria" em vídeo a saudade portuguesa, e o vídeo de Cardello, Rosa, Godolphim e Fonseca, que visa divulgar o resultado de uma pesquisa sobre crianças em Porto Alegre-RS, são exemplos da divulgação de resultados obtidos. Dominique Gallois narra as experiências do projeto Vídeo nas Aldeias, que se utiliza da imagem para dar voz aos índios, em projeto que é também de intervenção política.

Temos enfim, nos ensaios desses quinze pesquisadores, um panorama da pesquisa com imagens no Brasil. Ao lê-lo percebemos como enfrentam os desafios teórico-metodológicos e trazem questões e respostas instigantes a esse desafio.

Um livro fundamental para

quem quer se aventurar pelo uso das imagens nas ciências sociais.

Teresa Cristina Furtado Matos  
Mestranda do Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia  
da Universidade Federal da Paraíba  
(Campus I - João Pessoa)

## LA METÁFORA ROTA

BRUMANA, Fernando Giobellina. (1997). *La metáfora rota*. Cádiz: Servicio de Publicaciones Universidad de Cádiz, 183p.

O autor é um antropólogo espanhol que esteve recentemente entre nós, numa rápida visita acadêmica dentro do convênio existente entre a UFPb e a Universidade de Cádiz, quando nos brindou com seus últimos livros publicados. O livro escolhido para ser objeto desta resenha atende a dois requisitos: 1) é a publicação mais recente; 2) trata de campos de interesse variados, o que dá uma dimensão mais ampla de sua produção científica. O livro em questão apresenta-se composto por oito ensaios independentes entre si, escritos ao longo da década de 80, durante a qual o autor realizou pesquisas no Brasil, em cultos de Umbanda e de Candomblé situados em São Paulo. A leitura de seus trabalhos possibilitou o conhecimento dos percursos empíricos e teórico-metodológicos efetuados por este pesquisador das religiões afro-brasileiras, até então desconhecido para nós, cuja contribuição a esse campo aponta para novas possibilidades de interpretação.

Apesar da fragmentação do livro, foi possível detectar alguns elementos que indicam uma unidade em seus estudos. Aliás, nosso empreendimento visa encontrar o fio condutor que permeia as diferentes áreas de investigação abordadas na seqüência de ensaios reunidos no livro.

O primeiro e fundamental elemento de unidade diz respeito à sua dimensão teórica, que tem como principal inspiração o pensamento de Marcel Mauss e seus desdobramentos em Durkheim e Lévi-Strauss. A sua fidelidade maior a Mauss pode ser comprovada através do livro que Giobellina dedicaria à obra desse autor, publicado em português com o título *Antropologia dos sentidos: introdução à obra de Marcel Mauss*. Com esse referencial teórico Giobellina define seu propósito, ao longo dos ensaios de *La Metáfora Rota*, como uma tentativa de desmontar os mecanismos de linguagem que emprestam eficácia à terapêutica do símbolo (p. 140).

Quanto às pesquisas empíricas que subsidiaram esses ensaios, a primeira abordou a Umbanda e veio a ser sua Tese de Doutorado (Universidade de Uppsala), publicada mais tarde pela Editora da UnB com o sugestivo título *A marginália sagrada*. A segunda pesquisa enfocou o Candomblé e resultou na publicação de um grosso volume com copiosos registros etnográficos de rituais de uma casa de Candomblé de São Paulo, com o título *Las formas de los dioses: categorías y clasificaciones en el Candomblé*.

Para dar uma idéia geral das temáticas abordadas nos ensaios, podemos dizer que dois deles tratam da religiosidade popular, três referem-se à Umbanda, um ao Candomblé, e os dois últimos têm um viés eminentemente teórico. A ausência de um capítulo introdutório, e a substituição por uma apresentação sucinta em que o autor limitou-se a situar os ensaios no tempo e no espaço, foi suprida com o primeiro ensaio, que representa o esforço mais visível do autor na busca da unidade do trabalho. Nesse ensaio ele procura delimitar o campo da

religiosidade popular brasileira como o campo ampliado de sua reflexão, onde estão situadas as religiões afro-brasileiras ao lado do Catolicismo popular, do Pentecostalismo e do Espiritismo Kardecista.

Esta religiosidade popular tem afinidades que resultam do contraste com as religiões oficiais, que deixando vazios espaços de ação religiosa incompatíveis com a postura secular assumida por elas, favorecem as religiões populares que em resposta às demandas populares ocupam esses espaços. A religiosidade popular é, assim, associada à marginalidade, que corresponde ao lugar social ocupado pela população que encontra nessas religiões uma espécie de sociologia marginal, que propõe teorias da realidade formuladas a partir da experiência e da visão dos que se situam na periferia. O fenômeno de "flutuação" de fiéis, clientes e agentes que transitam pelas diferentes modalidades religiosas seria, para ele, decorrente do fato de que a clientela dessas modalidades se preocupa menos pelo aspecto doutrinário do que pela ação terapêutica que elas são capazes de produzir. Com isso, o que a religiosidade popular apresenta de comum é sua relação íntima com o corpo, que torna-se objeto direto da ação religiosa, daí a tendência dessas religiões populares a converterem-se em agências de cura. É essa dimensão terapêutica das religiões populares o aspecto dominante da análise do autor na maior parte dos ensaios.

O ensaio seguinte trata especificamente da função terapêutica da Umbanda, e parte da constatação de que a doença constitui o principal motivo de atração de clientes e fiéis, não só para a Umbanda como para as Igrejas pentecostais. De fato, ambas as

modalidades religiosas concebem a doença segundo duas etiologias: material e espiritual. Desse modo, a doença espiritual seria o alvo das terapias místicas. No plano físico, a doença, assim como qualquer tipo de aflição ou infortúnio teria, não apenas, origens comuns a esses outros males, como seria entendida como sintoma de desordem, de modo que a cura representa o retorno à ordem, dependendo da atribuição de um sentido à realidade que se mostra carente. Para interpretar o processo de cura, Fernando Giobellina recorre a Lévi-Strauss para explicar a magia como uma linguagem capaz de decifrar estados que não poderiam ser formulados de outra maneira. Essa operação de reorganização simbólica produziria o efeito de desbloquear o processo fisiológico. O autor, porém, se contrapõe a Lévi-Strauss, por negar a semelhança entre cura mística e cura psicanalítica, como se ambas se produzissem ao nível mental, sem qualquer vínculo com o corpo. Considerando que a doença é, muitas vezes, diagnosticada como agressão mística provocada por ação de feitiçaria praticada por um desafeto da vítima, o autor propõe a seguinte interpretação: *"(...) o conflito se condensa no corpo do cliente ou se expande em suas redes de relações; este vínculo entre sociedade e corpo é o que permite tanto a enfermidade como sua resolução"* (p. 43).

O terceiro ensaio representa, de alguma forma, a continuidade dessa temática, ao focar a presença de entidades espirituais indígenas na Umbanda - os caboclos - possuidores de um papel destacado como curandeiros, fruto da tradição indígena dos pajés e seus rituais de cura. O quarto ensaio retoma a problemática da agressão mística, apenas esboçada no

segundo capítulo, concebendo-a como uma forma de violência que se associa de alguma forma à violência urbana, tal como a praticada no âmbito das milícias de extermínio de bandidos. A agressão mística e suas respostas consistem na manipulação do poder de forças espirituais, particularmente através do culto a Exu e às chamadas entidades de "esquerda" da Umbanda (espíritos de delinquentes e prostitutas), os quais são acionados com intenção deliberada de provocar ou de responder a uma agressão mística. Usualmente, ela é justificada como o revide de uma violência mística sofrida, e atribuída a algum inimigo, que deverá sofrer com acréscimo o mal que teria praticado com a ajuda de espíritos, conforme a lei do retorno na magia. Em sua reflexão final, Giobellina atribui à visão umbandista a potencialização da violência, através da legitimação do ilícito de práticas de autoritarismo do Estado e da sociedade civil. Os resultados da terapia umbandista implicam a dependência, do cliente, a mecanismos de proteção que geram, ao mesmo tempo, proteção e perigo, uma vez que sendo ele identificado com essas práticas passa a ser visado como inimigo potencial, arriscando-se a ser alvo também de uma represália a uma agressão mística.

O quinto ensaio realiza uma análise de discurso, a partir de pequenos relatos contidos em uma série de entrevistas realizadas com fiéis de diferentes religiões populares, colocando em evidência certas tensões e diferenças entre elas. Duas categorias de análise foram adotadas pelo autor - o poder e o coletivo - como pólos centrais para entender o discurso umbandista. O primeiro, sendo entendido como aquele que provém da manipulação de duas forças - Deus e o diabo; o segun-

do resulta da oposição individual/coletivo que se dá com a permanente ameaça de ruptura de reciprocidade, habitualmente presente no espaço religioso, embora haja o risco constante das relações entre os membros do culto se deteriorarem a qualquer momento.

O sexto ensaio aborda um dos elementos fundamentais do Candomblé: a comida de santo, que ao lado do sacrifício de animais faz parte de um sistema complexo de oferendas. No texto, o autor busca alguns princípios do seu funcionamento, partindo inicialmente da diferenciação entre a comida-de-santo e a oferenda. Ele observa que raramente o animal dado em sacrifício é consumido como comida de santo, uma vez que é utilizado para fazer limpeza no fiel. Nessa, o princípio empregado é o da eletricidade, cujo objetivo é dissipar energias negativas e maus fluidos. Assim, a importância do sacrifício situa-se na manipulação da essência do animal abatido, a qual encontra-se no sangue e nas vísceras.

A comida de santo é, porém, a oferenda que está mais sujeita a um sistema de regras, como as relativas à maneira do preparo - onde se destaca a proibição do uso do alho - ou ao espaço da preparação que, em certos casos, exige o uso de uma cozinha especial, não profana. Há, por outro lado, comidas que após serem consumidas pelo santo podem ser consumidas pelos fiéis, enquanto outras não. O princípio que rege tais regras está ligado à idéia de contaminação, conceito que regula todo o sistema de oferendas, com o objetivo de evitar que os males expulsos retornem. Por último, o sistema está articulado de tal forma que cada divindade possui um cardápio próprio, também regulado pelo princípio da identidade, não

somente referente às divindades, mas também, à identidade correspondente dos filhos de santo. Essa correspondência deve ser apropriada sob risco de influenciar negativamente a eficácia simbólica do culto.

O penúltimo ensaio trata do aspecto que mais tem impressionado os pesquisadores dos cultos de possessão: a própria experiência do transe ou possessão, alvo de inúmeras tentativas de formulações teóricas. O autor começa estabelecendo um diálogo com essas teorias para lidar com o fenômeno, de onde extraímos alguns elementos que irão esclarecer a visão construída ao final do texto.

Na síntese realizada pelo autor para exprimir as diferentes tentativas de explicação do fenômeno, se destaca o papel atribuído à possessão como instrumento social, ora voltado para obtenção de *status* ou benefícios pessoais e grupais, ora para a manutenção da identidade, ou ainda como instância domesticadora da rebelião individual e erótica (p. 124). Para Giobellina, todas essas tentativas estariam equivocadas, na medida em que não aprofundam a análise dos marcos sociais desses cultos. Exceção feita à análise de Mary Douglas, quando procura estabelecer uma relação simbólica entre o corpo e as estruturas sociais. Para tanto, o transe é definido como um instrumento religioso que só ocorre em certos lugares sociais onde há baixo controle social e, conseqüentemente, baixo controle corporal. Contudo, a possessão não é vista por Giobellina como um espelho do lugar social ocupado pelos fiéis do culto, como propõe a citada autora, mas constitui uma *"reação que pretende reestruturar conceitualmente a realidade"* (p. 127). Tal compreensão parte da noção de que a religião *"é um instrumento de ordem e sentido"*, sendo que

nas religiões "marginais" o sentido se revela na carne, através da enfermidade ou das frustrações e perdas, em que a incorporação de entidades espirituais representa a resolução do problema ao nível do corpo, seja ele físico ou não.

O último ensaio, cujo título coincide com o livro, constitui o maior esforço teórico do autor na tentativa de compreender a dimensão terapêutica da religiosidade popular brasileira, a partir de uma incursão crítica na concepção de eficácia simbólica de Lévi-Strauss, em que identifica inúmeras inconsistências. A noção de "metáfora rota" construída por Giobellina é fruto dessa crítica, e expressa um corte de sentido que se dá ao nível do rito ou da prática discursiva, no momento em que a ação é realizada pela entidade mística, e não mais pelo agente religioso ou o cliente. O sentido torna-se hermético, através do reconhecimento de que a ação mística está envolta no segredo e no mistério, próprios do mundo dos espíritos, sendo eles uma condição de garantia da eficácia simbólica. A hipótese formulada pelo autor ao final do seu trabalho revela que não é a apreensão literal da narrativa ou sua inteligibilidade que conduz à eficácia mas, ao contrário, é sua carga de incompreensibilidade - onde a metáfora produzida se encontra ocultada em campos semânticos distintos - o que a torna eficaz.

Para finalizar, recomendamos a leitura desse livro, especialmente aos pesquisadores interessados pela religiosidade popular e pelas religiões afro-brasileiras, que encontrarão nele reflexões teóricas e sugestões empíricas surpreendentes para lidar com esse fenômeno. Em *La Metáfora Rota* o autor procura captar uma nova dimensão de sentido a partir das práticas e dos discursos dos agentes fiéis e

clientes que se encontram nesse campo religioso.

Maristela Oliveira de Andrade  
Professora do Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia  
da Universidade Federal da Paraíba  
(Campus I - João Pessoa)

## UMA DELÍCIA DE DEVANEIO AOS OLHOS QUE BUSCAM EXPERIENCIAR O SONHO

ACHUTTI, Luís Eduardo Robinson. (1997).  
*Fotografia*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Me comove, de início, a dedicação de um pai fotógrafo ao nascimento de sua filha Júlia, nascimento esse todo registrado, posando em foto única de recém entrada no mundo. O mundo da fotografia do pai Achutti é introduzido ao pequeno ser no momento de sua chegada ao mundo que o espera, ou o mundo da Júlia invade o mundo da fotografia do pai Achutti. Pai que um dia teve um avô, também fotógrafo, de nome Bartolo Achutti, que seduziu o neto para o mundo da imagem não através de suas fotografias mas, como revela o encantado neto seduzido, "*por uma imagem que tinha emoldurada pela janela do seu sótão oferecida a toda humanidade: a imagem da lua*".

O *Fotografia* de Achutti, assim, coloca o olhar do observador numa ambigüidade que revela e enovela o fato fotográfico com o ato fotográfico. O fato e o ato se fundem e se transmudam ao mesmo tempo como mundos que se complementam pela apresentação do olhar do fotógrafo, da escolha do fotógrafo sobre os recortes escolhidos no real, da seleção do fotógrafo - que apesar de achar que toda fotografia deve ser mostrada, "*que uma fotografia guardada não é nada*", cria uma instância entre as que irão ser vistas e

as que nunca sairão do arquivo de fotografias mortas - e pelas leituras dos olhares que contemplam a arte final apresentada.

Ato e fato fotográfico revelando a ação do fotógrafo, sua sensibilidade, seu mundo possível elaborado num álbum, como uma mostra do constructo apresentado como produção. Produção como fato, sobre olhares observadores que se informarão não só de mensagens contidas nas angulações e representações de cada foto, mas como apresentação ao universo particular do fotógrafo. Posto ao exercício público do olhar o ato fotográfico, e remetido como fato a novas interpretações. Como um diálogo travado em dois momentos entre diversos mundos possíveis. Onde o mundo possível apresentado como produção, como atos produzidos se enovelam com os mundos possíveis das construções dos olhares observadores, que vêem o resultado como fato, possíveis de sedução, possíveis de apresentação e até possíveis de devaneios, onde as fotos como fato apresentadas são a ponte para aquela da janela do sótão, que ilumina nas combinações do enovelamento e revelação evocadas no livro *Fotografia*.

Autor e leitores dialogam, em entendimentos variados da narrativa proposta. Isso depois, como ensina Umberto Eco, do olhar atento que lê as fotos em sua individualidade e em seu conjunto, invadir o mundo possível do autor para compreensão da narrativa proposta. E só depois sonhar, no estranho e necessário diálogo entre a proposta enredada e os diversos enredos possíveis de serem propostos, no constructo simultâneo de vários fatos sobre os mesmos atos que se não são seus, observadores, mas

a eles foram oferecidos como produção em ato que gerou o fato enredado enquanto mostra fotográfica de autor.

Essa conjugação do ato fato, na construção do autor e nas leituras dos olhares que observam, navegam por um plano comum, proposto à organização do livro: um apanhado estético dos vinte e dois anos de fotografia. Materialização de um sonho do autor.

Essa informação leva os olhares a um mergulho estético e histórico sobre a construção e disposição das fotografias no álbum. Os olhares podem querer navegar sobre o burilamento estético do autor, através do acompanhamento do apanhado fotográfico nesses vinte e dois anos de uso do instrumento. Outros olhares podem querer discorrer sobre o acompanhamento histórico factual e cronológico do material escolhido para compor o livro. Ambos se perdendo na primeira impressão da observação disciplinada. O *Fotografia* explode o disciplinamento proposto como rota de navegação e aparece como um roteiro sentimental de viagens do autor, que as situa para que também possam evocar bons pensamentos nas viagens dos olhares.

O autor propõe tocar evocativamente os leitores através das sensações suas, sentidas em cada momento de sua navegação fotográfica. É aí que a Julinha entra de novo. Ela não só entra como forma de sedução do pai, ao registrar as cenas do seu nascimento, como para influenciar com o seu mundo o mundo fotográfico do pai. Ela entra como sentimento. Como mais uma emoção de um fotógrafo em vida de fotografia, sentimentalmente registrada. O *Fotografia*, assim, é um passeio no cotidiano emocional e sentimental de Achutti. Revela cada momento de

expressão intensa de ternura, de compromisso, de ideologia, de beleza, de arte, de solidão, de esvaziamento, de preenchimento, que atravessaram o autor nos diversos instantâneos sentimentalmente escolhidos, esteticamente realçados por sua câmara, e depois por sua escolha na revelação e na seleção para a mostra.

O olhar do leitor passa, assim, a debruçar-se no devaneio do autor, para só então entender e sonhar também com os pensamentos expressos no sonho do Achutti de *Fotografia*. A cronologia, os recortes temáticos possíveis, a estética em refinamento são, assim, secundarizados pelo olhar que vê mais uma vez, e são retomados através das evocações sentimentais provocadas no autor e na viagem junto do autor a que o leitor se submete, com prazer, também evocando para si os mundos mostrados pelo autor. Não mais para contraporem-se aos seus também mundos internos, mas para deliciarem-se no elogio à emoção que abunda no *Fotografia*.

De Porto Alegre para o mundo, sem esquecer Macapá, no seu retorno a Porto Alegre, seu pequeno Brasil. O Parque Farroupilha, com seus brinquedos esquecidos na areia pela criança que por ali passou, talvez fascinada pela roda gigante (que também fascina como fotografia esse que aqui escreve), o Gasômetro, o Guariba, o pôr-do-sol como nenhum outro, a lua com sol, e chega-se a Havana, para cair de novo em Porto Alegre com uma belíssima imagem de menina monumento, pobre e bela, como pobres e não tão belos os infelizes urbanos nas ruas de Porto Alegre, para voltar-se para Berlim, num auto-retrato de uma pintora na Alemanha ainda Oriental, e cair nos braços de Porto Alegre com a imagem e os pincéis de Iberê

Camargo.

Daí se invade Montevidéu, com suas pandorgas, volta-se a Porto Alegre, sem deixar de visitar Ouro Preto em duas ontológicas fotografias de um músico em descanso e de uma pequena bailarina que espera o baile na rua recomçar. A volta a Porto Alegre é política: papéis esvoaçantes soltos ao vento pelas mulheres que ocuparam a casa de estudantes da Universidade Federal, mas não resiste, talvez com as lembranças ainda quentes do descanso da música e da dança de Ouro Preto, e mostra uma belíssima imagem de uma lona cujo sol ilumina em todos os seus remendos uma arquibancada de um circo de periferia.

Mais uma vez no mundo, visita o *Ford* apodrecido na garagem de uma casa ou de uma oficina qualquer de Montevidéu, e corre de volta para Porto Alegre, na Rede Ferroviária, com suas máquinas paradas, madeiras e latarias apodrecendo, formando texturas de uma beleza rara nas lentes do autor, e continua militante no registro das cenas finais da ferrovia no Brasil, via Porto Alegre, numa série de rostos profissionais de mecânicos até uma última fotografia, que evoca um movimento de greve, que evoca o fim da linha, que evoca homens em ação.

Mais uma vez Havana, com os coloridos, velhos e com jeito irônico de viver cubano, das fotos dos carros, do velho em Trinidad com o seu charuto e sua cesta de vime, passando pelo El Malecon, com suas garotas e garotos que olham fascinados para a câmara do Achutti, talvez a preço de banana. Daí à militância com Camilo Cienfuegos, que emoldura uma sala de recepção burocrática decadente, mas de cores fascinantes, nas suas paredes de azul e verde descascados e uma

mesa onde se lê "información", junto a um vaso de flores de papel e uma bolsa de fazer tricô.

Ainda militante desce para a (então) recém revolução sandinista. Se está na Nicarágua, com o soldado com seu fuzil e seu papagaio, um lambe-lambe, crianças em exercício militar pela paz. E um bellissimo cartaz onde o povo parece caminhar com a cruz, com a viola, com o instrumento de trabalho, pela reconstrução do país, e um menino militar que posa em frente a ele, parecendo dele sair em vida. E *la Nicaragua va*, a procissão, meninas que olham algo em cima dos pilares da Catedral da Manágua, a Central de Ação Sindical, com as fotos de Marx, Engels e Lenin. E a arte na Nicarágua, com suas pintoras primitivas. E a volta ao sul do Brasil, em uma quase bela aquarela de um mar sem cor, e do silêncio evocado pelos barcos na areia, ou prisioneiros da vegetação, ou emoldurando o vermelho do entardecer na Lagoa Mangueira. E do Rio Grande do Sul pula-se para o Oiapoque, o extremo norte do Brasil, saindo do extremo sul, e se volta correndo para lá, com paisagem bellissima de um gavião ao entardecer em um poste de fios de alta tensão.

Salta-se para Londres, visita-se Paris, volta-se à Alemanha Oriental, ao estúdio da pintora Dina, chega-se a Berlim e ao dia da reunificação alemã. O povo na praça, o muro destruído, Marx lembrando o tempo de vivo, tomando cerveja dada por um jovem na sua rebeldia jovem, que talvez não pensasse que aquele ser-estátua também era um cervejeiro de vida.

De novo no Norte do país, Macapá, numa foto estranha de uma casa com apenas a frente, sua cerca e um verde estranho que invade toda a foto, dando um ar de não-sei-o-quê de

peça montada, talvez.

Mais uma vez, a viagem de Achutti termina em Porto Alegre. Aí temos um Achutti acadêmico, que busca um caminho na antropologia visual, onde a fotografia seja a cena mestra. O *Fotografia* termina com a proposta de uma foto-etnografia, no universo pesquisado do lixão da Vila Dique em Porto Alegre. Belas imagens da seleção de papéis para a venda, e do cotidiano de um barbeiro que vive de fazer a barba de coletores de lixo, no próprio lixão.

O mundo de imagens registrado em *Fotografia* é um mundo de sensações de um fotógrafo engajado com a vida, e com a arte. Uma delícia de devaneio aos olhos interessados no sonho revelado nas fotos de Achutti. Um aprendizado para os olhos atentos da arte de fotografar de um fotógrafo mais do que profissional, amante.

Mauro Guilherme Pinheiro Koury  
Professor do Departamento  
de Ciências Sociais  
Universidade Federal da Paraíba  
(Campus I - João Pessoa)

### A FLOR FORJADA: O SOCIAL E O POLÍTICO NA PÓS- MODERNIDADE SEGUNDO BOAVENTURA DOS SANTOS

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1997). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Cortez.

A leitura do livro *Pela mão de Alice: o político e o social na pós-modernidade*, do professor Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra), nos traz de início uma estranha sensação de familiaridade explícita e surpresa repentina. Tratando de temas de extrema contemporaneidade, que fazem parte das manchetes dos jornais e saltam aos olhos do que se lê nas ruas e casas de

todos os dias, Boaventura surpreende pelo que repassa de evidente e pela maneira como enriquece interpretativamente tais dados, trazendo aquela estranha sensação do *"isso está ali, mas como eu não havia pensado nisso?"*.

Tal interpretação demonstra incrível acuidade, e seu percurso de construção vai sendo exposto também no livro, pelo arcabouço (sociológico, histórico, filosófico) que permite operar tal interpretação e visar suas balizas epistemológicas.

A coletânea de ensaios começa com elenco de perplexidades ante um mundo que vem dos (alegres e esperançosos...) anos 80, com suas aberturas políticas e seu agravamento do social. Quando - se assustem - morreram mais pessoas de fome que em todas as décadas anteriores do século. Século de grandes clivagens em seu início e de um discurso unívoco, monológico em seu final. Final de localismos em meio a globalismos vorazes, de regresso do indivíduo, de valorização das questões micro, de presença ostensiva do Estado, do Estado em extinção

Já no capítulo 2 do livro, Santos assinala a mudança paradigmática entre moderno/pós-moderno e estabelece as diferenças necessárias entre o que seria um pós-modernismo inquietante ou de oposição e o pós-modernismo reconfortante ou de celebração (p. 35). Ele também experimenta a tensão sobre determinismos sociais e as possibilidades de interferência pela ação, nas quais aposta em todos os momentos de suas análises.

Nesse momento, Santos aponta a insustentabilidade de alguns pontos do marxismo, sobretudo nas questões de reducionismo econômico e sua tendência em transformar fenômenos culturais e políticos em epifenômenos

sem dinâmica própria quando, *"cada vez mais os fenômenos culturais são simultaneamente econômicos, políticos, culturais"* (p. 38). Isso sem que venha a negar a importância crucial do econômico.

O autor também mostra como o marxismo se ateve apenas às lutas de classe, ignorando outras formas de opressão para além das questões de classe, como as opressões étnicas e de sexo. Além disso, Boaventura assinala como a utopia de Marx, produto da modernidade, do sonho de uma sociedade de abundância e exploração sem limites da natureza, hoje se mostra inviabilizada. E as lutas ecológicas, sabidos os limites da exploração dos recursos do planeta, são uma das linhas de força das discussões do livro, num cenário consumista, onde a sobrevivência da Terra se vê ameaçada e à espera por uma das tantas mudanças de atitude agendadas no texto.

*Pela mão de Alice* propõe uma visada pela modernidade como superação e obsolência, pela percepção das promessas de felicidade que ela não realizou, repassando seu déficit de acenos não cumpridos ao longo de sua associação com o capitalismo, que é visto em três etapas, sendo a primeira a do (1) capitalismo liberal e das utopias que lhe foram contemporâneas (*"românticas e marxistas"*), o (2) capitalismo organizado, que trouxe o Estado-providência e o (3) capitalismo desorganizado, com avanço neo-liberal (embora ele não use este termo), de desmonte do Estado-providência.

Vendo o cenário semi-periférico de Portugal, o autor repassa essas três etapas mostrando suas diferenças em relação ao capitalismo central, num cenário que lembra muito o nosso, brasileiro. Laços relacionais de parentesco e vizinhança, promessas da mo-

deriedade do Estado-providência não tendo chegado a se configurar, aparatos legais mais avançados que práticas sociais, pré-modernidades a conviver com pós-modernidades, num constante choque entre reinvidicações materiais (*"salários decentes e segurança social"*) e pós-materiais (*"a ecologia, o anti-nuclear, a igualdade sexual e racial, todas elas, aliás, misto de materiais e pós-materiais"*) (p. 100).

Vendo todo esse hibridismo, o autor se propõe a pensá-lo como tal, enfrentando questões a que tantos se esquivam, os que insinuam ser ocioso e fútil discutir pós-modernismo num país *"pré-moderno"* (como o Brasil também), ignorando comodamente o universo complexo que se lhe passa na frente do nariz. Por outro lado, repassa promessas de modernidade ainda a serem cumpridas em Portugal - e que o sejam em curto-circuito com promessas da pós-modernidade. Percebendo ainda que *"o que quer que falte concluir da modernidade não pode ser concluído em termos modernos sob pena de nos mantermos prisioneiros da mega-armadilha que a modernidade nos preparou: a transformação incessante das energias eman-cipatórias em energias regula-tórias. Daí a necessidade de pensar em descontinuidades, em mudanças paradigmáticas e não meramente subparadigmáticas"* (p. 35).

Descontinuidades preservadoras de diversidades. E vem ao caso a citação que o autor faz de A. Hirschman, quando ele assinala que *"o capitalismo realizou precisamente o que se esperava dele, ou seja, reprimir a variedade humana e produzir uma personalidade humana menos multifacetada, menos imprevisível e mais unidimensional"* (p.102).

Nesse sentido, o autor estabelece balizas estratégicas. Dentre elas estão

dados como a discussão de como a ciência moderna se estabeleceu rompendo com o senso comum e como, nesse momento, seria interessante romper com essa ruptura, ou *"contra o saber, criar saberes e contra os saberes, contra-saberes"* (p.104). Outra estratégia seria uma fuga à objetividade distante proposta pelo conhecimento moderno, ou uma tentativa de reaproximação das pessoas, quando a ciência moderna teria se formado num movimento de nos por à vontade apenas com as coisas (p. 109).

Nas suas investidas Boaventura, algo sartrianamente, nos propõe o gesto de determinar sentidos, pois *"tudo nos está entregue"* e *"o reencantamento do mundo pressupõe a inserção criativa da novidade no que está mais próximo"* (p. 106). Apostando em subjetividades plurais, assinala a importância de aprendermos a ser polifônicos: *"É evidente que a polifonia é contra as verdades fortes. E ainda bem, pois mais vale uma verdade na mão da retórica prudente e democrática que duas a voar no vazio da apodíctica imprudente e autoritária"* (p. 109). Plurais serão também as mini-racionalidades estrategicamente postas nas lutas locais.

### A SEGREGAÇÃO DO POLÍTICO

No quinto capítulo, "Estado e os modos de produção do poder social", Boaventura Santos mostra o erro de usar quadros conceituais do século XIX para ler o século XX. Nessa linha, defende que a separação Estado/Sociedade Civil não passaria de uma ortodoxia conceitual, vinda do fato dos senhores feudais não deterem a propriedade privada dos meios de produção no feudalismo, e daí que seu poder teria estado estreitamente ligado à propriedade privada do Estado. No capitalismo, trabalho e sobre-trabalho

se dão na esfera da fábrica, o Estado se posta fora, só garante a lei. Então, a exterioridade do Estado e da política, relativamente às relações da produção, derivaria da concepção das relações de produção como uma questão econômica e privada entre indivíduos privados dentro da sociedade civil (p.117).

Mas Boaventura faz ver como, dentro da fábrica, também ocorrem processos políticos e jurídicos e a separação político/econômico só faz neutralizar o potencial revolucionário. Ele mostra ainda como os maiores avanços civilizacionais do capitalismo teriam ocorrido, justamente, nas relações políticas, nas relações da esfera pública, com ganhos de cidadania - enquanto nas relações de produção teriam advindo poucos avanços (p. 122).

O autor lembra a disseminação, no século XVIII, de formas de poder ocultas, partindo da normatização das subjetividades. Boaventura irá acompanhar Foucault em várias das suas teses sobre a dispersão de poderes nas várias esferas da sociedade ressaltando, no entanto, o quanto a categoria de poder se torna inoperante se lhe é dado caráter ubíquo, afinal "*o que está em toda a parte não está em lugar nenhum*" (p. 125).

### AS NEGOCIAÇÕES DO SENTIDO

Ao discutir a questão das identidades, *Pela mão de Alice* aponta o quanto estas são instáveis, estratégicas, criadas, escondendo "*negociações de sentido*". Como mostra Boaventura, o perguntar a própria identidade questiona posições hegemônicas, mas reforça subordinação ao se colocar na posição de outro<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Assim, artistas europeus, por exemplo, não precisariam perguntar sua identidade, conforme sugere o autor.

Mas ele vê a questão da pergunta como uma ficção necessária.

O primeiro nome moderno da *identidade* seria *subjetividade* e a proposta hegemônica do liberalismo teria dado primazia à subjetividade individual e subjetividade universal (abstrata), em detrimento de subjetividades coletivas e contextuais. Seriam as derrotas de Rousseau e Montaigne por Descartes.

Ele recupera a queda de Granada, com o fim do iluminismo mouro e judeu como ocaso de riquíssimo processo histórico, onde prevaleceu a tolerância. Em contraponto, o etnocídio seria o ensaio europeu da guerra ao outro, onde a subjetividade do outro é negada, por não corresponder às subjetividades hegemônicas da modernidade, a do indivíduo e a do Estado: "*O outro não é um verdadeiro indivíduo porque o seu comportamento se desvia abissalmente das normas da fé e do mercado*" (p. 139). No texto é assinalado o caráter biológico do racismo de colonização e o caráter imposto de insuperáveis diferenças culturais a vincar um presente racismo de descolonização (p. 145).

Na luta por identidades, Boaventura Santos termina por declarar o interesse pela antropofagia de Oswald de Andrade como forma de entrelaçamento ritual com a cultura hegemônica, sem submissões.

### INVENÇÃO E A LÂMPADA MÁGICA

Um dos melhores capítulos do livro é o que discute a universidade. Remontando suas primeiras motivações, o ensaio vai ao centro de problemas atuais da questão universitária. A atualidade da argumentação e sua abrangência são impressionantes e mesmo indispensáveis, para quem quiser entender tais questões que

trazem extrema semelhança entre o que se passa no plano geral internacional e o que ocorre no quadro da universidade brasileira.

O texto historia e discute as oscilações da universidade em suas funções e usos de criadora de conhecimento especializado e desinteressado, na sua função de formadora de mão-de-obra; no seu empenho na formação de elites; nos seus possíveis usos para o mercado e a indústria ou nas inadequações desses usos; na perda de centralidade da universidade frente à cultura de massas; ou mesmo na formação da mão de obra, etc.

Boa parte da discussão mostra as fortíssimas tensões a que vem sendo exposta a universidade pública, cobrada, às vezes, para tarefas frente às quais não está preparada ou que fogem à sua especificidade. Dois pontos bem discutidos são as pressões por serviços à comunidade e, sobretudo, as relações com o mercado, interessado não só em mão-de-obra mas na pesquisa.

O autor vai mostrando os perigos no incitamento à procura de recursos externos, o perigo no privilegiamento da pesquisa aplicada, com interferência nas prioridades científicas e éticas. Tal tensão vem fortemente vincada pelas diferenças entre critérios da comunidade científica em relação à pesquisa - como liberdade, autonomia, publicidade - e "*comunidade industrial*" - secretismo, mutismo e patentes. A diferenciação de remuneração aos pesquisadores, baseada em lucros, também poderia causar fortes distorções.

Poderíamos, aqui, ilustrar contando o que circula como lenda em importante universidade brasileira na qual, em um de seus departamentos, pesquisadores teriam se empenhado

na descoberta de uma lâmpada com menor tempo de duração - dado de obsolência planificada apenas interessante aos objetivos mais rasos do comercialismo mais vil. Boaventura, ouvindo a lenda, chamaria isso de resultado de um pacto fáustico.

Para se opor a coisas desse tipo, o autor resgataria dados que fazem parte integrante do universo simbólico universitário, muito embora possam não encontrar correspondência na realidade barra-pesada da concorrência acadêmica, nem sempre leal, nem mesmo sempre honesta. Mas, ainda que uma meia-ficção, valores como comunismo, desinteresse, universalismo e ceticismo organizado seriam alguns desses mitos a serem observados com respeito. Pelo menos aqui o autor talvez invocasse Fernando Pessoa, no seu emblemático "*o mito é o nada que é tudo*".

### A LUZ QUE RÉSTIA

Nas três fases do capitalismo observadas por Boaventura Santos (capitalismo liberal, organizado, desorganizado) ele perceberia, na primeira, a hipertrofia do mercado, seguida de um equilíbrio entre princípios do mercado e do Estado sob pressão do princípio da comunidade. Na terceira fase viria a re-hegemonização, a qual chamamos neo-liberalismo. Na fase de equilíbrio, a do capitalismo organizado, haveria um alargamento da subjetividade pela segurança quotidiana ampliada pelos direitos sociais. Por outro lado, teria ocorrido expansão nefasta de burocracia, vigilância, consumismo e lazer programado nessa fase, que é a do Estado-providência. Nela, ainda, haveria a desradicalização de reivindicações operárias e progresso de uma social-democracia, que ataria as

pessoas à obsessão por rotinas de produção e consumo.

Porém, vendo essa segunda fase do capitalismo, o autor lembra como não se configurou uma proletarização das populações e homogeneização dos trabalhadores, nos termos previstos por Marx, que também teria errado ao reduzir a subjetividade individual à subjetividade coletiva. Por outro lado ele mostra como Marx "*oferece a melhor contestação dos processos de naturalização e de reificação do social de que se alimentam os excessos de regulação em que se veio a traduzir a modernidade nas sociedades capitalistas*" (p. 243).

*Pela Mão de Alice* ainda aponta o movimento estudantil dos 60 como grande articulador da crise político-cultural do fordismo, articulando uma ideologia anti-produtivista e pós-materialista, identificando opressões do cotidiano e acabando com a hegemonia operária nas lutas pela emancipação, trazendo para a arena de luta novos sujeitos sociais de bases transclassistas. Isso percebido que os ganhos em cidadania proporcionados pelo Estado-providência teriam desaguado em perdas de subjetividade.

No terceiro momento, o de re-hegemonização liberal, o que se tem é a precarização da relação salarial chamada flexibilização, com a escassez de trabalho e os trabalhos temporários geradores de insegurança e concorrência encarnçada. Por outro lado, o autor percebe que as várias formas de opressão miradas pelas lutas locais não atingem especificamente uma classe social e percebe também uma crescente e indesejável interpenetração de tempo vital e tempo de trabalho.

Assim, anota que as lutas promovidas pelos NMS's - novos movimentos sociais - locais que sejam,

podem ser a luz que nos "réstia", e com potencialidade universalizável.

### LIGAR GENTE, LANÇAR SENTIDOS

No último capítulo do livro, Santos revela como os elevados padrões de vida do Norte mundial rico tendem a não ser partilhados com os do Sul. O que, aliás, seria impossível, dado às questões ecológicas e crescente consciência da esgotabilidade dos recursos naturais.

O autor aponta, ainda, a utilização das descobertas relacionadas ao DNA como novo recurso industrial das grandes empresas e o uso de patentes criando novo escoadouro de riquezas do Sul pobre em direção ao Norte. Transferências "*que ocorrem desde logo na própria engenharia dos produtos (...) dado que a maioria das dos recursos se encontram no Sul*" (p. 292).

Tais desequilíbrios Norte-Sul são mostrados também em levantamento de dados de programas de ajuda alimentar para o mundo, iniciado na década de 40. O livro vai mostrando um quadro assustador. Tais ajudas serviram quase nada para minorar a fome e muito para criar mercados para os EUA, livrar o país de excedentes agrícolas, criando, de quebra, desemprego nos países "favorecidos". O apoio à agricultura em certos países, o Brasil incluído, serviu para sufocar culturas agrícolas locais, privilegiando culturas de exportação, cujas rendimentos terminariam servindo para pagar o massacrante serviço da dívida externa.

A fome continuou e até se expandiu para os países centrais, onde taxas de má nutrição vem aumentando. Disso o autor vai deduzindo o centro do problema como verdadeiramente situado na má distribuição e concentração de riquezas. Tão Brasil.

Em relação à questão ecológica, Santos vai mostrando dificuldade de pensar o futuro, em meio a lógicas imediatistas de lucros. Lembra estudos recentes sobre a época medieval européia, que desmentem libertação do trabalho assumida pelo capitalismo; assinala concessões, como o Estado-providência tocando pequeno período do capitalismo, pequeno número de países, pequena porcentagem da força do trabalho global; percebe semelhança de tempo produtivo com tempo prisional; vê globalização e atuação das *multis* eliminando pretensões de autonomia de países periféricos e as classifica "como único sujeito com condições para pensar estrategicamente" amarrando, ainda por cima, boa parte do mundo à compulsão do consumo e imediatismo da luta pela sobrevivência (p. 320).

O autor termina seu livro reforçando a sinalização em direção à utopia, entendida como parte silenciada do que existe, como "(...) *metáfora de uma hipercarência formulada ao nível a que não pode ser satisfeita. O que é importante nela não é o que diz sobre o futuro, mas a arqueologia virtual do presente que a torna possível.*" (p. 324)

A expansão européia e suas práticas genocidas são vistas também como epistemicidas, eliminadoras do conhecimento de povos estranhos, por seus conhecimentos outros, produzi-

dos por práticas sociais estranhas. A ciência moderna também é criticada em seu movimento de autoproclamar-se contemporânea de si mesma, descontemporaneizando outras formas de conhecimentos.

Boaventura Santos propõe um novo paradigma, cujo conhecimento seja um conhecimento retórico, com atenção à constituição de comunidades interpretativas plurais. Se tudo nos está entregue, armar, toldar, forjar, interferir. Domar, dobrar, corpo a corpo, sem derramar em formas já sabidas. Desrecalcar vozes silenciadas, desre-primir o estranho, pronunciar silêncios, desviar do traçado cursos óbvios, fluxos unívocos, forjar leitões. Ligar gente, lançar sentidos, desenhar uma outra flor possível, pequena e miúda flor, mas bem mais flor que uma flor já sabida <sup>2</sup>.

Luiz Antonio Mousinho Magalhães  
Doutorando em Teoria Literária da UNICAMP  
Bolsista da FAPESP

<sup>2</sup> Cf. NETO, João Cabral de Melo. (1994). *O ferrageiro de Carmona*. In: *Obra completa: volume único* (Organização de Marly de Oliveira). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p.596; VELOSO, Caetano. *A outra banda da terra*, álbum *Uns*.

**AGRADECIMENTOS**

A Comissão Editorial da revista *Política & Trabalho* agradece a colaboração dos colegas abaixo relacionados que, com seus pareceres, ajudaram na elaboração desta edição:

*Ariosvaldo da Silva Diniz (UEPB)*  
*Beatriz Lavieri (UEPB)*  
*Cláudia Fonseca (UFRGS)*  
*Eliana Monteiro Moreira (UEPB)*  
*Elisa Maria Cabral (UEPB)*  
*Jacob Carlos Lima (UEPB)*  
*Maria Carmela Buonfiglio (UEPB)*  
*Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UEPB)*  
*Neide Miele (UEPB)*  
*Paulo Tarso Cabral de Medeiros (UEPB)*  
*Rosalira dos Santos Oliveira (UEPB)*  
*Simone Carneiro Maldonado (UEPB)*



**NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

A revista *Política & Trabalho*, editada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa), aceita propostas de artigos para publicação. No entanto, todos os trabalhos que não tenham sido explicitamente encomendados aos seus autores, através de correspondência oficial da Comissão Editorial, serão submetidos à avaliação do Conselho Editorial, ao qual cabe a decisão final sobre sua publicação. O Conselho Editorial reserva-se, ainda, o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar o texto às dimensões da revista ou, do mesmo modo, ao seu padrão editorial e gráfico. O recebimento dos artigos para avaliação prevê, também, as seguintes normas:

1. Devem ser entregues 03 (três) cópias impressas do artigo, em papel formato A4, sendo 02 (duas) dessas cópias sem a identificação do autor do texto. Também deve ser entregue 01 (uma) cópia em disquete 3 1/2 " padrão IBM PC.
2. O texto deve estar digitado no programa processador de textos *Microsoft Word for Windows* versão 97 (8.0), com espaçamento entre-linhas duplo, fonte *Times New Roman* em corpo 12.
3. No final do texto devem constar 02 (dois) resumos de, no máximo, 05 (cinco) linhas, sendo um em português e o outro em inglês ou francês. Junto aos resumos devem constar, ainda, 03 (três) palavras-chave, para efeito de classificação bibliográfica.  
(OBS: não serão aceitos trabalhos para avaliação sem os respectivos resumos e palavras-chave).
4. As citações, quando existirem, caso excedam a extensão de 03 (três) linhas devem estar destacadas do corpo do texto.
5. As referências bibliográficas existentes no corpo do texto devem seguir a norma ABNT, ou seja, o comumente chamado "sistema autor/data". Exemplo: (Marx, 1847: 25-32).
6. A relação da bibliografia consultada para a elaboração do trabalho cuja presença ao final do texto é obrigatória, deve conter todas as obras mencionadas nas referências do corpo de texto e nas citações.
7. O artigo deve conter, ainda, em sua primeira página, como nota de rodapé, o vínculo institucional do autor e, quando necessário, indicação da entidade patrocinadora do trabalho ou evento e data em que foi originalmente apresentado, quando o texto for resultado de comunicação oral.
8. Em anexo ao trabalho deve constar o endereço para correspondência do autor e, caso exista, e-mail e/ou número de fax, além do endereço postal.
9. Os trabalhos deverão ser enviados para o seguinte endereço:

*Revista Política & Trabalho*  
Universidade Federal da Paraíba  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Bloco V  
Campus I - Cidade Universitária  
CEP 58.051-970  
João Pessoa - Paraíba - Brasil

10. *Política & Trabalho* também recebe livros para resenhas/ divulgação de lançamentos e outras comunicações, que devem ser enviados (as) para o editor da revista.



*Solicitamos permuta  
Rogamos scambio  
Nous sollicitons l'échange de numéro  
Exchange requested  
Wir bitten um Austausch*

Esta publicação foi impressa pela Manufatura Editora,  
em papel Pólen Rustic (miolo) e papel Supremo (capa),  
com tiragem de 500 exemplares,  
para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
da Universidade Federal da Paraíba, em setembro de 1999.  
Sua editoração utilizou o *software* Adobe PageMaker 6.0.1.

O corpo do texto, incluindo títulos e subtítulos,  
foi composto com a fonte Book Antiqua.

Na capa se utilizou as fontes Plaza Swash D e Avant Garde Book BT.





# NESTA EDIÇÃO:

## ARTIGOS

AS PROPOSTAS "CLÁSSICAS" DE DEMOCRACIA DIRETA E O INEDITISMO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

*Rubens Pinto Lyra*

CONCEITOS ONTO-POLÍTICOS NO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE: "MINORIA" COMO "DEVIR-MINORITÁRIO"

*Hélio Rebello Cardoso Jr.*

TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DO WELFARE STATE

*Maria Ozanira da Silva e Silva*

PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

*Marcos Costa Lima*

O ESTADO PÓS-64: INTERVENÇÃO PLANEJADA NA CULTURA

*Alexandre Barbalho*

O PARTIDO COMUNISTA E OS INTELLECTUAIS

*Antonio Albino Canelas Rubim*

TRABALHO, TEMPO, ESPAÇO E SUBJETIVIDADE

*Eliana Monteiro Moreira*

NOVAS FORMAS, VELHOS CONTEÚDOS:

DIVERSIDADE PRODUTIVA E EMPREGO PRECÁRIO NA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO

*Jacob Carlos Lima*

EM BUSCA DAS METÁFORAS PERDIDAS:

UMA EXPERIÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE VÍDEOS A PARTIR DA OBRA DE GASTON BACHELARD

*Elisa Maria Cabral*

DOBRAS E REDOBRAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE O BARROCO E SUAS INTERPRETAÇÕES

*Carla Mary S. Oliveira*

ESPAÇO, PODER E VIOLÊNCIA EM *CENTRAL DO BRASIL*

*José Ernesto Pimentel Filho*

EPIDEMIA: HISTÓRIA EPISTEMOLÓGICA E CULTURAL DE UM CONCEITO

*Ariosvaldo da Silva Diniz*

PIERRE BOURDIEU E O ESTRUTURALISMO

*Maria Valéria Vasconcelos Rezende*

A MISÉRIA DA SOCIOLOGIA: RUMO A UMA ARQUEOLOGIA DO SABER SOCIOLÓGICO

*Adriano de Léon*

## TRADUÇÃO

BREVE INCURSÃO PELA SOCIOLOGIA DO SEGREDO

*Simone Carneiro Maldonado*

O SEGREDO

*Georg Simmel*

## RESENHAS

IMAGEM: PRODUÇÃO E USO QUE NOS DESAFIAM

*Teresa Cristina Furtado Matos*

LA METÁFORA ROTA

*Maristela Oliveira de Andrade*

UMA DELÍCIA DE DEVANEIO AOS OLHOS QUE BUSCAM EXPERENCIAR O SONHO

*Mauro Guilherme Pinheiro Koury*

A FLOR FORJADA: O SOCIAL E O POLÍTICO NA PÓS-MODERNIDADE SEGUNDO BOAVENTURA DOS SANTOS

*Luís Antônio Mousinho Magalhães*

ISSN 0104-8015